



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

REBECA LOUZADA MACEDO

**OS VERBOS *TER* E *HAVER*: HISTÓRIA, MUDANÇAS E  
ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL**

---

Londrina  
2015

REBECA LOUZADA MACEDO

**OS VERBOS *TER* E *HAVER*: HISTÓRIA, MUDANÇAS E  
ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade de Londrina, como requisito para obtenção de título de Mestre.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Joyce Elaine de Almeida Baronas

Londrina  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de  
Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

M141v Macedo, Rebeca Louzada.  
Os verbos ter e haver: história, mudanças e ensino da língua portuguesa  
no brasil / rebeca louzada macedo. - Londrina, 2015.  
190 f.

Orientador: Joyce Elaine De Almeida Baronas.  
Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade  
Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2015.  
Inclui bibliografia.

1. Ter e haver - Teses. 2. Ensino - Teses. 3. Variação linguística -  
Teses. 4. Mudança linguística - Teses. I. Almeida Baronas, Joyce Elaine  
De. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências  
Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III.  
Título.

CDU 806.90(81)-087

REBECA LOUZADA MACEDO

**OS VERBOS *TER* E *HVER*: HISTÓRIA, MUDANÇAS E ENSINO DA  
LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade de Londrina, como requisito para obtenção de título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Joyce Elaine de Almeida Baronas  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Vanderci de Andrade Aguilera  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 24 de abril de 2015.

*Aos meus pais, Clara e Elias.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, pelo incentivo, companheirismo e confiança.

À professora Joyce, pela orientação, apoio e, principalmente, por ser o exemplo que quero seguir.

Aos amigos, hoje distantes, que participaram nas minhas escolhas profissionais e me apoiaram em todas as situações.

Aos colegas e amigos de Universidade, principalmente, à Lidiane e à Laryssa, que caminharam ao meu lado, tornando a jornada gratificante.

Aos que tornaram a pesquisa teórica e a coleta de dados uma tarefa prazerosa, repleta de carinho.

À Câmara Municipal de Paranaguá, pela atenção e disponibilidade, ao ceder os dados.

À CAPES, pelo incentivo financeiro.

MACEDO, Rebeca Louzada. **Os verbos *ter* e *haver***. história, mudanças e ensino da língua portuguesa no Brasil. 2015. 190 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

## RESUMO

O presente trabalho objetiva verificar o uso dos verbos *ter* e *haver*, analisando a variação e a mudança pelas quais estes passaram e a abordagem desse processo nas gramáticas normativas e descritivas, haja vista os professores e os manuais didáticos basearem-se nas gramáticas normativas para o ensino da Língua Portuguesa. Assim, a maneira pela qual essas gramáticas apresentam a variação e a mudança influencia, em muito, a abordagem nas salas de aula. No entanto, as gramáticas descritivas são apresentadas como alternativa para os dias atuais, por isso, investiga-se como os dois tipos de gramática abordam o processo de variação dos verbos *ter* e *haver*. Este estudo foi realizado, pois as pesquisas sobre variação e mudança na língua são profícuas, porém é preciso conhecer como estas chegam aos materiais de referência para o ensino e, conseqüentemente, ao ensino. Para o cumprimento do objetivo desta pesquisa, foram analisadas as ocorrências dos verbos *ter* e *haver* em duzentos e treze documentos do gênero carta oficial, redigidos em Paranaguá-PR, nos séculos XVIII e XIX e dez atas redigidas na mesma cidade, porém em fevereiro e março do ano de 2010, além disso, foram analisadas as abordagens sobre os mesmos verbos nas gramáticas publicadas por Rocha e Lima (1974), Cunha (1982), Castilho (2010) e Perini (2010).

**Palavras-chave:** Ter e haver. Ensino. Variação linguística. Mudança linguística.

MACEDO, Rebeca Louzada. **The verbs *have* and *there is***: history, changes and teaching in the Portuguese language in Brazil. 2015. 190 f . Dissertation (Master's Degree in Language Studies ) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

### **ABSTRACT**

This paper aims to verify the use of verbs *have* and *be*, analyzing variation and change in which they passed and the approach of this process in the normative and descriptive grammars, given teachers and textbooks are based on the normative grammars for teaching of Portuguese. So the way in which these grammars present the variation and change influences, by far, the approach in the classroom. However, descriptive grammars are presented as an alternative to the present day, so if we investigate how the two types of grammar approach the process of change of the verbs *have* and *be*. This study was undertaken because research on variation and change in language is profitable, but it is necessary to know how these reach the reference materials for teaching and, consequently, to education. To fulfill the objective of this research, the occurrences were analyzed verbs *have* and *be* in two hundred thirteen documents the genre official letter, written in Paranaguá, in the eighteenth and nineteenth centuries and ten minutes drafted in the same city, but in February and March 2010 Moreover, these approaches were analyzed on the same verbs in the grammars and published by Rocha Lima (1974), Cunha (1982), Castilho (2010) e Perini (2010).

**Key-words:** Have and There is. Education. Linguistic variation. Language change.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Comparação da produtividade dos verbos de acordo com o tipo de oração nas cartas oficiais.....	60
<b>Tabela 2</b> – Comparação da produtividade dos verbos de acordo com o tipo de oração nas atas.....	74
<b>Tabela 3</b> – Produtividade dos verbos ter e haver nos dois períodos analisados.....	76

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	– Verbos <i>ter</i> e <i>haver</i> nos documentos de Paranaguá.....	44
<b>Gráfico 2</b>	– Disposição do verbo <i>ter</i> de acordo com as estruturas.....	45
<b>Gráfico 3</b>	– produtividade das orações de posse com o verbo <i>ter</i> no documentos do século XVIII e XIX.....	48
<b>Gráfico 4</b>	– Disposição das ocorrências do verbo <i>haver</i> de acordo com as estruturas.....	49
<b>Gráfico 5</b>	– Produtividade das orações impessoais com o verbo <i>haver</i> .....	50
<b>Gráfico 6</b>	– Verbos <i>ter</i> e <i>haver</i> em estruturas impessoais.....	54
<b>Gráfico 7</b>	– Frequências de <i>ter</i> e <i>haver</i> na atualidade, em contextos existenciais, na fala e na escrita <i>In Callou e Avelar (2012)</i> .....	56
<b>Gráfico 8</b>	– Produtividade dos verbos <i>ter</i> e <i>haver</i> em estruturas que expressam Tempo Composto.....	57
<b>Gráfico 9</b>	– Produtividade dos verbos <i>ter</i> e <i>haver</i> em orações que expressam posse.....	58
<b>Gráfico 10</b>	– Produtividade dos verbos <i>ter</i> e <i>haver</i> em estruturas modais...	58
<b>Gráfico 11</b>	– Produtividade dos verbos <i>ter</i> e <i>haver</i> nas atas do século XXI.	61
<b>Gráfico 12</b>	– Produtividade do verbo <i>ter</i> nas atas do século XXI.....	62
<b>Gráfico 13</b>	– Produtividade das orações de posse construídas com o verbo <i>ter</i> nas atas do século XXI.....	66
<b>Gráfico 14</b>	– Produtividade do verbo <i>haver</i> nas atas do século XXI.....	68
<b>Gráfico 15</b>	– Produtividade do verbo <i>ter</i> e <i>haver</i> impessoais nas atas do século XXI.....	72
<b>Gráfico 16</b>	– Produtividade dos verbos <i>ter</i> e <i>haver</i> na formação de tempo composto nas atas do século XXI.....	73

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1	METODOLOGIA .....	12
<b>2</b>	<b>PANORAMA DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA</b> .....	14
<b>3</b>	<b>MUDANÇA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA</b> .....	20
<b>4</b>	<b>TER E HAVER – ESTRUTURAS POSSÍVEIS E ESTUDOS JÁ REALIZADOS</b> .....	28
4.1	ESTRUTURAS DE POSSE .....	31
4.2	ESTRUTURAS DE TEMPO COMPOSTO .....	32
4.3	ESTRUTURAS MODAIS .....	33
4.4	ESTRUTURAS IMPESSOAIS.....	333
<b>5</b>	<b>GRAMÁTICA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA</b> .....	35
5.1	PERCURSO HISTÓRICO .....	35
5.2	ENSINO DE GRAMÁTICA .....	38
<b>6</b>	<b>ANÁLISES DOS VERBOS TER E HAVER NOS DOCUMENTOS DE PARANAGUÁ</b> .....	43
6.1	ANÁLISE DOS VERBOS TER E HAVER NOS DOCUMENTOS SETECENTISTAS E OITOCENTISTAS DE PARANAGUÁ.....	43
6.2	ANÁLISE DOS VERBOS TER E HAVER NAS ATAS DO SÉCULO XXI .....	61
6.3	COMPARAÇÃO DAS ANÁLISES DOS DADOS OBTIDOS NOS DOCUMENTOS (SÉCULOS XVIII E XIX) E NAS ATAS (SÉCULO XXI).....	755
<b>7</b>	<b>ANÁLISE DOS USOS DE TER E HAVER DE ACORDO COM GRAMÁTICAS NORMATIVAS</b> .....	79
7.1	GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA – ROCHA LIMA, 1974.....	79
7.2	GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA – CUNHA, 1982. ....	811
7.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS VERBOS <i>TER</i> E <i>HAVER</i> DE ACORDO COM AS GRAMÁTICAS NORMATIVAS ANALISADAS. ....	822

<b>8</b>	<b>ANÁLISE DOS USOS DE TER E HAVER DE ACORDO COM GRAMÁTICAS DESCRITIVAS</b> .....	844
8.1	NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO –CASTILHO, 2010	84
8.2	GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO – PERINI, 2010.....	877
8.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS VERSOS TER E HAVER DE ACORDO COM AS GRAMÁTICAS NORMATIVAS ANALISADAS. ....	91
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	922
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	944
	<b>ANEXOS</b> .....	99
	ANEXO A – CARTAS OFICIAIS DE PARANAGUÁ, REDIGIDOS NOS SÉCULOS XVIII E XIX, CITADOS NO DECORRER DO TRABALHO .....	1000
	ANEXO B – ATAS DA CÂMARA DE PARANAGUÁ, REDIGIDAS EM 2010, CITADAS NO DECORRER DO TRABALHO .....	13736

## 1 INTRODUÇÃO

As línguas, como as sociedades, sofrem mudanças constantes que ocorrem com o tempo e de forma progressiva. Ao observar a língua portuguesa no Brasil e seus caminhos no decorrer dos anos, é possível verificar que muitas transformações ocorreram.

Dentre as inúmeras mudanças já constatadas nos estudos diacrônicos e históricos da língua portuguesa no Brasil, esta pesquisa contempla a possível mudança no uso dos verbos *ter* e *haver*. Diversas pesquisas já foram realizadas a este respeito, dentre estas, ressaltam-se: Ribeiro, 1996; Mattos e Silva, 2002; Callou e Avelar, 2002; Almeida e Callou, 2003; Avelar, 2005; Mattos e Silva 2009; Oliveira, 2010.

À luz dos trabalhos já realizados sobre este assunto, objetiva-se verificar o percurso histórico dos verbos *ter* e *haver*, na modalidade escrita da língua, na cidade de Paranaguá e constatar como as mudanças ou fenômenos pelos quais estes verbos passaram são abordados nas gramáticas.

Os objetivos específicos desta dissertação consistem em refletir sobre as mudanças ocorridas com os verbos *ter* e *haver*; traçar um percurso histórico de ambos os verbos na cidade de Paranaguá e verificar como o “contexto escolar” recebe os estudos históricos sobre a língua e as mudanças pelas quais os verbos estudados passaram.

Este trabalho justifica-se pela observação da carência da escola quanto aos estudos acadêmicos, incluindo os linguísticos, pois a maioria não alcança a realidade escolar. A profícua pesquisa no Brasil sobre mudança da língua, quando chega às escolas, muitas vezes não alcança seus propósitos, pois alguns professores acabam não tendo o conhecimento de tais pesquisas ou conhecem, mas não encontram respaldo no material didático e paradidático, ou nas orientações metodológicas mais conhecidas. A partir da observação desta carência do ensino, esta pesquisa pretende observar como se encontra o ensino sobre a mudança linguística. Para tanto, foram analisadas as gramáticas normativas de referência no ensino de Língua Portuguesa.

O presente estudo se estrutura em 8 capítulos: após esta introdução, no segundo capítulo, apresenta-se um panorama da história da Língua Portuguesa baseado principalmente na obra de Teyssier (2001). O objetivo é contextualizar o

percurso dos verbos *ter* e *haver* na história da língua, desde a utilização no latim retratada por Mattos e Silva (1997), a chegada ao território brasileiro documentada na Carta de Caminha e os caminhos percorridos até os dias atuais.

O terceiro capítulo trata dos conceitos de mudança e variação linguística, de acordo com Castilho (2010), necessários para a compreensão da mudança no uso dos verbos estudados.

No quarto capítulo, para comparação com pesquisa atual, selecionaram-se alguns estudos já realizados sobre as mudanças no uso dos verbos *ter* e *haver*, como os Callou e Avelar (2002), Mattos e Silva (2005) e Batista (2012).

O quinto capítulo traz um panorama sucinto sobre o ensino de gramática no Brasil, com enfoque nas mudanças de abordagem do ensino no decorrer do tempo e em suas relações com os estudos linguísticos.

A seguir, no sexto capítulo, analisam-se as ocorrências dos verbos *ter* e *haver* em documentos de Paranaguá, produzidos nos séculos XVIII e XIX e no ano de 2010, a fim de verificar se houve mudança e variação no uso destes verbos.

No sétimo capítulo, são analisados os trechos em que duas gramáticas normativas e duas descritivas abordam os verbos *ter* e *haver*, para observar se a mudança e variação destes verbos chegam ao ensino de Língua Portuguesa.

Nas conclusões, retoma-se o tema de forma breve e enumeram-se os resultados gerais da pesquisa realizada, apontando sugestões para a abordagem destes estudos no ensino da língua portuguesa nas escolas.

## 1.1 METODOLOGIA

Para a realização da presente pesquisa foram organizados três *corpora* para análise. O primeiro *corpus* consiste em documentos manuscritos, do gênero carta oficial, provenientes da cidade de Paranaguá, no estado do Paraná. Tais documentos, cujas cópias foram adquiridas no Arquivo Público do Estado de São Paulo, foram transcritos e revisados pela equipe do Projeto Para História do Português Paranaense (PHPP), da Universidade Estadual de Londrina, sob a coordenação da Professora Fabiane Cristina Altino.

Foram selecionados os documentos redigidos nos séculos XVIII (oitenta fac-símiles) e XIX (cento e trinta e três fac-símiles), com o propósito de

abordar o maior período possível, de acordo com os documentos disponibilizados pelo Projeto PHPP.

Para a realização da análise dos documentos, foi utilizado o programa Léxico 3, que contabiliza a quantidade de vezes que as palavras aparecem em um texto. Assim, foi verificado quantitativamente o uso destes verbos no *corpus*, de acordo com as estruturas em que se faz possível a sua realização.

O segundo *corpus* contemplado nesta pesquisa é constituído por dez documentos também redigidos em Paranaguá, do gênero ata, produzidos no século XX, obtidos através da Câmara Municipal de Paranaguá. Este *corpus* foi analisado, por meio do programa Léxico 3, a fim de encontrar as expressões em que ocorrem os verbos em estudo. Após a contabilização e análise dos dados, estes serão comparados com os dados obtidos nos documentos do século XVIII e XIX.

Foram selecionados textos do gênero ata, pois o grau de formalidade da linguagem é semelhante ao presente nas cartas oficiais e ambos os gêneros circulam em esferas oficiais.

O terceiro *corpus* da pesquisa consiste em dois compêndios gramaticais de cunho mais normativo e duas gramáticas voltadas para os estudos linguísticos. Assim, as recomendações para o uso dos verbos estudados nos compêndios gramaticais foram observadas também em tempos diferentes. Primeiramente analisaram-se as gramáticas tradicionais, para então serem verificadas as gramáticas mais voltadas para os estudos da língua em uso.

Nos compêndios gramaticais publicados pelos autores Rocha Lima (1974) e Cunha (1982) foram analisados os fragmentos referentes às orientações sobre os verbos *ter* e *haver*. Posteriormente, realizou-se a mesma análise nas gramáticas publicadas pelos autores Castilho (2010) e Perini (2010) e os resultados foram comparados a fim de verificar se as gramáticas normativas diferenciam-se das gramáticas descritivas.

## 2 PANORAMA DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A fim de apresentar um panorama da história da língua portuguesa, este capítulo fundamentou-se principalmente nas obras de Teyssier (2001) e Castilho (2010).

Para dissertar sobre a história da língua portuguesa no Brasil, é preciso considerar que o seu início não aconteceu neste território, mas em territórios d'além mar. Como afirma Castilho (2010), para estudar toda a história da língua portuguesa seria preciso retroceder seis mil anos, a fim de considerar seus antepassados mais remotos.

A língua portuguesa descende do latim vulgar inicialmente falado pelas classes inferiores da sociedade romana. O latim vulgar concorreu com o latim culto entre os séculos III a.C. e VII d.C., quando o latim culto deixou de ser falado e o latim vulgar dialetou-se, surgindo os romances. Dos romances, surgiram as línguas românicas: francês (séc. IX); castelhano (séc. X); português (séc. XII); italiano (séc. XVI) (Castilho, 2010).

A história da língua portuguesa, de acordo com Teyssier (2001), inicia-se com a romanização da Península Ibérica que tem sua largada no ano 218 a.C., durante a Guerra Púnica, quando os Romanos empreendem a conquista da região. Todos os povos da Península, exceto os bascos, segundo o autor, adotam o latim.

Com a conquista romana da região, inicialmente, a Península Ibérica foi dividida em Hispania Citerior e Ulterior. A primeira compreende a região nordeste e a segunda, a região sudoeste. Mais tarde, em 27 a.C., Augusto divide a Hispânia Ulterior em: Lusitânia e Bética, norte e sul do Rio Guadiana respectivamente. Parte da Lusitânia denominada Gallaecia, entre 7 a.C. e 2 a.C., junta-se à antiga Hispania Citerior, denominada, à época, província tarraconense.

Na Península Ibérica, a romanização foi estabelecida de maneira mais efetiva e rápida no sul que no norte, pois os gallaeci “conservaram por mais tempo elementos de sua própria cultura” (Teyssier, 2001, p. 4). Ao longo deste processo de romanização, de acordo com Areán-García (2009), foram introduzidos diversos costumes e traços culturais dos povos romanos na vivência diária dos povos que habitavam aquela região.

Ainda segundo Aréan-García (2009), a região dos povos galaicos era o interesse derradeiro da colonização do Império Romano, as principais cidades deste território compreendem as atuais cidades A Corunha e Lugo na Espanha e a região correspondente às cidades de Braga e Porto em Portugal.

De acordo com Teyssier (2001), enquanto a romanização continua, diversos povos, como os suevos e os visigodos, invadem a Península Ibérica. Estas invasões iniciam-se em 409 e terminam com a invasão muçulmana, no ano de 711. Dentre os invasores, os suevos foram os que conseguiram dominar com mais sucesso, resistindo aos visigodos, que tentavam unificar toda a Península.

O reino suevo, durante o século V, era muito extenso, mas foi consideravelmente reduzido até o ano de 570, dominando apenas a Gallaecia e duas regiões lusitanas. Em 585 todo este território foi tomado pelos visigodos. A implementação da língua e cultura dos visigodos não foi efetiva, influenciando bem pouco os povos que habitavam aquela região.

A invasão muçulmana é rápida e eficiente. Os mouros, denominação dada aos árabes pelos povos ibéricos, conquistaram toda a Península Ibérica. Os novos invasores professavam a fé islâmica e a sua língua de cultura era o árabe. Mas, aos poucos, a Reconquista Cristã passa a expulsar os mouros do Norte para o Sul. Durante a Reconquista no século XII, explica Teyssier (2001), nasce o reino de Portugal.

Até por volta do ano 1000 a Espanha muçulmana domina os inimigos cristãos. É a época áurea do Califado de Córdoba. Em 997 Al-Mansur destrói Compostela. Mas no início do século XI os reinos cristãos iniciam um movimento ofensivo que se tornaria irresistível. Na região ocidental que nos interessa, Coimbra é reconquistada em 1064, Santarém e Lisboa em 1147, Évora em 1165, Faro em 1249. Com a tomada de Faro, o território de Portugal está completamente formado. O resto da Península só seria, porém, definitivamente reconquistado bem mais tarde, em 1492, quando os Reis Católicos se apoderaram do reino de Granada. (TEYSSIER, 2001, p. 6).

Teyssier (2001) afirma que a invasão muçulmana e a Reconquista foram fatores determinantes para a formação do galego-português, do castelhano e do catalão. Estas línguas nascidas no Norte migraram para o Sul por meio da Reconquista. No Norte, as influências muçulmanas foram mais fracas que no Sul, portanto, ao Norte do Rio Douro formou-se a língua galego-portuguesa e seus primeiros textos escritos aparecem no século XIII.

Com a Reconquista, a população se movimentou bastante na Península Ibérica: os territórios tomados dos mouros passaram a ser ocupados pelos povos provenientes do Norte. Ainda de acordo com Teyssier (2001), o galego-português foi adotado por todos os povos que habitavam o atual território de Portugal, inclusive pelos muçulmanos que permaneceram após a Reconquista. Com tantos e diversos falantes, a língua galego-portuguesa passou por inúmeras mudanças em direção ao Português como hoje é conhecido.

No século XIII, data dos primeiros textos escritos em galego-português, o reino autônomo de Portugal já existia, embora seu território meridional ainda não tivesse sido totalmente tomado pela Reconquista. A constituição do reino de Portugal aconteceu no século XII, quando Afonso I tornou-se independente de Afonso VII, seu primo e rei de Castela e de Leão, durante a batalha de São Mamede. Apenas nos anos seguintes, porém, Afonso I fez-se reconhecer como Rei e a independência culminou também na separação definitiva de Portugal e Galícia.

Com o tempo, o centro de decisões políticas de Portugal migrou do Norte para o Sul; Lisboa, anteriormente território Moçárabe, torna-se capital de Portugal com a mudança do Rei Afonso III, no ano de 1255. Teyssier (2001) afirma que, assim como o castelhano, a língua portuguesa originou-se de uma língua do Norte, mas, ao determinar a norma, divergiu do castelhano, pois a buscou no Sul.

Os principais textos em galego-português são as poesias líricas produzidas no século XIII, cantigas inspiradas no trovadorismo provençal. Outros textos que atestam o uso do galego-português no século XIII são documentos como testamentos e títulos de venda. Nos documentos oficiais da época, era utilizada a “língua vulgar” que, segundo Teyssier (2001), era mais espontânea e diversificada que a utilizada nos textos de poesia lírica.

Em meados de 1350, a língua portuguesa já estava separada do galego devido à fronteira política e à capital portuguesa, Lisboa torna-se também a capital linguística. O centro cultural português delimita-se por Coimbra ao norte e Évora ao Sul, pois, de acordo com Teyssier (2001), neste território que se localizaram as instituições culturalmente mais importantes da época.

Assim, o eixo Lisboa–Coimbra forma o centro do domínio da língua portuguesa, região antes dominada pelos moçárabes e distante da Galícia, possibilitando o afastamento entre as duas línguas.

Com o objetivo de visualizar a história da língua, retoma-se neste trabalho a periodização realizada por Leite de Vasconcelos (1972 *apud* Coutinho, 1976) em que a língua é organizada nos períodos: pré-histórico; proto-histórico e histórico.

O período pré-histórico começa com a origem da língua portuguesa e estende-se até o século IX, com o aparecimento dos primeiros textos escritos em latim. O período proto-histórico estende-se do século IX ao XII, documentado por textos redigidos em latim bárbaro, com evidências do galego-português em algumas palavras. O período histórico inicia-se no século XII com os textos escritos em língua portuguesa. Este período é dividido em duas fases: arcaica (século XII a XVI) e moderna (século XVI aos dias atuais). O marco para a divisão do português em arcaico e moderno consiste na obra de Camões, os Lusíadas.

O início da fase moderna da língua portuguesa coincide com o início das grandes navegações portuguesas, quando a língua portuguesa desembarca em solos africano, oriental e americano. A partir do fim do século XIV e início do século XV, de acordo com Teyssier (2001), com as grandes navegações, os portugueses passaram a instalar feitorias em diferentes territórios, inicialmente africanos, como os arquipélagos da Madeira e dos Açores. Continuaram a descer a costa africana até dobrarem o Cabo da Boa Esperança; posteriormente, Vasco da Gama chega à Índia e, em 1500, Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil. As navegações prosseguem até Malaca, às ilhas de Sonda, às Molucas, à China e ao Japão.

No Brasil, a ocupação do território teve início no ano de 1530. Castilho (2010) aponta oito focos de povoamento e de irradiação da língua no Brasil. De acordo com o autor, no século XVI, São Vicente e São Paulo foram os primeiros locais a serem povoados, seguidos por Olinda e Recife, Salvador e Rio de Janeiro. No século XVII, São Luís do Maranhão foi ocupada em 1612 e Belém do Pará, em 1616. Mais tarde, no século XVIII, os outros dois focos foram Florianópolis e Porto Alegre.

Mattos e Silva (1998) pontua que a língua trazida pelos portugueses não era homogênea, pois, dentro de Portugal, havia diferenças nos falares. Assim, a língua portuguesa já heterogênea, deparou-se no Brasil com grande diversidade linguística, haja vista que cerca de trezentas línguas eram faladas pelos povos indígenas que aqui habitavam.

A língua trazida pelos lusitanos, de acordo com Elia (2003), consistia no português do século XVI, já na fase moderna da língua, cuja norma padrão pode ser observada na carta de Caminha, texto inaugural da língua portuguesa em terras brasileiras. No entanto, Elia (2003) ressalta que, embora a Carta esteja escrita na norma padrão da língua, não era esta a norma falada pelos marinheiros e outros portugueses que vieram na comitiva de Cabral.

As línguas indígenas encontradas pelos portugueses no Brasil podem ser classificadas principalmente em dois grandes grupos: macrotupi e macrojê (Castilho, 2010). Com a miscigenação, surgiram a língua geral paulista e a língua geral amazônica, línguas predominantemente indígenas que conviviam de perto com a cultura e a língua portuguesa, sendo profundamente influenciadas por esta. Como afirma Rodrigues (1996), a língua geral amazônica ainda é falada e, a partir do século XIX, foi denominada “*nheengatú*”.

Muito se discute sobre a possibilidade de as línguas indígenas terem influenciado a língua portuguesa no Brasil, modificando-a; contudo a maior influência das línguas indígenas na língua portuguesa que pode ser comprovada está no léxico. O mesmo acontece com as línguas africanas trazidas pelos escravos durante a colonização. De acordo com Castilho (2010), estima-se em trezentos o número de palavras africanas incorporadas ao léxico do Português Brasileiro.

Elia (2003) observa que as influências do tupi e das línguas africanas ainda estão por identificar. Hoje, muitos estudos já foram realizados a este respeito, identificando diversas influências principalmente fonéticas e lexicais.

No tocante ao século XVIII, período que mais interessa a este trabalho, pois a maior parte dos documentos analisados pertence a esta época, Elia (2003) ressalta os principais acontecimentos que marcaram o Brasil: as invasões francesas, a busca pelo ouro, as lutas com os espanhóis e a colonização da região Sul, o iluminismo e a expulsão dos jesuítas, até a Conjuração Mineira.

Inserida neste contexto histórico nacional, encontra-se Paranaguá, cidade em que os documentos que constituem parte dos *corpora* deste trabalho foram redigidos. A busca pelo ouro também acontecia neste período em Paranaguá, de acordo com Santos (1850). O autor afirma que, na época, este município compreendia também as Vilas de Antonina e Morretes e em todo o território, às margens de vários rios, havia abundância de minerais preciosos, assim como em diversas serras. O ouro e a prata atraíam muitos portugueses e estrangeiros à

Paranaguá, mas outro fator de atração, segundo Westphalen (1998), eram os índios, procurados para serem feitos escravos.

Ainda de acordo com Westphalen (1998), os paulistas, principalmente, buscavam nos índios fonte de lucro, a autora também descreve as principais atividades em Paranaguá do século XVIII: exploração do gado por habitantes de Paranaguá nos planaltos de Curitiba; comércio de ervas paranaenses; exploração do fornecimento de farinha de mandioca; exportação de madeiras. Mesmo com estes meios de crescimento econômico, o retrato que a historiadora faz dos habitantes de Paranaguá consiste em um povo que se mantinha pobre.

“Assim continuava o porto de Paranaguá, no final do século XVIII, (...) com fraco movimento comercial e de embarcações, desentrosado que se encontrava das grandes rotas do comércio atlântico, e sem função maior na vida econômica da Colônia.” (WESTPHALEN, 1998, p. 219).

Os documentos estudados nesta pesquisa também revelam as dificuldades de Paranaguá, neles há menções à falta de recursos para o sustento dos padres que ensinavam as crianças e jovens e para as festividades referentes ao reino. Em diversos documentos há reclamações sobre a improdutividade agrícola, as dificuldades de transporte nas estradas e os impostos referentes aos transportes marítimos.

É importante contextualizar o município de Paranaguá na história da língua portuguesa no Brasil, pois estes fatores econômicos e sociais em muito influenciam a língua utilizada na época. Economicamente, Paranaguá demonstrava dependência aos paulistas, realizando suas ações comerciais com vistas às necessidades do litoral paulista. A língua possivelmente foi muito influenciada pelos falantes com os quais se estabelecia contato comercial através do porto e também pelos paulistas e estrangeiros que, para Paranaguá, vieram, em busca do ouro e de índios.

### 3 MUDANÇA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

A mudança linguística é contemplada por diversas vertentes dos estudos linguísticos que lançam o olhar para a diacronia das línguas naturais. Para compreender e expor os conceitos de mudança e variação linguística expostos por estas linhas de pesquisa, o presente estudo baseia-se principalmente no histórico apresentado por Castilho (2006), o qual afirma que as principais teorias sobre a mudança linguística foram formuladas pelos neogramáticos, estruturalistas, gerativistas, variacionistas e funcionalistas.

Ao tratar da mudança linguística, Herman Paul (1886 *apud* Castilho, 2006) afirma que a formação de uma pluralidade de palavras, formas e construções se baseia na natureza da evolução da língua e deve-se a causas como analogia, evolução semântica e estrangeirismos. Apesar desta abundância, o autor salienta que a língua não tende para o luxo, portanto tal abundância não permanece por muito tempo, culminando no desaparecimento de diversas formas e expressões.

Os estruturalistas também possuem teorias a respeito da mudança linguística, como a contribuição de Jakobson aos estudos fonológicos ao demonstrar que a determinação do fim dos casos deve-se à abertura silábica do latim, fato que atribuiu valores gramaticais à ordem das palavras. Outra teoria estruturalista importante sobre a mudança linguística consiste na Teoria da Deriva, desenvolvida por Sapir (1954). De acordo com o autor, a língua move-se em um curso próprio, ou seja, tem uma deriva.

Para explicar a língua como fenômeno social e heterogêneo, alguns teóricos postulam que a mudança deve-se ao contato linguístico. Os estudos sobre mudança e contato linguístico se desdobram em dois aspectos: a teoria dos Estratos Linguísticos e a teoria dos Pidgins e Crioulos.

A teoria dos Estratos Linguísticos considera que as línguas concorrem umas com as outras quando estabelecem contatos até que uma das concorrentes desaparece, ou porque sofreram a influência da língua do povo invasor (substrato), ou porque não se sobrepôs à língua do povo vencido (superstrato). Em ambos os casos, há trocas mútuas de dados linguísticos.

A teoria dos Pidgins e Crioulos defende o pressuposto de que, ao ocorrer o contato entre a língua do colonizador e a língua do colonizado, é produzido

o pidgin que, posteriormente, atinge a fase do crioulo. A fase do pidgin corresponde a uma linguagem emergencial, uma forma simples de interação entre falantes de línguas diferentes com fins comerciais. Ao serem prolongados os contatos, o pidgin evolui para o crioulo, que consiste na elaboração mais profunda daquela linguagem emergencial, acomodando a língua do colonizador a regras gramaticais da língua do colonizado.

Os principais pesquisadores que defendem a hipótese crioulista são: Coelho (1881 *apud* Castilho, 2010), que aponta semelhanças em certas características de dialetos crioulos e o português falado no Brasil; João Ribeiro (1889 *apud* Castilho, 2010), que defende a ideia de certo bilinguismo interno na comunidade brasileira, a qual pratica a língua portuguesa para escrever e uma variedade dialetal para falar; Silva Neto (1951), que apresentava uma possível explicação para a diferença entre o Português Brasileiro e o Português Europeu a partir da base crioula; Guy (1981 *apud* Castilho, 2006), que sustenta a hipótese da base africana e descarta a possibilidade de um crioulo indígena.

O funcionalismo contribuiu muito com o entendimento da mudança linguística e sua principal contribuição está na investigação do deslocamento de formas e expressões linguísticas do léxico para o sistema gramatical, motivado por necessidades comunicativas ou ausência de formas para certos conteúdos cognitivos. Portanto, a mudança acontece devido a fatores sociocognitivos.

Nesta perspectiva teórica, encontra-se a gramaticalização. Como há a instabilidade de estruturas no discurso, a regularidade aparece apenas depois que o emprego casual de uma expressão se torna fixo. O discurso consiste no ponto inicial em direção à gramática e também no seu ponto final.

Outra teoria que busca explorar as mudanças sob o conceito da língua enquanto fenômeno social e heterogêneo é a teoria da Variação e Mudança, elaborada por Labov (2008). Tal tese argumenta que é possível observar a mudança em tempo real, reconhece que há princípios restritivos que comandam as mudanças e também aceita a existência de princípios intermediários da mudança.

Alguns princípios do modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, também denominada Sociolinguística Quantitativa foi aplicado nesta pesquisa, no que tange à contabilização de dados em tempos diferentes, a fim de detectar a variação e a mudança.

Este modelo teórico-metodológico é atribuído a William Labov, que, insistindo veementemente na relação entre língua e sociedade, criou um modelo de análise que possibilitasse a sistematização da variação existente na língua falada.

Nas palavras de Labov (2008, p.13-14):

existiam barreiras ideológicas para o estudo da língua na vida diária. Primeiramente, Saussure tinha enunciado o princípio de que os sistemas estruturais do presente e as mudanças históricas do passado tinham de ser estudados separadamente (1949:124). Este princípio tinha sido consistentemente erodido por Martinet (1955) e outros que encontraram estrutura nas mudanças passadas, mas pouco progresso fora feito na localização da mudança nas estruturas presentes. A segunda barreira ideológica afirmava explicitamente que a mudança sonora não podia, em princípio, ser observada diretamente. Bloomfield defendia a regularidade da mudança sonora contra a evidência irregular do presente declarando (1933:364) que quaisquer flutuações que pudéssemos observar seriam apenas casos de empréstimo dialetal. Em seguida, Hockett observou que, embora a mudança sonora fosse lenta demais para ser observada, a mudança estrutural era rápida demais (1958:457). O estudo empírico da mudança linguística estava, portanto, eliminado do programa da linguística do século XX.

Os primeiros estudos conduzidos por Labov nessa linha de pesquisa foram sua dissertação de mestrado sobre o inglês falado na ilha de Martha's Vineyard (centralização de ditongos), no estado de Massachussets, e sua tese de doutorado sobre a estratificação do inglês falado na cidade de Nova York (a variável / r /), ambos orientados por Uriel Weinreich, na Universidade de Colúmbia.

Uma das grandes diferenças entre a Sociolinguística Variacionista e a linguística estruturalista é o objeto. Na primeira, o objeto é a fala, enquanto que na segunda, os fenômenos da fala atingem apenas a substância material das palavras, não seu significado, e, portanto, não se constituem como seu objeto de estudo. Outra diferença essencial é a compreensão da variação e das mudanças linguísticas, uma vez que, para os variacionistas, as mudanças advêm do comportamento social enquanto que, para os linguistas estruturalistas, elas são internas ao sistema.

Weinreich, Labov e Herzog (2006) afirmam que estruturas heterogêneas são parte da competência linguística, necessárias para o funcionamento real de qualquer língua, assim o indivíduo tem capacidade para codificar e decodificar essa heterogeneidade. Para os variacionistas, a variação e a

mudança são inerentes às línguas, sob tal enfoque, variação não é vista como consequência do acaso, mas como um fenômeno cultural motivado por fatores linguísticos e extralinguísticos.

Labov (2008) afirma que devemos determinar qual estrutura social corresponde a dada estrutura linguística e como mudanças na estrutura social se traduzem em mudanças na estrutura linguística. No caso de sua pesquisa em Martha's Vineyard, por exemplo, Labov observou que a comunidade sofreu influências sociais dramáticas, provocadas por veranistas do continente e que os habitantes "nativos", ressentindo-se de tal invasão cultural e econômica, marcavam a pronúncia dos ditongos como forma de demarcar seu espaço, sua identidade, sua cultura, seu perfil de comunidade e de grupo social, e concluiu que o estilo articulatório seria objeto de avaliação social. Portanto, variáveis linguísticas particulares poderiam ser afetadas pela tendência geral rumo ao favorecimento de uma postura articulatória, sob a influência das forças sociais.

Nesse sentido, a análise sociolinguística enfoca fundamentalmente o processo de interação fala/sociedade, justificando-se pela necessidade de compreender os fatores que possam influenciar a operação de uma ou de outra variante, na busca de estabelecer uma sistematização ao processo de variação linguística.

Nessa linha de pesquisa, variante, variável e variedade são alguns dos termos-chave. O termo variante é utilizado nos estudos sociolinguísticos para designar as formas que estão sofrendo variação, ou seja, uma ou mais formas usadas ao lado de outra na língua sem que se verifique mudança no significado básico. O conjunto das variantes é denominado "variável linguística", ou seja, a forma, o traço ou construção linguística que é o próprio fenômeno variável tomado como objeto de estudo pelo investigador. A Sociolinguística entende que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores de natureza social (externos à língua) ou estrutural (internos à língua), os quais podem exercer pressão sobre os usos (LABOV, 2008).

Já variedade linguística é a norma utilizada por uma comunidade de fala, para Monteiro (2000), a expressão variedade linguística foi criada para evitar as conotações negativas dos termos língua e dialeto. Para ele, a variedade pode ser muito maior do que uma língua ou muito menor do que um dialeto.

Camacho (2011) afirma que todas as línguas e variedades dialetais concedem aos seus falantes meios adequados para a expressão de conceitos e construções lógicas; portanto, nenhuma língua ou variedade dialetal impõe limitações cognitivas tanto na percepção quanto na produção de enunciados.

A pesquisa na Sociolinguística Variacionista busca apreender a sistematicidade da variação, seu encaixamento linguístico e social e uma possível relação com a mudança linguística por meio de análises quantitativas de um *corpus*, escolhido a partir de certas características sociais correlacionadas a uma variável linguística – que pode ser fonético-fonológica, morfossintática, entre outras. O equacionamento da questão da variação pressupõe respostas para cinco problemas (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006) que consistem em: (i) fatores condicionantes; (ii) encaixamento da variação; (iii) avaliação das mudanças; (iv) transição; (v) implementação.

Para solucionar o problema dos fatores condicionantes, busca-se a compreensão das condições para a mudança em certa estrutura, as quais podem ser sociais ou linguísticas. Quanto ao encaixamento da variação, na pesquisa sociolinguística, atenta-se para outras mudanças associadas a mudanças e variações que estão sendo analisadas. Para fazer a avaliação das mudanças, busca-se estudar efeitos prováveis da variação sobre a estrutura lingüística, sobre a eficácia na comunicação e sobre a fala. Quanto à transição, procura-se entender o processo entre o início da variação, a coocorrência e concorrência das variantes e a mudança linguística. E, quanto à implementação, busca-se analisar os fatores que contribuíram para a consolidação da mudança.

Essa corrente trabalha com dados estatísticos, que são tratados quantitativa e qualitativamente. A dimensão quantitativa dos estudos variacionistas é conteúdo de relativa complexidade. Naro (2004) apresenta a evolução dos modelos matemáticos adotados por Labov na quantificação dos dados obtidos em seus primeiros estudos, os quais passaram de um modelo aditivo (da soma dos fatores contextuais de aplicação de uma variante) a modelos multiplicativos de aplicação e não aplicação, criados por Henrietta Cedergren e David Sankoff, em 1974, nos quais se propôs uma interpretação probabilística que substituiu frequências por probabilidades. Em 1978, com Pascale Rousseau e David Sankoff, chegou-se ao modelo logístico, o qual engloba propriedades dos anteriores e acrescenta a noção de peso relativo. Este último é o modelo que vem sendo utilizado até hoje nos

estudos variacionistas, denominado análise da regra variável, que consiste em um tipo de análise multivariada que objetiva separar, quantificar e testar a significância dos efeitos de fatores contextuais em uma variável linguística (GUY; ZILLES, 2007).

Primeiramente, o investigador tem de delimitar o fenômeno linguístico variável, levantando todas as possibilidades de produção que estão em variação. Posteriormente, ele deve lançar hipóteses sobre as variáveis condicionadoras (linguísticas e sociais) que podem estar influenciando a escolha de uma ou de outra forma variante, baseando-se nos dados coletados, na teoria linguística e na estrutura social da comunidade estudada. É importante que o investigador identifique os grupos de fatores, tanto estruturais como sociais, com os quais irá trabalhar antes de submeter os dados a uma análise computacional, por meio de um pacote de programas (alguns dos mais utilizados são o VARBRUL e o GOLDFARB) que faz os cálculos de frequência.

Guy e Zilles (2007) explicam que os programas de análise multivariada são preferíveis, pois permitem a construção de um modelo completo e específico dos processos e efeitos que não aparecem num simples cálculo de porcentagens. Tendo as informações fornecidas após os cálculos feitos pelo programa, procede-se, então, à interpretação, que envolve a complexa tarefa de inter-relacionar os princípios estatísticos e as teorias sociais e linguísticas que formam a base da concepção do trabalho, definição das hipóteses, dos grupos de fatores, etc. O resultado da análise das variantes pode produzir duas situações: a existência de estabilidade entre variantes, denominada variação; ou a competição entre as variantes com aumento de uso de uma delas, nomeada *mudança em curso*.

Os estudos voltados para variação e mudança linguística são desenvolvidos por, entre outros pesquisadores, Camacho (1998) e Castilho (2010), no Brasil, que apresentaram classificações para a variação linguística, de acordo com o fator que possa influenciá-la.

Castilho (2010) elenca cinco tipos de variação: variação geográfica, variação sociocultural, variação individual, variação de canal e variação temática. Na variação sociocultural, o fator determinante é a escolarização do falante (CASTILHO, 2010, p. 204), pois a fala de cidadãos escolarizados é diferente da fala de cidadãos não escolarizados. Para o autor, não é tarefa simples diferenciar o português culto do português popular brasileiro, um usado pelos falantes não escolarizados e o outro

pelos falantes escolarizados, visto que ninguém utiliza a variante culta o tempo todo, tampouco a popular em todas as circunstâncias.

A variação geográfica caracteriza-se por diferenças na pronúncia –o popular sotaque –, no léxico e também diferenças semânticas. No entanto, a mais representativa e perceptível é a diferença na pronúncia das palavras, que imediatamente possibilita a falantes de diferentes regiões reconhecerem a origem de seu interlocutor.

Em Camacho (1988), encontramos menção às marcas linguísticas correlacionadas à origem do falante como determinantes na identificação ou distinção dos falantes de uma e de outra comunidade linguística.

No que se refere à variação individual, Castilho (2010) afirma estar relacionada ao uso que cada indivíduo faz da língua no ato da comunicação, sendo o estilo condicionado por fatores como: contexto de maior ou menor formalidade, faixa etária de seu interlocutor, sexo, grau de intimidade.

A respeito da variação de canal, Castilho (2010) apresenta duas formas utilizadas pelos falantes para comunicar-se: a língua falada e a língua escrita. A língua falada consiste no canal pelo qual os falantes se encontram em presença de seus interlocutores, assim as ações dos interlocutores influenciam o texto dos locutores. Já a língua escrita, para o autor, passa por dois processos constitutivos: “(1) ela é um diálogo que ocorre na ausência do interlocutor, (2) o planejamento e a execução ocorrem em momentos distintos.” (CASTILHO, 2010, p. 220). Esses dois processos proporcionam ao usuário duas possibilidades: o desenvolvimento de estratégias que compensem a ausência de seu interlocutor, que só terá contato com o texto em um momento posterior, e a possibilidade de dispor de mais tempo para o planejamento e a revisão do texto.

A variação temática, segundo Castilho (2010), está relacionada ao assunto abordado na fala, pois, os falantes, em conversas de assuntos corriqueiros, não se preocupam em usar a língua culta; porém, caso o tema seja um assunto especializado, como as discussões científicas, é utilizado o “português técnico”.

A variação histórica caracteriza-se pela mudança linguística através dos tempos, pois toda língua natural evolui constantemente, adaptando-se às necessidades de cada contexto sócio-histórico. Camacho (1988) afirma ser preciso observar dois estados sucessivos da língua para que se perceba a variação histórica.

O presente trabalho deteve-se com maior atenção na metodologia da Sociolinguística Variacionista e nas classificações propostas por Castilho (2010) e Camacho (1988), pois, nas análises da presente pesquisa serão utilizados alguns princípios desta teoria.

Sob esta teoria, os dados de dois períodos diferentes foram quantificados a fim de detectar se houve mudança no uso dos verbos *ter* e *haver*. As variáveis sociais não foram consideradas, no decorrer desta pesquisa, como demanda a Sociolinguística Variacionista, pois o objetivo é apenas verificar se houve a mudança linguística no uso destes verbos e como tal mudança é apresentada em gramáticas normativas frequentemente utilizadas por docentes do ensino de Língua Portuguesa.

#### 4 TER E HAVER – ESTRUTURAS POSSÍVEIS E ESTUDOS JÁ REALIZADOS

Observa-se que os verbos *ter* e *haver* possuem diversas funções, pois atuam em estruturas que expressam variados sentidos, como posse e existência. As estruturas de posse são sentenças em que há, obrigatoriamente, sujeito e objeto, denotando que “alguém possui algo”. As estruturas existenciais podem indicar existência e tempo decorrido, o verbo é seguido de objeto direto e, de acordo com os gramáticos, é impessoal.

Como verbos auxiliares, *ter* e *haver* atuam em estruturas de tempo composto e em estruturas modais. Nas estruturas de tempo composto, Cunha e Cintra (2008) afirmam que os verbos *ter* e *haver* são merecedores de realce particular, devido ao seu amplo uso. As estruturas modais são construções nas quais o verbo expressa futuridade e obrigatoriedade, desempenhando papel de modalizador, de acordo com Almeida e Callou (2003).

De acordo com Viotti (1998, p. 43), no latim clássico, o verbo *habere* era empregado com diferentes sentidos. Era utilizado no sentido de habitar, como em *qui Syracusis habet* (quem habita em Siracusa); em expressões cristalizadas como *bene habet* (isso está bem); também era utilizado com o significado de “estar com” ou “estar em”, como em *habere vestem* (estar com um vestido); para Viotti (1998), deste uso provavelmente deriva o sentido de posse deste verbo, pois expressões como *habere fundum* poderiam significar “habitar ou estar em um sítio” e também “ter a posse legal do sítio”.

O sentido de posse, ainda segundo Viotti (1998), desenvolveu-se e *habere* começou a competir com o uso “esse + *dativo*”, eram comuns expressões como *habeo aliquid* alternando com *mihi est aliquid* significando “eu tenho dinheiro”. Porém, aos poucos, o verbo *habere* perdeu o conteúdo semântico de posse e passou a ser mais utilizado em construções genéricas.

No latim pós-clássico *habere* começou a aparecer em orações impessoais de sentido existencial, concorrendo com o verbo *seer*. Estas construções desenvolveram-se melhor no latim vulgar. Assim, ao chegar à língua portuguesa, o verbo *haver* estava perdendo o conteúdo semântico de posse; realizando construções existenciais; e participando como auxiliar em diferentes construções.

O verbo *tenere*, de acordo com Viotti (1998), seguiu *habere* de perto. Inicialmente, *tenere* tinha um significado próximo a *manter* e *obter*, aos poucos começou a integrar orações de posse, coocorrendo com *habere*. Possivelmente, *habere* tinha preferência nas orações que denotavam posse de qualidades inerentes ao possuidor, enquanto *tenere* era mais frequente em construções de posse de bens adquiríveis ou externos ao possuidor. No português arcaico esta tendência continua, como indicado por Mattos e Silva e Machado Filho (2009), em documentos do século XIII, o verbo *ter* coocorria com o *haver* em expressões de posse de propriedade adquirível material e propriedade adquirível imaterial.

O verbo *ter* ao chegar na língua portuguesa foi esvaziado em seu conteúdo semântico, passando a atuar como verbo auxiliar em diversas orações e a ser utilizado de maneira genérica em várias construções.

Callou e Avelar (2002) organizaram tais verbos a partir das estruturas nas quais podem atuar: (i) estruturas existenciais, formadas pelo verbo impessoal mais objeto e algum locativo, por exemplo: “*há/tem cinco cadeiras na sala*”; (ii) estruturas que expressam posse, formadas pelo sujeito, pelo verbo e o objeto possuído, por exemplo: “*Juliana tem cinco pares de sapato*”, o sentido de posse, atualmente, não pode ser expresso pelo verbo *haver*, apenas pelo verbo *ter*; (iii) estruturas de tempo composto, em que os verbos *ter* e *haver* atuam como auxiliares de outro verbo no particípio passado, como em: “*Ele tem estado doente*” ou “*Carol havia respondido à pergunta corretamente*”; (iv) expressões modais que podem significar futuridade ou obrigatoriedade, por exemplo: “*Você tem de trabalhar*” ou “*Eu hei de fazer sucesso*”; e, por fim (v) orações em que estes verbos atuam como verbo suporte, estas podem ser entendidas como orações que expressam posse, mas o verbo *ter* ou *haver* encontra-se praticamente vazio de sentido, tornando-se possível a substituição do verbo e do objeto por uma palavra só, por exemplo, em expressões como: “*Eu tenho necessidade de sair*” que podem ser compreendidas como “*Eu necessito sair*”.

No que tange às estruturas de posse formadas por estes verbos, Mattos e Silva (2009) pontua sua participação histórica em orações subdivididas em propriedade inerente, ou seja, o objeto faz parte do sujeito, por exemplo: “*Rodrigo tem olhos verdes*”; propriedade adquirível imaterial, normalmente refere-se a substantivos abstratos, como em: “*As obras terão início em janeiro*”; e, propriedade adquirível material, por exemplo: “*Marcelo tem duas tesouras*”.

Em artigo sobre estruturas com *ter* e *haver* em anúncios do século XIX, Callou e Avelar (2002) afirmam que os estudos diacrônicos das duas formas possibilitam a consideração de muitas funções, visto que tais verbos transitam de plenos, com expressão de posse, a auxiliares, que determinam tempo, modo e aspecto, passando também pela função dos verbos denominados funcionais. Os autores postulam que, no século XIX, o uso de *haver* é predominante apenas em estruturas existenciais.

No Latim, segundo Mattos e Silva (2002a), os dois termos possuem o mesmo valor semântico, sendo ambos verbos plenos que expressam posse, mas Grandgent (1952 *apud* Mattos e Silva, 2002a) postula que, no “latim vulgar”, *habēre* já ocorre como existencial e funcional.

Nos séculos XIII e XIV, português arcaico, *haver* descreve qualquer tipo de posse, como exemplifica Machado Filho (2013, p. 266): “*hũ ã tempo aveo que em aquela terra hu sã symhon morava fez muy grandes secas e nõ podiam haver agua de guysa que os homens e as animalhas morriam todas.*”. Entretanto, o verbo *ter* passa a invadir este campo semântico, do qual exclui completamente o verbo *haver* no século XVI. Assim, neste século, *haver* passa pela sintaticização e começa a atuar no campo dos verbos funcionais e dos verbos auxiliares, *ter* ocupa também o campo existencial, passa pela gramaticalização, mas não perde lugar em nenhuma das construções.

Nas pesquisas realizadas sobre o tema, costuma-se destacar a substituição de *haver* por *ter* em todas as estruturas de que participam. Em seus trabalhos, Mattos e Silva (1989, 1996 e 1997) aponta persistentemente para a indicação das mudanças já no português arcaico, por meio da variação de *haver* e *ter*.

Em seus estudos sobre os verbos *ter*, *haver* e *ser*, Ribeiro (1996) traça um histórico desses verbos em relação aos tempos compostos. Caracteriza o verbo *haver* como um verbo lexical e pleno no Latim, mas que no português arcaico, começou a aparecer como auxiliar funcional em construções de posse inalienável e auxiliar nas formas perifrásticas e construções existenciais. A autora identifica este verbo, no português brasileiro atual, como um afixo gramatical de futuro, fenômeno que será mais bem exposto na apresentação das estruturas modais.

Já o verbo *ter* é apontado, no português arcaico, como um verbo lexical pleno, que competiu com *haver* na função de auxiliar e atualmente ocupa este

contexto. Ribeiro (1996) aponta o verbo *ser* como auxiliar verbal tanto nas perifrásticas passivas e ativas, como nas construções existenciais e locativas, no português arcaico. Segundo a autora, atualmente, possui apenas o estatuto de auxiliar em perífrases passivas.

É importante citar Mattos e Silva (2002 e 2009) que, da mesma forma, classifica tais verbos como plenos no Latim, e afirma que *habēre* ainda no latim vulgar começou a exercer a função de existencial e funcional, mas, na época, isto não estava ocorrendo com *tenēre*.

À luz destas pesquisas, serão analisados tais verbos levando em consideração estruturas de posse, estruturas existenciais, estruturas de tempo composto e construções modais, que expressam futuridade e obrigatoriedade.

#### 4.1 ESTRUTURAS DE POSSE

A principal característica das estruturas de posse está na apresentação de um sujeito antes do verbo e um objeto direto após o verbo, tal estrutura exprime o sentido de que este é possuído por aquele.

No sentido de posse, Mattos e Silva (2002a) pontua que, no século XIII, era o verbo *haver* que designava qualquer tipo de posse e, com o passar do tempo, *ter* passa a exercer a função de verbo pleno em orações de posse de objetos materiais até a posse de características inerentes; com isso, em meados do século XVI, o verbo *haver* é excluído de tais construções.

Eleutério (2003), ao descrever as diferenças semânticas entre os verbos, explica que, no português medieval, o verbo *haver* possuía o significado de adquirir, alcançar e obter; enquanto o verbo *ter* expressava o sentido de manter, guardar ou possuir. De acordo com a autora, ocorria a troca do verbo *ter* pelo *haver*, mas mantinha-se clara a diferença nos significados. É possível inferir que a semelhança dos sentidos possibilitou que o verbo *ter* avançasse cada vez mais o domínio do verbo *haver* no sentido de posse.

De acordo com Mattos e Silva (2002a), o verbo *haver*, que tinha, inicialmente, o sentido de posse só expressa este sentido praticamente até o século XVI, quando foi totalmente substituído pelo verbo *ter*.

Segundo Mattos e Silva (1996) o avanço do verbo *ter* no campo semântico de posse corresponde à época em que a Língua Portuguesa estava

mudando de estágio: do português arcaico para o português moderno. Portanto, a autora ressalta que o desaparecimento do verbo *haver* possessivo e o surgimento de *ter* existencial, assim como outros fenômenos, podem ser indícios de uma nova fase do português.

Como a mudança não ocorreu de maneira abrupta, mas lenta, há casos em que o verbo *haver* pode ser interpretado com o sentido de posse ou existencial. Como não é possível definir se o verbo é existencial ou possessivo, Mattos e Silva (1996) denomina estas construções de ‘contextos opacos’. Na análise dos verbos *ter* e *haver* no *corpus* de Paranaguá é possível verificar a ocorrência destes contextos opacos.

#### 4.2 ESTRUTURAS DE TEMPO COMPOSTO

De acordo com Batista (2012), as estruturas em que os verbos *ter* e *haver* antecedem o particípio de um verbo podem ser consideradas resquícios da formação sintática latina, decorrente dos temas *infectum* e *perfectum* (Eleuterio, 2003 *apud* Batista, 2012).

Possivelmente, com o tempo, estas orações passaram por reorganizações semânticas e morfossintáticas que possibilitavam diferentes interpretações da oração formada por *ter* ou *haver* + particípio passado + complemento direto.

Atualmente, os verbos *ter* e *haver* são considerados os principais verbos auxiliares com os quais são empregados os particípios regulares, ex. “O governo **havia aceitado** a proposta dos trabalhadores.” (Faraco; Moura; Maruxo, 2010, p. 312).

No início, de acordo com Batista (2012), a forma verbal no particípio estava relacionada ao complemento direto e funcionava como adjetivo. Assim, o verbo apresentava desinências de gênero e número de acordo com o objeto a que se referia.

Para a formação do tempo composto, Mattos e Silva (1996) caracteriza o *haver* como dominante no período arcaico; já no século XVI, o *ter* passa a explorar o campo das estruturas de período composto, assim como de orações existenciais.

#### 4.3 ESTRUTURAS MODAIS

As estruturas de valor modal são assim organizadas: sujeito, verbo *haver* ou *ter*, preposição *de* ou *que* seguida por um verbo infinitivo, por exemplo, “**Temos** de trabalhar no próximo sábado.” e “**Havemos** de conseguir o prêmio do Concurso de Poesia da escola.” (Faraco; Moura; Maruxo, 2010, p. 330). Estas estruturas indicam que o sujeito precisa fazer algo, expressando o valor de obrigatoriedade, ou que o sujeito vai fazer algo, expressando apenas a futuridade.

De acordo com Batista (2012), é possível questionar se as orações modais com o verbo *ter* e *haver* são semelhantes semanticamente. Mattos e Silva (1996) afirma que o verbo *haver* expressa apenas futuridade, enquanto o verbo *ter* expressa obrigatoriedade e futuridade.

Ao observar a diacronia da língua, neste aspecto, verifica-se como as formas de futuro expressas por *haver de* são fundamentais no processo de formação do futuro sintético do português. De acordo com Castilho (2010), no Latim, o futuro em *-bo* foi substituído pela forma analítica [V + *habere*]. Como o Latim admitia certa flexibilidade na ordem dos constituintes, a perífrase verbal podia ocorrer com o verbo principal antes ou após *habere* (*amare habeo* / *habeo amare*). Da primeira construção, resultou o futuro sintético (*amar-hei* > *amarei*), enquanto da segunda estrutura resultaram as formas de modalização (*hei de amar*) e o futuro analítico, geralmente formado pelo verbo *ir* + infinitivo, atualmente preferido pelos falantes.

No português arcaico, segundo documenta Mattos e Silva (1996), apenas *haver* era usado como ‘auxiliar aspectual de futuridade’. De acordo com dados de trabalhos da autora, ao menos nos Diálogos de São Gregório e na Carta de Caminha, ainda não havia a variação entre *ter* e *haver* nesse tipo de construção. A variação começa a surgir em meados do século XVI (Mattos e Silva, 2002a), mas não exatamente com os mesmos valores semânticos.

#### 4.4 ESTRUTURAS IMPESSOAIS

Por volta do século XVI, quando *ter* se torna o verbo padrão para expressar a posse, tal elemento verbal começa também a penetrar o campo das orações existenciais. Consequentemente, *haver*, que já havia suplantado o uso do

verbo *ser* como existencial, começa a dividir certos contextos com a forma inovadora *ter*. Assim, inicia-se uma mudança que pode ser englobada dentre os aspectos que permitem distinguir uma norma linguística brasileira distinta da de Portugal (CALLOU E AVELAR, 2001).

As construções existenciais, em geral, são caracterizadas pelo esquema: verbo *ter* ou *haver* seguido por objeto direto. Costumam ser denominadas construções impessoais pelas gramáticas normativas, uma vez que não apresentam sujeito, mantendo-se invariáveis na terceira pessoa do singular. Os exemplos apresentados por Faraco, Moura e Maruxo (2010, p. 312) para este tipo de construção são: “**Houve um espetáculo ontem**” para acontecimento, e “**Há poucos alunos na sala**”, para existência.

Outra característica importante das existenciais prototípicas é a presença de uma expressão locativa ou temporal na sentença, pois, segundo Lyons (1979), para afirmar que alguma coisa existiu, é necessário complementar com informações sobre quando ou onde. No português arcaico, tais expressões podiam ser consideradas obrigatórias, segundo Mattos e Silva (1996), mas facultativas no português brasileiro.

No português europeu, conforme Carrilho e Pereira (2011), as ocorrências do verbo *ter* existencial ainda são poucas, se comparadas às do português brasileiro, mas já podem ser observadas em algumas localidades.

No capítulo seguinte, serão contempladas as abordagens gramaticais no ensino de língua portuguesa no Brasil no decorrer dos anos, bem como a situação em que estão os estudos sobre este ensino e as abordagens propostas por pesquisadores.

## 5 GRAMÁTICA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

### 5.1 PERCURSO HISTÓRICO

Para resgatar a história do ensino de língua portuguesa no Brasil, retomaram-se os trabalhos de Mattos e Silva (2005) e Soares (2002).

O ensino no Brasil colônia era dominado pelos jesuítas e, de acordo com Cunha (1985), não havia espaço para o ensino do vernáculo, mas a língua portuguesa era apenas instrumento para a alfabetização. Alfabetizados, os alunos passavam a aprender a língua latina, pois os escolarizados pertenciam às camadas superiores da população e buscavam integrar-se ao modelo educacional da época que estava fundamentado no Latim.

De acordo com Soares (2002), a inclusão de uma disciplina que abordasse a Língua Portuguesa nas escolas só ocorreu nas últimas décadas do século XIX, já no fim do Império. A autora afirma que a demora para a inclusão de tal disciplina deve-se também ao fato de que, anteriormente, a língua portuguesa não era a predominante; como visto anteriormente, havia outras duas línguas denominadas línguas gerais no território brasileiro; além disso, Soares (2002), como Cunha (1985), chama a atenção para o ensino de Latim nas escolas.

Ainda que o Latim fosse predominante, Soares (2002) expõe que os jesuítas valiam-se da língua geral para ensinar e catequisar, de tal modo que o Padre José de Anchieta sistematizou esta língua. O Padre Antônio Vieira, em meados do século XVII, declara que a língua geral era a mais falada e os meninos aprendiam a língua portuguesa na escola. Soares (2002), sobre esta afirmação de Vieira, reitera que, neste momento, a língua portuguesa era apenas instrumento de alfabetização e não consistia em componente curricular.

Verney, de acordo com Soares (2002), propôs, em 1746, um método para o estudo da língua portuguesa na alfabetização e nos ensinamentos gramaticais, precedendo os estudos da gramática da língua latina. Com este novo método, a gramática da língua portuguesa passou a ter o *status* de componente curricular ao lado da retórica. A proposta de Verney passou a ser aplicada apenas depois da reforma pombalina.

Por volta de 1750, o Marquês de Pombal tornou o uso da língua portuguesa obrigatório com o propósito de instaurar os costumes da metrópole na colônia, “desterrando” os seus antigos costumes. Apesar de serem controversas as decisões pombalinas, não se pode negar que tais medidas contribuíram para a consolidação da língua portuguesa no Brasil e sua inclusão nas escolas.

De acordo com Soares (2002), o ensino da língua portuguesa, desde a reforma de Marquês de Pombal até o fim do século XIX, abordou conteúdos relativos à gramática das línguas latina e portuguesa e à retórica. A língua portuguesa, considerada língua vulgar, era vista como um instrumento para aprender a gramática da língua latina, língua clássica.

Aos poucos, a língua latina foi perdendo o seu uso e valor social e, no início do século XX, perdeu também seu lugar enquanto componente curricular nas escolas. Consequentemente, a gramática do português passou a ter mais autonomia, Soares (2002, p.162) aponta uma possível causa para este fato:

Contribuíram sem dúvida para isso as numerosas gramáticas brasileiras que surgem a partir do século XIX, como consequência não só da instalação, em 1808, da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, o que cria condições para a edição de obras de autores brasileiros, e logo surgiram várias gramáticas (sempre escritas por professores e dirigidas a professores e alunos, o que atesta a importância dos estudos de gramática na escola), mas também da progressiva constituição desse objeto – a língua como sistema – como uma área de conhecimento.

Nesse ínterim, a língua portuguesa era ensinada a partir de três disciplinas: gramática, retórica e poética. No fim do Império, as três disciplinas fundiram-se em uma que se denominou Português. Soares (2002) afirma que esta fusão e mudança de nomenclatura não significaram mudanças nos conteúdos curriculares. Até meados de 1940, manteve-se a tradição do ensino de gramática, retórica e poética nas aulas de língua portuguesa.

Apenas na metade do século XX, de acordo com Soares (2002), houve real mudança no ensino de língua portuguesa nas escolas, devido a mudanças nas condições sociais e culturais, além de progressivo aumento no acesso às escolas, fatores que motivaram a reformulação nos objetivos e funções das instituições de ensino.

Com tais mudanças, o ensino de gramática passou, aos poucos, a ser reanalisado. Nos anos 50, já não há mais manuais didáticos separados para gramática e texto, mas um único manual que contempla as duas frentes, as quais, apesar de estarem nos mesmos manuais, ainda estão separadas graficamente por seções de cores diferentes e em espaços diferentes do manual. Já nos anos 60, gramática e texto aproximam-se um pouco, cada capítulo evidencia um tópico para texto e interpretação e outro para gramática. Apesar das mudanças referidas, Soares (2002, p. 167) afirma que a gramática ainda exercia primazia sobre o texto, perdurando a tradição de ensino proveniente do século XVI.

O ensino de língua portuguesa nas escolas, bem como de diversas disciplinas, sofreu transformações reais nos anos 70, com a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5692/71). Com isso o ensino de Língua Portuguesa foi alterado, pelo menos em tese, o ensino gramatical não era mais considerado prioridade. Esta e outras mudanças devem-se aos acontecimentos políticos da época, frutos da intervenção do governo militar.

Soares (2002) denota que a língua, neste contexto educacional, era considerada instrumento para o desenvolvimento. Os objetivos do ensino passam a ser pragmáticos e utilitários, visando ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do aluno enquanto emissor e receptor de mensagens. Assim, não se trata do estudo da língua, ou sobre a língua, mas do treinamento para o uso da língua.

O ensino de gramática começa a ser questionado e a polêmica, até então inconcebível, sobre ensinar ou não a gramática, começa a ser instaurada. Nos livros didáticos amplia-se a variedade dos gêneros textuais utilizados. Os gêneros literários, antes exclusivos, abrem espaço para outros gêneros como quadrinhos, textos jornalísticos, além de textos não-verbais.

Com tantas mudanças e poucos resultados, na segunda metade da década de 80, os professores que estabeleciam maior contato com as novas teorias das ciências linguísticas, inseridas nos cursos de Letras nos anos 60, demonstraram-se insatisfeitos com o ensino de língua portuguesa vigente na época e passaram a buscar conhecimentos oriundos dos estudos linguísticos para aplicação em sala de aula.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) para o ensino de Língua Portuguesa são resultados dos estudos das teorias linguísticas trazidas ao Brasil na década de 60. Além disso, o ensino de língua portuguesa vem caminhando

sob esta sombra: as tentativas de unir o ensino de gramática ao texto, tornando o ensino de língua portuguesa um instrumento para tornar o alunado capaz de interagir com a sociedade.

## 5.2 ENSINO DE GRAMÁTICA

A gramática tradicional, de acordo com Mattos e Silva (2002a), estabelece regras para o uso de um modelo, ou padrão da língua, a fim de orientar os falantes de outras variantes da mesma língua e até mesmo os que dominam algumas das regras referentes a este padrão.

A autora relata os estudos gramaticais desde os primórdios, na Grécia antiga e contrapõe os sofistas a Platão, afirmando, baseada em Lyons (1979), que o erro clássico de tomar a escrita como precedente ao uso e sistematizar uma variante da classe privilegiada em detrimento das outras se iniciou nestes primeiros estudos da língua grega e, posteriormente, latina.

É possível observar que a diferença entre a fala e a escrita já existia desde os primeiros estudos sobre gramática das línguas. O mesmo verifica-se sobre a distância entre a norma praticada pelos falantes cultos e a norma apresentada pelos compêndios gramaticais.

De acordo com Barbosa (2011, p. 37), a norma culta é aquela mantida pela sociedade, o autor enfatiza ainda que se não houvesse compêndios gramaticais para normatizar a língua, a sociedade manteria sua noção do bem falar e bem escrever, pois a norma é, também e principalmente, imposta pela sociedade. Assim, haveria diversas normas e diversas variedades das normas.

O autor defende que a norma padrão é baseada na língua artificial, enquanto a língua utilizada, ainda que a mais culta, consiste em língua natural; compreende-se língua natural e artificial como de uso espontâneo e de uso monitorado, assim sempre haverá divergências entre norma padrão e norma culta. O autor ainda insiste que o fato de, aparentemente, os portugueses falarem de maneira mais próxima à norma padrão tem por motivo as gramáticas terem sido produzidas com base em escritos portugueses. Quando muito, baseadas em escritores brasileiros espelhados nos usos portugueses.

Estas diferenciações entre norma culta e norma padrão corroboram o estudo de Faraco (2002). Para o autor, norma linguística é o uso comum da língua

por um determinado grupo, portanto, em uma sociedade diversificada e estratificada, há inúmeras normas linguísticas. Dessa forma, a norma culta é a norma do grupo social que lida mais diretamente com a cultura escrita e usa correntemente a língua em situações mais formais.

Faraco (2002, p. 40) enfatiza que o conceito de norma culta não pode se confundir com o de norma padrão. A norma padrão, conforme o autor, é resultado de um processo fortemente unificador, desencadeado pela cultura escrita, associada ao poder social; tal processo visa a uma relativa estabilização da língua, neutralizando a variação e controlando a mudança.

A norma padrão desconsidera marcas dialetais salientes na sociedade, tornando-se uma referência “supra-regional e transtemporal” que produz um efeito unificador sobre as demais normas. Assim, a norma padrão age como uma força centrípeta no interior da língua que, por se tratar de um fenômeno social, é inerentemente centrífuga, mas o padrão não suplantará a diversidade, pois para isso seria necessário tornar a sociedade homogênea e extinguir o movimento e a história (Faraco, 2002, p. 42).

No Brasil, ainda de acordo com Faraco (2002), a norma padrão foi construída a partir de um modelo lusitano de escrita praticado por alguns escritores do Romantismo, tornando-se excessivamente artificial. Assim, mesmo que a norma culta seja a mais próxima da norma padrão, aquela ainda se distancia em muito desta, motivando, na sociedade brasileira, uma atitude normativista que busca e condena usos, mesmo os correntes na norma culta, que fujam às regras impostas pelos compêndios gramaticais mais tradicionais.

Mattos e Silva (2005), citando o ensaio *O português no Brasil*, de Houaiss (1985), evidencia que, mesmo com a democratização do ensino, a norma padrão era tida como a única digna de ser ensinada e comentada em sala de aula, enquanto as outras variedades eram discriminadas e deveriam ser sanadas. A autora cita o Parecer Renault de 1975, por meio de Moraes (1992), a fim de demonstrar ainda mais o desejo de purificar a língua.

Castilho (1980) depreende duas orientações básicas para a elaboração de gramáticas normativo-prescritivas. A primeira orientação consiste no normativismo em relação à sociedade, destacando a norma como fator de aglutinação social – envolvendo relações entre língua e nação, língua e império e língua e mobilidade social –, ou como bom gosto literário, ou, como fonte de

autoridade do gramático sobre a sociedade. A segunda orientação é voltada para a própria língua e considera a fidelidade linguística – fator predominante no Brasil devido à culturalização em Latim após a alfabetização, o privilégio da língua escrita e a oposição entre a lógica da língua e a língua natural.

Castilho (2002) afirma que houve e ainda há, em alguns ambientes, uma fase em que, de maneira simplificada, identificava-se uma variante diacrônica ou geográfica como o melhor português a ser falado e ensinado.

Com a evolução dos estudos linguísticos e com a busca por uma alternativa de ensino da língua que fuja ao simples ditado de regras, alguns professores tomaram para o ensino da língua portuguesa o “vale tudo”, como postura demagógica de democratização da língua e luta contra o preconceito linguístico, porém isto, segundo Castilho (2002), é tão ou mais prejudicial para o ensino que o privilégio da gramática normativa anteriormente vigente.

O autor esclarece que, de um extremo, partimos para outro, mas há uma maneira de apresentar ao aluno as outras variedades da língua e ao mesmo tempo torná-lo apto para a comunicação em qualquer situação:

Valendo ao ensino qualquer modalidade de língua, pois ‘tudo comunica’, posição demagógica e igualmente inoperante que se documenta em alguns procedimentos didáticos. O mais adequado será sensibilizar o aluno para a variabilidade linguística, correlacionando-a com as situações a que corresponde: ... conduzimos assim o aluno a evitar preconceitos e a preparar-se para uma eventual mudança de ambiente. (CASTILHO, 2002)

De acordo com Mattos e Silva (2005, p.41), o Projeto NURC teve o intento de observar as normas do português culto no Brasil, descrevendo sua gramática, para talvez influenciar gramáticas pedagógicas, fornecendo bases da variedade real do português no Brasil. Vale ressaltar que a gramática publicada por Castilho (2010) e analisada neste trabalho é, em parte, fruto dos trabalhos do Projeto NURC junto a outros projetos.

Mattos e Silva (2004b, p. 19) refuta a afirmação de que vai mal o português falado no Brasil e defende que o que acontece é o deslocamento do problema. Não se compreende, ou não se quer compreender, que os falantes no Brasil dominam a sua variedade linguística, mas não dominam a norma imposta de maneira arbitrária por outro grupo social.

Cabe, portanto, ao ensino de português nas séries escolares fazer os indivíduos perceberem que a aquisição linguística é um processo contínuo de conhecimento e de re-conhecimento da multiplicidade de manifestações possíveis de sua língua – desde os extremos dos usos populares aos extremos dos usos acadêmicos, perpassando por eles as variedades regionais – e que poderão dar a qualquer um o poder que todos têm o direito de ter sobre a língua materna. (MATTOS E SILVA, 2004b, p. 36)

Mattos e Silva (2004b) reitera que a crise no ensino de língua portuguesa tem a sua origem no “erro clássico” mencionado por Lyons (1979), pois objetiva ensinar uma variedade padrão imposta pelo grupo social dominante em detrimento das outras variedades linguísticas. Encara-se assim o ensino da língua materna como um ensino de correção e a escola constitui-se uma “escola reprodutora” da sociedade dominante.

De acordo com Mattos e Silva (2004a, p. 77), se a valorização da diversidade da língua for devidamente trabalhada na escola, será atingido o objetivo final de tornar o estudante um falante pluridialeto. Se o estudante tornar-se capaz de distinguir as ocasiões em que pode utilizar cada variedade e de utilizá-las com maestria, será um sujeito que não se calará, mas se fará ouvir, que não tentará abster-se da escrita, ou escrever o mínimo que puder, mas valorizará a escrita, a partir do gosto adquirido pela leitura.

A autora defende que o ponto de partida para o ensino da língua materna deve ser a língua falada, já dominada pelo estudante. A partir da fala e de sua consciência metalinguística, o professor pode explorar as propriedades estruturais da língua, pois os alunos já têm consciência de que há estruturas agramaticais na língua e sabem que também existem impossibilidades semânticas. Tomando-se como ponto inicial para o ensino o saber linguístico que o aluno já possui e desenvolvendo a partir dele novos conhecimentos metalinguísticos, o aluno poderá se tornar mais capaz de pensar a sua língua e suas variedades.

O ensino de gramática no momento propício é tão necessário, quanto o ensino de matemática, filosofia e de outras disciplinas que proporcionam o desenvolvimento criador do aluno, visto que “na confluência da razão e da criação estão, certamente, as formas de saber que mais condições apresentam para a formação intelectual e afetiva do ser humano em seu processo de escolarização” (Mattos e Silva, 2004b, p. 84).

Outro motivo para o ensino da gramática, segundo Mattos e Silva (2004b), é histórico: os alunos não podem ser privados desse saber e dessa busca pelo conhecimento do funcionamento da língua que, no ocidente, se iniciou na Grécia clássica.

Além das razões pedagógicas e históricas, a autora também apresenta uma razão social para o ensino da gramática na escola, argumentando que o conhecimento gramatical da língua é necessário à prática dessa língua em todos os seus momentos de uso.

É importante finalizar este capítulo com a consciência de que o objetivo de a língua portuguesa ser ensinada nas escolas deve ser o exposto por Mattos e Silva (2004b): formar um aluno que saiba falar diversas variedades da língua e que possa se comunicar pela língua escrita e falada.

## 6 ANÁLISES DOS VERBOS TER E HAVER NOS DOCUMENTOS DE PARANAGUÁ

### 6.1 ANÁLISE DOS VERBOS TER E HAVER NOS DOCUMENTOS SETECENTISTAS E OITOCENTISTAS DE PARANAGUÁ

Para a observação dos usos dos verbos *ter* e *haver* em Paranaguá, nos séculos XVIII e XIX, foram analisados 213 documentos. Oitenta documentos foram manuscritos no século XVIII e datados entre 1721 e 1800. Já os documentos redigidos no século XIX somam 133, os primeiros datados do ano de 1802 e os últimos foram manuscritos no ano de 1821.

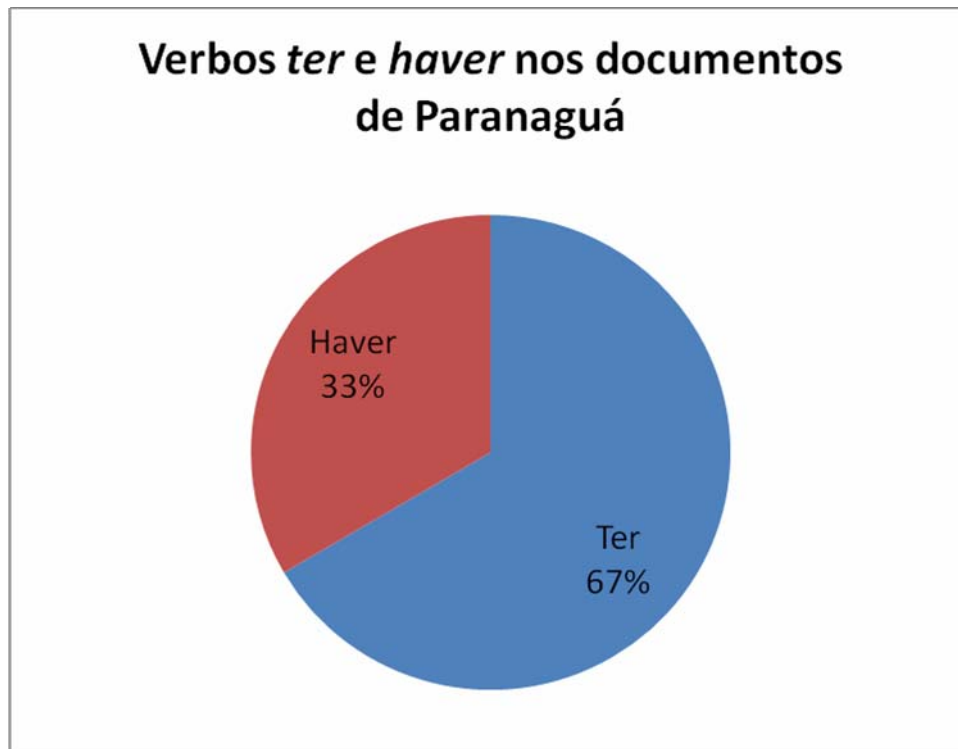
Nestes documentos, observa-se a presença de possíveis arcaísmos, palavras que não são mais utilizadas pela comunidade parnaguara, como comprovado por Vasconcelos (2013), como as expressões “*botar pingos*” (p.144) e “*demitir*”, no sentido de abandonar e deixar (p. 151).

A ortografia dos manuscritos não obedece à norma padrão da língua, por exemplo, no documento 593: *notesiarnos* para noticiarmos; *poçiuél* para possível. Diversas vezes a mesma palavra é grafada de maneiras diferentes pelo mesmo autor e no mesmo documento, como é possível observar no documento 603, em que o autor grafa na terceira linha a palavra *offesiais* e, no mesmo documento, na décima quinta linha, a mesma palavra é grafada de maneira diferente: *offeçiais*. Além dessas características da ortografia, nos documentos também há exemplos de usos sintáticos e semânticos diferentes dos utilizados atualmente. Vários trabalhos vinculados ao Projeto Para a História do Português Paranaense e ao Projeto Léxico Histórico do Português Paranaense analisam tais características nos documentos.

Para este trabalho, com o auxílio do programa Lexico 3 foram contabilizadas as vezes em que os verbos *ter* e *haver* ocorreram nestes documentos, considerando as diversas formas ortográficas que estes verbos poderiam apresentar. Depois de contabilizados, cada oração foi analisada a fim de considerar se o verbo possuía valor existencial, de posse, ou de auxiliar tanto em estruturas modais como de tempo composto.

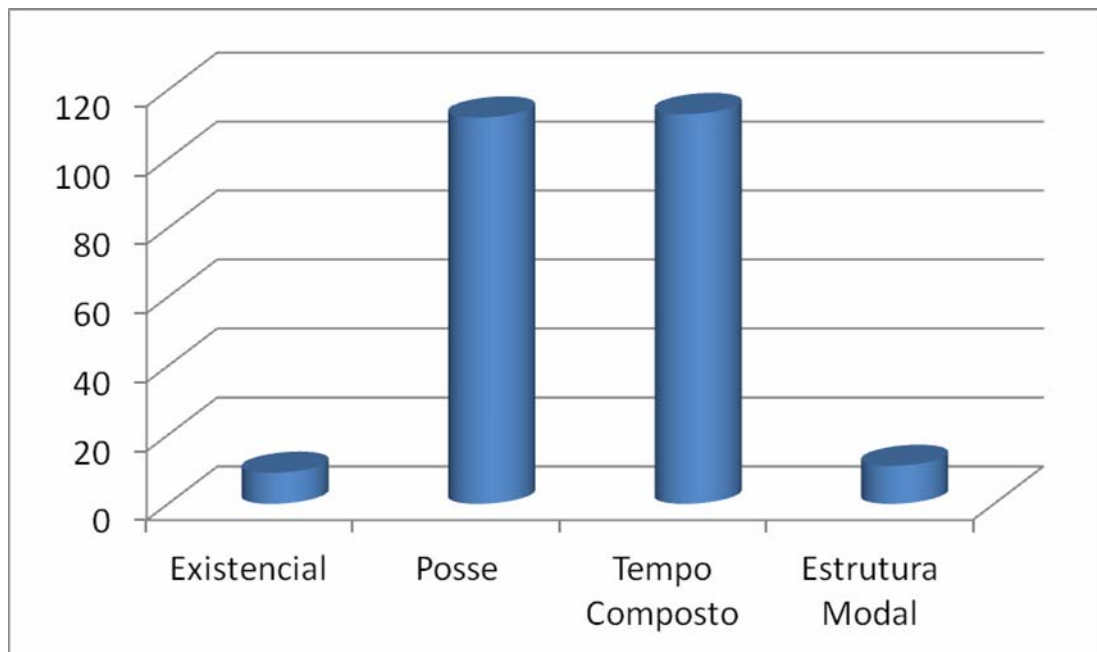
A seguir, é apresentado um gráfico apontando a quantidade de vezes em que os verbos *ter* e *haver* ocorreram nos documentos analisados:

**Gráfico 1** – Verbos *ter* e *haver* nos documentos de Paranaguá.



O verbo *ter* ocorreu em todas as estruturas: 231 vezes; enquanto o verbo *haver* foi utilizado apenas 115 vezes. Percentualmente, verifica-se que, em 67% do total, o verbo *ter* foi selecionado, enquanto o verbo *haver* ocorreu em 33% dos casos, indicando a predominância do verbo *ter* em dois terços do total das ocorrências. Como observado por Mattos e Silva (2002), o verbo *ter* vem tendo vitórias contínuas sobre o verbo *haver* em quase todas as estruturas. Para indicar as ocorrências dos verbos *ter*, de acordo com os tipos de estrutura, foi elaborado o gráfico 2:

**Gráfico 2** – Disposição do verbo *ter* de acordo com as estruturas.



A partir dos dados do gráfico 2, observa-se que, dentre as ocorrências do verbo *ter*, o tipo de estrutura predominante é de tempo composto, com 113 ocorrências correspondendo a 46% do total. À guisa de exemplo, seguem algumas orações presentes nos documentos:

*“**Tem** esta Camera **Representado** a Vossa Excelencia a grande nesidade em que ficam os moradores desta villa”* (Doc. 591, 1722, linha 23).

*“**Temos vsado** de disimulaçam como vnico meio pera os avermos as maõs”* (Doc. 609, 1723, linhas 14 e 15).

As orações que expressam tempo composto são utilizadas nestes documentos da mesma maneira que são utilizadas atualmente, não há diferença semântica ou sintática. Nestas orações, as diferenças recorrentes são de cunho ortográfico.

As estruturas que expressam posse vêm logo depois das de tempo composto e contam com 109 ocorrências, correspondendo a 45% do total nos documentos analisados, apenas os dois tipos de estruturas somam 91% de todas as ocorrências do verbo *ter*. As estruturas de posse, como esclarecido na seção 4.1., podem ter o sentido de propriedades inerentes ao possuidor; propriedades adquiríveis imateriais (haver/ter fé; haver/ter vergonha); e, propriedades adquiríveis materiais (haver/ter casa; haver/ter dinheiro).

As estruturas que apresentam o sentido de posse de propriedades inerentes ao possuidor somam apenas duas ocorrências:

*“e ser esta Villa huã terra que **tem** tres Barras onde huã he franca”* (Doc. 592, 1722, linha 14).

*“Raphael Pires Pardino em correÿcaõ ante Vendo que os Reverendos Padres se asenhoreavaõ de sem [brasas de chaons] em coadra Na Milhor paraje que **tem** esta villa”* (Doc. 627, 1743, linha 23).

As referências à posse inerente ao possuidor são poucas devido aos assuntos tratados nestes documentos, normalmente assuntos políticos que remetem a aquisições e a problemas sociais, políticos e financeiros das vilas.

As duas ocorrências foram consideradas propriedade inerente ao possuidor por se tratarem de posse de características geográficas, impossíveis ou difíceis de modificar. Na primeira ocorrência, o possuidor é a “terra” e a propriedade são “três barras”. As barras nesse contexto são compreendidas como as entradas para as navegações, entendidas como características naturais da geografia da vila de Paranaguá. Assim como a “Milhor paraje”, na segunda ocorrência, significando o melhor espaço de terra da vila, o qual já pertence à vila, por isso lhe é inerente.

As estruturas que fazem referência à posse de propriedades adquiríveis imateriais consistem em sessenta e cinco ocorrências, seguem alguns exemplos das orações encontradas nos documentos:

*“he Joam da ueiga de Sequeira pois **tem** notisia e experiencia desta terra como morador”* (Doc. 594, 1721, linha 8).

*“o grande conhecimento que os Recorrentes **tem** do muito que Vossa Excelencia auxilia o Comércio”* (Doc. 711, 1803, linha 21).

*“Proveu, que os expostos recém nascidos, fossem alimentados pelos bens do concelho, e não chegando os seus rendimentos se procedesse na finta das quantias que fossem necessarias para alimentos dos mesmos na forma da ordenação do Reyno, para o que a Camara **tem** jurisdeção”* (Doc. 500, 1804, linha 33).

Dentre as ocorrências de posse, o maior número é referente à posse de propriedades adquiríveis imateriais, as propriedades mais frequentes nestas orações consistem em notícias, ordens, desejos, entre outras.

Além das sessenta e cinco ocorrências, há também uma oração em que o verbo pode ser considerado verbo suporte: o verbo está na posição de verbo

pleno de posse, porém o sentido de posse é praticamente vazio, tornando possível sua substituição por um verbo que retome o sentido do objeto, dispensando o significado de posse:

“*porque **temos** particular gosto de obedecer a Vossa Exselençia*” (Doc. 609, 1803, linha 21).

O verbo *ter* foi considerado verbo suporte nesta oração, pois o sentido de posse encontra-se apagado e a expressão “*temos particular gosto*” pode ser substituída pelo verbo *gostar* junto ao advérbio *particularmente* ou *especialmente*, mantendo o mesmo sentido da expressão utilizada.

Há também duas ocorrências em que o verbo *ter* é parte de expressões cristalizadas, como:

“*Taõ bem temos arrecomendação de Vossa Exelencia para conservação de boa uniaõ entre os Povos e pessoas encarregadas das Autoridades desta Villa, o que **temos** muinto em vista manter o caprixo de que nos temos revestido para hũ taõ Louvavel fim*” (Doc. 571, 1819, linha 23).

“*que auxiliados do voto daquele inquieto rabula Jose Joaquim Pinto de Castro, que elles **tem por** companheiro na Camera ellegendo o de barrete em falta de otro*” (Doc. 635, 1785, linha 25).

Quanto à expressão “***temos muinto em vista***”, verifica-se uma expressão cristalizada que permanece na língua portuguesa, como “ter em vista”. Já na expressão “***tem por** companheiro*”, o verbo *ter* + *por* denota o sentido de considerar, expressão também frequente nos usos da língua portuguesa no Brasil.

Já as estruturas com o sentido de posse de propriedade materiais adquiríveis também são produtivas, com quarenta ocorrências, a seguir alguns exemplos destas orações:

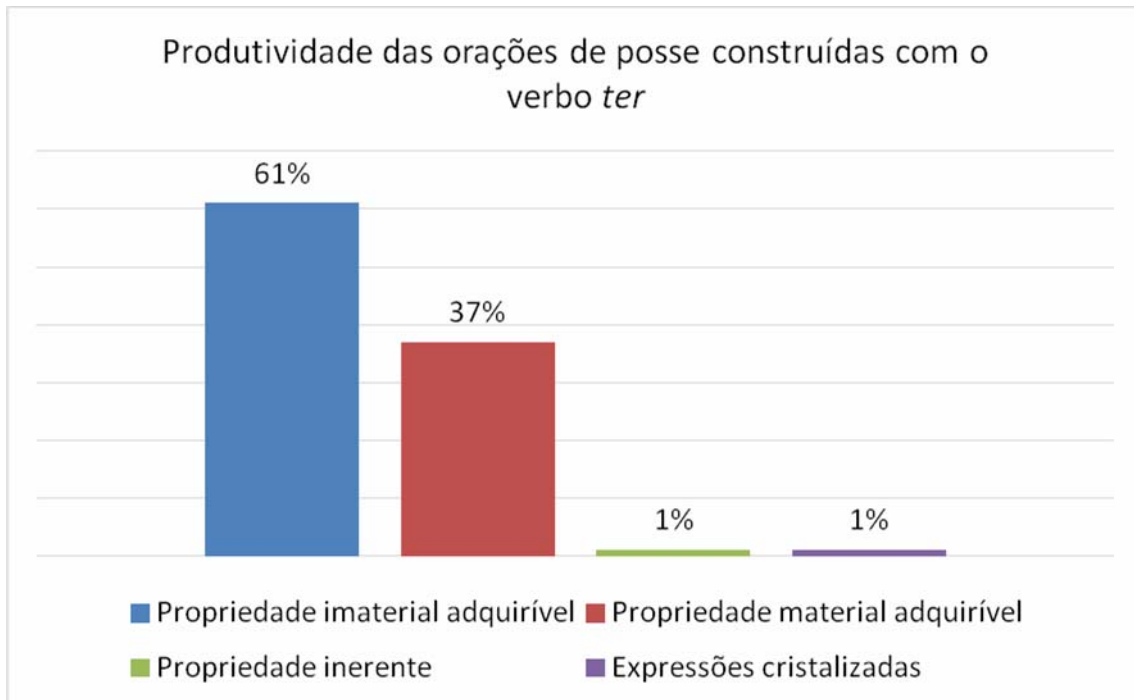
“*Rendimento que **tem** as Camaras desta Comarqua de Pernagoa cada hũ anno*” (Doc. 622, 1732, linha 1).

“*porque a Camara desta Vila esta muito Empenhada e naõ **tem** Dinheiro para as suas Despezas*” (Doc. 562, 1817, linha 16).

“*Nós **temos** todas as ividentes provas do muito que Vossa Excelência dezeja fazer floreser nesta Capitania*” (Doc. 714, 1803, linha 7).

A seguir, apresenta-se, um gráfico para a visualização dos dados referentes às orações de posse com o verbo *ter*.

**Gráfico 3** – Produtividade das orações de posse com o verbo *ter* no documentos do século XVIII e XIX.



Já as estruturas em que o verbo *ter* é impessoal correspondem a apenas 3% das ocorrências, ou seja, apenas seis vezes o verbo *ter* ocorreu sem o sujeito, em todas as ocorrências ele detinha sentido de existência. Seguem as ocorrências:

“*esta villa lhe he nesessario a gente que **tem** para sua defesa e não tiralla para outras*” (Doc. 592, 1722, linha 18).

“*alugadores incertos que se alguns mezes **tem** quem as aluguem outras eztaõ feixadas*” (Doc. 669, 1800, linha 22).

“*donde se achaõ acreditados e **tem** muitos Comissarios abondantes para fiarem*” (Doc. 711, 1803, linha 8).

“*não pode acontecer em Santos, pois não **tem** homens com forssas como naquella Cidade*” (Doc. 711, 1803, linha 11).

“*e não Santos pois nem **tem** quem compre nem quem venda fazendas*” (Doc. 713, 1803, linha 21).

“*Lourenço de Souza, e João Pereyra, que por não terem dinheiro não poderaõ gozar do indulto de sua Alteza Real, **tendoce** outros criminosos vindos da villa de Curitiba a esta cadea, os quais correrão livramento, e foraõ soltos.*” (Doc. 692, 1802, linha 16).

As estruturas que expressam obrigatoriedade e futuramente representam apenas 1%, ou seja, três vezes o verbo *ter* ocorreu com este sentido. Seguem as ocorrências:

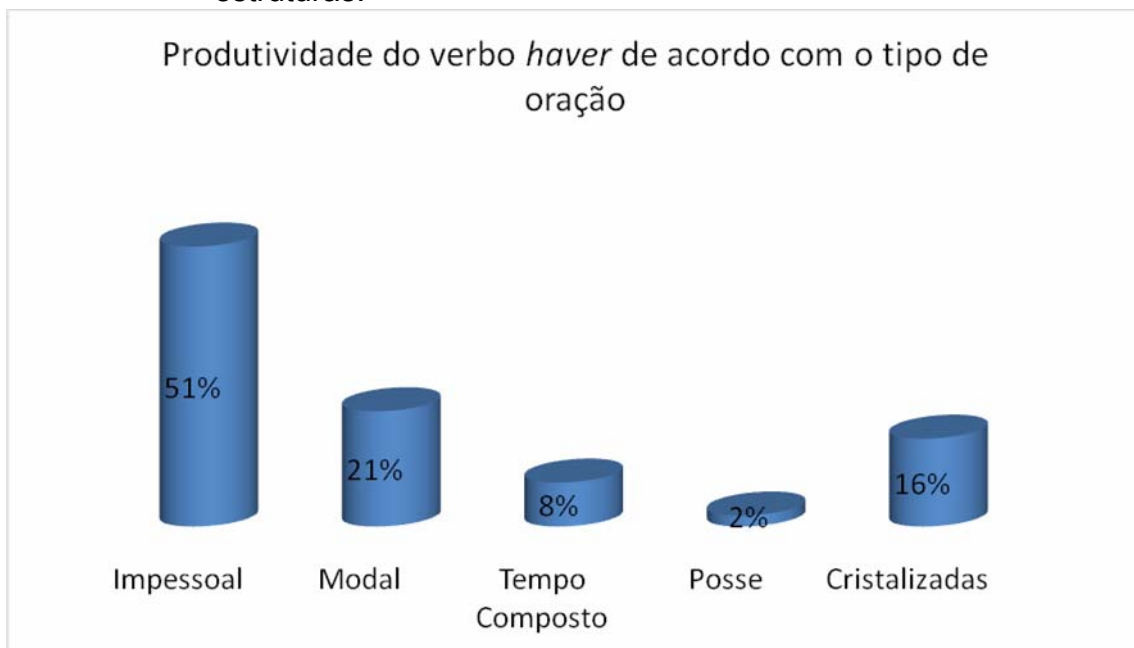
“*dividas pacivas, que por justos, e forzosos motivos tem contrahido sem as esperança deas poder amortizar com prompta sullução por falta de rendimentoss suficientes, crescendo alias as dispezas, ja pelo aumento dos Expostos, ja por outras necessidades, as quaes **tem** necessariamente **de saptisfazer***” (Doc. 582, 1821, linha 20).

“*Este Requerimento Excelentissimo e Illustrissimos Senhores he em partes fabulozo, e falta de Verdade, no que diz que lhe **tenho de negallo** a Licenca para o girio do seo Negocio*” (Doc. 118, 1818, linha 7).

“*tem o mesmo suplicante deduzido este dizer na Prezença de Vossa Excelencia e Senhorias, he querer manxar a minha Honrra pois nelle **tivece que** dizer o faria, e não havia calar se como o dis que por decencis se cala*” (Doc. 119, 1818, linha 11).

Quanto às ocorrências do verbo *haver*, verifica-se a seguinte organização:

**Gráfico 4** – Disposição das ocorrências do verbo *haver* de acordo com as estruturas.



As estruturas impessoais são as mais recorrentes no uso do verbo *haver*, tais estruturas somam 63 ocorrências, isto é, 51% do total. Como demonstrado por Callou e Avelar (2012), o verbo *haver* é predominante em orações de sentido existencial até o final do século XVIII. As estruturas modais ocupam o segundo lugar, representando 21% do uso deste verbo. As estruturas que expressam posse ocorreram 2 vezes, representando 2% da utilização do verbo *haver* nos documentos. Quanto à estrutura de tempo composto, em que o verbo *ter* foi abundante, verifica-se que o verbo *haver* foi pouco utilizado, com 8% do total.

As ocorrências do verbo *haver* impessoal podem ser divididas em orações que expressam acontecimento, tempo decorrido ou existência.

**Gráfico 5** – Produtividade das orações impessoais com o verbo *haver*.



Como exposto no gráfico 7, o verbo *haver* impessoal é mais produtivo nas orações que denotam existência, com 51 ocorrências. É importante ressaltar que em orações desse tipo, como já explorado no capítulo 4, o verbo *habere* concorreu neste campo semântico com o verbo *seer* no latim vulgar (Grandgent, 1952 *apud* Mattos e Silva, 2002a), talvez por isso seja o mais consolidado.

São apresentadas, a seguir, algumas ocorrências do verbo *haver* no sentido existencial nos documentos analisados:

*“Com efeito alcançaraõ sentença do Doutor Antonio Alvres Lanhas Peixoto, daqual apellastes para o Mui Comselho Ultramarino, e que como até agora não*

***houve** decizaõ desta apellaçaõ, me remetieis o traslado della”* (Doc. 511, 1808, linha 8).

*“A prohibicaõ que esta Camara pos de sahirim manttimenttos para fora daTerra, e não os fumos Como alega foi para aCautelar a fome que ttem **havido**, e promette **aver** pellas penarias das prezenttes Colheitas”* (Doc. 650, 1728, linha 15).

*“não foi por querermos alterar os uzos ecostumes recebidos, foi sim por hua cega e inadeventida observancia delles, como atestaõ as Certidoins e Numero primeiro, segundo, e terseiro, que mandamos a Vossa Excelencia para mostrarmos que não **houve** em nôs abuzo ou ozurpaçaõ de Authoridade”* (Doc. 551, 1815, linha 16).

No sentido de tempo decorrido, há apenas 8 orações com o verbo *haver*, referentes a 13% das ocorrências do verbo *haver* impessoal. Seguem algumas ocorrências:

*“sem que se lhe aceite velas de quarta daqueles pobres que não tem modo de poderem Comprar, como taõbem obrigarem o que este Povo dem as Aleluyas, sendo estas cobradas no tempo da descarga dos escretos, cujos onus se tem extabelecido a huñs annos a esta parte”* (Doc. 657, 1798, linha 20).

*“fizemos prender a Faustino Gomes, ordenança, homem no todo libertino, sendo cazado auzente da mulher a seis annos, e ao mesmo tempo, com outra mulher cazda”* (Doc. 542, 1812, linha 7).

*“**Ha** vinte e tantoz annoz a esta parte alguns Européoz Levantaram huns pequenoz Emgenhoz para fazer agoardente de cana”* (Doc. 664, 1799, linha 38).

As orações em que o verbo *haver* impessoal denota acontecimento são as que apresentam menor produtividade, com apenas quatro ocorrências, representando 5%:

*“no dia vinte sinco passamos pelo disgosto de **háver** hum ComFLICTO de Authoridade”* (Doc. 536, 1812, linha 20).

*“En cada alqueire de sal não chegue a prefazer o compito dos ditos quatro centos mil reis, a mesma Camera com os actuais representantes se obrigaõ a*

*completala pelos meyo que mais convenientes acharem, e **havendo** acrescimo nunca a remessa sera senaõ da quantia de quatrocentos mil reis” (Doc. 675, 1800, linha 4).*

*“Em execuçaõ do Respeitavel Officio de Vossa Excelência de treze de Janeiro do Corrente anno que nos de régio com a Copia do Avizo Regio fizemos cantar três Missas, e em todas **ouve** oraçaõ recitadas pelo Reverendo Paroco desta Freguesia, e no ultimo dia **Ouve** Procisaõ solemne e Sedeum Laudamus” (Doc. 560, 1817, linhas 7 e 8).*

Em apenas duas orações o verbo *haver* apresenta sentido de posse, a baixa produtividade do verbo no campo semântico da posse, deve-se à mudança já identificada por com Mattos e Silva e Machado Filho (2002), que verificaram que, no século XIII, português arcaico, o verbo *haver* é utilizado para designar qualquer tipo de posse, mas perde espaço e até o século XVI é completamente excluído deste campo semântico.

Para a classificação das orações como orações que exprimem posse, verificou-se a existência de um sujeito que possui um objeto, sendo este inerente, adquirível ou não, material ou não.

Seguem as ocorrências em que o verbo *haver* expressa posse:

*“Temos vsado de disimulaçam como vnico meio pera os **avermos** as maõs” (Doc. 609, 1723, linha 16).*

*“Deixar de hir ao Reino dispõr da madeira e bettas, que he a mayor abundancia das Cargas e Regreçarem com sal, e fazendas de que perciza o Comercio, asquais naõ achaõ em Santos, pois estes mesmos se vaõ surtir naquela Cidade do que percizaõ, e ainda que as **ouvessem** naõ podiaõ mudar de Negociaçaõ por deverem muitos mil cruzados” (Doc. 711, 1803, linha 5).*

Como são verificadas apenas estas duas ocorrências do verbo *haver* no sentido de posse, conclui-se que são apenas resquícios do uso anterior e que este não era corrente no período em que os documentos foram produzidos.

Há ocorrências de 20 expressões cristalizadas construídas com o verbo *haver* + *por*. Eleutério (2003) também encontrou tais expressões em seu *corpus* do século XVII e, assim como nesta pesquisa, o verbo *haver* é mais frequente que o verbo *ter*.

Seguem alguns exemplos destas ocorrências:

“*Eu havia aprovado, Me pareceo dizer-vos, que Eu **houve por bem** ordenar ao Sindicante*” (Doc. 514, 1808, linha 23).

“*Assim o **houveraõ por bem** se assignaraõ de que para constar fis este termo de juramento*” (Doc. 557, 1815, linha 1).

O verbo *haver* atua como auxiliar de apenas cinco orações de Tempo composto, isto é, apenas 8% das ocorrências do verbo. Seguem alguns exemplos:

“*Em trinta de novembro recebemos ad Vossa excelencia de dezassete do mesmo mes, e nas duas que **auiamos recebido** Logo se lhes deu a execuçaõ deuida*” (Doc. 597, 1721, linha 7).

“*Atendendo outro sim Os m[esm]os officiaes que os Reverendos Padres estauaõ bastante Mente acomodados com outros chaons~ que de novo si lhes deo na doançaõ que se lhes **avia feito** da Capella de Nossa Senhora do terço*” (Doc. 627, 1743, linha 34).

“*o Estado do Pais nos naõ permitio mais completa saptisfaçaõ do nosso dezejo, o que fazermos Sellebrar no dia por meio do corrente mes na Matris desta Villa Missa cantada, Sermaõ e de tarde Tha deo Laudamos, e Prosição, depois de **averem presedidos** tres dias de Illuminaçaõ*” (Doc. 573, 1819, linha 18).

Quanto às estruturas modais, o verbo *haver* participa de 25 orações, expressa futuridade em 13 construções e obrigatoriedade em 12, demonstrando equilíbrio e predominância neste tipo de construção. Seguem alguns exemplos de ocorrências do verbo *haver* em orações que expressam futuridade:

“*Do Arros que se acha sem preço, que nem a cento e vinte querem o Alqueire, desanimados fogem desta plantasaõ, e quaze irresoluptos senaõ sabem deLiberar a que se **haõ de aplicar** por tudo prezentemente ter pouca saida, e extrasam.*” (Doc. 669, 1800, linha 4).

“*tem o mesmo suplicante deduzido este dizer na Prezença de Vossa Excelencia e Senhorias, he querer manxar a minha Honrra pois nelle tivece que dizer o faria, e naõ **havia calar** se como o dis que por decencis se cala*” (Doc. 119, 1818, linha 12).

“*Que Vossas Mersses **hajaõ de lhe dar** inteiro Comprimentto, ffazendo observar Como despacho do Ministro Superior e para que desta Sortte Senão ponha impedimentto aos generos mencionados na Pettição*” (Doc. 650, 1798, linha 1).

A seguir alguns exemplos do verbo *haver* expressando obrigatoriedade:

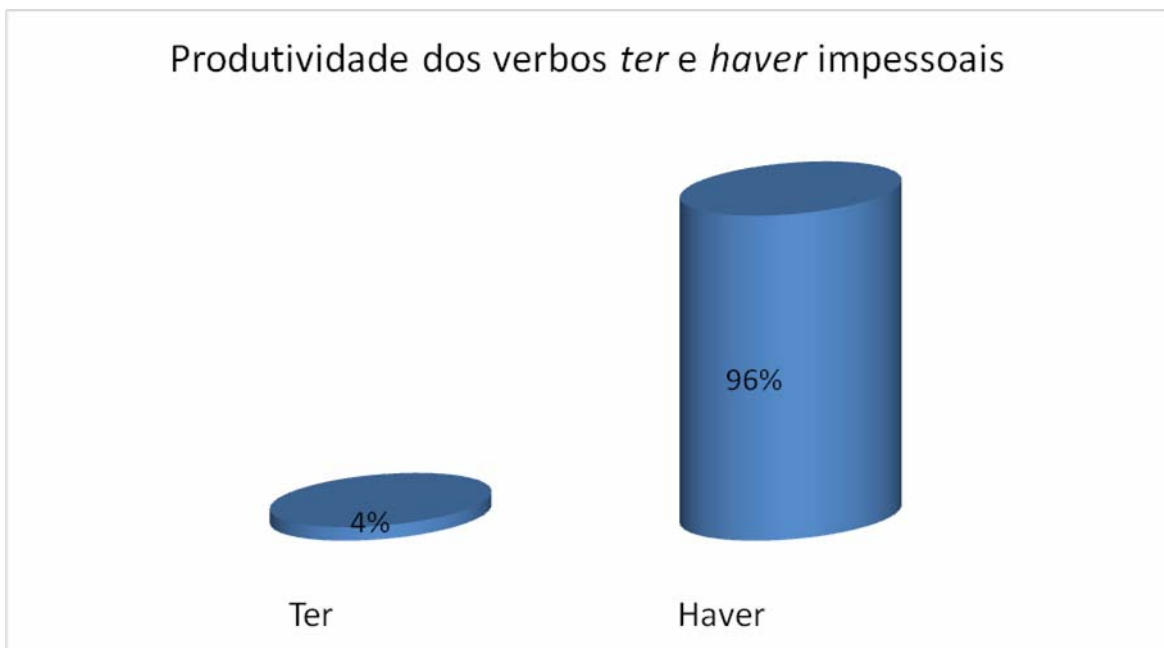
“*Proveu que em Camara se proceda na Eleiçã de Juizes dos officios Mechanicos, e de cada qualidade de officio hum Juis do officio, os quais tenhaõ poder de examinar aquelles que **ouverem de tirar** carta de officio*” (Doc. 500, 1804, linha 15).

“*Accordamos ser melhor officiar-lhe para a Villa de Coretiba para que a mesma **haja de fazer** entrar esta quantia na Thezouraria Geral da Provincia, ou dar huma rezaõ que o exima desta obrigaçã.*” (Doc. 587, 1821, linha 18).

“*para effeito de se arbitrar o quanto poderia dar esta Camera de propinas ao Secretario achou o dito Ouvidor; attendido por elle, e por nos as pocibillidades desta Camera; arbitrar 4 réis que consta da certidam junta, que vaỹ com o theor do termo do arbitramento a qual fica esta a ordem de vossa Excelencia que detriminará se se lhe **há de remeter** ou entregar cá a quem o fassa.*” (Doc. 623, 1732, linha 15).

Quanto à quantidade de ocorrências de ambos os verbos, a seguir, será apresentada uma análise comparativa de acordo com o tipo de oração. Segue o gráfico para a visualização das ocorrências dos verbos *ter* e *haver* impessoais:

**Gráfico 6** – Verbos *ter* e *haver* em estruturas impessoais



Dentre as utilizações dos verbos *ter* e *haver*, verifica-se o total de 69 ocorrências em que estes são impessoais. Deste total, 62 orações apresentam o verbo *haver*, enquanto o verbo *ter* ocorre apenas em 6 orações.

Callou e Avellar (2012) afirmam que não há um exemplo indiscutível de *ter-existencial* em documentos escritos até o século XVIII, mas a frequência de *ter* sobre *haver* em contextos existenciais chegam a 22% nos *corpora* pertencentes ao século XIX analisados pelos autores. Os documentos analisados na presente pesquisa demonstram estar neste intervalo tanto devido à sua datação cronológica quanto ao uso do verbo *ter* em sentido existencial, pois, este demonstra estar iniciando sua jornada neste contexto, com apenas 12% das ocorrências.

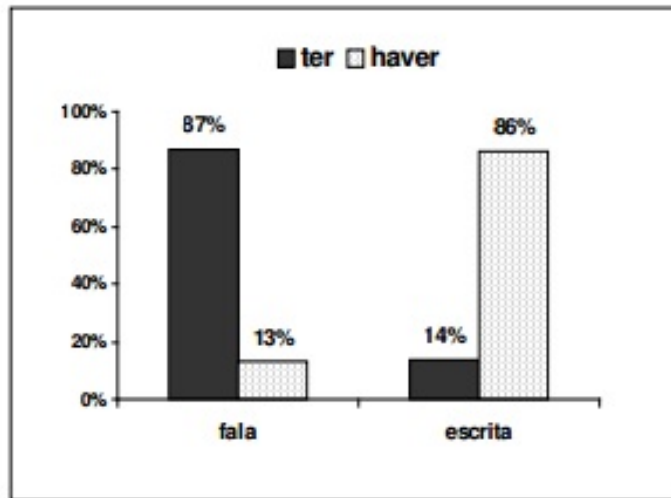
De outro lado, destaca-se o uso de *ter* por *haver*, em estruturas existenciais, que se intensifica no Brasil apenas no século XIX, época em que já se registra um percentual de 25% na língua escrita jornalística. Essa substituição constitui uma das marcas que caracterizam o português do Brasil, afastando-o do português de Portugal e aproximando-o do de Angola e Moçambique. (CALLOU, 2011, p. 25)

De acordo com Callou (2011), com base nos dados do projeto NURC no Rio de Janeiro, está comprovado o predomínio crescente do *ter* existencial na fala. Rocha et al. (1999 apud Callou, 2011) demonstram, em análise de três jornais cariocas voltados para leitores de classes socioeconômicas diferentes (O Globo, classe A, O Dia, classe B, e, Povo, classe C), que, na escrita, com exceção ao jornal O Globo, também é predominante o uso do verbo *ter* em estruturas existenciais.

Callou (2011) afirma que, mesmo os gramáticos do século XIX, início do século XX, já notaram e descreveram a substituição de *haver* por *ter*, que “vem se tornando geral no Brasil, até mesmo entre as pessoas ilustradas” (Ribeiro, 1914, p.296 apud Callou, 2011, p. 27).

Em seu trabalho, Callou e Avelar (2012) apresentam as ocorrências dos verbos *ter* e *haver* denotando existência na fala e na escrita. Segue gráfico apresentado pelos autores:

**Gráfico 7** – Frequências de *ter* e *haver* na atualidade, em contextos existenciais, na fala e na escrita *In Callou e Avelar (2012)*



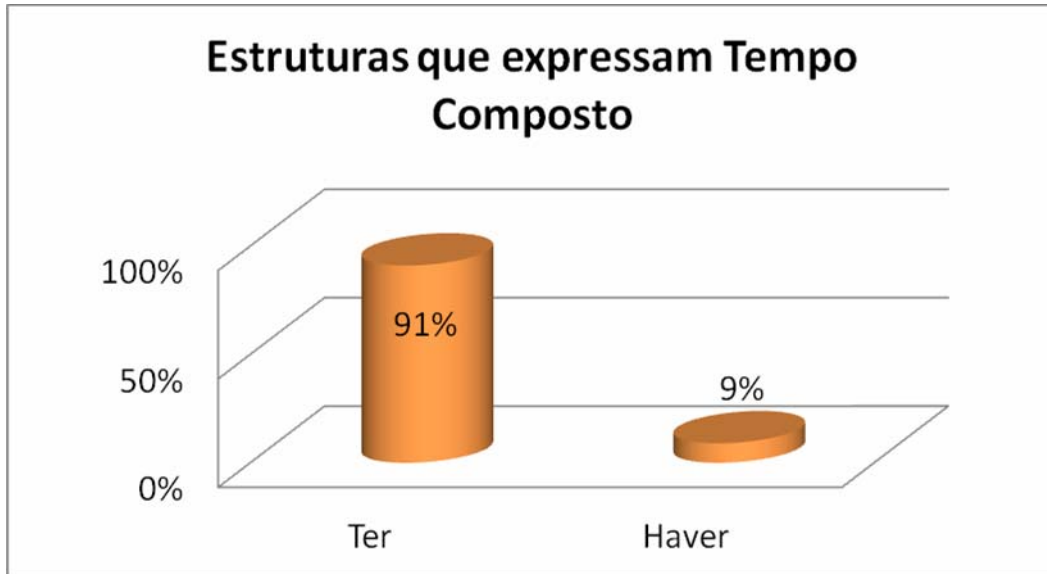
**GRÁFICO 1** – Frequências de *ter* e *haver* em contextos existenciais na língua falada e na língua escrita.

Verifica-se, com este resultado de Callou e Avelar (2012), que o verbo *haver* ainda é predominante na escrita dos dias atuais, semelhante aos documentos do século XVIII e XIX, aqui analisados.

Mattos e Silva e Machado Filho (2002) verificam, em documentos do século XVI, a pequena participação do verbo *ter* em orações existenciais, assim é possível afirmar que, nos séculos XVIII e XIX, esta tendência pouco se alterou e o verbo *haver* ainda é predominante nestas construções. O mesmo acontece com as orações de Tempo Composto, apresentadas anteriormente como as mais produtivas no presente trabalho, as quais também são mais frequentes com o verbo *ter* no trabalho de Mattos e Silva e Machado Filho (2002).

As próximas estruturas a serem observadas são as estruturas em que os verbos *ter* e *haver* não atuam como verbos plenos, mas têm a função de auxiliares. Segue o gráfico que apresenta as ocorrências dos verbos *ter* e *haver* como auxiliares em orações de tempo composto:

**Gráfico 8** – Produtividade dos verbos *ter* e *haver* em estruturas que expressam Tempo Composto

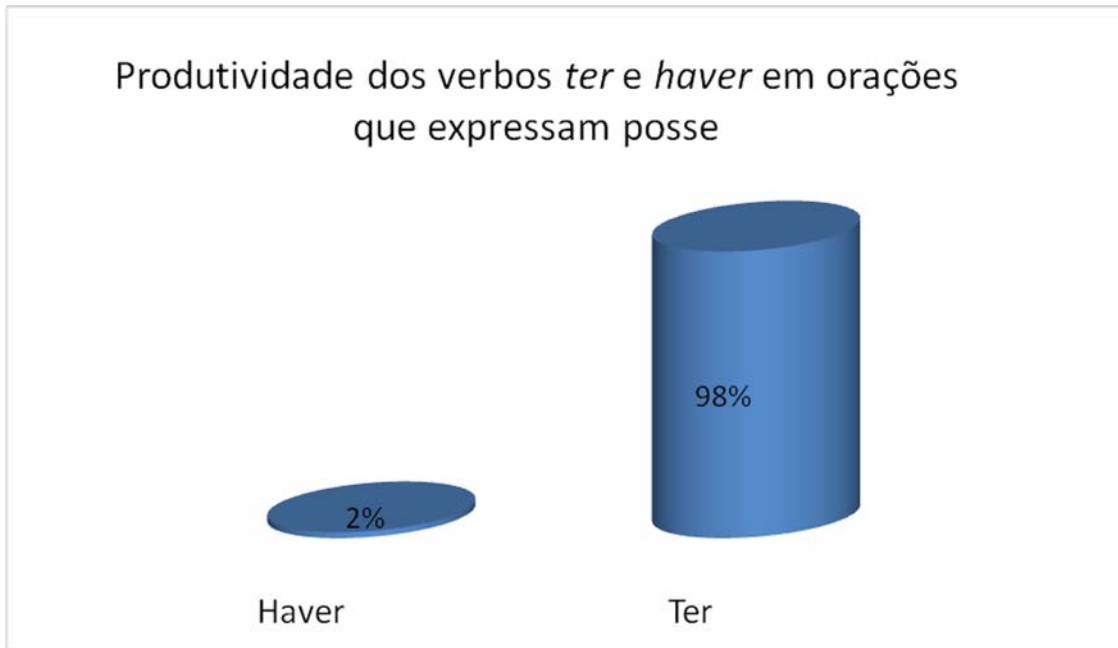


Verifica-se que a maioria das orações que expressam tempo composto foram construídas com o verbo *ter*. O total de orações com este sentido compreende 124, de forma que, 113 delas ocorrem com a auxiliarização do verbo *ter* e apenas 11 com o verbo *haver*.

Mattos e Silva (1997) afirma que, no século XIII, as orações com tempo composto começaram a ser utilizadas com o verbo *haver*, logo o verbo *ter* começa a ser utilizado nestas estruturas e, como verifica-se neste trabalho, no século XVIII já é possível notar sua predominância.

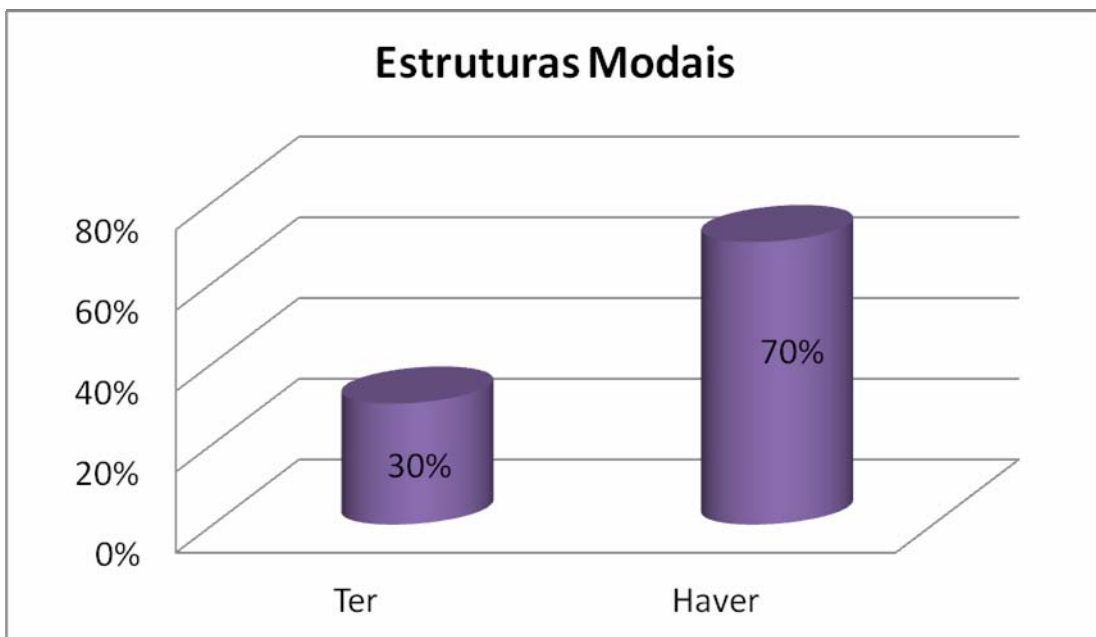
A seguir, apresentam-se as estruturas que expressam posse e a quantidade de ocorrências em que os verbos *ter* e *haver* foram utilizados para exprimir este sentido:

**Gráfico 9** – Produtividade dos verbos *ter* e *haver* em orações que expressam posse



A seguir, apresentam-se os dados que indicam as ocorrências dos verbos *ter* e *haver* em estruturas modais, que expressam obrigatoriedade e futuridade:

**Gráfico 10** – Produtividade dos verbos *ter* e *haver* em estruturas modais



No português arcaico, Mattos e Silva (1996) afirma que apenas o verbo *haver* era usado como 'auxiliar aspectual de futuridade'. De acordo com dados

de trabalhos da autora, ao menos nos Diálogos de São Gregório e na Carta de Caminha, ainda não havia a variação entre *ter* e *haver* nesse tipo de construção.

Conforme a gramática de João de Barros (1540 *apud* Batista, 2012) o verbo *haver* é predominante com a preposição *de* e um verbo no infinitivo, nas estruturas de futuro composto, ou seja, orações modais que expressam futuridade. Já o verbo *ter*, para o autor, ocuparia as estruturas de passado composto. No seu trabalho, Batista (2012), aponta a preferência pelo verbo *ter* na atualidade, tanto na expressão de futuro quanto de passado.

Nos documentos analisados, o verbo *ter* ocorre em três construções modais e, em todas, expressa obrigatoriedade. Já o verbo *haver* participa de 25 orações modais, expressa futuridade em 13 construções e obrigatoriedade em 12, demonstrando equilíbrio e predominância neste tipo de construção.

A seguir apresenta-se uma tabela para visualização dos dados:

**Tabela 1** – Comparação da produtividade dos verbos de acordo com o tipo de oração nas cartas oficiais.

	Ter		Haver			% referente ao total		
	Nº de ocorrências	% referente ao uso do verbo	Nº de ocorrências	% referente ao uso do verbo		Ter	Haver	
	Total: 231	Total: 66%	Total: 115	Total: 34%				
Posse	109		49%		22	20%		
	P. M. A.	40	37% *		2	9% *		
	P. I. A.	65	61% *		0	0% *		
	P. I.	2	1% *		0	0% *		
	Exp. Crist.	2	1% *		20	91% *		
						32%	6%	
Impessoal	6		3%		63	54%		
	Exist.	6	100% *		51	82% *		
	T. Dec.	0	0% *		8	13% *		
	Acont.	0	0% *		4	5% *		
	Exp. Crist.	0	0% *		0	0% *		
						1,7%	18%	
Tempo composto	113		46%		5	4%		
						33%	1,3%	
Modalizador	3		2%		25		22%	
	Obrig.	3	100% *		Obrig.	12	48%	
	Fut.	0	0% *		Fut.	13	52%	
						1%	7%	

\* Percentual referente às ocorrências do tipo de oração.

## 6.2 ANÁLISE DOS VERBOS TER E HAVER NAS ATAS DO SÉCULO XXI

Foram selecionados dez documentos oficiais contemporâneos, do gênero ata. Estas atas foram produzidas no mês de fevereiro de 2010, registrando as ocorrências de assembléias e reuniões da Câmara Municipal de Paranaguá.

Para a análise foram selecionados apenas estes documentos, pois a quantidade de palavras em cada ata é muito alta, portanto se fosse utilizada a mesma quantidade de documentos utilizados na análise anterior, ultrapassaria em muito o número de palavras, tornando a análise desigual.

Nestes documentos buscaram-se os verbos *ter* e *haver* por meio do programa Lexico3 e, posteriormente, o contexto em que estes verbos apareceram foi analisado a fim de determinar se o verbo utilizado expressa posse, existência/ tempo ocorrido, tempo composto, obrigatoriedade/ futuridade.

A seguir, apresentam-se os dados contabilizados:

**Gráfico 11** – Produtividade dos verbos *ter* e *haver* nas atas do século XXI



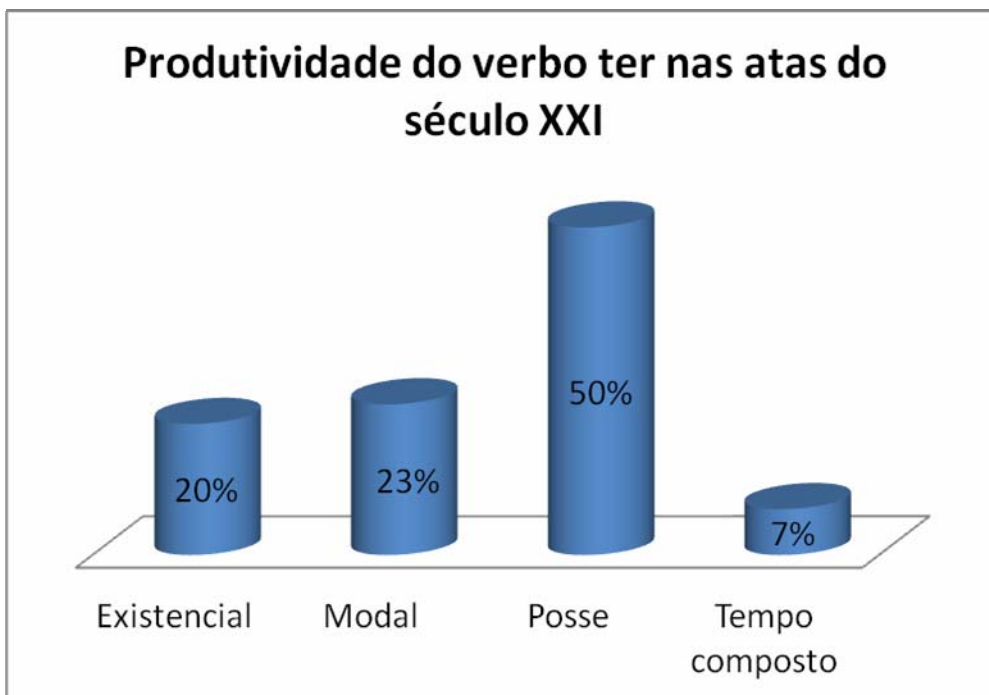
As ocorrências totalizaram 339, distribuídas em 272 com o verbo *ter* e 67 com o verbo *haver*. As ocorrências do verbo *haver* contribuem com 17% das

ocorrências totais, enquanto o verbo *ter* contribui para 83%. Diante destes primeiros dados é possível observar a diminuição nos usos do verbo *haver* em relação aos usos nos documentos dos séculos XVIII e XIX, nestes últimos, o verbo *haver* contava com 33% das ocorrências e *ter* com 67%.

A partir destes números, constata-se o crescente avanço do verbo *ter* sobre o verbo *haver*, demonstrando que, com o passar do tempo, como comprovado pelas pesquisas de Mattos e Silva (1989, 1996, 1997, 2002 e 2009), Callou e Avelar (2001 e 2002) e Avelar (2005), o verbo *ter* avança sobre os campos em que o verbo *haver* era predominante. A seguir, será apresentada a análise da produtividade de cada verbo de acordo com o tipo de oração.

As orações em que o verbo *ter* é utilizado somam 272, o tipo de oração mais produtivo corresponde às orações com sentido de posse com 50% das construções; o segundo tipo de oração mais utilizado consiste nas construções modais correspondentes a 23% das ocorrências; enquanto as orações existenciais somam 20%; finalmente, as orações em que o verbo *ter* atua enquanto auxiliar de tempo composto correspondem a 7% das ocorrências. Segue o gráfico com estes dados:

**Gráfico 12** – Produtividade do verbo *ter* nas atas do século XXI



Dentre as 272 ocorrências do verbo *ter*, observa-se que, em 54 orações (20% das orações com *ter*), este denota existência ou acontecimento. Seguem algumas ocorrências do verbo *ter* impessoal no sentido de acontecimento, que contou com apenas cinco ocorrências:

*“Se **tivesse** benefício, se a população visse as ruas asfaltadas, benfeitorias, mas ninguém vê nada! **Teve** um aumento? De buraco na cidade, em tudo que é lugar, quer dizer saiu de uma campanha de 208, inflacionou a Prefeitura, quebrou-a em 2009, não fez benfeitoria nenhuma para a cidade, e em janeiro quer cobrar tudo do povo”* (Ata 10, 2010, linhas 312 e 313).

*“Protocole já, para a gente poder nomear um novo. Só depois, eu quero que o Nelson, o Secretário Geral, faça, na realidade, a equação dos partidos, que eu acho que vai **ter** mudança.”* (Ata 2, 2010, linha 570).

*“Esses também sofreram muito esse ano, com a retirada do barco e não tiveram como se deslocar para serem atendidos nos Postos de Saúde do Município, o atual Prefeito deu um cansaço... **Tinha** duas vezes por semana para cada ilha”* (Ata 2, 2010, linha 346).

*“Um ano e meio. E eles ficam nessa ‘lenga-lenga’. Já falamos com o Alexandre Curi, já **teve** uma reunião, já tiveram outros deputados, teve o Nelson Canan conosco lá, eu já fui em quatro ou cinco, na última eu não quis ir, porque é uma vergonha!”* (Ata 9, 2010, linha 358).

Já no sentido existencial, o verbo *ter* contou com quarenta e nove ocorrências, a seguir algumas orações neste sentido:

*“a entrada da cidade é por onde entra e sai todas as pessoas que chegam à Paranaguá, e, se não **tiver** o mínimo de segurança ali, que eu acredito que a Polícia Rodoviária Federal impõe um respeito grande na entrada da cidade, se fechar, a cidade vai ficar à mercê de pessoas maldosas”* (Ata 9, 2010, linha 134).

*“Um rapaz que mora lá no Morro da Cocada, o nosso empresariado está aí berrando, **tinha** empresário que pagava dez mil reais, foi para cento e cinquenta.”* (Ata 10, 2010, linha 289).

*“Outro assunto é sobre os radares que estão sendo colocados, colocaram uma ‘plaquinha’, eu sei que ainda não está funcionando mas, devia **ter** uma sinalização melhor, porque muitas vezes a pessoa está passando pelo local, a cinquenta, sessenta quilômetros ali, e esquece.”* (Ata 9, 2010, linha 181).

*“Isto é brincadeira! Alegria? Tem que **ter** alegria. Mas tem que **ter** a saúde, tudo tem que estar bem.”* (Ata 6, 2010, linhas 212 e 213).

As orações em que o verbo *ter* demonstrou maior produtividade são as que denotam posse, que contabilizam 135 orações, ou seja, 50% das ocorrências do verbo *ter* detêm o sentido de posse.

Dentre estas orações com sentido de posse, serão analisadas separadamente aquelas que indicam posse de propriedades inerentes ao possuidor; propriedades adquiríveis imateriais; e, propriedades adquiríveis materiais (haver/ter casa; haver/ter dinheiro).

As orações que indicam posse de propriedades inerentes somam trinta e duas ocorrências. Seguem algumas delas:

*“Tem o Márcio Costa, o Álvaro, o Vilmar, que eram da Câmara, então, agradecer a vocês que **tiveram** uma importância fundamental”* (Ata 1, 2010, linha 159).

*“Quero acreditar que os vereadores que aprovaram, a toque de caixa, o ‘pacotão’ de Natal, não **tiveram** nenhuma vantagem.”* (Ata 2, 2010, linha 343).

*“Porque em dois mil e nove não aconteceu nada! Dois mil e oito foi o ano da eleição, daquela famosa empresa baiana, que era paga a peso de ouro, que **tivemos** o reflexo em dois mil e nove.”* (Ata 4, 2010, linha 186).

*“E eu já previa lá trás, veio em dezembro no afogadilho, ninguém leu, não **tinha** consciência do que estava fazendo, pedimos um prazo maior para saber realmente o valor das alíquotas que seriam implementadas na cobrança do IPTU de 2010, mas ninguém mostrou nada.”* (Ata 10, 2010, linha 289).

*“Trabalho e trabalho muito em prol da população, não faço o meu trabalho em forma de lobby para ganhar ‘algum’, não recebo nada de ninguém para me calar, digo o que tenho que dizer doa a quem doer, não **tenho** medo, não sou lacão de ninguém, continuo fazendo os meus discursos.”* (Ata 9, 2010, linha 199).

Já as orações que indicam posse de propriedade material adquirível compreendem trinta e três ocorrências. A seguir alguns exemplos destas orações:

*“Para ilustrar essa dificuldade, teve uma época que nós não **tínhamos** dinheiro para colocar gasolina”* (Ata 2, 2010, linha 486).

*“Também me causou espanto, senhor presidente, a ordem de serviço 026/2010, onde o superintendente do Porto autoriza a retomada das*

*operações no Terminal Público de Álcool, haja vista que foram trinta e duas famílias da comunidades da Vila Becker estão morando em casas de parentes, alugaram as suas casas, com a promessa de que em um ano **teriam** suas casas novas” (Ata 10, 2010, linha 346).*

*“A Secretaria de Obras vai ganhar um novo posto de gasolina e esta nova usina de asfalto a quente. Através da Secretaria da Fazenda, vamos **ter**, anexo ao nosso estacionamento, na Prefeitura, um novo prédio para atender melhor toda a nossa população.” (Ata 1, 2010, linha 100).*

*“Nós queremos o Posto ativo, que continue com os guardas, continue com a viatura, e que **tenha** mais viaturas fazendo a ronda, como a implantação desse projeto.” (Ata 9, 2010, linha 158).*

*“Qual é a cidade do Paraná que adentra, quatro, cinco mil, caminhões por dia? Qual cidade que **tem** o Porto? Então, Paranaguá é uma cidade atípica, merece respeito.” (Ata 9, 2010, linha 96).*

A outra categoria de orações em que o verbo *ter* exprime posse consiste em posse de propriedades imateriais adquiríveis, que conta com a maior parte das orações com sentido de posse, contando com sessenta e sete ocorrências. Seguem algumas delas:

*“E esse projeto, por mais que seja benéfico, que **tenha** boas intenções, como nós discutimos com a Superintendente, nós gostaríamos que fosse implantado o projeto e que permanecesse o Posto da Polícia Rodoviária ativo também.” (Ata 9, 2010, linha 90).*

*“Faço discurso sim, porque o meu discurso tenta abrir os olhos do Prefeito para que ele **tenha** atitude, coisa que alguns vereadores, que são da base do Prefeito e são patronais, que não sabem o que é ficar doente e depender da saúde pública” (Ata 9, 2010, linha 209).*

*“Pedi informação hoje para o Secretário Vilmar, que vai fazer um levantamento, e vai me passar como está aquela situação, porque aquilo tem que ser licitado, todos **têm** direito de participar, não os amigos do Prefeito, os amigos do Secretário.” (Ata 4, 2010, linha 164).*

*“Qualquer um que **tem** amizade com os guardas municipais, passa tranqüilamente na passarela, mas o pai de família que precisa passar com algum doente, tem que implorar, arriscando a ouvir desaforos de alguns ignorantes” (Ata 6, 2010, linha 179).*

“Não sei como é que o Prefeito não **tem** sensibilidade e autoriza a abertura dessa porta lateral nesse armazém!” (Ata 6, 2010, linha 139).

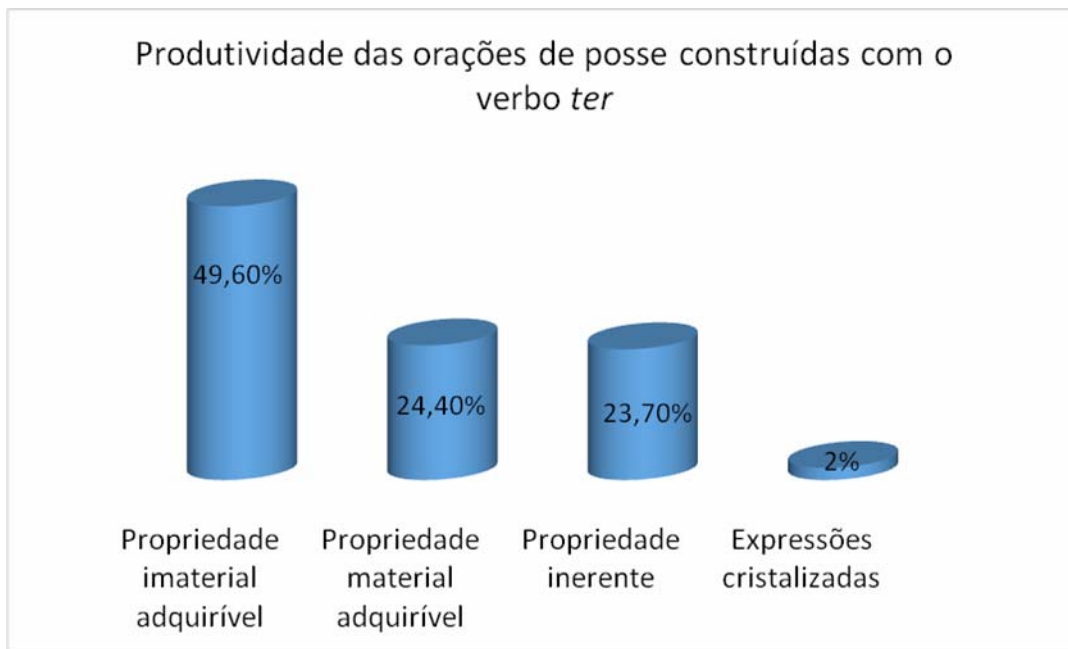
Há também três expressões cristalizadas, como:

“Desde que assumi o governo, determinei que a nossa equipe desse uma atenção especial ao Instituto Federal do Paraná, **tendo em vista** a importância dessa instituição para formação dos jovens parnanguaras” (Ata 1, 2010, linha 120).

“Declaro aberta esta audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Paranaguá, que **tem por fim** ouvir da Senhora Superintendente de Finanças da Câmara Municipal” (Ata 7, 2010, linha 11).

Segue o gráfico com a produtividade do verbo *ter* com o sentido de posse, de acordo com o tipo de propriedade:

**Gráfico 13** – Produtividade das orações de posse construídas com o verbo *ter* nas atas do século XXI.



É preciso observar que as orações que exprimem posse de propriedade imaterial adquirível foram compreendidas como aquelas em que o possuidor tem sentimentos que possam ser adquiridos em relação a algo ou alguém, ou direitos que também possam ser adquiridos pelo possuidor. Por se tratar de ata, um gênero textual que registra reuniões e assembleias em que são discutidos problemas sociais e até de relacionamentos entre os políticos e participantes, este tipo de oração de posse foi bastante profícuo na análise.

Quanto às orações que tratam da posse de propriedade material adquirível e de propriedade inerente, suas produtividades foram bem próximas, fato que não diz muito sobre o verbo *ter*, mas sobre o assunto frequente neste gênero textual, como compras e posses de materiais da cidade, bem como de características psicológicas e físicas dos sujeitos participantes das assembleias.

As orações em que o verbo *ter* atua como modalizador também estão em quantidade significativa, representando sessenta e quatro das ocorrências (23%). Estas orações podem ser divididas em expressões de obrigatoriedade ou necessidade; o verbo *ter* não exprime apenas futuridade nas orações encontradas nestas atas, fato já atestado por Eleutério (2003), em seu *corpus* do século XVII.

As orações que exprimem obrigatoriedade ou necessidade somam sessenta e quatro. Seguem algumas ocorrências:

*“como é que um aposentado ganhando quinhentos, seiscentos reais vai pagar luz, água e IPTU? Isso é brincadeira! **Tem** que ir à sala também, daqueles que aprovaram, porque não foi por falta de aviso.”* (Ata 10, 2010, linha 311).

*“decidimos, face às necessidades de segurança, e, face a tantas perdas de vidas humanas, que algo **tem** que ser feito já.”* (Ata 2, 2010, linha 157).

*“A população não gostou nem um pouco, mas **tem** que engolir, assim como esse IPTU, falaram tanto nos documentos de posse nas mãos dos moradores, mas até agora, nada!”* (Ata 6, 2010, linha 191).

*“Ou seja, algumas justiças a gente **tem** que fazer. Existem deputados que estão trabalhando por Paranaguá.”* (Ata 6, 2010, linha 273).

*“E aqueles bi-trem entram, defronte ao Colégio! Colocaram cones e todo mundo **tem** que sair pelo ladinho...E a hora que der um acidente e morrer uma criança?”* (Ata 6, 2010, linha 133).

Já as orações em que o verbo *ter* atua como auxiliar para formação de tempo composto apresentam menor produtividade, totalizando 19 ocorrências, correspondentes a 7% das orações com este verbo. A seguir alguns exemplos destas ocorrências:

*“Eu **tenho visto** a Águas só limpar bastante o esgoto, no outro dia eu estava ali na Delicats, e o caminhão deles estava lá tentando resolver a questão do alagamento.”* (Ata 9, 2010, linha 556).

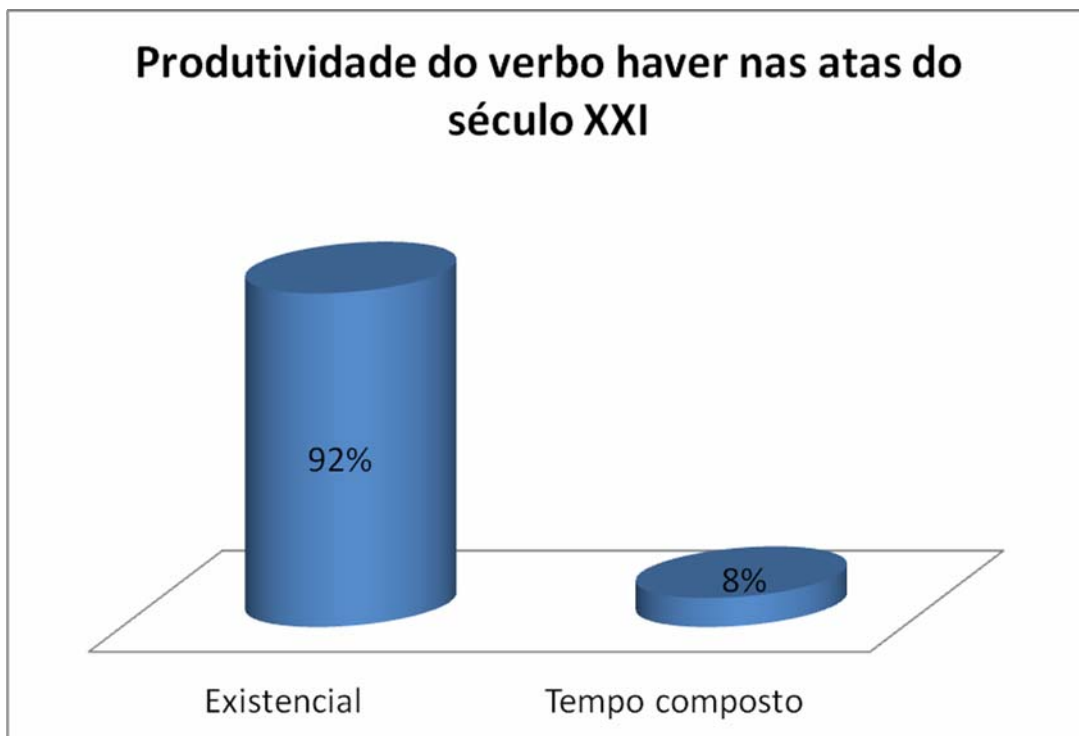
“E podem ter certeza de uma coisa, nesses anos para cá, as empresas de Paranaguá **têm ajudado** e muito nessas questões de acesso, de uma série de coisas.” (Ata 9, 2010, linha 530).

“Antes do vereador Marquinhos falar, o vereador Rafinha **tinha proposto** um requerimento em nome da Casa, eu achei que Vossa Excelência iria fazer para todos assinarmos?” (Ata 4, 2010, linha 119).

“nós estivemos, ontem a tarde, em uma reunião com o senhor Luiz Hudson do MEC, numa questão que o deputado Alex **tinha colocado** um projeto para mais uma creche em Paranaguá, do Programa Pró-Infância” (Ata 6, 2010, linha 253).

“E o meu assunto principal, é que eu achei interessante o fato de **terem mencionado**, na sessão desta Casa, que quem faz discurso não trabalha.” (Ata 9, 2010, linha 194).

**Gráfico 14** – Produtividade do verbo *haver* nas atas do século XXI



O verbo *haver* impessoal é mais produtivo, 20 destas utilizações concentram-se no sentido de tempo decorrido. A seguir algumas ocorrências neste sentido:

*“a Prefeitura Municipal não apresentou a certidão do Tribunal de Contas, certidão negativa municipal, é esse o documento que está faltando **há** um ano, desde dezembro de dois mil e oito, segundo o diretor do DER, esse material está pronto”* (Ata 10, 2010, linha 330).

*“Outro assunto é que hoje me ligaram falando sobre o posto de saúde de Alexandra, que **há** um mês está sem médico, e volta e meia está sem água também, então, o povo de Alexandra também está abandonado com a Saúde.”*

*“Paranaguá um sonho um sonho que começou **há** quinze anos atrás e alguns agradecimentos”* (Ata 10, 2010, linha 153).

*“E, desde então, estamos esperando pacientemente um parecer da Prefeitura Municipal de Paranaguá. Como este aval não veio, e nós esperamos até o final do ano passado, portanto, já estávamos trabalhando com este projeto a nove meses, e aguardando uma resposta da Prefeitura **há** seis meses.”* (Ata 2, 2010, linha 153).

*“Vou tentar ser breve e listar rapidamente alguns assuntos que comprovam o balanço negativo do governo do atual Prefeito, que se reelegeu com promessas de melhores dias para nossa população, quando na verdade, esses bons dias vieram apenas para ele e o seu bando que se apossou da Prefeitura **há** cinco anos.”* (Ata 2, 2010, linha 258).

O verbo *haver* impessoal utilizado no sentido de existência é predominante, com 33 ocorrências. É importante ressaltar que a maioria das orações em que este verbo tem sentido existencial refere-se a algum tipo de expressão cristalizada muito utilizada em documentos oficiais, principalmente em atas, como “Não havendo mais matéria a ser tratada...”; “Nada mais havendo a tratar...”; “Não havendo mais oradores...” Seguem algumas ocorrências:

*“Não **havendo** mais matéria a ser discutida na Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou ao DESPACHO DA PRESIDÊNCIA – Pelo Senhor Presidente foram despachados favoravelmente todos os requerimentos apresentados pelos Senhores Vereadores. Nada mais **havendo** a tratar, agradeceu a presença de todos.”* (Ata 2, 2010, linhas 563 e 566)

*“Não **havendo** mais oradores inscritos, o Senhor Presidente passou aos procedimentos da ORDEM DO DIA.”* (Ata 6, 2010, linha 318)

*“Não **havendo** mais matéria a ser discutida na Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou ao DESPACHO DA PRESIDÊNCIA” (Ata 6, 2010, linha 333)*

*“PRESIDÊNCIA – “Não **havendo** perguntas dos vereadores, os munícipes presentes poderão fazer suas perguntas. Não **havendo** perguntas, e nada mais **havendo** a tratar, eu agradeço a presença da Superintendente Dulce e declaro encerrada a Audiência Pública da Comissão de Finanças e Orçamento.” (Ata 7, 2010, linhas 69 e 70)*

Outra utilização do verbo *haver* impessoal nas atas é a expressão “haja vista”, que pode ser compreendida no sentido existencial, ou de posse, porém é uma expressão cristalizada, utilizada com o mesmo significado do verbo “*observar*” no imperativo. Nesta análise, estas expressões foram contabilizadas junto aos verbos impessoais, separadamente dos verbos de sentido existencial. Seguem as ocorrências desta expressão:

*“Aproveitando o gancho que Vossa Excelência fala sobre o SEBRAE, eu gostaria de fazer também um registro com relação ao emprenho do SENAC para a nossa cidade, **haja vista** a disposição do Presidente da FECOMÉRCIO” (Ata 6, 2010, linha 283).*

*“Eu acredito, que a princípio, ficou de bom tamanho esta discussão, **haja vista**, que nós não perderemos um importante meio de segurança” (Ata 9, 2010, linha 119).*

*“Também me causou espanto, senhor presidente, a ordem de serviço 026/2010, onde o superintendente do Porto autoriza a retomada das operações no Terminal Público de Álcool, **haja vista** que foram trinta e duas famílias da comunidades da Vila Becker estão morando em casas de parentes, alugaram as suas casas, com a promessa de que em um ano teriam suas casas novas.” (Ata 10, 2010, linha 343).*

Ao observar as ocorrências do verbo *haver* impessoal, é possível compreender que, com exceção às ocorrências com o sentido de tempo decorrido, as outras orações mantêm-se principalmente devido ao uso de expressões cristalizadas do gênero textual ata.

Já as ocorrências do verbo *haver* enquanto auxiliar para formação de orações que denotam tempo decorrido somam apenas cinco. Seguem as ocorrências coletadas:

*“Porque eu entrei em contato com algumas pessoas e perguntei se **havia** se manifestado ou tiveram algum retorno com relação às reclamações, e, infelizmente, não tiveram.”* (Ata 6, 2010, linha 228).

*“Vossa Excelência fala da situação de água, de esgoto em nossa cidade, como eu **havia** comentado em meu pronunciamento, a tristeza que dá com as fortes chuvas que têm assolado nossa cidade, principalmente na região onde eu moro”* (Ata 9, 2010, linha 272).

*“Como primeiro assunto, senhor Presidente, foi falado das chuvas, muita chuva, acho que ontem à noite passou da conta, uma coisa que ninguém espera, e, a cidade toda prejudicada, e eu queria, em especial, pedir à Prefeitura Municipal, eu já **havia** falado de algumas questões”* (Ata 9, 2010, linha 305).

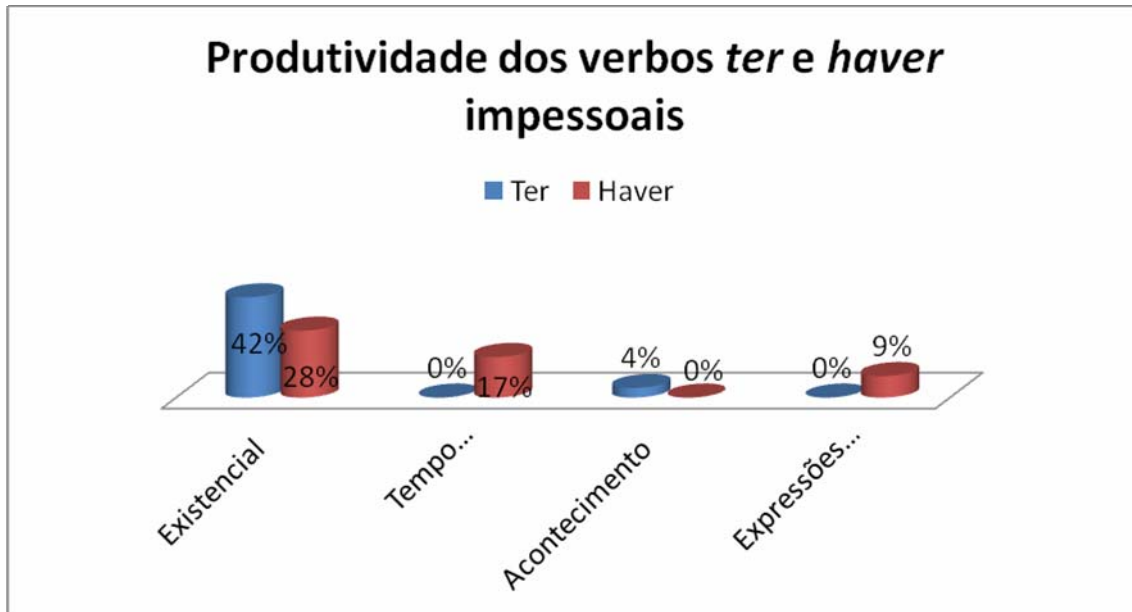
*“Lembro que no final do ano de 2004, muito se falou pelo atual prefeito, porque no final daquele ano, se **havia** pagado uma parte dos funcionários, foi deixado dinheiro em conta, mas foi pago pelo atual prefeito no dia 06 com dinheiro em caixa. Fez um carnaval na cidade, falando do ex-prefeito.”* (Ata 10, 2010, linha 239).

*“É importante destacar que parte significativa da dívida municipal tem sua origem na gestão anterior (financiamentos do PARANÁ URBANO e negociação de INSS e FGTS que não **havam** sido recolhidos).”* (Ata 10, 2010, linha 95).

Para constatar se houve variação ou mudança, é preciso comparar o uso de ambos os verbos, por isso, a seguir, serão analisados lado a lado, quantitativamente, os usos dos verbos *ter* e *haver* nas atas. Com o significado de existência, o verbo *ter* também é mais produtivo que o verbo *haver*, evidenciando verdadeiro avanço neste campo semântico, haja vista a predominância do verbo *haver* com sentido existencial nos documentos do século XVIII e XIX.

Porém, é importante ressaltar que, para indicação de tempo decorrido, o verbo *ter* não obteve nenhuma ocorrência, enquanto o verbo *haver* contou com vinte orações neste sentido. Segue o gráfico com a comparação entre a utilização dos verbos *ter* e *haver* impessoais nas atas:

**Gráfico 15** – Produtividade do verbo *ter* e *haver* impessoais nas atas do século XXI



A partir do gráfico 15, é importante observar a predominância do verbo *ter* no sentido existencial, considerando que a pouca utilização do verbo *haver* neste sentido ainda é preenchida em grande parte com expressões próprias das atas, ex. “nada mais havendo para o momento”, como observado anteriormente

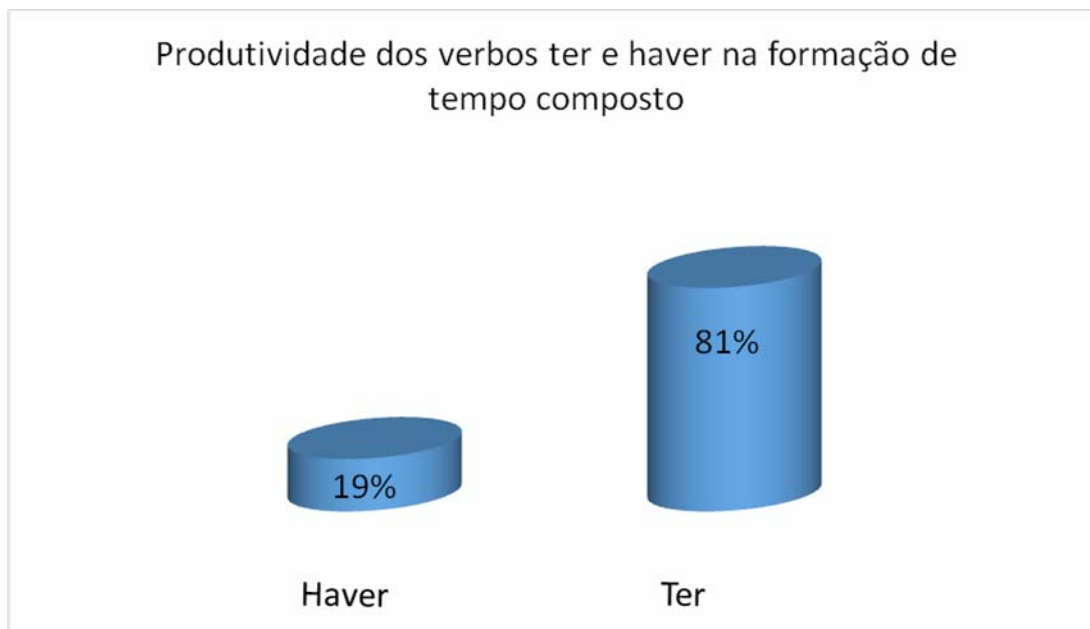
As orações em que o verbo *haver* demonstrou predominância são as que indicam tempo decorrido, nesta categoria o verbo *haver* não contou com expressões próprias das atas, como no sentido existencial, demonstrando verdadeira produtividade, Paiva (2010) explora, em sua dissertação de mestrado, as possibilidades do verbo *haver* em construções que indicam tempo decorrido, demonstrando a produtividade deste verbo neste tipo de oração. Quanto às expressões cristalizadas, não há nas atas construções com o verbo *ter* impessoal.

O verbo *ter* impessoal, no sentido de acontecimento, apresentou baixa produtividade, porém o verbo *haver* não ocorreu nenhuma vez neste sentido; a partir desta constatação é possível verificar que ambos os verbos estão perdendo seu espaço no sentido de acontecimento nestas atas do século XXI.

Quanto às orações de posse, o verbo *haver* não foi utilizado em nenhuma, tornando possível a conclusão de que está extinto deste campo semântico há muito tempo. Este fato já foi observado e divulgado por Mattos e Silva e Machado Filho (2002a), como afirmado no capítulo 4 do presente trabalho.

O verbo *ter* é mais produtivo que o verbo *haver* também como auxiliar em frases que denotam tempo decorrido, como já verificado por Eleutério (2003) em documentos do século XVII; o verbo *ter* neste século já era mais produtivo que o verbo *haver*, enquanto auxiliar para formação de tempo composto. Este fato será retomado posteriormente para a comparação entre as ocorrências analisadas nos documentos dos séculos XVIII e XIX neste trabalho. Segue o gráfico que ilustra as utilizações dos verbos *ter* e *haver* para esta formação:

**Gráfico 16** – Produtividade dos verbos *ter* e *haver* na formação de tempo composto nas atas do século XXI.



Dentre as ocorrências do verbo *haver*, verifica-se que estas se distribuem em apenas dois tipos de oração: as orações em que o verbo é impessoal, indicando tempo decorrido ou existência, e as orações em que o verbo realiza a função de auxiliar para a formação do tempo composto. Dentre estas ocorrências, em 62 das orações, isto é, 92%, o verbo *haver* é impessoal, denotando existência, acontecimento ou tempo decorrido, enquanto em apenas 5 (8%) das orações o verbo *haver* apresenta-se como auxiliar para a formação de tempo composto.

Segue uma tabela para melhor visualização e compreensão dos usos dos verbos *ter* e *haver* nas atas analisadas:

**Tabela 2** – Comparação da produtividade dos verbos de acordo com o tipo de oração nas atas.

	Ter		Haver		% referente ao total		
	Nº de ocorrências	% referente ao uso do verbo	Nº de ocorrências	% referente ao uso do verbo	Ter	Haver	
	Total: 272		Total: 83%		Total: 67 Total: 17%		
Posse	134		49%		39%	0%	
	P. M. A.	32	24,4% *	0			0% *
	P. I. A.	67	49,6% *	0			0% *
	P. I.	32	23,7% *	0			0% *
	Exp. Crist.	3	2% *	0			0% *
Impessoal	55		20%		16%	18%	
	Exist.	50	42% *	33			28% *
	T. Dec.	0	0% *	20			17% *
	Acont.	5	4% *	0			0% *
	Exp. Crist.	0	0% *	7			9% *
Tempo composto	19		7%		6,5%	1,5%	
Modalizador	64		23%		19%	0%	
	Obrig.	64	100%	0			0%

\* Percentual referente às ocorrências do tipo de oração.

Ao observar a tabela anterior, verifica-se que o verbo *haver* corresponde a apenas 19,5% de todas as ocorrências em que ambos os verbos seriam ou já foram possíveis. O único tipo de oração em que este se apresenta

vitorioso consiste nas orações impessoais, mais especificamente nas que denotam tempo decorrido, nas quais o verbo *ter* não apresentou nenhuma ocorrência.

Avelar (2012), em seu trabalho sobre o uso destes verbos na fala carioca e dos quilombolas de Muquém, também observou a predominância do verbo *haver* em expressões que denotam tempo decorrido na fala carioca dos anos 70, 80 e 90, atestando a predominância do uso deste verbo para tais construções. Apesar da vitória do *haver* nas orações que denotam tempo decorrido, no trabalho de Avelar (2012) também é verificada maior produtividade do verbo *ter* nas outras orações existenciais, assim como ocorre no presente trabalho.

Quanto às construções existenciais, Batista (2012) analisa na fala das capitais Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador o uso dos verbos *ter* e *haver* e os fatores linguísticos e extralinguísticos que influenciam o avanço de *ter* neste tipo de construção. Em todas as cidades o verbo *ter* demonstra avanço entre as décadas 70, 80 e 90. A predominância deste verbo em orações existenciais verificada nas atas de Paranaguá, redigidas em 2010, corrobora com este avanço, pois nestas atas, além de o verbo *haver* apresentar menor produtividade, a maior parte de suas ocorrências deve-se ao uso cristalizado no encerramento do gênero textual.

O verbo *haver* também apresenta poucas ocorrências da expressão cristalizada *haja vista*, recorrente em gêneros textuais formais que exijam a norma padrão escrita. Além disso, em expressões que indicam tempo composto, o verbo *haver* também ocorre poucas vezes, corroborando com diversos trabalhos, como por exemplo, o de Mattos e Silva (2003) que, em seu estudo sobre estes verbos em João de Barros, conclui que desde a época desta gramática, o verbo *ter* era o mais produtivo em situações de tempo composto.

### 6.3 COMPARAÇÃO DAS ANÁLISES DOS DADOS OBTIDOS NOS DOCUMENTOS (SÉCULOS XVIII E XIX) E NAS ATAS (SÉCULO XXI)

Após a análise dos dados nos documentos redigidos nos séculos XVIII e XIX e nas atas redigidas no século XXI, é preciso colocar tais análises lado a lado a fim de compreender se houve mudança no uso dos verbos *ter* e *haver* em documentos oficiais produzidos em Paranaguá. Para tanto, os dados serão resumidos na tabela 3, a seguir, e as análises realizadas retomadas e comparadas.

**Tabela 3** – Produtividade dos verbos *ter* e *haver* nos dois períodos analisados

	Séculos XVIII e XIX Total de ocorrências: 346		Século XXI Total de ocorrências: 339	
	Ter	Haver	Ter	Haver
Posse	32%	6%	39%	0%
Impessoal	1,7%	18%	16%	18%
Tempo Composto	33%	1,3%	6,5%	1,5%
Modal	1%	7%	19%	0%
Total	67,7%	32,3%	80,5%	19,5%

As porcentagens apresentadas na Tabela 3 são referentes às ocorrências globais dos verbos nos *corpora* analisados. Ao visualizar o total das ocorrências de cada verbo por período, verifica-se significativa queda na utilização do verbo *haver*. Avelar (2012) e Callou e Avelar (2001) também detectaram a diminuição da produtividade do verbo *haver* em praticamente todas as orações em que este era possível.

É possível verificar o apagamento total da participação do verbo *haver* nas orações de posse, tal fenômeno já foi observado por Mattos e Silva (1989; 1996; 2009) e Mattos e Silva e Machado Filho (2002).

A participação deste verbo com sentido de posse nos documentos analisados consiste em apenas duas orações, as outras orações que fazem parte desta porcentagem correspondem a expressões cristalizadas, que não possuem o sentido literal de posse, como mencionado anteriormente, na seção 6.1, p. 49. Já nas atas referentes ao século XXI, não há nenhuma utilização do verbo *haver* neste sentido. Portanto, é possível considerar que, nos séculos XVIII e XIX, a mudança já estava consolidada e as duas ocorrências consistem em pequenos resquícios de um uso já abandonado.

Quanto à utilização dos verbos *ter* e *haver* impessoais, detecta-se grande crescimento do verbo *ter*, de 1,7% a 16%, enquanto o verbo *haver* mostrou-

se estagnado: 18% das utilizações em ambos os períodos. Porém, esta estagnação é questionável e artificial, haja vista a maior parte das utilizações do verbo *haver* nas atas do século XXI consistir em expressões próprias da finalização do gênero textual em questão, como enfatizado na p. 58, da seção 6.2. Assim, considera-se, neste trabalho, que o verbo *haver* tem sido mantido apenas em usos formais, especificamente nestas atas, beirando um uso artificial.

As construções de tempo composto diminuíram de maneira global, o verbo *haver* manteve sua pequena produtividade, enquanto o verbo *ter* caiu drasticamente. Na pesquisa de Eleutério (2003) em documentos do século XVII, o verbo *ter* era mais produtivo que o verbo *haver* enquanto auxiliar para formação de tempo composto, como verifica-se nos documentos aqui analisados. O verbo *ter* continua sendo predominante nas atas do século XXI, mas, provavelmente, há outra variante possível que vem substituindo o uso destes verbos para denotar este tipo de passado, tal fenômeno pode ser assunto para pesquisas posteriores.

Nas ocorrências dos verbos como modalizadores, observa-se uma alteração drástica em suas produtividades, o verbo *haver*, outrora predominante, é completamente apagado e o verbo *ter* cresce significativamente, de 1% para 19%. A explicação para este crescimento possivelmente deve-se ao fato de o verbo *haver* ainda estar carregado do sentido de futuridade, pois auxiliou na formação do futuro dos verbos, como exposto na p. 25, seção 4.3. Com o passar do tempo, este verbo perdeu este valor semântico e o verbo *ter* mais carregado do sentido de obrigatoriedade ou necessidade passou a ser mais utilizado. No entanto, vale lembrar que apesar de os dados não apresentarem nenhuma ocorrência do verbo *haver* como modalizador, é sabido que este ainda é produtivo na escrita formal.

A partir da análise dos usos em tempos diferentes, considera-se que os verbos ainda estão em variação. O verbo *haver* perdeu mais espaço entre os séculos XVIII e XXI, principalmente no que se refere às orações impessoais e modais. Nas orações que denotam posse, a mudança já havia ocorrido anteriormente aos períodos analisados, restando apenas resquícios do uso do verbo *haver*, tais resquícios desapareceram completamente. Nas orações de tempo composto, ambos perderam espaço, provavelmente para a forma simples do verbo principal no pretérito imperfeito.

Com a análise destes verbos recordam-se as palavras de Paul (1886 *apud* Castilho, 2006) comentadas no segundo capítulo deste trabalho, a língua

possui aparente abundância de termos e formas, mas não tende ao luxo, portanto logo que possível uma palavra se sobrepõe a outra, culminando em seu desaparecimento, ou pelo menos ausência no uso comum.

## 7 ANÁLISE DOS USOS DE *TER* E *HVER* DE ACORDO COM GRAMÁTICAS NORMATIVAS

Neste capítulo são analisadas duas gramáticas normativas: “Gramática normativa da língua portuguesa” (Rocha Lima, 1974) e “Gramática da língua portuguesa” (Cunha, 1982), a fim de observar como ambas contemplam as possibilidades de uso dos verbos *ter* e *haver*, cuja variação e mudança foram detectadas nas páginas anteriores.

Tais gramáticas são referências para professores e livros didáticos, logo a maneira que estas apresentam a variação e mudança dos verbos *ter* e *haver* influencia o ensino de língua portuguesa e em como este contempla a variação e a mudança.

### 7.1 GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA – ROCHA LIMA, 1974.

Rocha Lima (1974) publicou a primeira edição da “*Gramática normativa da língua portuguesa*” no ano de 1957. No início da décima sétima edição desta gramática, publicada no ano de 1974, é possível encontrar a apresentação do autor, cujas qualificações no período da produção desta descrição eram: professor catedrático de língua portuguesa no Colégio Pedro II, professor titular da Faculdade de Humanidades Pedro II, professor efetivo jubilado do curso secundário do Estado da Guanabara e membro da Academia Brasileira de Filologia e da Sociedade de Estudos Filológicos de São Paulo.

Intitulado de “No liminar” há um texto com características de prólogo da décima quinta edição que foi reproduzido na décima sétima, aqui analisada. Neste texto observa-se a reconsideração do autor sobre certos conteúdos publicados nas edições anteriores. Nas palavras de Rocha Lima (1974, p. XIV):

A partir de certa altura de sua jornada, teve este livro o texto estereotipado, e, pois, irrefundível. Em razão disso, não pôde o Autor, muito a seu malgrado, carrear para a obra novas idéias, novas doutrinas, novos métodos – enfim, a visão nova que passou a ter, no curso dos últimos anos, dos problemas de teoria gramatical e seu ensino.

Após esta declaração, o autor afirma que já é tempo oportuno para refazer o trabalho para a Gramática Normativa “viver a segunda fase de sua carreira”. Com estas observações, verifica-se que o autor busca adequar sua publicação aos novos pensamentos a respeito da gramática normativa e até mesmo da heterogeneidade da língua.

De acordo com o autor, houve o acréscimo e a substituição de certos capítulos, além do enriquecimento dos exemplos com fatos da língua trazidos por autores contemporâneos à obra. Mas ainda observa-se o cunho de gramática normativa e até mesmo prescritiva com a afirmação do autor sobre o “bom uso da língua literária”, em que ele se baseia nos prosadores e poetas da época.

O autor organiza os conteúdos de sua publicação em trinta e quatro capítulos divididos em quatro seções: fonética e fonologia; morfologia; sintaxe; rudimentos de estilística e poética.

De acordo com Almeida Baronas e Gonçalves (2013), esta gramática encaixa-se na concepção de linguagem como expressão do pensamento, haja vista sua ênfase no ensino da estrutura da língua com o objetivo de alcançar o pensamento lógico.

Quanto à abordagem sobre os verbos *ter* e *haver*, é possível verificar que Rocha Lima (1974) compreende-os como verbos auxiliares fundamentais para tempos compostos, ao lado da forma passiva *ser*, o autor não faz distinção do uso de ambos os verbos.

Depara-se, então, com uma sucinta e breve menção aos verbos *ter* e *haver* na publicação de Rocha Lima (1974), apesar de seu caráter normativo e prescritivo não é possível detectar normas e prescrições sobre o uso de ambos os verbos.

Rocha Lima (1974), ao classificar os verbos em anômalos, defectivos e abundantes, divide os defectivos em impessoais, unipessoais e em um terceiro grupo formado por verbos que carecem de algumas de suas formas, por razões de eufonia. Neste capítulo, não é citado o verbo *haver*, mas no capítulo sobre concordância verbal, Rocha Lima dedica uma seção aos verbos impessoais, incluindo aí o verbo *haver*, significando a existência de uma pessoa ou coisa.

No capítulo em que trata dos termos da oração, Rocha Lima menciona a existência de orações sem sujeito, que são aquelas que denotam fenômenos da natureza e as construídas com os verbos *haver*, *fazer*, *ser*,

empregados impessoalmente em produções de grandes poetas no Brasil. Neste sentido, o verbo *ter* não é mencionado.

## 7.2 GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA – CUNHA, 1982

A oitava edição da publicação de Cunha (1982), denominada “Gramática da Língua Portuguesa”, foi analisada nesta pesquisa. A primeira edição desta obra foi publicada em 1972. Na apresentação, o autor afirma que o objetivo desta obra é “tornar-se um útil instrumento nas mãos dos alunos da Escola Média”. Nesta apresentação, Cunha (1982) declara que procura expor a variedade culta da língua de acordo com a utilização dos autores literários a partir do Romantismo, concedendo privilégio aos escritores do século XX, preferindo, ainda, aqueles autores já falecidos.

O autor organiza a publicação em doze capítulos: I “Noções históricas”; II “Fonética e Fonologia”; III “Ortografia”; IV “Classe, estrutura, formação e significação dos vocábulos”; V “Derivação e Composição”; VI “A oração e seus termos”; VII “Morfo-sintaxe”; VIII “Interjeição”; IX “O Período”; X “Figuras de sintaxe”; XI “Pontuação”; XII “Discurso direto, indireto e indireto livre”.

Quanto à referência que faz aos verbos que interessam à presente pesquisa, Cunha (1982, p. 379) apresenta *ter* e *haver* como verbos auxiliares principais, sendo empregados com o particípio do verbo principal (exs: “tenho escrito aos meus pais” e “havíamos comprado um barco”) e com o infinitivo do verbo principal, antecedido por uma preposição (exs: “tenho de escrever a meus pais” e “havemos de comprar um barco”). Verifica-se que o autor trata das orações classificadas neste trabalho como de tempo composto e orações modais, respectivamente.

Posteriormente, Cunha expõe as conjugações dos verbos *ter* e *haver*, *ser* e *estar*, sem apresentar preferência a nenhum dos usos.

São mencionadas, novamente, as construções de tempo composto constituídas, nas palavras de Cunha (1982, p. 385), “de formas do verbo *ter* (ou, mais raramente, *haver*) com o particípio do verbo que se quer conjugar”. Em seguida, o gramático lista as possíveis formações de tempo composto, apresentando exemplos. Ressalta-se que todos os exemplos apresentados consistem em construções com o verbo *ter*.

Nas páginas 494 a 497, Cunha (1982) apresenta a “Sintaxe do verbo *haver*”, explorando os momentos em que este verbo pode ser empregado em todas as pessoas verbais: a) “quando é auxiliar”; e, b) “quando é verbo principal” Como verbo principal, Cunha (1982) apresenta os seguintes significados para o verbo *haver*: conseguir, obter, alcançar, adquirir, entender-se e ajustar contas. Além destes sentidos, o autor também apresenta o significado de “ser possível” e classifica como raro, nos escritos atuais, mas realizável no português arcaico, o verbo *haver* com o significado de possuir.

O autor também faz menção a expressões semelhantes às verificadas neste trabalho nos documentos de Paranaguá, como: “*haver por bem*” e “*haver mister*”.

Posteriormente, o autor apresenta também o verbo *haver* impessoal, com o significado de existência ou de indicador de tempo decorrido, alertando que, nestes casos, conjuga-se este verbo apenas na 3ª pessoa do singular, diferente do verbo *existir*. Cunha (1982) não faz menção ao uso do verbo *ter* na acepção de existir.

Em resumo, verifica-se que Cunha (1982) demonstra preferência pelo verbo *ter* para construções de tempo composto e apresenta de maneira equivalente os verbos *ter* e *haver* enquanto verbos auxiliares. O autor descreve apenas o verbo *haver* de maneira minuciosa e, ao tratar de verbos existenciais, não menciona o verbo *ter*.

### 7.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS VERBOS *TER* E *HAYER* DE ACORDO COM AS GRAMÁTICAS NORMATIVAS ANALISADAS

Rocha e Lima (1974) faz poucas abordagens sobre os usos dos verbos *ter* e *haver*, detendo-se na função de auxiliar para a formação de tempo composto, mas não há prescrição que recomende o uso preferencial de um verbo ou outro. Posteriormente, o autor menciona duas vezes o verbo *haver*, como existencial, mas ignora o *ter* para esta função. Conclui-se que o autor considera o verbo *ter* inapropriado para tais formações, ignorando seu uso frequente e, portanto, a variação existente.

Cunha (1982) faz uma abordagem mais completa, preferindo o verbo *ter* para a formação de tempo composto, tal preferência pode ser explicada pela

maior produtividade do verbo *ter* nestas formações, desde o século XVI (Eleutério, 2003). A variação neste tipo de formação é considerada pelo autor, ainda que sutilmente. Como auxiliares para orações modais, ambos os verbos são comentados e exemplificados igualmente, sem que o autor demonstre alguma preferência. Já o verbo *ter* impessoal não é mencionado, como Rocha Lima (1974), o autor ignora esta variação entre os verbos.

Verifica-se que os autores ignoram quase completamente a variação histórica dos verbos *ter* e *haver*, ocorrendo apenas um sutil comentário de Cunha (1974). O verbo *ter* é legitimado apenas como auxiliar e desconsiderado como auxiliar, enquanto o *haver* é o único citado neste tipo de oração.

## 8 ANÁLISE DOS USOS DE *TER* E *HAYER* DE ACORDO COM GRAMÁTICAS DESCRITIVAS

Neste capítulo serão analisadas as abordagens de duas gramáticas voltadas para os estudos linguísticos: “Nova Gramática do Português Brasileiro” (Castilho, 2010) e “Gramática do Português Brasileiro” (Perini, 2010). O objetivo, ao analisar estas gramáticas, é fazer uma contraposição entre as gramáticas normativas e verificar se a variação e mudança dos verbos *ter* e *haver* são retratadas nas produções mais ligadas à área acadêmica.

### 8.1 NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO –CASTILHO, 2010

A Nova Gramática do Português Brasileiro, segundo o seu autor (Castilho, 2010) não consiste em uma gramática de listas e classificações, mas consiste na exposição da língua como um complexo sistema.

Outra diferença desta gramática em relação a muitas outras que já foram publicadas está no fato de que o autor não se fundamenta na língua literária, pois defende que os autores de textos literários buscam explorar todas as potencialidades da língua de acordo com objetivos estéticos singulares e as regularidades linguísticas que devem ser identificadas pelas gramáticas estão no uso comum dos cidadãos que conversam entre si, que leem jornais. Castilho (2012) afirma que há muitas teorias linguísticas, mas não é possível encontrar uma que compreenda a língua e todo o seu dinamismo.

O autor, em sua gramática, compreende a língua como “um conjunto articulado de processos” (p. 31):

“Quando falamos ou quando escrevemos, uma intensa atividade é desencadeada em nossas mentes com enorme rapidez, acionando quatro sistemas linguísticos, cada um deles configurado por um elenco de categorias: o léxico, a semântica, o discurso e a gramática. Esses sistemas são articulados pelos princípios sociocognitivos que regem a conversação, a mais básica das atividades linguísticas.” (CASTILHO, 2010, p. 31e 32).

Dessa maneira, o autor apresenta a teoria multissistêmica e afirma que esta contém forte conteúdo funcionalista-cognitivista.

Na seção “Sintagma verbal” (p. 403), o autor insere informações sobre a gramaticalização dos verbos, em que esclarece que o verbo passa de pleno para funcional e depois para auxiliar. Para exemplificar tal proposição, explica os casos dos verbos *ser* e *estar* e *ter* e *haver*.

Como o objeto deste trabalho consiste nos verbos *ter* e *haver*, apenas as considerações a estes pertinentes serão comentadas e analisadas.

De acordo com Castilho (2010), os verbos *ter* e *haver*, em latim *tenere* (ter em suas mãos, possuir) e *habere* (ter em sua posse, ser dono, guardar), já tiveram sentido pleno de posse.

Para indicar quando ambos os verbos foram utilizados com sentido de posse e concorreram entre si, o autor baseia-se em Mattos e Silva (1994 *apud* Castilho, 2012) que estabelece para o verbo *haver*, no princípio, a ocorrência com complementos de qualquer valor semântico. Do século XIV para o XV, segundo a autora, o verbo *ter* só ocorria substituindo o verbo *haver* seguido de complementos com o valor semântico de “bens materiais adquiríveis” e, com menor frequência, de “qualidades intrínsecas adquiríveis”. Já na primeira metade do século XV, o verbo *ter* ocorre também com o complemento que indica “qualidades intrínsecas ao sujeito”, mesmo assim, o verbo *haver* continua mais frequente. Na segunda metade do mesmo século, o *haver* deixa de predominar, enquanto o *ter* conquista mais espaço nos três sentidos de posse.

Castilho (2010) explica que, ao perder espaço em estruturas com sentido de posse, o verbo *haver* especializa-se em construções existenciais, tomando o lugar do verbo *ser* existencial. Mas, posteriormente, o verbo *ter* também avança em estruturas existenciais. Nas estruturas existenciais, estes verbos ainda atuam como verbos plenos. Esta é a única referência que o autor faz aos verbos *ter* e *haver* em estruturas existenciais.

Em seguida, o linguista apresenta o verbo *ter* como verbo funcional ou suporte, função em que não atua mais como verbo pleno. Ao apresentar o verbo *ter* nesta função, o autor encaminha o leitor à seção em que explica o funcionamento dos verbos-suporte.

Na seção em que explica o verbo-suporte, o autor define-os como:

“(1) Os verbos-suporte apresentam uma forte solidariedade sintática com o substantivo que se segue (...). (2) O sentido do sintagma verbal complexo deriva do conjunto formado pelo verbo-suporte + substantivo, tornando impossível a substituição do verbo-suporte por um sinônimo (...). (3) O verbo-suporte supre certas faltas no léxico da língua.” (CASTILHO, 2010, p. 410).

Castilho (2010) atribui à gramaticalização a razão pela qual o mesmo verbo – aqui toma como exemplo os verbos *ser* e *estar*, *ter* e *haver* – pode atuar como verbo pleno ou como verbo funcional ou suporte, a depender da construção em que se encontra. O autor denomina este uso do verbo como sintagma verbal complexo e explica que este tipo de sintagma está no intervalo entre a liberdade de construção da sintaxe e as unidades prontas do léxico.

Após apresentar o verbo *ter* como verbo-suporte, Castilho (2012) apresenta *ter* e *haver* como verbos auxiliares em formações do futuro e do pretérito perfeito composto.

O autor afirma que a auxiliarização de *ter* e *haver* possibilitou a formação do futuro do presente e do futuro do pretérito, como apresentado na presente pesquisa, na seção 4.4, página 26. Pois o futuro do presente (ex. amarei) formou-se a partir de uma perífrase do latim vulgar, em que a forma “habeo” atuava como auxiliar e, posteriormente, sofreu redução fonológica, Castilho (2010) esclarece a partir de um breve esquema: “Amare habeo > amarábeo > amaráveo > amaráeo > amarayo > amaray > amarei.” (p. 404).

Sobre a formação do pretérito perfeito composto, o linguista esclarece que, inicialmente, no latim vulgar, o particípio atuava apenas como adjetivo como em: “Habeo epistolam scriptam – Haver (primeira pessoa do singular) uma carta escrita” (CASTILHO, 2010, p. 406).

Mais tarde houve uma reanálise e o valor semântico do particípio passou a ligar-se aos verbos *ter* e *haver* enquanto auxiliares:

“A mudança do enfoque temporal pode ter resultado da gramaticalização de *ter/haver* e do particípio: o valor de tempo presente procede de *ter/haver*, que passam a auxiliares; o valor de tempo passado procede do particípio” (CASTILHO, 2010, p. 406 – 407).

Observa-se que, nesta gramática, não há prescrições ou normas de uso, antes há a descrição dos possíveis usos e dos processos pelos quais estes verbos passaram, a partir de estudos linguísticos.

## 8.2 GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO – PERINI, 2010

Mário Perini é atualmente professor no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi professor na PUC-Minas e na UNICAMP e professor visitante nas universidades de Illinois e do Mississippi (EUA). É autor de doze livros, dentre os quais *Para uma nova gramática do português*; *Gramática descritiva do português*; *Sofrendo a gramática (Ática)*, *Modern Portuguese, Talking Brazilian*; *Modern Portuguese – A Reference Grammar* (Yale University Press); *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios* (2004); *Princípios de linguística descritiva* (2006); *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais* (2008); *Gramática do português brasileiro* (2010).

Perini concentra suas pesquisas no português brasileiro falado, na sintaxe do português brasileiro, no ensino da língua portuguesa e na gramática de construções. A *Gramática do Português Brasileiro* (2010) é resultado das muitas pesquisas do autor sobre as características fonológicas, morfológicas e, principalmente, sintáticas e semânticas do português brasileiro. Na apresentação desta gramática, o autor se propõe a fazer um estudo descritivo da língua falada, fugindo das normas e tomando como legítima toda a construção que ocorre na língua.

Na *Gramática do Português Brasileiro* (2010, p.21) também são questionados e explicados os conceitos e as nomenclaturas gramaticais, pois, de acordo com o autor, muitos destes conceitos não são compreendidos e uma grande parte é inadequada. Assim, o autor apresenta novos conceitos e os explica com o objetivo de levar o leitor ao “conhecimento consciente” das estruturas da língua. De acordo com Perini (2010), esta gramática é indicada para estudantes de cursos de Letras e para professores de língua portuguesa.

Perini (2010) organiza sua gramática em oito seções: sintaxe da oração; valência; período composto; uso das formas verbais; sintagma nominal; concordância; classes de palavras; discurso; fonologia.

O autor discorre sobre os verbos *ter* e *haver* logo na primeira seção; no quarto capítulo intitulado: “Orações sem sujeito”, *ter* e *haver* são apresentados dentre os verbos que raramente ocorrem com sujeito, como verbos de apresentação de existência.

Ao tratar sobre estes verbos, Perini (2010) apresenta o verbo *haver* como aquele que ocorre raramente, em contextos que exigem maior policiamento da linguagem, enquanto o verbo *ter* é a “forma normal” (p.79). Ambos são apresentados como sinônimos, o autor comenta a possibilidade de sentido de posse do verbo *ter*, demonstrando que com este sentido o verbo ocorre com sujeito, enquanto no sentido de apresentação de existência, o verbo não possui sujeito. O autor detém-se no verbo *ter*, apresenta apenas um exemplo com o verbo *haver*: “*Houve uma festa na minha casa*” (p. 80) e ressalta que é mais frequente e predominante na fala, a forma coloquial: “*teve uma festa*”. Com este exemplo, observa-se a valorização do autor à fala e ao uso coloquial da língua, bem como sua verdadeira pretensão de elaborar uma gramática descritiva da língua em uso.

Nesta seção é clara a distinção que o autor faz entre uso e norma padrão para estes verbos, atentando-se mais para os usos do verbo *ter* e mencionando pouco o verbo *haver*. Perini (2010) cumpre o seu objetivo de explorar o uso, ao invés da norma padrão.

Ao tratar dos tempos verbais, no capítulo 21, o autor apresenta as formas utilizadas na língua falada do português brasileiro, como o uso do verbo *estar* + gerúndio, nomeado como presente progressivo e o uso do verbo no presente para expressar o futuro, por exemplo: “Amanhã bem cedo eu te *telefonei*”, entre diversos usos ressaltados pelo autor.

O verbo *ter* é mencionado como possível componente na formação do tempo futuro composto, no padrão escrito, como em: “Quando vocês chegarem eu já *terei terminado / vou ter terminado* meu trabalho.” Mas ressalta que no português brasileiro falado usa-se: “Quando vocês chegarem eu já *terminei* o meu trabalho”.

No capítulo seguinte, é explorado o tempo passado dos verbos, como no capítulo 21, são ressaltadas as formas mais comuns no português brasileiro falado. Perini (2010) apresenta dois tipos de tempo passado: o perfeito e o imperfeito; a diferença dos dois, segundo o autor, consiste na focalização do perfeito nos limites temporais da situação descrita, enquanto o “com o imperfeito o verbo

indica um evento ou estado habitual, ou uma qualidade considerada como válida para um período extenso no passado.” (p. 228).

Ainda no capítulo 22, Perini (2010) apresenta os passados compostos, neste momento, o autor detém-se nas formas que utilizam o verbo *ter* + particípio verbal. Quando o auxiliar *ter* é utilizado no presente seguido do particípio verbal, o autor afirma que a construção indica um evento iniciado no passado que continua até o presente, alguns exemplos apresentados são: “Tem chovido horrores nos últimos dias” e “Essa menina tem estudado demais”.

A seguir, apresenta o “mais-que-perfeito composto”, definido como o tipo de construção que se refere a um evento passado e anterior a outro evento também passado, esta construção é formada pelo verbo *ter* no imperfeito e o particípio verbal, como exemplo: “O candidato declarou que tinha lido todos os livros do programa.” (p. 232). Seguindo a linha de gramática descritiva, Perini (2010) afirma que o mais-que-perfeito simples está fora de uso no português brasileiro e mesmo no padrão escrito é raro, podendo ser considerado arcaico.

Perini (2010) apresenta “Outras formas compostas com *ter*” e afirma que a forma “vou + *ter* + verbo no particípio passado” é pouco utilizada no PB, pois ao invés de dizer: “O jogo já vai *ter* acabado quando você chegar.” É preferível dizer “O jogo já acabou quando você chegar”. São mencionadas também as formas com o verbo *ter* no infinitivo, no gerúndio e no subjuntivo.

Ao deter-se sobre os capítulos a respeito do tempo verbal, observa-se a valorização do verbo *ter* em detrimento do verbo *haver*, que não é citado como possibilidade para a formação de orações com tempo composto. Tal fato comprova que o autor considera o verbo *haver* um verbo em desuso nestes contextos no português falado no Brasil.

No capítulo 24, Perini (2010) faz menção novamente ao verbo *ter*. Neste capítulo, o autor trata dos verbos auxiliares e modais, define verbos auxiliares como os verbos que podem se combinar com o gerúndio, o infinitivo ou o particípio de outro verbo, mantendo o mesmo valor semântico e valência das formas verbais simples; a definição dos verbos modais é dada como semelhante à dos verbos auxiliares, no que diz respeito à valência dos verbos, por isso o autor afirma que eles podem ser adicionados à lista de verbos auxiliares, mesmo tratando-se de um grupo diversificado semanticamente, os verbos modais tem comportamento sintático e valencial parecido com o dos demais auxiliares.

Quanto aos verbos auxiliares, o autor ressalta *ter*, *ir* e *estar*. *ter* complementado pelo particípio (*eu tinha comido*); *ir* complementado pelo infinitivo (*eu vou comer*); *estar* complementado pelo gerúndio (*eu estou comendo*). Perini (2010) lembra que a única forma tradicionalmente aceita é *ter* + particípio, enquanto as formas *ir* + infinitivo e *estar* + gerúndio são excluídos; porém, realçando o caráter descritivo do português falado desta gramática, o autor afirma que esta regra não se aplica ao uso da Língua Portuguesa no Brasil, assim todos são considerados auxiliares seguidos de formas especiais do verbo.

Já sobre os verbos modais conectados a outros verbos por meio de preposição, Perini (2010) apresenta alguns exemplos: “*Ele começou a chorar*”; “*Continuou a chover o dia todo*”; e “*A TV acaba de estragar*”. O autor também inclui exemplos de modais seguidos de gerúndio, sem preposição, como: “*Continuou chovendo o dia todo*” e “*O rapaz acabou brigando com os colegas*”. Estes verbos modais apresentados, segundo o autor, acrescentam valor semântico aspectual, indicando o início, a continuação ou o fim de um evento.

Os verbos *dever*, *ter que* e *querer* são mencionados logo em seguida, com a ressalva de que o verbo *dever* funciona como modal apenas com o sentido de *ser provável*. *Ter que* é apenas mencionado, o autor não faz referência ao sentido de obrigatoriedade ou necessidade que este verbo expressa, enquanto modal, mas apresenta exemplos que expressam este sentido: “*Esse menino tem que estudar mais*”; “*Tem que chover, senão vamos perder a safra*.”

O verbo *haver* não é mencionado como modal, com esta omissão compreende-se que o autor considera-o em desuso no português falado, bem como, de acordo com as apresentações do autor, vem perdendo espaço em todas as suas outras funções, tornando-se apenas um verbo utilizado na escrita formal.

Nesta descrição de dados, foram mencionados os capítulos em que Perini (2010) trata dos verbos *ter* e *haver*. O intuito desta descrição é observar como estes verbos são tratados por este estudioso no que diz respeito ao português falado no Brasil.

Amparado por diversas pesquisas, o autor apenas menciona o verbo *haver* no sentido existencial, nomeado por ele como *apresentação de existência*. Ao mencioná-lo, o autor ressalta que este verbo não é utilizado com este significado na fala dos brasileiros. Nos outros momentos em que o verbo *ter* é mencionado, o verbo

*haver* é excluído, demonstrando que, para Perini (2010), o verbo *haver* já não faz parte da fala do brasileiro.

### 8.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS VERBOS *TER* E *HAYER* DE ACORDO COM AS GRAMÁTICAS DESCRITIVAS

Diferentemente das gramáticas normativas analisadas, as gramáticas de Castilho (2010) e Perini (2010), descritivas, demonstram grande preocupação com os usos dos verbos *ter* e *haver*.

Verifica-se que a publicação de Castilho (2010) analisa profundamente os processos pelos quais estes verbos passaram, tal análise pauta-se em sua teoria de multissistemas. A leitura desta gramática exige do leitor conhecimento linguístico aprofundado, devido aos seus termos técnicos e o entrecruzamento de diversas teorias linguísticas. Para Castilho (2010), os verbos *ter* e *haver* passaram pelo processo de gramaticalização, que motivou a mudança e a predominância do verbo *ter* no português brasileiro.

Perini (2010) apresenta uma gramática mais simples, que não se aprofunda tanto nos processos de variação e mudança, mas apresenta as diferenças entre o português falado e o português apresentado nas gramáticas normativas. O autor evidencia a exclusão do verbo *haver* e a produtividade do verbo *ter*.

Com esta análise, verificou-se que Castilho (2010) apresenta com mais detalhes o processo histórico da mudança e variação dos verbos *ter* e *haver*, enquanto Perini (2010) enfatiza a variação sincrônica, a exclusão atual do verbo *haver* na fala do brasileiro.

As duas gramáticas possuem caráter descritivo, isto é, não pretendem apresentar normas e regras para o uso da língua, antes descrever a Língua Portuguesa em sua realização no Brasil. Com estas gramáticas, observa-se que a mudança e a variação destes verbos são evidentes no português brasileiro e que, com o respaldo de gramáticas voltadas para os estudantes de Letras e os professores de língua portuguesa, como a publicada por Perini (2010), é possível abordá-las no ensino da língua portuguesa.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho consistiu em verificar a variação e a mudança dos verbos *ter* e *haver* em duas sincronias diferentes, a fim de observar se estas eram contempladas no ensino de Língua Portuguesa, por meio da análise de gramáticas normativas e descritivas.

Realizou-se pesquisa bibliográfica sobre a história da Língua Portuguesa, os estudos sobre mudança e variação linguística, as pesquisas já realizadas a respeito dos verbos *ter* e *haver* e o ensino de gramática e Língua Portuguesa.

À luz da teoria da variação linguística, verificou-se, quantitativamente, a variação destes verbos nas orações que expressam tempo composto, modalização e em que se apresentam como impessoais, o verbo *ter* mostrou-se o mais produtivo nas orações de tempo composto e nas que atua como modalizador; o verbo *haver* ainda é mais frequente como verbo impessoal, em textos escritos, como observado neste trabalho e é atestado por Callou e Avelar (2012), demonstrando uma variação de canal. Quanto às orações que expressam posse, não há mais variação, mas houve mudança: o verbo *ter* suplantou o verbo *haver*, em períodos anteriores aos abordados por esta pesquisa.

Concluiu-se, portanto, que ainda há variação nas orações de tempo composto, nas que o verbo atua como modalizador e nas impessoais, porém o *ter* é mais produtivo nas duas primeiras, enquanto o *haver* é mais produtivo apenas nas existenciais. A mudança ocorreu apenas nas orações de posse.

Ao concluir que há variação e houve mudança, tornou-se importante observar se, no ensino, estas são abordadas. A partir das gramáticas normativas, frequentes referências para professores e materiais didáticos, concluiu-se que o processo de variação e mudança dos verbos *ter* e *haver* não tem recebido grande atenção no ensino de Língua Portuguesa.

Porém, com as gramáticas descritivas visualiza-se uma possibilidade, pois estas abordam os usos da Língua Portuguesa pelo falante brasileiro e apresentam extensas abordagens sobre a variação e a mudança dos verbos *ter* e *haver*.

Conclui-se, portanto, que os estudos linguísticos têm sido encaminhados em direção ao ensino, tornando possível que, nos próximos anos e com mais pesquisas, sejam desenvolvidas metodologias para que a variação e a mudança linguística sejam incluídas no ensino de Língua Portuguesa.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. S.; CALLOU, D. *Estruturas com ter e haver em textos jornalísticos do século XIX ao XX*. Anais do V encontro do Celsul. Curitiba, 2003.
- ALMEIDA BARONAS, J. E.; GONÇALVES, L. A. A. *Concepções de linguagem: gramática de língua portuguesa e ensino de língua materna*. Entretextos, Londrina, v.13, nº 02, p. 243 - 265, jul./dez. 2013.
- AREÁN-GARCIA, N. *Breve histórico da Península Ibérica*. Revista Philologus, Ano 15, n. 45. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez. 2009.
- AVELAR, J. *Gramática, competição e padrões de variação: casos com ter/haver e de/em no português brasileiro, 2005*. Disponível em: [www.geocities.com/gt\\_teor\\_da\\_gramatica/download/ampoll2005-juanito.pdf](http://www.geocities.com/gt_teor_da_gramatica/download/ampoll2005-juanito.pdf), Acesso em: 07 jul. 2013.
- AVELAR, J. *Expressões possessivo-existenciais de tempo decorrente na fala dos quilombolas de Muquém*. STOCKHOLM REVIEW OF LATIN AMERICAN STUDIES, Issue, No. 8, March, 2012. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/projetos/afrolatinos/AvelarSROLAS2012.pdf>, Acesso em: 15 ago. 2014.
- BARBOSA, A. G.. Saberes gramaticais na escola. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- BATISTA, P. G. *Ter e Haver existenciais na fala culta de Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre: do social ao linguístico*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FL, 2012.
- BORBA COSTA, S. B. *Empréstimos lingüísticos em textos quinhentistas portugueses*. Filologia e Lingüística Portuguesa. São Paulo: FFCH/USP, v. 6, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998
- CALLOU, D.; AVELAR, J. *Sobre TER e HAVER em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil*. Gragoatá 9, 2001.
- CALLOU, D.; AVELAR, J. *Estruturas com ter e haver em anúncios do século XIX*. In ALKIMIM, T. M. (Org.) *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- CALLOU, D. Gramática, variação e normas. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- CAMACHO, R. G. *A variação lingüística*. In: SÃO PAULO. Secretaria de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para os 1º e 2º graus: coletânea de textos. São Paulo: SE/CENP, 1988. v. 1. p. 29-41.

CAMACHO, R. G. *Norma culta e variedades linguísticas*. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 34-49, v. 11.

CARRILHO, E.; PEREIRA, S. *Sobre a distribuição geográfica de construções sintáticas não-padrão em português europeu*. Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2011, pp. 125-139. Disponível em: [http://www.apl.org.pt/docs/26-textos-seleccionados/Carrilho\\_Pereira.pdf](http://www.apl.org.pt/docs/26-textos-seleccionados/Carrilho_Pereira.pdf)

CASTILHO, A. T. *A gramaticalização*. Estudos Linguísticos e literários. Salvador: Programa de pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, n. 19, 1997.

CASTILHO, A. T. *A constituição da norma pedagógica do português*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 22, p. 9 -18, 1980.

CASTILHO, A. T. *Varição dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa*. In BAGNO, M. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

CASTILHO, A. T. *Proposta funcionalista de mudança linguística: os processos de lexicalização, semanticização, discursivização, gramaticalização na constituição das línguas*. In LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Vol. 6, Tomo 1. Salvador: EDUFBA, 2006.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, A. L. P. *Mudança no sistema verbal do português: as variantes do futuro do pretérito e a questão da gramaticalização*. Gragoatá. Rio de Janeiro, n. 21, 2006.

COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1976.

CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fename, 1982.

CUNHA, C.; CINTRA, L.. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CUNHA, C. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. ELIA, S. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

ELEUTÉRIO, S. *A variação ter/haver: documentos notariais do século XVII*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

FARACO, C. A. *Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós*. In BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

GUY, G. R.; ZILLES, A. M. S. *O ensino da língua materna: uma perspectiva sociolinguística*. Calidoscópico, v. 4, n. 1, p. 39-50, jan./abr. 2006.

\_\_\_\_\_. *Sociolinguística quantitativa – instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Nacional, 1979.

MACHADO FILHO, A. V. L. *Dicionário etimológico do português arcaico*. Salvador: EDUFBA, 2013.

MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas trecentistas – elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1989.

MATTOS E SILVA, R. V. “A variação haver/ter”. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.) *A carta de Caminha – testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBA, 1996.

MATTOS E SILVA, R. V. *Observações sobre a variação no uso dos verbos ser, estar, haver, ter no galego-português ducentista*. Estudos lingüísticos e literários, 19, 1997.

MATTOS E SILVA, R. V. Ideias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (org.). *Para a história do português brasileiro*, vol. I – primeiras ideias. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

MATTOS E SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). *O Português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002.

MATTOS E SILVA, R. V. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004a.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004b.

MATTOS E SILVA, R. V. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTOS E SILVA, R. V. Variação ter e haver. In LOBO, T.; OLIVEIRA, K. (Orgs.). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MONTEIRO, J.L. *Para compreender Labov*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORAES, E. R. *O erro de linguagem e a escrita: uma interpretação linguístico-educacional*. Revista Letras Hoje, v. 27, p. 15 – 46, 1992.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2000.

NEVES, M. H. M. Estudo das construções com verbo-suporte em português. In KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado*. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1997.

OLIVEIRA, S. M. *A variação das formas verbais ter e haver em textos escritos no século XIX*. In Anais do IX encontro do Celsul. Santa Catarina, 2010.

PAIVA, M. S. *Há muito tempo atrás: um estudo sobre haver + nome com valor temporal*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/posverna/mestrado/PaivaMS.pdf>

PAULIUKONIS, M. A. Texto e contexto. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

RIBEIRO, I. A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas ter, haver e ser. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1996.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1974. RODRIGUES, A. D. *As línguas gerais sul-americanas*. *Papia*, 4(2), p. 6-18, 1996. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/artigo%3Arodrigues-1996/rodrigues\\_1996\\_linguas\\_gerais.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/artigo%3Arodrigues-1996/rodrigues_1996_linguas_gerais.pdf). Acesso em: 10 maio 2014.

SANTOS, A. V. *Memória de Paranaguá e seu município*. Curitiba: Museu Paranaense, 1850.

SAPIR, E. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro: Sedegra, 1954.

SILVA NETO, S. *Introdução à língua portuguesa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto nacional do livro, 1951.

SOARES, M. História do ensino de língua portuguesa. In: BAGNO, M.; RODRIGUES, A. D. (Orgs.) *Linguística da Norma*. São Paulo: Edições Loyola. 2002.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Tradução: Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VASCONCELOS, C. A. *Estudo semântico-lexical do vocabulário setecentista em Paranaguá*. São Paulo: USP, 2013.

VIOTTI, E. *Uma história sobre “ter” e “haver”*. Cad. Est. Ling., Campinas, (34):41-50, Jan./Jun. 1998  
WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006

WESTPHALEN, C. M. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado de Cultura, 1998.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

Cartas oficiais de Paranaguá, redigidos nos séculos XVIII e XIX, citados no decorrer do trabalho

<b>Doc:</b> 118
<b>Composição:</b> 1fol. 1r.
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial.
<b>Assunto/resumo:</b> Resposta ao pedido de licença de José Lustoza para transitar entre as capitanias.
<b>Datação:</b> 17/agosto/1818.
<b>Autores:</b> José Vitorino da Rocha.

5 *Excelentissimos* e *Illustrissimos* Senhores Governadores  
Tive a Honra de receber o *Officio de Vossa Excelencia* e *Senhorias*  
de 10 de Julho, em 14 de Agosto, com hum *Requerimento*  
do 1º Sargento da 7ª *Companhia* Joze Lostoza de Andrade, Este  
*Requerimento Excelentissimo* e *illustrissimos* Senhores he em partes fabuloso, e falto  
10 de Verdade, no que diz que lhe **tenho de** negallo a Licenca para  
o girio do seo *Negocio*; Eu já por duas vezes lhe dei Licenca  
para hir a Corte do Rio de Janeiro, e pedindome terceira ves  
Licenca para hir a dita Corte lha não dei por que tinha rece=  
15 bido hum *officio* do *Illustrissimo* e *Excelentissimo* Senhor Conde de Palma, em  
que prohibia amorador algum hir para fora desta *Capi=*  
*tania* sem *Despacho* seo, o que até agora se observa, que  
não vai morador algum sem *Licenca de Vossa Excelencia* e *Senhorias*.  
Vendo o dito Sargento que eu lhe negava esta faculdade  
mepedio Licenca para hir a *Villa* de Coritiba, Consedilha por  
20 dous mezes e elle sedemorou mais de anno sem dar de si  
amenor *saptisfação*, este facto que mereciacastigo eu com  
toda a *proendencia* desfarcei sem lhe dar amenor *reprehen=*  
*ção*; Sendo com tudo avizado para hir levar a *Recru=*  
25 *ta* a *Villa* de Santos, deo parte de doente, edali apoucos dias  
pedindome *Licenca* para hir a *Villa* de Coritiba eu lhe respondi  
que só *Vossa Excelencia* e *Senhorias* he que podia dar *Licencas* per=  
longadas. recorreio a *Vossa Excelencia* e *Senhorias* e sem esperar res=  
30 posta partio para adita *Villa*, apezar de lhe afirmar que depo=  
is de estar esta *cauza* anexa a *Vossa Excelencia* e *Senhorias* não podia  
nada *conseder*, sem ordem de *Vossa Excelencia* e *Senhorias*: E apezar  
de tudo isto sem esperar *adicizaõ* de *Vossa Excelencia* e *Senhorias*,  
foi para aquela *Villa* edelá para essa *Cidade* aqueixar se  
demim em que não tinha informado o seo *Requerimento*  
quando logo que *Vossa Excelencia* e *Senhorias* *Despacharaõ* que eu  
35 informace, sem demora de tempo informei, mandan=  
do a *Carta ao Capitam* mor desta *Villa* que hi o *Director* do *Correio*,  
eindo o seo *officio* remetido ao *Illustrissimo* *Brigadeiro* *Inspector*  
as *Informaçoes*; seo dito *Officio* não foi entregue

40

<b>Nº Doc:</b> 119
<b>Composição:</b> 1r.
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial.
<b>Assunto/resumo:</b> Continuação do documento anterior.
<b>Datação:</b> 17/Agosto/1818.
<b>Autores:</b> José Vitorino da Rocha.

5 ou levou descaminho, não he culpa minha eda  
Copia do Informe que remeto a Vossa Excelencia e Senhorias  
sede dus que a 15 de Fevereiro deste anno o Remeti.  
ALicença que o dito Sargento afirma foi dezemparrada,  
fes nella Viage seo Pay o Capitam Ignacio Lostoza de  
10 Andrade dono da dita Sumaca com Sociedade com seo  
filho o dito Sargento e não padeceo perjuizo algum o dito  
Sargento no seo Requerimento dis que de outros factos  
que adencia cala tem o mesmo suplicante deduzido este  
15 dizer na Prezença de Vossa Excelencia e Senhorias, he querer man=  
xar aminha Honrra pois nelle **tivece** que dizer  
ofaria, enão **havia** calar se como o dis que por decen=  
cis se cala eu Excelentissimo e Illustrissimos Senhores podem Vossas Excelencia  
e Senhorias  
mandaremse Informar se acazo tenho nota que  
20 semeponha que isto he o querer o dito Sargento manxar  
aminha Honrra na Prezença de Vossas Excelencia e Senhorias;  
e desta Uzadia e atrevimento peço a Vossa Excelencia e Senhorias  
hũa saptisfação Publica. he o que poço Informar  
a Vossa Excelencia e Senhorias que mandaraõ o que forem servidos  
25 Quartel do Governo da Villa de Paranagua 17 de Agosto de 1818

José Vitorino da Rocha

Coronel Governador

30

<b>N.º Doc:</b> 500
<b>Composição:</b> fól.1v
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial.
<b>Datação:</b> 1804
<b>Assunto/resumo:(continuação)</b> Provimentos da câmara.
<b>Autores:</b> Domingos da Rocha Miz, Antonio Gonsalves Lopes.

- 5 <16> As justissas ordinarias pena deculpa = Proveu que senaõ passe passa porte a pessoa algua, semque semostre Legitimado com Alvara de folha corri da para se cortar odanno que do contrario se segue, e que naCamara deve haver Livro de re
- 10 <17> no = Proveu que seproceda naCaptura deto das as pessoas desconhecidas, que aparecerem neste destricto, eque senaõ acharem munidos com Passa porte competente passado pela Policia
- 15 <18> no seu respectivo destricto = Proveu que emCa mara seproceda na Eleiçaõ de Juizes dos offi cios Mechanicos, ede cada qualidade deoffi cio hum Juis doofficio, os quais tenhaõ poder de examinar aquelles que **ouverem de tirar**
- 20 <19> carta de officio = Proveu que aCamara ponha namais exacta, eathe escropulosa obcervancia os capitulos deCorreiaõ dos Menistros ante cessores relativamente aos caminhos publicos =
- 25 <20> Proveu, que os Almotaceis procedessem logo em Almotasar os generos, que antecedentemente cos tumavaõ estar sugeitos aAlmotasaria, eoutros naõ, se embargo de qualquer capitulo deCo rreiaõ que agora há por revogado; visto ter mostrado aexperiencia, que aquella prohibi
- 30 çãõ dese almotaçar os generos, bem longe de ser util asociedade tem sido bastante preju
- 35 <21> dicial = Proveu, que os expostos recém nascidos, fossem alimentados pelos bens do concelho, enaõ chegando os seus rendimentos seprocedesse na fin ta das quantias que fossem necessarias para alimentos dos mesmos na forma da ordenaçãõ do Reyno, para oque aCamara **tem** jurisde
- 40 çãõ , visto ver eachar em esquecimento aobcer vancia desta taõ util, como saudavel Provi dencia neste destricto. Para oque sedaraõ aá limentar os ditos expostos a Amas de Leite, a quem se pague segundo ocostume do Pais, se do todos acentados em hum livro de Marti
- 45 cula, no qual se fasaõ as necessarias declara çoins pelo respectivo Escrivaõ = Proveu que se procedesse na Eleiçaõ das justissas, visto que nulla mente, esem jurisdicaõ seprocedeu na dita

Eleição para o triênio, quando alias deviaõ fi  
car servindo os mesmos oficiais daCamara, ou

<b>Nº Doc:</b> 511
<b>Composição:</b> 4 fólhos
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial.
<b>Datação:</b> 7 de maio de 1808
<b>Assunto/resumo:</b> Sucessores para os Juizes Ordinários por não professarem Letras. A partir disto, a criação da Comarca/ Privilegiar a isenção da Vila, concedendo privilégios ao Senado do Rio de Janeiro.
<b>Autor:</b> Luis Ignacio de Oliveira Cercal

5 Ilha chamada a Cotinga foise por sua anti  
guidade Rocio pertencente ao Comselho, eque os Pa=  
dres da Companhia, que existem nessa Villa, por  
certo titulo pertendem parte da dadita Ilha e Com=  
efeito alcançaraõ sentença do Doutor Antonio Alvres  
10 Lanhas Peixoto, daqual apellastes para oMui  
Comselho Ultramarino, e que como até agora não  
**houve** decizaõ desta apellaçaõ, me remetieis o trasla=  
do della eque taõ bem o mesmo Doutor Rafael Pi=  
res Pardinho determinou nosseis Capitulos, que se =  
15 não innovassem as medidas gerais nessa Comarca  
Comformandose com as mais das Outras, porem que  
o Governador deSaõ Paulo mandou pelo contrario  
âdita Villa maiores medidas com penas exorbitantes,  
que não podem tolerar os moradores dadita Comarca,  
20 principalmente essa Villa, por ser limitada em =  
cabedais, e ter aobra da Matris délla entalhada,  
eparte della dourada, sim poder lhe dar fim, eque  
assim devia Eu ser servido Mandar com correr com  
correr comhuã ajuda de Custo para este effeito e=  
25 que vos alivie dapençaõ destas novas medidas, pois  
dellas se elegue hum total prejuizo aos Povos dessa  
Comarca, em Cuja atençaõ Mepareceo dizervos,  
que Eu fui servido nomear por sucessor do =  
Doutor Antonio Alvres Lanhas Peixoto a Antonio  
30 dos Santos Soares aquem Mando declarar, que  
Eu Heÿ por bem, que essa Camera não so obser=  
ve o Capitulo 70 e 71 mas todos os mais Capi=  
tulos, que deixou em Correiaõ oDezembargador  
Rafael Pires Pardinho, quandofoi aessa Villa, ha=  
35 vendo por nullos todos os que fes em Comtrario  
o dito Ouvidor Antonio Alvres Lanhas Peixoto, por  
se acharem os ditos Capitulos, que fes oDezembar=  
gador Rafael Pires Pardinho aprovados por  
Mim,; e sevoslouva muito o zello, comque vos=

40

<b>Nº Doc:</b> 514
<b>Composição:</b> 2 fólhos
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial
<b>Assunto/resumo:</b> Teor da Carta Régia – Desobediência do ouvidor Antonio Alves Lanhas Peixoto.
<b>Datação:</b> 7 maio de 1808
<b>Autores:</b> Luis Ignacio de Oliveira Cercal

5 Luis Ignacio de Oliveira Cercal Escrivam da Camara  
nesta Villa de Paranaguá.  
Certefico que revendo hum  
livro em que secopiaraõ os Capitulos de Correissão fei  
10 tos pelo Dezembargador Rafael Pires Pardinho  
onde tao bem se axaõ Registadas varias Or  
dens e Rezoluçoins Regias nelle afolhas sento  
e dezacete verço lhe folhas dezoito seacha os Regis  
to dehuma Carta Regia Cujo teor he ose=  
15 guinte = § Dom Joaõ por graça de Deos, Reÿ  
dePortugal, edos Algarves, daquem, ed'alem  
mar, em África Senhor deGuiné etcetra= Fa=  
ço saber avos officiais da Camera da Villa  
de Paranaguá, que attendendo â innobediencia,  
20 com que sehouve oDoutor Antonio Alves La=  
nhas Peixoto, Ouvidor geral, que foi dessa  
Villa, em naõ executar a Minha Provizaõ  
dedes de Janeiro demil sete centos evinte equa=  
tro, em que Eutinha comfirmado os Provi=  
25 mentos, e posturas, que deixou emCorreissão  
o Dezembargador Rafael Pires Pardinho, que  
Eu havia aprovado, Mepareceo dizer-vos, que  
Eu **houve por bem** ordenar aoSindicante, que  
houver detirar Rezidencia aodito Ministro,  
30 lhe dêem Culpa nella onaõ observar a  
Minha Provizaõ, por que sem este ex=  
emplo sesegue que seus sucessores eoutros  
Ministros faltem ao Comprimento das Mi=  
nhas Leiys, eOrdens. El Reÿ Nosso  
35 Senhor oMandou pelos Dezembargadores  
Joze Gomes de Azevedo e Manoel Fernan  
des Varges Conselheiros doseu Comselho  
ultramarino, esepassou por duas vias. Teo=  
dozio deCovellos Pereira ofes em Lisboa  
occidental em oprimeiro de Setembro demil  
40 sete centos, etrinta eseis = André Lopes

N ° Doc: 536
<b>Composição:</b> fól. 1r
<b>Tipologia:</b> Carta oficial
<b>Datação:</b> 5 de Fevereiro de 1812.
<b>Assunto/resumo:</b> Carta para informar que dedicaram três dias para homenagear o nascimento do Senhor Infante Príncipe do Brasil. E para informar que um surgiu conflito.
<b>Autores:</b> Francisco Gonçalves Rocha, Joze Xavier de Oliveira, Ignacio Tavares de Miranda, Francisco Felis da Silva, Manoel Antonio Pereira

5 [[Paranaguá]]

[[Camara]]

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor  
[[12-5-15]]

[[5-fen-]]

[[1812]]

10 Para bem executar =  
mos a Ordem de Vossa Excelencia que nos derigio datada dedezace  
te de Novembro do anno proximo passado, equeren=  
do esta Camara dar decizivas provas deficis cossa  
15 los ede Comtento Rezultado do felis nacimen  
to do Serenissimo Senhor Infante Principe do Bra  
zil primeiro Neto de Sua Alteza Real o Princi  
pe Regente Nosso Senhor elejemos os dias vin  
te sinco, vinte seis, e vinte sete de Dezembr o pro  
ximo passado em que houveraõ tres noutes de Lu  
20 minarias em toda esta Villa, tres dias de Mis  
sas Cantadas, Sermoins e Tedeum Laudamus, e  
na ultima Procissaõ sendo nodia vinte seis  
a Custado Reverendo Vigário desta Villa: no  
dia vinte sinco passamos pelo disgosto de **háver**  
25 hum Conflictio de Authoridade tentando o actu  
al Governador Jozê Victorino Rocha extorquir  
aposse e uso em está esta Camara amais de  
Oitenta annos deselheofereser os dictos do Insen  
ço, primeiro que a qualquer outrapessoa de  
30 Authoridade, que se achase na Igreja; tentou  
odito Governador que os dectos sedesem primeiro  
aille, do que a Camara, a Camara não quis se  
der dassua antiquissima posse, por conheser

<b>N.º Doc:</b> 542
<b>Composição:</b> fól. 1r
<b>Tipologia:</b> Carta oficial
<b>Datação:</b> 12 de junho de 1812
<b>Assunto/resumo:</b> Prisão de Faustino Gomes.
<b>Autores:</b> Manuel da Cunha Gamito

5 *Illustrissimo Senhor Sargento mor Comandante*  
 Dis Daniel Machado desta villa, soldado miliciano, que  
 por ordem de *Vossamerce* foi espedido a beneficio da Reoluta que do pre  
 zente se fás, por ordem do *Illustrissimo Senhor General* ao lugar per  
 10 tencas ao varador, e sendo lá em companhia dos mais camaradas,  
 fizemos prender a Faustino Gomes, ordenança, homem no todo  
 libertino, sendo cazado auzente da mulher a seis annos, e ao  
 mesmo tempo, com outra mulher cazda dando, e espancando  
 ao Marido, com poder avolluto, contra todas as Leis, desacre  
 15 ditando ao publico, em continuado úzo, saqueando em geral,  
 como sendo necessario, com toda esta villa o mostrará, sen  
 do hum destes os que liberalmente quer o *Illustrissimo Senhor General* para  
 esse fim, de que se trata quando agora chega aos superiores noticia  
 certa, *que* tem feito o *suplicante* do mil juramentos, e promete que se  
 20 sair da prizão em que está tirará mil vidas ao suporte nestes  
 termos, piamente recorre a *vossamerce* com olhos de piedade olhe para todo  
 o requerlido e sendo servido informar se e achando ser certo,  
 como certo he de forma alguma e por tanto.//

Informe o *Senhor Sargento*<sup>=</sup>  
 25 Mor Manoel da Cunha=  
 Gamito sobrea a vida e Cus  
 tumes de Faustino Gomes=  
 não só do tempo *que* foi elle  
 Leviano, como do prezen  
 30 te Paranagoa 12de Junho=  
 1812

Costa

E a *Vossamerce* pello amor de *Deus* de for  
 ma alguma deiche de olhar *para* o risco de  
 35 vida em se espoem o *Suplicante* não  
 indo o *Suplicado* como se pertenda na Reco  
 luta espedida  
 E ReM  
 O *Supplicante* com justa rezão requer temendo-ce do *suplicado*  
 40 Faustino Gomes *Pereira*. Este tendo sido soldado em a *companhia* de todos  
 Regimento a *folha 129 Verso* teve baxa por inobediente numca  
 servindo, sempre fugitivo, e mal porcedido, não fazendo vida  
 com sua mulher propia, mas sim amancebado com outra mulher

<b>N° Doc:</b> 551
<b>Composição:</b> Fólio 1 r e 1v.
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial
<b>Datação:</b> 21 de agosto de 1815
<b>Assunto/resumo:</b> Confirmação de recebimento do ofício, justificativa da posse do Capitão Mor que não fora permitida e invalidação do juramento e posse deste mesmo capitão.
<b>Autores:</b> José Luis Pereira, Leandro José da Costa, Thomé Simões Tenixe.

5 *Illustrissimo e Excelentissimo Senhor*  
[[24-de-Agosto-1815]]

[[1815]]

[[12-5-22]]

Recebemos os Offi=  
10 cios de *Vossa Excelencia* hum de Sinco, e outro dedezase  
te de Junho do Corrente anno, e ficamos certos do  
seu Conteudo. Quanto ao primeiro porem  
julgamos do nosso dever representar a *Vossa Excelencia*  
que sedamos aqui posse e juramento ao novo  
15 Capitão Mor, não foi por querermos alterar  
os seus costumes recebidos, foi sim por sua  
cega e inadvertida observancia delles, como  
attestão as Certidoins e Numero primeiro, segun  
do, e terceiro, que mandamos a *Vossa Excelencia* para nos  
20 trarmos que não **houve** em nós abuso ou o=  
zurpação de *Authoridade*, mas somente erro;  
o que he coisa mui diversa, e athe compati  
vel com a fraqueza da condição humana.  
Por tanto esperamos que *Vossa Excelencia* nos haja  
25 de relevar esta falta, na certeza de que nos  
so dezejo só he obedecer a Leÿ, e as Ordens  
de *Vossa Excelencia* Remetemos a *Vossa Excelencia* a Cer  
tidão do *Escrivão* desta *Camara* pela qual

30

<b>N° Doc:</b> 557
<b>Composição:</b> 1 fólho, 1 r. e 1 v.
<b>Tipologia:</b> Carta oficial.
<b>Datação:</b> 23 de agosto de 1815.
<b>Assunto/resumo:</b> Continuação do documento anterior e declaração de fidelidade do documento descrito.
<b>Autores:</b> Luis Inácio de Oliveira Cezcal.

5 Assim **ohouveraõ por bem** seassigna  
raõ deque para constar fis este termo  
dejuramento, Eu Manoel Antonio  
Machado escrivãõ que oescrevi=  
Couto = Rodrigues = Mideiros= Lima  
10 Manoel Nunes Lima= Nada mais  
continha nodito termo que aqui fiel  
mente extrahi dodito Livro, evai por  
mim Conferido eassignado, eaomesmo  
Livro me reporto. Paranagua vinte  
15 tres deAgosto demil oito centos equinze  
eEu Luis Ignacio deOliveiraCezcal  
Escrivãõ daCamara que aescrevy, com  
feri, eassignei/  
Luis Ignacio de Oliveira Cezcal  
20 Conferido por mim  
Luis Ignacio de Oliveira Cezcal

<b>N° Doc:</b> 560
<b>Composição:</b> 1 fôlio, 1 r. e 1 v.
<b>Tipologia:</b> Carta oficial.
<b>Datação:</b> 26 de abril de 1817.
<b>Assunto/resumo:</b> Execução das cerimônias e comemorações.
<b>Autores:</b> Inácio Lustosa de Andrade, Francisco Ferreira de Oliveira, Joaquim Antonio Guimarães, Manoel Antônio Pereira.

5 *Illustrissimo e Excelentissimo Senhor*  
 [[26-Abril 1817]]

[[12-5-23]]

10 Em execução do Respeitavel Officio de Vossa  
 Excelência detreze de Janeiro do Corrente anno que nosde  
 régio com a Copia do Avizo Regio fizemos cantar tres  
 Missas, e em todas **ouve** oraçaõ recitadas pelo Reveren  
 do Paroco desta Freguesia, eno ultimo dia **Ouve** Proci-  
 saõ solemne e Tedeum Laudamus, e atudo assistio este  
 15 Senado emais pessoas da governança desta villa, achan  
 dose a Tropa Miliciana commandada pelo seo Chefe  
 postada no pateo da Matris e deo tres des Cargas no  
 fim de Cada Missa, e o mesmo se praticou no fim da  
 Procissaõ, e em todos os tres dias Ouve eluminaçaõ naõ  
 só dentro desta Villa, como nas Embarcações que se  
 20 achavaõ ancoradas neste porto, e amais hávia chegar  
 onosso publico regozijo e saptisfação que tivemos de taõ  
 fausta noticia se este Conselho naõ estivesse taõ em  
 penhado Com assua Vesita que para darmos ademons  
 tração que dezemos a Vossa Excelencia do quanto  
 25 nos nossos Corações inundaõ o gosto de ter impunha  
 do o setro hum soberano de quem esperamos a nossa  
 feicidade foi preciso Comvocarmos algumas  
 pessoas do povo nesta Camara para elles com  
 30 tribuirem, como fizeraõ, cada hum como que po  
 de, e Como produto deste resultado he que fi  
 zemos o que levamos dito a Vossa Excelencia. De

<b>N° Doc:</b> 562
<b>Composição:</b> fól. 1r
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial
<b>Datação:</b> 8 de Outubro de 1817
<b>Assunto/resumo:</b> Expedição de recrutas.
<b>Autores:</b> Inácio Luztosa de Andrade, Francisco Ferreira de Oliveira, Joaquim Antônio Guimarães, Antônio José da Costa.

5 *Illustrissimo e Excelentissimo Senhor.*

[[1817]]

[[8-Out-1817]]

[[12-5-24]]

10 Participamos a *Vossa Excelencia* que tivemos hum  
 officio do Coronel Governador desta Villa do *Voluntario* do *Corrente*  
 em que representava que para bem de Cumprir com a  
 Ordem de *Vossa Excelência* e fazer expedir os Recrutas para a Pra  
 ça de Santos Sefazia percizo que mandassemos a  
 15 promptar tres Correntes como seos competentes Co=  
 lares: Em diatamente respondi odito *officio* fazendo  
 certo que as mandava fazer sem perda de tempo por  
 haver em a Cadeia so hua *Corrente* e esta se achava ocu  
 pada em hum Réo de Culpa Capital; e porque a  
 Camara desta *Vila* esta muito Empenhada enão  
 20 **tem** Dinheiro para assuas Despezas que pela //  
 sua Decadencia foi feita a Festa de *Corpos Christes*  
 do Anno passado anossa Custa e mesmo praticamos  
 como as festas Reais que se fizerão em aplauzo a Sua  
 Magestade Fidellicima, como algumas pessoas do Povo  
 25 E por isso nos parecia justo que as Despezas para os  
 ditos Recrutas Setirase do Contracto de que se custu  
 ma pagar o Destacamento Miliciano desta Vila Res  
 pondeu nos odito *officio* dizendo que não tinha poder de  
 30 mandar tirar daquelle Dinheiro esó para o Destacamento que es  
 tava em servisso ou em Deligencia, e que nós assisti  
 cimos como Municipamento, e os percizos ferros; e vis-  
 to nos parecer justo que representassemos a *Vossa Excelência* ou  
 a Junta da Real Fazenda para mandar saptix  
 fazer estas Despesas; e attendendo a necessidade que //  
 35 havia para bem de secumprir a respeitavel Ordem de  
*Vossa Excelencia* e vista a Decadencia deste Sennado que a  
 lem do Exposto acresse mais estar devendo em  
 varias Lojas quantias avultadas e se acharem  
 os *Officiaes* de *Justiça* que na mesma servem por se pagarem, e a  
 40 ttendendo que o Real servisso não deve pereser  
 hindo em o Caziaõ de tanta ponderação; mandamos  
 que o Procurador assistiu do Dinheiro que se es  
 ta Cobrando pertencente ao Banco do Brazil e-

<b>Doc:</b> 571
<b>Composição:</b> 1fol. 1r. Continuação.
<b>Assunto/resumo:</b> Eleição para governado.
<b>Datação:</b> 14 de maio de 1819.
<b>Autores:</b> Joaquim Antonio Guimarães Miguel Gonsalves de Miranda Leandro José da Costa Antonio José da Costa.

5 14- Maio-1819 *Illustrissimo Exelentissimo Senhores*  
Prazer, e grande saptisfaçã temos com aonra de  
[[12-5-26]]  
receber a *Vossa Excelencia* datada em 26 do proximo passa  
do pella qual he servido partecipamos ter se  
10 Verifica do no dia antese dente amer ce quenos for sua  
Magestade ellegendo *Vossa Excelencia* para nosso Governador,  
de que da mos anos mesmos oparabens, e ao todo Poderoso  
rendemos as grasas empor anoSsa testa hû General dotado das  
melhores qualidades queSe podem  
15 imaginar isto pella grande fama quetem espalha  
do os que (como nos) tiveraõ a onra ser governados por  
*Vossa Excelencia* A fellecidade daquelles esperamos  
taõ bem nós, *que'* suposto naõ seja por nossos merecimentos  
será pellos de nossos compatriotas *que Vossa Excelencia* tanto se  
20 digne ellogiar. *Namesma* nos ordena *Vossa Excelencia*  
acontinuação de cumprimento das ordeins dos *Illustrissimos*  
e *Exelentissimos* anteseSsores de *Vossa Excelencia* the que seja  
servido de mandar ocontrario, noque ficamos sertos. Taõ bem  
temos arrecomendação de *Vossa Excelencia* para conservação  
deboa uniaõ entre  
25 os Povos e pessoas encarregadas das Autoridades desta  
Villa, o quetemos **muinto emvista** manter o caprixo  
de que nos temos revestido *para* hû taõ Louvavel fim.  
*Por qué* na mesma de *Vossa Excelencia* nos anuncia os  
dezejos *que* tem depro mover ome lhoramento desta  
30 Capitania/ quepor consequencia taõ bem sera desta  
*Vossa /* ordenandonos por na respeitavel presença  
de *Vossa Excelencia* as repreaentasoins quepara aquellefim  
nos sejaõ precisas himos portanto segneficar a  
*Vossa Excelencia* quesendo esta Villa huma das da Marinha  
35 que inda apoucos annos exportava *para* os deferentes  
Portos do Norte maior nu mero de alqueires defarinha  
de Mandioca, Se axa oje e alguns annos atras em  
huma to tal decadencia aeste respeito *qué* nem *para* seos  
abitantes colhe, o que motiva taõ bem ocumercio ex  
40 prementar grandes atrazos prose dendo to do este

<b>Nº Doc:</b> 573
<b>Composição:</b> 1fol. 1r. Continuação.
<b>Assunto/resumo:</b> Agradecimento ao feliz nascimento dos príncipes e princesas.
<b>Datação:</b> 25 de julho de 1819.
<b>Autores:</b> Joaquim Antonio Guimarães, Miguel Gonsalves de Miranda, Leandro José da Costa, Antonio José da Costa.

5 *Illustrissimo e Excelentissimo Senhor*  
 Em observancia do Officio dos ex Governadores  
 interinos desta Capitania de 20 de Abril do corren  
 te anno acom panhado dacopia dacarta Regia  
 de 4 de Abril deste mesmo anno pella qual foi  
 10 Sua Magestade servido partesipar lhes offelis  
 Nascimento da Serenisima Senhora Princeza da  
 Beira Filla dos Serenisimos Senhores Principes  
 Reais do Reino Unido. Esta taõ fuasta noticia  
 nos incheo do maior subilo, ate animados deconten  
 15 tamento dezejavamos festejar taõ fellis sussesos  
 como he digno oseu meresimento, as nossas forsas, as  
 Rendas desta camara, oEstado do Pais nos naõ per  
 mitio mais completa saptisfaçaõ do nosso dezejo, do  
 que fazermos Sellebrar no dia por meio do corrente  
 20 mes na Matris desta Villa Missa cantada, Sermaõ  
 e detarde Tha deo Laudamos, eProsição, depois de  
**averem prese didos** tres dias de Illuminaçaõ, emeto  
 da aVilla, com que com com corraõ os abitantes, com apon  
 pa que lhes foi pusivel, e as dacaza dacamara pe  
 25 llas Rendas damesma. Aestui afeividade da I  
 greja acor poraçãõ do Conselho em ais nobreza des  
 taVilla. Naõ sendo oquanto dezejavamos mas *Somente*  
 o que as nossas forsas eRendas deste conselho nos  
 permitio. *Deus guarde a Vossa Excelencia para fellizes annos*  
 30 *Paranagua emcamara de 25 de Junho de 1819=*  
 Joaquim Antonio Guimarains  
 Miguel Gonsalves de Miranda  
 Leandro Joze da Costa  
 Antonio Joze daCosta

35

<b>Nº Doc:</b> 582
<b>Composição:</b> 2 fólhos
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial
<b>Assunto/resumo:</b> Explicação das despesas da Villa.
<b>Datação:</b> 3 de setembro de 1821
<b>Autores:</b> Antonio de Azevedo Mello e Carvalho, Francisco Ferreira de Oliveira, Joaquim Antonio Guimarains, Bento Antonio da Costa, Antonio Joze da Costa, José Luis Pereira.

5        *Illustrissimos e Excelentissimos Senhores*  
 [[3-set. -1821]]

12-5-32]]

10        Remetemos a Presença de Vossas Excelen  
 cias o Balanço demonstrativo da receita  
 e despesa do Senado da Camara desta  
 Villa pertencente ao anno de mil oitocentos  
 e vinte na forma que d' recente por Vossas  
 Excelencias nos foi ordenado por officio  
 de dez e nove de Julho.        Por esta mesma  
 15        occasião Julgamos de nosso dever dizer a  
 Vossas Excelencias que esta Camara detem  
 po antigo se acha gravada de dividas pa  
 civas, que por justos, e forçosos motivos tem  
 contra hido sem as esperanças deas poder  
 20        amortizar com prompta solução por  
 falta de rendimentos suficientes, cre  
 cendo alias as despesas, pelo aumen  
 to dos Expostos, ja por outras necessidades,  
 as quaes **tem** necessariamente **desap**  
 25        fazer, como consertos de Fontes, Pontes  
 Cerca da Villa, e outras Varias despesas.

Ometi mos pois no balanço da receita, e  
 despesa, que acompanha este a descrip  
 ção das antigas dividas, por supor mos

30

Nº Doc: 587
Composição: 6 fólhos
Tipologia: Carta Oficial
Assunto/resumo: Distribuição e cobranças dos tributos feitos pelo falecido capitão Mor Jozé Carneiro dos Santos.
Datação: 17 de dezembro de 1821
Autores: Antonio de Azevedo Mello e Carvalho, Francisco Ferreira de Oliviera, Joaquim Antonio Guimarains, Bento Antonio da Costa, Antonio Joze da Costa, Jozé Luis Pereira.

5 fizemos com parecer perante nos o Capitaõ  
 Mor desta Villa Mano el Antonio Pereira,  
 que na quele Anno demil oito centos e deseseis  
 foi Pro curador e Thesoureiro: Aqual nos apre  
 zentou huma rellaçaõ parti cular deto dos os  
 10 dinheiros que entrego uao Juis deFora pela  
 Ordenaçã doSargento Mor Ignacio Lustoza de  
 Andrade por mandado deste, e de clarou que  
 depois da entrega nadamais souberado que  
 setinhapassa do: por esta relaçaõ sabemos que  
 15 orendimento deste Tributo naquele anno  
 de mil oito centos e des eseis fora de vinte ehûm  
 mil enoventa ecinco reis: mas hesitmos se só  
 mente por esta relaçaõ deveri amos proceder  
 a executar ao mês mo Sargento Mor por aque  
 20 la quantia: Accor damos ser melhor offici=  
 ar-lhe para aVilla de Coretiba paraque a  
 mesma **haja defazer** entrar esta quanti ana  
 Thezouraria Geral daProvinci-a, oudar huma  
 rezaõ que o exima desta obrigaçaõ. Pelo  
 25 que pertenceaexacta observância da Provi=  
 zaõ de vinte seis de Maio demil oito centos  
 evinte authentica mente de clara da, inter  
 pretada pela de des oito de Agosto do mes mo  
 anno asseveramos a *Vossas Excelencias* que religio=  
 30 zamente ai temos cumprido, efeito cumprir=

<b>Nº Doc:</b> 591
<b>Composição:</b> fól. 1r
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial.
<b>Assunto/resumo:</b> Comunicação do envio de carga de farinha, pedidos de licença para construção do colégio e de permanência de oficiais militares para maior proteção à vila.
<b>Datação:</b> 29/Maio/1722
<b>Autores:</b> Manoel Ferreira do Valle, João Neto Mendes, Bras Lopes (Souza), Francisco de Costa Fartto e João da Veiga.

5 [[00238]]

[[Parnagua]]                      *Excelentissimo Senhor*                      [[12-4-1]]  
 [[19-maio-1721]]

A de *Vossa Excelencia* de 18 de Feuereiro deste presente anno  
 Reçebemos, e aplaudimos com as afetuosas veras  
 10 de liais subditos: nella vimos o que *Vossa Excelencia* nos  
 mandou a serca da sumaca do Mestre Gaspar  
 Ribeiro *que* apenas chegou coando logo mandamos  
 que os moradores *que* tiueçem farinha a leuaçem aque=  
 15 lla embarçam, o *que* pontual *mente* foi feito, e vaj  
 a dita sumaca caregada com a farinha que pode  
 leuar, e as outras que câ estavam na mesma  
 deligençia prohiuimos athe que aquella emgeitaçe  
 carga; e como tal agora a comesam a reçeber  
 20 o que tudo fizemos por obedeser a *Vossa Excelencia*, e junta  
 mente por seruirnos ao *Excelentissimo Senhor*, e denisimo  
 vise Rej do estado de *quen* Reçebemos a carta como  
 a honra que nos fez em ocuparnos em couza de tam  
 pouca intiedade.  
 25 Aos mandados de *Vossa Excelencia* temos obedecido  
 e dezaýamos dar o emteiro *comprimento*, e empre  
 garnos em tudo o *que* for de agrado de *Vossa Excelencia*  
**Tem** esta Camera **Representado** a *Vossa Excelencia* a gran  
 de nesesidade em *que* ficam os moradores desta villa  
 e os das mais serconuezinhas com a aubzençia que  
 30 pertendem fazer os *Reverendos Padres* da Companhia de  
 Jezus e não sabemos se nosas suplicas foram  
 presentes a *Vossa Excelencia* e coando o foçe o tornamos a suplicar  
 queira *Vossa Excelencia* emtreseder por este pobo *para* com o *mui*  
 35 *Reverendo Padre* Prouençial a que não mande Retirar  
 os *Reverendos Paroquos* que nesta *Villa* se acham at[he] se uer  
 a rezoluçam de Sua Magestade *que Deos guarde* a quem esta  
 Camera escreueo a frota pasada pedindo lhe

<b>Nº Doc:</b> 592
<b>Composição:</b> fól. 1v
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial.
<b>Assunto/resumo:</b> Comunicação do envio de carga de farinha e pedidos de licença para construção do colégio e de permanência de oficiais militares para dar maior proteção à vila.
<b>Datação:</b> 29/Maio/1722
<b>Autores:</b> Manoel Ferreira do Valle, João Neto Mendes, Bras Lopes (Souza), Francisco de Costa Fartto e João da Veiga.

5                    *Senhor*  
Pedindo lhe licença para o dito Colegio.  
A esta villa chegou o Sargento Mor da praça  
de Santos Manoel *Gonçalvez* de Agiar e nos reque  
10                   reo Camera onde nos apresentou huã ordem  
de *Vossa Excelencia* para prender os soldados que andaçem  
fogidos de suas Companhias como tanbem fazer  
nestas villas trinta soldados onde nesta  
Villa diz a de fazer dezaseis e esta Camera  
15                   por dar comprimento a ordem de *Vossa Excelencia* se obrigou  
a da los o que Retemos athe segunda ordem  
de *Vossa Excelencia* pella *muita* nesiedade em que se acha  
esta terra de nosos destinos e ser esta  
Villa huã terra que **tem** tres Barras onde  
20                   huã he franca poronde entram nauios de linha  
como assim esta suçedendo terem emtrado naos  
de estrangeiros e esta villa lhe he nesenario agente  
que **tem** para sua defesa e naõ tiralla para outras  
praças assim que pedimos a *Vossa Excelencia* ponha os  
25                   olhos nesta villa a que se naõ tire della gente  
para soldados para outras praças, e entudo o que  
for do Seruiço de *Vossa Excelencia* ficamos prontos para obedecer  
Deos *guarde* a *Vossa Excelencia* Pernagua em Camera de 29 de Majo  
de 1722 annos  
30                   Manoel *Ferreira* do Valle                   João Neto mendes  
Bras Lopes (Souza)                   Francisco de Costa Fartto  
João da uejga

<b>Nº Doc:</b> 593
<b>Composição:</b> fól. 1r
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial
<b>Assunto/resumo:</b> Justificativa do envio do procurador João da Veiga de Siqueira para compor o Senado, dada à dificuldade de indicar um dos juizes da vila.
<b>Datação:</b> 11/Novembro/1721
<b>Autores:</b> Mateus Luís Graces, Antonio de Lemos, Manoel Moreira Barbosa, José da Silva Rainno e Tomás Pinto dos Reis e Antonio de Franca.

5    [[11-Nov.-1721]]    *Excelentissimo Senhor*    [[12-4-2]]  
       Aos 11 de outubro recebemos a carta  
           de *Vossa Excelencia*, com a qual nos fazia a honrra  
           e *muita* de **notesiarnos** a decisaõ, *que Sua Magestade*  
       10    *que Deos guarde* foi seruido fazer das Capi=  
           tancias de Sam Paullo, e agregar esta *Villa*  
           ao Governo de *Vossa Excelencia*. Bem se deixa ver  
           a Real benignidade de Sua Magestade em=  
           querer fauoreçer, e amparar a estes  
       15    seus vassallos, que pella distan  
           çia dos Senhores Generais não podiaõ ser  
           tambem ouuidos, nos seus requerimentos  
           como o seram, agora de *Vossa Excelencia*, como sua  
           Ilustre fidalgia nos está asegutando.  
       20    Registouçe a Carta como *Vossa Excelencia* or  
           dena no *livro* dos registos, e consta da çer  
           tidam que apresentamos.  
           Como os offeçiais desta Camera, esti  
           ueçem retirados por suas fazendas, pera  
       25    beneficio de suas lauouras, (vnico trato  
           desta *villa*) não nos foi **poçiuvel** com mais  
           breuidade o podermos dar comprimento  
           a ordem de *Vossa Excelencia* em enviarmos hum  
           dos Republicanos desta *Villa*. E como neste  
       30    senado, os Juizes se achem com o procura=  
           dor tam ocupados na arecadaçaõ dos bens  
           deste Senado, e o tempo prosimo a da=  
           rem contas aos suçesores, e o vereador  
           primeiro com a inpusibilidade de oitenta  
           annos, e o segundo de emfermidades

35

<b>Nº Doc:</b> 594
<b>Composição:</b> fól. 1v
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial
<b>Assunto/resumo:</b> Justificativa do envio do procurador João da Veiga de Siqueira para compor o Senado, dada a dificuldade de indicar um dos juizes da vila.
<b>Datação:</b> 11/Novembro/1721
<b>Autores:</b> Mateus Luís Graces, Antonio de Lemos, Manoel Moreira Barbosa, José da Silva Rainno e Tomás Pinto dos Reis.

5

*Senhor*

De enfermidades, e o treseiro sem  
notisias cabais da terra, e neste tempo  
foçe o de se abrirem os pelouros que

10

nos deixou o *Doutor* Raphael Pires Pardino  
determinamos emviar a prezença de *Vossa*  
*Excelencia* o Procurador futuro que he Joam  
da ueiga de *Sequeira*, pois **tem** notisia, e expe  
riencia desta terra, como morador de muitos

15

annos, *para* que possa informar, do que for *Vossa Excelencia*  
seruido ficando nos sempre muito obedien  
tes as ordens de *Vossa Excelencia* a quem Deos prospere os annos  
de uida, como lhe dezejamos Pernagua 11 de no  
*vembro de 1721 annos* em Camera

20

Homildes Seruus de *Vossa Excelencia*

Matheus Luis graces

*Antonio* de Lemos

Manoel *Moreira* Barboza

Joseph da Silua Rainno

Thomas Pinto dos Reis

25

*Antonio* de Franca

<b>Nº Doc:</b> 597
<b>Composição:</b> fól. 1r
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial.
<b>Assunto/resumo:</b> Resposta à carta recebida em 30 de novembro. Notícia da publicação do bando proibindo a lavra nas minas velhas e providências para maior controle dos faiscadores.
<b>Datação:</b> 04/Dezembro/1721
<b>Autores:</b> Manoel Moreira Barbosa, Mateus Luís Graces, Joseph da Silva Rainno, Antonio de Lemos e Tomás Pinto dos Reis.

5 [[Paranaguá]]

[[Camara]]      *Excelentissimo Senhor*      [[12-4-5]]  
 [[1721]]  
 [[20-Dez.-]]

10 Em trinta de novembro recebemos ad Vossa  
*excelencia* de dezassete do mesmo mes, e nas  
 duas que **auiamos recebido** Logo se lhe  
 deu a execuçaõ deuida, e remetemos  
 a Joam da ueiga a emformar a Vossa *Excelencia* o qual  
 15 partio desta *Villa* em doze de novembro como  
 tambem mandamos publicar a copia do  
 bando de Vossa *excelencia* e lhe demos a reposta  
 de que asim o tinhamos feito a qual  
 foi em huã sumaca que desta *Villa* partio  
 20 para a de Santos de que he mestre Antonio da  
 Cunha e nos passou reço para a entregar  
 ao prouedor Thimotio Coreia para elle dito a  
 remeter a Vossa *Excelencia* a cuyas ordens~ não deui=  
 amos faltar.

25 No particular das minas foi publicado  
 nesta *Villa* hũ bando do Governador *Dom* Bras  
 Balthazar da ssilueira em que ordenaua  
 se não lauraçe nas minas Velhas e Sendo  
 emformado o Governador do Rio de Janeiro  
 Francisco de Tauora do dito bando auisou  
 30 a esta Camera por carta sua de 26 de Ju  
 lho de 1714 annos que esta *villa* estaua sugeita  
 ao seu Governo e que Se no em tanto ouueçe  
 noua Ordem de sua Magestade que Deos *guarde* o fa  
 ria presente a esta Camera por cuyas





<b>Nº Doc:</b> 622
<b>Composição:</b> fól. 1r
<b>Tipologia:</b> Lista de rendimento.
<b>Assunto/resumo:</b> Rendimento financeiro das vilas do ano de 1732.
<b>Datação:</b> 11/Dezembro/1732
<b>Autores:</b> Sem autoria.

5	Rendimento que tem as Camaras desta	[[1732]]
	Comarca de Pernagoa cada hũ	
	anno	[[12-4-21]]
	Com o de 1732, com pouca differença aos de	
	mais annos atrazados	
10	Villa de Pernagoa ... 250\$000 esses applicados para	
	a obra da cadeya, que se acha fazendo, e athe aqui tem	
	pago seis mil cruzados, custando a obra treze	
	Villa de Coritiba.....60\$000	
	Villa de Iguape ..... 35\$000	
15	Villa de Cananeya ..... 25\$000	
	Villa do Rio de Saõ Francisco.... . 27\$000	
	Villa da Ilha de Santa Catharina .....nada	
	Villa da Laguna ..... 15\$000	
	Fogos	
20	Pernagoa .....425	
	Coritiba .....218	
	Jguape .....181	
	Cananeya .....122	
	Rio de Saõ Francisco .....144	
25	Ilha de Santa Catharina.....43	
	Laguna .....	





40

<b>Nº Doc:</b> 635
<b>Composição:</b> fól. 1r
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial.
<b>Datação:</b> 12/Fevereiro/1785
<b>Assunto/resumo:</b> Abertura da estrada dos Morretes..
<b>Autor:</b> Antonio Barbosa de Matos Coutinho.

5    [[*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor'* Francisco da Cunha, e Menezes]]  
       [[Entradas]]

                          [[Paranaguá]]

                          [[12-Fev-]]

                          [[12-4-28]]

                          [[1785]]

10

Muito meo Senhor, tenho noticia *que* a Camara desta *Vila* pertende abrir estrada franca des de o Logar dos Morretes ate esta *Vila* com o pretexto de bem commum, sem attender

15

*que* aberta a dita estrada fica muito diminuto o contrato das Canoas, com grave perjuiz[o] do Real Erario, e sem reperar *que* estando

aquellas passagens por contrato, senão, p[o] de innovar cousa, *que* seja em perjuiso do mesmo contrato sem ordem da Real

20

Junta: Ainda *que* pertence a Camera o concerto, e abertura dos caminhos, com tudo devo concorrer *para* que não se fassão em perjuiso da Real fazenda, e nestas circunstancias ponho

25

na Illustre presensa de *Vossa Excelencia* a nececidade, *que* tenho de me auxiliar do nome de *Vossa Excelencia* afim de impedir os inconciderados projectos dos Ve=

readores, *que* auxiliados do voto daquelle inqu[i]

eto rabula Jose Joaquim Pinto de Castro,

*que* elles **tem por** companheiro na Camera,

30

ellegendo o de barrete em falta de otro, *que* sahio de pelouro, pertendem sem ordem

da Real Junta abrir o dito *Caminho*, com o funda

<b>Nº Doc:</b> 650
<b>Composição:</b> 3 folios, 1 recto
<b>Assunto/resumo:</b> Pedido de comércio e transito de mantimentos, fumo com a cidade de Paranaguá. (continuação do documento anterior)
<b>Datação:</b> 26 de Março de 1728
<b>Autores:</b> Anttonio Ferreira dos Santos.

- 5 Que Vossas Mersses **hajaõ delhe dar** inteiro  
 Comprimento, ffazendo observar Comodes =  
 pachos de Ministro Superior e para que des =  
 ta Sorte Senão ponha impedimento aos  
 generos mencionados na Pettição junta que  
 10 o Suplicante ffizer Conduzir desta Villa  
 para ade Parangoa = Pede a vossas mersses  
 Sejaõ Servidos dár intteiro comprimen  
 to ao ditto dezpacho, eem-observancia do  
 mesmo mandarem Selhenaõ ponhaim  
 15 Despacho pidimento. ERecebera merse §A prohibi  
 caõ que estta Camara pos desahirim man  
 ttimentos para fora daTerra, e não os fumos  
 Comoalega foi para aCautelar afome que  
 ttem **havido**, epromette **aver** pellas pena  
 20 rias dasprezentes Colheitas especialmentte  
 Com-a chegada da []ropa que o llostrisimo e  
 Excelenttissimo Senhor General mandou  
 edizem mandarã mais, Cujos deznignios Só  
 devemos Respeitar, inaõ ex-aminar, eSendo  
 25 aSim a prohibi/ãõ geral naõ deveSeri=  
 zentto oSuplicante pello frívolo prettexo  
 de Dízimos qued quase todooPovo ttem a  
 vençado adinheiro, anttes Seria notoria a  
 injustiSsa opor hibir-se aosmais, e tter oSupli  
 30 cantte só aliberdade dese monopollio Como  
 ttemfeito pondopelos bairros atraveça  
 dores dettodo o Feijaõ, e mais manttimen

<b>Nº Doc:</b> 657
<b>Composição:</b> fól. 1r
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial.
<b>Assunto/resumo:</b> Contrato das canoas que pedem o transporte de suas cargas.
<b>Datação:</b> 18/Novembro/1798
<b>Autores:</b> Francisco Xavier da Costa, Manoel Tavares de Siqueira, Pedro Gomes Sobral, Fellisbento Viana e José Caetano de Souza.

- 5 Contrato das canoas as suas respectivas lutasonz, confor  
me as canoas que pedem para o transporte de suas car  
gas: a Agoardente feyta na Terra paga de Direyto por  
10 Pipa, de subcidios commúns tres mil, e duzentos reis, de no  
vo emposto, literario, e Dizimos sinco mil, e oitocentos  
reis, que fas a conta toda de nove mil reis: Os molha  
dos de fora por Pipa de Agoardente do Reyno, vinho,  
azeite doce, e vinagre pagaõ de subcidios quatro mil  
15 reis, de novo emposto oitocentos reis; e da aguardente de  
cana que vem de fora paga de subcidios quatro mil  
reis, e de novo emposto dous mil, e quatro centos reis.
- Enquanto o Direyto que este Povo paga a Igreja  
hé as ofertas dos Cazamentos, que esta hé volumptaria,  
porem hé, e são obrigados o mais do Povo nos Baptizados  
20 Levarem os pobres meya livra de sera, alias duzentos, e qua  
renta reis em lugar da vella, sem que se lhe aceite velas  
de quarta daqueles pobres que não tem modo de pode  
rem Comprar, como taõbem obrigarem o que este Povo  
dem as Aleluyas, sendo estas cobradas no tempo da des  
carga dos escretos, cujos onus se tem extabelecido a huñs  
25 annos a esta parte, e inda se continua: o sacristaõ dos  
Toques dos sinos da obrigaçaõ nada leva, e taõ somentes o acom  
panhamento dos enterros, e mostra de Coraje, sendo  
o redito dos vigarios huñs annos, por outros a quantia  
de quinhentos mil reis, e os sachristoñs quarenta, e tan  
30 tos. Sem que pague este Povo con licensas alguãs por  
naõ ser uzo, e custume.
- O Taboado taõbem a tabularia o Comercio, e  
por hua, e outras couzas sempre este Porto se a  
chava com Embarcasons, e muntas vezes vindas  
35 do Norte, o que tem sesado prezentemente pe  
las ordeñs deregidas o anno passado ao Capitam  
mor deste dstricto, e por este respeito tem a Terra  
padecido falta de sal, genero da primeira nes  
cecidade.
- 40 De algua sorte parece encompativel  
o cumprimento das preditas ordeñs com o aumen  
to da cultura, pois senaõ podem aumentar plan

<b>Doc:</b> 664
<b>Composição:</b> 2 fól. 2r 1v
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial.
<b>Datação:</b> 14/Maio/1799
<b>Assunto/resumo:</b> Informa que a Rainha vai patentear alguns projetos para certas comarcas, como um Cirurgião.
<b>Autores:</b> Manoel Antonio daCosta, Miguel daCunha Vieira, Antonio Maciel Azamor, Francisco Joze deAlmeida, Fellis Bento Vianna.

- 5 *Illustrissimo e Excelentissimmo Senhor'*  
 [[14-Maio-1799]] [[12-4-41]]  
 Pella que *Vossa Excelência* noz derige, datada em 12 de Março preterito noz  
 patentea os projetoz da Rainha Nossa Senhora bem conformes aSua Ma  
 ternal, Providente e Real Intençam para aquellas Commarcas, que perciza  
 10 rem doz apontadoz individuoz; pois de certo nam podem estar todos na mes  
 ma circunstancia se [ilegível] e opulencia como este, *Excelentissimmo* Senhor que  
 Sendo vasta  
 nasua Extençam, de sa intençam Lemitada, oque se foçe bem presente a mes  
 ma Soberana Senhora Somente lhe destinaria hum Serurgiam de boa nota, e  
 15 que aomesmo tempo tivesse Ley de botica para melhor sussistencia que  
 adequa se neçिता; que os Engenheiroz Tipograficoz, e Hidraulicoz, nam podem ter  
 sussistencia e menoz Exercissio ouzo das suas artes,  
 por que os Tipograficoz, dum Mapa duma ves feito, Como nam ha  
 novidade na terra fica omais tempo desneçessario; para o uzo dos Hi  
 20 draulicoz nam ha aqui percizam deconhecimento de agoas, condu  
 çam dellas, nem a cultura do Pais admite maquinas: o Medico  
 sendoprecizo /  
 nam podeter Suscestençia sem partido, e grande este opu  
 blico ha nam pode fazer, e menoz oparticular, e o contador desorte ni  
 25 nhuma de aqui nesseçario; por que o Profeçor Regio, que seacha desem  
 penha este Empreço, eja tem desipoloz, que ovam imitando.  
 Suposto porem que ano  
 que anossa vontade a adaparte dopovo que com vecemoz seja humafi  
 el sogeiçam as ordens de huma tam amabellissima soberana menistra  
 30 das pellas assestidas maximas deVossa Excelencia patenteamos os nossos  
 sintimentoz, Como Vossa Excilencia nos inçinua.  
 Esta Villa, hoje Cabeça da  
 Comarca, he verdade seeregio no anno de 1726 mais E [ilegível]  
 no ponto, e nunca os seos moradores se emclinaram amais que aplan  
 35 taçam de mandioca para farinha e humas Lemitadas faisqueiras  
 deque Viviam; neste modo se concervaram muitoz tempoz, e inda que  
 aumentando em povo, nunca pode ter mayor crescimento= pellos des  
 falques degente, já para as emtradas Rio do Registo abaicho, Tiba  
 gi, e Grapuaba, e as Repitidas tiradas para aser Capital: secando as fais  
 40 queiras viveram com meyor penuria.  
 Ha vinte e tantoz annoz aesta parte al  
 guns Europêoz Levantaram huns pequenoz Emgenhoz para fazer  
 agoardente de cana cafundo comisto virlhe, toda defora, como te  
 ahi soçedia: Havera quinze, ou dezaçeis nesta parte seprinssi

<b>Nº Doc:</b> 669
<b>Composição:</b> fól. 2r
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial.
<b>Datação:</b> 07/Julho/1800
<b>Assunto/resumo:</b> Resposta a um ofício enviado pela Excelência, que estabelece alguns tributos para a contribuição para assistência dos médicos, Cirurgiões, Engenheiros, Hidráulicos, Topógrafos e Contadores e também estabelece tributos sobre o Sal. Refere-se a plantação de arroz, que encontra-se sem preço e relata que os moradores da vila de Antonina estão fazendo de suas casas, negócios.
<b>Autores:</b> Luiz Manoel Pereira, Francisco Leite de Moraes, Miguel da Cunha Vieira, Pedro Gomes Sobral, Vicente Ferreira do Vale e Fellisbento Viana.

- 5 Do Arros que se acha sem preço, que nem a cento e vinte querem o Alqueire, desanimados fogem desta plantasaõ, e quaze iresoluptos senaõ sabem deliberar a que se **haõ de aplicar** por tudo prezen temente ter pouca saida, e extrasam.
- 10 A villa Antunina hé setuada dentro des te Rio; os melhores Lavradores sam do seu termo, e mais abastados de beñs, e por isso mantimentos pro prios do nosso termo sam munto poucos.
- 15 As Aguas ardentes nos naõ animamos as poucas que se fazem nos nossos territorios a por-lhe mais pensam algua, por ja se acharem comos sub cidios desta camera, subcidios Literarios, e novo emposto, alem dos Dizimos, vindo por esta forma os Direitos de cada Pipa a pasarem de nove mil
- 20 reis.
- As casas desta villa hua grande parte saõ dos moradores da villa Antunina, que as concer vam feixadas para as suas habitasons quando – a esta pasam a seos negocios, e algua lemitada
- 25 parte de aluguel com alugadores incertos, *que* se alguñs mezes **tem** quem as aluguem, outras ez taõ feixadas por falta de alugadores.
- Para que *Vossa Excelencia* conheça a fiel obediencia que tributamos as ordeñs de sua Alteza Real
- 30 faremos pencionados os generos, e mantimentos cons tantes da Relassam incluza por nos assignada, mas naõ podemos segurar a *Vossa Excelencia* quantia cer ta, por quanto as colhetas dos mantimentos saõ
- 35 duvidozas, e os generos comprados neste Pais aos se rranos saõ incertos; e só despois da cobrança fei ta por alguñs annos pelo fiel, que *Vossa Excelencia* for servido aprovar para isso, como se fazia do sal, se podera vir a conhecer o seu rendimento, e *quando*
- 40 *Vossa Excelencia* seja servido aprovar esta derrama nos efeitos, e mantimentos deve ser cobrada dos Mestres quando comprarem os mencionados generos nos seus ajustes tenhaõ ao subci

<b>Nº Doc:</b> 675
<b>Composição:</b> fól. 2 r
<b>Tipologia:</b> Carta oficial.
<b>Datação:</b> 7 /julho/1800
<b>Assunto/resumo:</b> (continuação) Cópia de um termo de vereança no qual se pede a aprovação de cobrança de uma taxa sobre o sal
<b>Autores:</b> Bento Francisco Laynes

5 Encada alqueire desal não chegue a prefazer o com  
pito dos ditos quatro centos mil reis, amesma Camera  
comos actuais representantes seo brigaõ a Completala  
pelos meyo que mais convenientes acharem, **ehaven**  
**do** acrescimo nunca aremessa sera senão da quantia  
10 de quatro centos mil reis, eo dito acrescimo quer de hum  
anno, quer dos mais enque possa haver, por mais que seja  
nunca saira do dito Cofre the que en algum anno que  
seja necessario que haja falta esta se prefassa da que  
lles acrescimos para que assim desor teninhua se possa  
15 fazer onus ao Povo des necessariamente; ea mesma came  
ra tera o mayor cuidado en nunca de metir desi adi  
ta recadassam, e cobra: e outro sim acordaram mais  
elles membros da Camera, emais sobre ditos represen  
20 tes, que quando por alguma nova resolupsam de Sua Ma  
gestade que Deus guarde se suste este projecto, ou haja  
nova rezo lupsão por qualquer encidente que a conte  
sa, se sustava taõ bem esta recada saõ, e cobra por  
dever ser taõ somente deregida aes te fim; e por não  
haver mais requerimentos aqui assignaram todos, e Eu  
25 Domingos da Rocha Martins Escrivam do Publico Ju  
dicial, e Nottas, que por empedimento do actual da  
Camera o escrevi // Costa // Costa // Pereira // vieria // Al  
meyda // Vianna // Iose Carneiro dos Santos // Ricar do Carnei  
30 ro dos Santos // João Chryzos tomo Salgado // Antonio Ferrei  
ra de Oliveyra // Tomas de Souza Silva // Manuela da Ca  
nha Gamito // Francisco Joze Ribeiro // Francis co Carneiro dos  
Santos // Antonio da Silva Neves // Antonio Maciel Azamor //  
Pedro Rodrigues Nunes // Antonio Gonsalves Lopes // Antonio  
Francis co de Mendonça // Ioaquim Jose Leite da Costa // Iose Ro  
35 digues Branco // Francis co Luis de Paula // Ricardo Pereyra //  
Leal // Iose Caetano de Sousa // Manuela da Costa Pinto // Iose  
Xavier de Oliveyra // Bento Jose Munhons // Thome Simons  
Pinixe // Manuel Amado de Miranda // Iose Rodrigues Cos  
40 ta // Manuel Francis co Correa // Manuel Antonio Maxa  
do // Ricardo de Souza Pinto // Francis co da Costa // Ignacio  
Tavares de Miranda // Francis co Correa de Morais // Nada  
mais se continha em dito Termo de vereança, que Eu Escri  
vam aqui bem, e fiel mente fis copiar do Livro de vereansas  
45 ao qual me reporto, e vay por mim conferido, subscrito, e sig  
nado, en fé de que passo aprizente Parnagua 7 de Julho  
de 1800, Eu Bento Francisco Leynes Escrivam da Came

ra o subescrevo Comferi easigney

Bento Francisco Laynes

Comferido por mim Escrivam

50

Bento

Francisco

Laynes

---

<b>NºDoc:</b> 692
<b>Composição:</b> 3 Fólios
<b>Tipologia:</b> Carta Oficial
<b>Assunto/resumo:</b> Resposta ao ofício que a excelência havia mandado. Fatos recontados sobre a injusta da administração do Ministro.
<b>Datação:</b> 3 de Maio de 1802
<b>Autores:</b> Joaquim de Araújo Moraes, Serafim Correa Pinto, Agostinho dos Santos de Camargo, Francisco Roiz' Ferreira, Joze Elia Amaral e Antunes.

- 5 Liberdade: Frequentava por sua inclinação natural, as  
repetidas rondas nesta villa, e caminhos do rocio, das Ave  
Marias athe as oras que queria, entendendo te com as pessoas  
*que* encontrace, apezar de que foçe pessoas graves como acon  
teceo na caza de Donna Cordula Rodrigues França, que foi ul  
10 trajada de palavras só por estarem as pagéns asentadas na por  
ta da sua caza: Fes prender a hum Mulato de nome Gre  
gorio e o concervou na Inxavia desta cadea, concervado con  
tinuamente de tronco de pescosso, sem culpa formada; e por  
que não comia nada, cahio em tal fraqueza, que para o ti  
15 rar da prizão foi insado por hua corda, e no mesmo dia fale  
ceo em caza do sargento mor Manoel da Cunha Gamito, sem  
sacramentos mas do que a santa unção: Como taõ bem na  
mesma prizaõ faleceraõ dous criminosos, Lourenço de  
Souza, e Joaõ Pereyra, que por não terem dinheiro não pode  
20 raõ gozar do indulto de sua Alteza Real, **tendoce** outros  
criminosos vindos da villa de Curitiba a esta cadea, os quais  
correrão livramento, e foraõ soltos.
- Foi taõ bem pelo mesmo Menistro descomposto com vo  
zes alteiradas ao Juis ordinário Capitão Francisco Carnei  
25 ro dos Santos, o qual criou grande paixãõ de ultrage que lhe  
fes.
- ultimamente, para intimidar os Povos acrescentou ao  
seo Emperial genio hua guarda de todos os officiais, capi  
tains do Matto desta villa, da villa Antonina, e outras  
30 occasions da villa de Curitiba, aos quais trazia armados  
com facons, cutaleiras, espenguardas afim de fazer terror  
aes te Povo.
- Estes factos, e outros aqui recontados; e outros mui  
tos de que elle uzava na administração da sua Justissa  
35 não só deraõ cauza a subir tantas queixas a respei  
tavel presença de *Vossa Exsellencia*, como he esta Camera agra  
decer pelo modo posivel o beneficio que *Vossa Exsellencia* fez aos  
Povos desta Comarca em mandar suspender ao di  
to Menistro, que hera guarnecido com as mesmas  
40 vertudes de Nero.
- He o quanto Com verdade podemos por na res  
peitavel presença de *Vossa Exsellencia*, que Deos Nossso Se  
nhor goarde por muitos annos.

Para

45

<b>N.º Doc:</b> 711
<b>Composição:</b> fól. 1v
<b>Tipologia:</b> Carta oficial
<b>Datação:</b> Não consta data
<b>Assunto/resumo:</b> (continuação) Embarcações só podem exportar para o porto da Vila
<b>Autores:</b> não consta.

5 Deixar de hir ao *Reino* dispõr *damadeira* ,  
 ebettas, *que* he *amayor* abundancia das Cargas e Regreçarem  
 com sal, e fazendas de *que* perciza oComercio, asquais não achaõ  
 em Santos, pois estes mesmos sevaõ surtir naquela *Cidade* do*que*  
 percizaõ, eainda *que* as **ouvessem** não podiaõ mudar de Ne  
 10 gociaçaõ por deverem *uitos* mil cruzados apraçado *Reino*  
 donde seachaõ acreditados, e **tem** *uitos* Comissarios abon =  
 dantes *para* fiarem con espera , *que* liberalizaõ as suas fazendas sem  
 vexarem seus devedores, o *que* não podeacontecer em Santos, pois  
 não **tem** homens comforssas como naquella *Cidade* nem paraven  
 15 derem o *que* seperciza nem *para* Comprarem, pois moncomoniados  
 prometem sempre prejuizos pelos artigos, esó precizandoDes  
 ta *Vila* dos algodões tecidos, tem mudado desistema *para* serem  
 infriores, e estreitos surtindo se do *Reino* dos *que* vem de Minas,  
*que* em tudo saõ milhores.

20 Estes prejuizos *que* aVossa *Excelencia* expo=  
 mos sendo previstes pelos nossos antepassados, motivou esta  
 Camera Recorrer a*Sua* Magestade o *Senhor* Real Dom Joaõ daSaudoza  
 Memoria, de *que* Resultou o Alvará *que* aVossa *Excelencia* umildemente Repre=  
 zentaõ por certidãõ, a *Vista* do*que*, edo grande conhecimento *que* os Recorren  
 25 tes **tem** do *uito* *que* Vossa *Excelencia* auxilia oComercio, efavoresse Agricul =  
 tura, sedigne mandar *que* as embarcações naveguem para  
 oporto *que* lhe premetir emteresse, com todas as qualidades  
 de efeitos, livres inteiramente da Obrigacaõ dehirem a Santos,  
 pelos infalveis perjuizos *que* os amiaçaõ, o *que* os *supplicants* esperaõ  
 30 merecer de a *Vossa* *Excelencia*.

*Sua Real Majestade*

<b>N.º Doc:</b> 713
<b>Composição:</b> fól. 1r
<b>Tipologia:</b> Carta oficial
<b>Datação:</b> Não consta data
<b>Assunto/resumo:</b> Barcos são autorizados a ir para a Vila de Santos
<b>Autores:</b> Não consta.

- 5 *Illustrissimo Excelentissimo Senhor.*  
 [[Representações]]  
 [[Paranaguá]] [[Paranaguá]]  
 [[26-Agosto-1803]]  
 [[1803]] [[12-4-51]]
- 10 Recebemos o Respeitavel officio de Vossa Excelencia  
 em que nos determinara a hida dos barcos a Vila de Santos, para  
 que os donos, e Mestres das embarcações, igualmente os lavradores  
 cumprão cada huns o que Vossa Excelencia hê servido ordenar manda-  
 mos publicar, rezitar, e fichar. Edital copiando nome mesmo  
 15 a ordem de Vossa Excelencia a fim de que não aleguem ignorancia todos  
 os individuos que forem comprehendidos na transgressão da Or-  
 dem.
- Logo que pelo Edital se fez publico orde-  
 ternado por Vossa Excelencia se em tres seses o Comercio tanto de terra,  
 20 como maritimo pelos infalveis prejuizos, que os amiaça  
 o hirem os barcos a Santos donde não podem vender efeito al-  
 gum dos que levarem com igualdade ao Rio, Bahia e Pernambuco  
 pois são Capitaes opulentos, e com muitos compradores que detu-  
 25 do necessitam, e detudo tem para venderem, então Santos pois  
 nem tem quem compre nem quem venda fazendas, e mais arte-  
 gos precisos, pois os moradores negociantes de Santos tam-  
 bem se surtem das tres Cidades apontadas, Fiscos da Barra  
 despesas, que ellas cauzaõ seguindo se o mesmo Fisco, e demora  
 aos passageiros negociantes, e estes prejuizos não são imagi-  
 30 narios, Sim Excelentissimo Senhor ja foraõ vistos, e experimentados  
 no tempo que governou esta Capitania o Illustrissimo e Excelentissimo Senhor  
 Bernardo Jozé de Lorena pois os poucos Negociantes de  
 Santos se uniaõ e se hum premetia oito Centos R\$ todos os  
 mais para menos de forma que os proprietarios ou procuradores  
 35 das vendas das cargas se punhaõ em huã total desesperaçaõ  
 e a final compravaõ pelo que queriaõ os comerciantes desza-  
 nimaraõ, e o giro da Navegaçaõ em fraqueceu, e se o porto de  
 Santos com respondece as mais Capitaes tudo velun-  
 40 tariamente. Lá hiria pois as soldas erãõ mais baratas e as

<b>N.º Doc:</b> 714
<b>Composição:</b> fól.1v
<b>Tipologia:</b> Carta oficial
<b>Datação:</b> 26 de agosto de 1803
<b>Assunto/resumo:</b> (continuação) Barcos são autorizados a ir para a Vila de Santos
<b>Autores:</b> não consta.

- 5 Eas viagens mais apressadas por ser pouca adistancia  
e ainda *que* apraça de Santos igualase em tudo a do Rio não podi  
aõ os negociantes mudarem de *freguesia* sem primeiro pagarem  
no Rio hum soma grande *que* lá se deve pois lá se vendem  
10 as fazendas fiadas, e ainda *que* passe o tempo dos Creditos  
como sempre acontese por acazo se paga juros.
- Nós **temos** todas as evidentes  
provas de muito *que* Vossa Excelência de seja fazer florescer nesta Ca  
pitania não só o Comercio como agricultura e por isso es  
peramos *que* Vossa Excelencia se digno mandar *que* as embarcações  
15 sigaõ para as capitães Portuguezas *que* melhor lhe ute  
lizarem pois não sendo assim nos veremos de Zamparados  
dos barcos do Rio, Bahia Pernambuco e Vila. grande  
eficará o Comercio de todo a Rastado, eos agricultores  
des zanimados proverem poucos os *que* lhe comprem  
20 os efeitos e por isso não poderem subir os mais bantajo  
zos preços prejuizo *que* também experimentaraõ aquelles *que*  
devaõ pagar. A ordem de Vossa Excelência fica em sua execução  
athe *que* Vossa Excelência se digno attendernos. Deus Guarde a Vossa Excelencia  
muitos anos Parana em Camera de Agosto 26 de 1803  
25 Somos
- De Vossa Excelencia

**ANEXO B** – Atas da Câmara de Paranaguá, redigidas em 2010, citadas no decorrer do trabalho

<b>Doc:</b> 1
<b>Tipologia:</b> Ata.
<b>Datação:</b> 1 de fevereiro de 2010

1 ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA DÉCIMA  
2 QUINTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, REALIZADA  
3 EM 02 DE FEVEREIRO DE 2010.

4 PRESIDÊNCIA: ANTONIO RICARDO DOS SANTOS

5 SECRETARIAS: BENEDITO NAGEL

6 JOÃO MENDES FILHO

7 Às dezenove horas é registrada a presença dos Senhores Vereadores Antonio  
8 Ricardo dos Santos, Benedito Nagel, Carlos Roberto Frísoli, Edson Augusto da Silva  
9 Junior, Eduardo Francisco Costa de Oliveira, João Mendes Filho, José da Costa  
10 Leite Júnior, Jozias de Oliveira Ramos, Marcus Antonio Elias Roque, Rafael  
11 Guttierres Júnior e da Senhora Vereadora Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza.  
12 Havendo número legal dos Senhores Vereadores, o Senhor Presidente declarou  
13 aberta a presente sessão. PRESIDÊNCIA – “Atendendo o contido no artigo 70,  
14 inciso IX da Lei Orgânica do Município, encontra-se em nossa Casa o  
15 Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho para apresentar seu plano  
16 de governo para o ano em curso. Designo uma Comissão composta pelos  
17 vereadores Junior Leite, Nagel e Sandra para introduzir no recinto e acompanhar até  
18 à mesa o Senhor Prefeito Municipal. Queria agradecer também a presença dos  
19 secretários municipais, dos presidentes de associações de moradores, população  
20 em geral. Neste momento concedo a palavra ao Prefeito Municipal José Baka Filho.”

21 PREFEITO MUNICIPAL JOSÉ BAKA FILHO – “Quero saudar o senhor Presidente  
22 da Câmara Municipal, vereador Antonio Ricardo dos Santos, vereadores desta Casa,  
23 vereador Neco, vereador Nagel, vereador João Mendes, vereador Leite, vereadora  
24 Sandra, vereador Jozias e vereador Frísoli, senhores secretários, diretores e  
25 funcionários da Prefeitura, cidadãos e cidadãs de Paranaguá, meus irmãos e minhas  
26 irmãs parnanguaras. Estamos aqui hoje para a abertura dos trabalhos do Legislativo  
27 de Paranaguá e trazemos boas notícias. Se em dois mil e nove, tivemos um  
28 orçamento estimado de cento e noventa e cinco milhões de reais e tendo realizado  
29 perto de cento e sessenta e cinco milhões de reais, num ano de crise mundial, neste  
30 ano teremos um orçamento de cento e oitenta e sete milhões de reais, um  
31 orçamento estimado. Isso significa uma redução de quase 4% em relação ao  
32 orçamento estimado de dois mil e nove. Temos o valor previsto de quase vinte e  
33 nove milhões de reais para aplicar na Saúde, mais quarenta e nove milhões de reais  
34 para aplicação na Educação e cinco milhões de reais na Ação Social. Reservamos o  
35 valor de oito milhões de reais para a Defesa Social, com o objetivo de garantir a  
36 segurança da nossa população, e mais sete milhões e setecentos mil reais para a  
37 Câmara Municipal, e, ainda, três milhões para o BID, dos dezesseis milhões que  
38 estamos conseguindo do empréstimo no Banco Interamericano de Desenvolvimento.  
39 Já garantimos quinze milhões de reais, do Estado do Paraná, sendo, seis milhões  
40 para compra de equipamentos, e os outros nove milhões para obras que estamos  
41 precisando. Dos seis milhões de equipamentos, será adquirido uma usina para  
42 execução de asfalto a quente, compraremos uma usina de asfalto a quente para  
43 pavimentação de toda a nossa cidade. Iniciamos o ano de dois mil e dez na busca e  
44 num verdadeiro processo de modernização efetiva da administração municipal.  
45 Implantamos a reforma administrativa. Promovemos a redução de cargos, e extinção  
46 de cinco secretarias. Estamos fazendo a lição de casa, orientada desde o ano  
47 passado para ‘apertar os cintos’. Mesmo com a busca da adequação da máquina  
48 pública aos novos níveis financeiros, estamos num amplo processo de  
49 modernização com a informatização da Prefeitura em várias esferas, como no  
50 geoprocessamento, como novos programas na folha de pagamento e na

51 contabilidade, sempre com o objetivo de melhorar os serviços prestados pela  
52 Prefeitura à população de Paranaguá. Com a informatização do município estamos  
53 fazendo o sistema gerencial das Unidades de Saúde contemplando prontuário  
54 eletrônico e agendamento de consultas em todas as unidades. Também estamos  
55 implantando o sistema de gestão escolar em todas as escolas municipais, que estão  
56 gerando estatísticas integradas ao governo estadual e federal. Temos a implantação  
57 de novos módulos dentro do sistema tributário e a criação do Fácil Municipal que é  
58 uma sala de atendimento ao cidadão, onde serão centralizados os principais  
59 serviços da Prefeitura como IPTU, ISS, alvará, tudo com total infraestrutura.  
60 Estamos trabalhando na atualização do sistema contábil, orçamentário, financeiro e  
61 licitações da Prefeitura, e ainda, na central 156 de atendimento ao cidadão. Todo o  
62 trabalho é feito para, como já dissemos anteriormente, melhorar o serviço prestado  
63 ao cidadão. Iniciamos dois mil e dez com a implantação da nova planta genérica do  
64 município. E a nossa política é: promover/incentivar a regularização das  
65 construções, onde é provável que haja até uma redução do IPTU; desestimular a  
66 especulação imobiliária de terrenos não edificados; lançar o IPTU para toda a  
67 cidade; aplicar a redução de quinze mil reais sobre o valor venal dos imóveis para  
68 toda a cidade de Paranaguá; revisar e garantir as isenções pelo prazo de cinco  
69 anos, aos aposentados e pensionistas; revisar a aplicação de toda a imunidade do  
70 IPTU, imunidade esta, prevista na Constituição a Sindicatos, Templos, Igrejas e nos  
71 demais níveis de Governo. Seremos contundentes com os sonegadores e vamos  
72 estimular o bom pagador, porque ele terá benefícios ao atualizar o seu cadastro e  
73 manter seu pagamento em dia. O cadastro da Prefeitura está desatualizado. Hoje,  
74 temos mais de quatro mil inscrições cujo tamanho de terreno ainda consta como  
75 inferior a cinquenta metros quadrados. Esta distorção será corrigida agora. A  
76 tendência é reduzir o imposto para quem tem terreno construído, e o imposto vai  
77 aumentar para as grandes áreas ociosas e também para as grandes empresas,  
78 cujos valores estavam desatualizados. Temos obras em andamento como a Escola  
79 Parque Awaji, a Escola Iná Xavier, ampliação da Escola Castelo Branco, da Escola  
80 Iracema, da Escola Leôncio Correia, da Escola Francisca Pessoa Mendes. Na  
81 Saúde estamos comprando o terreno em Alexandra para a construção de uma nova  
82 unidade de saúde, vamos ampliar o posto no Sete de Setembro, na Ilha dos  
83 Valadares, estamos trabalhando para adequação do Hospital João Paulo II que  
84 permitirá o atendimento de quimioterapia, construiremos um posto de saúde para a  
85 Costeira e estamos trabalhando para concluir a reforma da unidade da Vila Divinéia.  
86 A estação de tratamento de esgoto do Samambaia, está em fase de conclusão, e  
87 vamos trabalhar para construção das estações da Costeira e Nilson Neves. Vamos  
88 iniciar a execução do aterro sanitário, um avanço importante para a nossa  
89 comunidade. Vamos concluir os trapiches da Europinha e Teixeira e adquirir uma  
90 retroescavadeira, através da Secretaria de Agricultura e Pesca. Através da  
91 Secretaria de Obras, vamos continuar pavimentando o Parque Agari, Jardim  
92 Esperança, Jardim Iguaçú, Labra, e todos os bairros que temos programado através  
93 do BID. A Secretaria de Obras vai ganhar um novo posto de gasolina e esta nova  
94 usina de asfalto a quente. Através da Secretaria da Fazenda, vamos **ter**, anexo ao  
95 nosso estacionamento, na Prefeitura, um novo prédio para atender melhor toda a  
96 nossa população. A Prefeitura, através da Fundação Municipal de Turismo, está  
97 construindo o Centro de Apoio ao Turista e o Centro de Informações Turísticas na  
98 Praça do Líbano. A Prefeitura, por meio da Secretaria do Planejamento, está  
99 finalizando o Restaurante Popular, vai realizar o projeto de incêndio dos três  
100 ginásios esportivos. Vamos construir duas novas creches e um centro cívico na Ilha

101 do Mel. Vamos pavimentar e recuperar as estradas vicinais das Colônias e as pontes  
102 daquela região. Ainda temos o Mega Rocio com cinco milhões de reais destinados  
103 para esta grande obra no bairro do Rocio. Neste ano, Paranaguá ganhará o Aquário,  
104 que vem sendo destaque e atraído a atenção de milhares de pessoas, não só no  
105 Paraná, mas também fora dele. Vamos fazer a segunda fase do mercado novo, com  
106 o trapiche, assim como entregaremos um Mercado do Artesanato recuperado.  
107 Recursos foram liberados esta semana para recuperação do Mercado do Café. O  
108 solar dos Dacheux está em obras e o governo do Estado irá recuperar o Palácio  
109 Mathias Bonn. A Prefeitura também está procedendo à desapropriação do Clube  
110 Republicado, para implantação do Centro de Convivência dos Idosos. Nesta  
111 semana, Paranaguá foi representada em Brasília, junto com o Presidente da  
112 República, na inauguração das novas escolas técnicas do país. Desde que assumi o  
113 governo, determinei que a nossa equipe desse uma atenção especial ao Instituto  
114 Federal do Paraná, **tendo em vista** a importância dessa instituição para formação  
115 dos jovens parnanguaras, através da qualificação profissional e do ensino público  
116 gratuito. A partir de agora, os jovens de Paranaguá passam a ter oportunidade igual  
117 à de outros centros. Temos que comemorar a partir de agora. Paranaguá está no  
118 mapa da rede federal de educação tecnológica. E para celebrar, ainda temos a  
119 assinatura da Portaria Ministerial para o aforamento da Ilha dos Valadares. É um  
120 marco para a história da regularização da Ilha dos Valadares e de Paranaguá, que  
121 se concretizará no próximo sábado, dia seis, às dez horas da manhã, na Praça  
122 Abalem, na própria Ilha dos Valadares, com a vinda do Ministro do Planejamento e  
123 de diversas autoridades para o nosso município. Que este ano seja de muito  
124 trabalho e vitórias para a cidade que tanto amamos, e faço aqui, neste momento, um  
125 apelo a todos, que a nossa cidade se una em busca do bem comum, do bem de  
126 todos os parnanguaras. Muito obrigado.”PRESIDÊNCIA – “Queria agradecer  
127 também a presença da imprensa presente nesta noite, desejar a todos os pares e ao  
128 Prefeito Municipal ora presente, com alguns secretários também, que neste ano de  
129 2010 possamos realizar grandes obras e juntos possamos fazer o melhor para a  
130 comunidade de Paranaguá. Isso é o que nós desejamos e estaremos aqui para  
131 estarmos juntos, como sempre disse, independentes, mas harmônicos, para que  
132 Paranaguá possa crescer de uma forma bastante tranquila.”Carlos Roberto Frísoli –  
133 Pela Ordem – “Vou pedir que o senhor permita, excepcionalmente, quebrar o  
134 protocolo desta Sessão, mas, pelo que ocorreu ontem e como o Prefeito bem  
135 colocou, do IFET, eu gostaria de colocar algumas palavras sobre o que ocorreu  
136 ontem em Brasília. Bom, primeiro, eu gostaria de agradecer a Vossa Excelência pela  
137 oportunidade de colocar, eu tive a honra e a felicidade de ser convidado pelo  
138 Ministro da Educação, para a cerimônia de inauguração do IFET. E, a pedido do  
139 Deputado Alex Canziani, do Professor Alípio e do Professor Visintin, que é o Diretor  
140 da Escola que não pode estar presente mas pediu que os professores, o Kiko, a  
141 Ângela, a Jane e o André estivessem o representando, e o Luiz Afonso que esteve  
142 representando o senhor Prefeito ontem, em Paranaguá, e nos foi entregue  
143 oficialmente, para a cidade de Paranaguá, a placa que será colocada no IFET,  
144 entregando assim, a toda a população de Paranaguá, um sonho, um sonho que  
145 começou **há** quinze anos atrás, e alguns agradecimentos têm que ser feitos e  
146 registrados, um é à Vossa Excelência, Ricardo, que era, na ocasião, o Presidente,  
147 quando a gente começou a grande batalha, era o Presidente da Câmara,  
148 acompanhado de alguns vereadores que ainda estão aqui, que é o Edu, a Sandra, o  
149 Jozias. Tem o Márcio Costa, o Álvaro, o Vilmar, que eram da Câmara, então,  
150 agradecer a vocês que **tiveram** uma importância fundamental, ao ex-presidente da

151 ACIAP, Alceu Chaves, também vereador nesta Casa, ao Prefeito, que bem ele  
 152 colocou, quando ele assumiu o Governo, ele assumiu o compromisso de levar isso  
 153 em frente. Isto talvez seja a grande conquista para Paranaguá nos últimos anos,  
 154 então, senhor Prefeito, senhor Presidente, em nome dessas pessoas, é com muito  
 155 orgulho, muita honra, nós entregamos a Escola à comunidade parnanguara. Aos  
 156 trabalhadores, enfim, muita gente que se envolveu, foi a comunidade de Paranaguá,  
 157 a todos que se envolveram, se comprometeram com este projeto, o meu muito  
 158 obrigado.”PRESIDÊNCIA – “Se quiser ler a placa, vereador, fique à vontade.”Carlos  
 159 Roberto Frísoli – “Ato Solene de Inauguração – Instituto Federal de Educação,  
 160 Ciência e Tecnologia do Paraná – Campus Paranaguá. Luiz Inácio Lula da Silva –  
 161 Presidente da República Federativa do Brasil – Roberto Requião de Mello e Silva –  
 162 Governador do Paraná – Fernando Haddad – Ministro do Estado da Educação –  
 163 José Baka Filho – Prefeito de Paranaguá – Eliezer Moreira Pacheco – Secretário de  
 164 Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – Alípio Santos Leal  
 165 Neto – Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná –  
 166 Marco Aurélio Visintin – Diretor Geral do Campus Paranaguá. Paranaguá – Paraná,  
 167 01 de fevereiro de 2010.” Não havendo mais oradores o Senhor Presidente passou  
 168 ao DESPACHO DA PRESIDÊNCIA – Pelo Senhor Presidente foram despachados  
 169 favoravelmente todos os requerimentos apresentados pelos Senhores Vereadores.  
 170 Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos. Declarou encerrada a  
 171 presente sessão, marcando a próxima para o dia 04 de fevereiro (quatro, quinta-  
 172 feira) à hora regimental. Para constar eu \_\_\_\_\_lavrei a  
 173 presente Ata, que lida e achada conforme vai devidamente assinada pelo Senhor  
 174 Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.  
 175 \*\*\*\*\*  
 176 ANTONIO RICARDO DOS SANTOS  
 177 PRESIDENTE  
 178 BENEDITO NAGEL JOÃO MENDES  
 179 FILHO  
 180 \_\_\_\_\_  
 1° SECRETÁRIO

181

<b>Doc:</b> 2
<b>Tipologia:</b> Ata.
<b>Datação:</b> 4 de fevereiro de 2010

5 ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, REALIZADA EM 4 DE FEVEREIRO DE 2010.

10

PRESIDÊNCIA: ANTONIO RICARDO DOS SANTOS

SECRETARIAS: BENEDITO NAGEL  
JOÃO MENDES

FILHO

15

Às dezenove horas é registrada a presença dos Senhores Vereadores Antonio Ricardo dos Santos, Benedito Nagel, Carlos Roberto Frísoli, Edson Augusto da Silva Junior, Eduardo Francisco Costa de Oliveira, João Mendes Filho, José da Costa Leite Júnior, Jozias de Oliveira Ramos, Marcus Antonio Elias Roque, Rafael Guttierrez Júnior e da Senhora Vereadora Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza.

20

Havendo número legal dos Senhores Vereadores, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão e solicitou ao Senhor Primeiro Secretário que lesse um texto da Bíblia, sendo lido: Livro de Provérbios – Capítulo 27 - Versículo – 1 ao 7 - “Não presumas do dia de amanhã, porque não sabes o que ele trará. Que um outro te louve, e não a tua própria boca; o estranho, e não os teus lábios. A pedra é pesada, e a areia é espessa; porém a ira do insensato é mais pesada que ambas. O furor é cruel e a ira impetuosa, mas quem poderá enfrentar a inveja? Melhor é a repreensão franca do que o amor encoberto. Leais são as feridas feitas pelo amigo, mas os beijos do inimigo são enganosos. A alma farta pisa o favo de mel, mas para a alma faminta todo amargo é doce.” Em continuação, colocou em discussão as Atas dos dias 08, 10, 15 e 17 de dezembro de 2009. De acordo com o parágrafo 2º, artigo 144 do Regimento Interno, as Atas foram aprovadas. O Senhor Primeiro Secretário

25

procedeu à leitura dos seguintes expedientes: CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DO EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – Protocolo nº 0125/10 – Ofício nº 074/2010 – SEMEDI – Paranaguá, 03 de fevereiro de 2010. - Ilustríssimo Senhor Vereador Antonio Ricardo dos Santos – Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá – Nesta. Prezado Senhor, Solicitamos a cessão do espaço físico do Plenário dessa Egrégia Casa de Leis para a realização da capacitação de Professores da Rede Municipal de Ensino no dia 05/02/2010, no horário das 13:00 às 17:00h. Atenciosamente, Elvira do Rocio Bezerra Geraldo – Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral.

30

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE DIVERSOS – Protocolo nº 0102/10 – CT nº 37/2009 – CONSEG/PGUÁ. – Gestão 2009/2010 – Paranaguá, 27 de janeiro de 2010. Antonio Ricardo dos Santos – Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá.

35

Assinado por: Soeli Cooper de Carvalho – Presidente e Roraine Gonçalves da Silva – Primeira Secretária. CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS DE VEREADORES – Protocolo nº 0015/2010 – Projeto de Lei – “Dispõe sobre o Programa de Recuperação e Preservação da Permeabilidade do Solo no Município de Paranaguá (PREPER).” Assinado pelo vereador João Mendes Filho. Protocolo nº 0016/2010 – Projeto de Lei – “Cria o Conselho Municipal da Inclusão Digital e dá outras providências.” Assinado pelo vereador João Mendes Filho. Protocolo nº 0017/2010 – Projeto de Lei – “Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação do cardápio da merenda escolar pelo Executivo Municipal por meio da Secretaria Municipal de

40

45

50

50

Educação e Ensino Integral.” Assinado pelo vereador João Mendes Filho. Protocolo nº 3743/09 – Projeto de Lei – “Dispõe sobre o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) por parte dos garis do Município, e dá outras providências.” Assinado pelo vereador Marcus Antonio Elias Roque. Protocolo nº 3742/09 – Projeto de Lei – “Dispõe sobre a instalação de semáforos sonoros para travessia de pessoas com deficiência visual nos logradouros do Município.” Assinado pelo vereador Marcus Antonio Elias Roque. Protocolo nº - 3735/09 – Projeto de Lei – “Denomina de ‘ANTONIO BERLIM JUNIOR’ a um dos logradouros ou prédio público de nossa cidade.” Assinado pelo vereador João Mendes Filho. Protocolo nº 3730/09 – Projeto de Lei – “Garante à população, acesso a informações sobre os beneficiados por programas sociais do Executivo Municipal, e dá outras providências.” Assinado pelo vereador Marcus Antonio Elias Roque. Protocolo nº 3670/09 – Projeto de Decreto Legislativo – “Concede o Título de Cidadão Honorário do Município de Paranaguá ao Prefeito de Curitiba Carlos Alberto Richa.” Assinado pelo vereador Eduardo Francisco Costa de Oliveira. Protocolo nº 3415/09 – Projeto de Lei – “Dispõe sobre normas da limpeza urbana e dá outras providências.” Assinado pelo vereador João Mendes Filho. Protocolo nº 3608/09 – Projeto de Lei – “Institui a campanha permanente sobre inclusão de medidas de prevenção, conscientização e combate ao *bullying* escolar nas escolas públicas e particulares de educação básica do Município de Paranaguá e dá outras providências.” Assinado pelo vereador João Mendes Filho. Projeto de Decreto Legislativo nº 307/2010 – “Concede o Título de Honra ao Mérito à Cooperativa de Transportes de Cargas e Anexos Ltda.” Assinado pelo vereador Antonio Ricardo dos Santos. RESUMO DA INDICAÇÕES: Do Vereador: Jozias de Oliveira Ramos ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 3.812/09, 135, 136, 137, 138 e 139/10. Com as seguintes solicitações: rede de drenagem na Rua Cosme e Damião, Parque São João; operação tapa buracos na Rua Florinda Carlos Cardoso, Divinéia; operação tapa buracos na Rua das Rosas, Nilson Neves; colocação de material em diversas ruas da Vila dos Comerciantes; operação tapa buracos no Conjunto Cominese; operação tapa buracos na Avenida Belmiro Sebastião Marques. Do Vereador: Eduardo Francisco Costa de Oliveira ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 3.821, 3.822, 3.823/09, 120 e 121/10. Com as seguintes solicitações: ponto de ônibus ao lado da Padaria “Pão de Lu”, Praça da Vila Cruzeiro; guarda municipal para vigilância do trânsito entre a Escola Municipal de Educação Especial Professora Eva Tereza Amarante Cavani e a Praça do Japão; manutenção do pavimento asfáltico na Rua Manoel Correia; guarda municipal para vigilância do trânsito na Rua Prefeito Roque Vernalha; nivelamento das ruas adjacentes ao Aterro Sanitário do Imbocuí. Do Vereador: João Mendes Filho ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 077, 078 e 079/10. Com as seguintes solicitações: limpeza na Prainha do Mar de Lá; poste no Posto de Embarque para a Ilha dos Valadares; retirada de entulhos na Rua Bento Rocha. Do Vereador: Benedito Nagel ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 144, 145 e 146/10. Com as seguintes solicitações: revisão e troca de lâmpadas na Rua 32, Vila Bela, Valadares; revisão e troca de lâmpadas na Rua 50, Vila Bela, Valadares; patrolamento na Rua dos Tangarás, Jardim Esperança; patrolamento nas Ruas 3 e 4, Jardim Iguazú; conserto da rede de drenagem da Rua Xingu, Jardim Guaraituba; patrolamento na Rua Calim Paulo, Labra; ondulação transversal na Rua Mohamed Hamud Hamud, Vila dos Comerciantes; ondulação transversal na Rua Francisco Cominese, Jardim Santos Dumont; limpeza na Rua das Corujas, Jardim Esperança;

revisão e troca de lâmpadas na Rua dos Jatobás, Jardim Iguaçú; coleta de entulhos na Rua Xingu, Jardim Guaraituba. Do Vereador: José da Costa Leite Júnior ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 113 e 114/10. Com as seguintes solicitações: operação tapa buracos na Rua Nelson da Rocha, Emboguaçú; operação tapa buracos na Avenida Tufi Maron. Da Vereadora: Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 132 e 133/10. Com as seguintes solicitações: operação tapa buracos na Rua Samuel Pires de Mello, Jardim Eldorado; limpeza da Rua Teodorico dos Santos, Centro. Jozias de Oliveira Ramos – Pela Ordem – “Eu gostaria que Vossa excelência colocasse em apreciação do Plenário a inversão dos trabalhos.” PRESIDÊNCIA – “Eu até gostaria, mas não tem praticamente nada para votar. Só a votação das Comissões depois que é segmento. Então eu gostaria, até por ser a primeira, que a gente faça hoje. Pode ser?” Em continuação a hora do expediente, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos oradores inscritos em PLENÁRIO: RAFAEL GUTTIERRES JUNIOR – “Boa noite a todos, senhores vereadores, senhora vereadora, população presente. Senhor Presidente, como já é do conhecimento de todos, estamos trabalhando bastante no sentido de unir os seis bairros do entorno da PR 407, em prol de melhorias para aquele trecho de rodovia que corta o nosso município. Começamos esse trabalho em março do ano passado, dois mil e nove, reunindo os presidentes dos bairros Porto Seguro, Ouro Fino, Jardim Paraná, Vale do Sol, Jardim Esperança e Vila Garcia, que nos apontaram as prioridades de cada bairro, quando elaboramos uma ata, registrada em cartório, de tais reivindicações. Marcamos uma reunião em Curitiba, com todas essas prioridades e a ata, na sede do DER, com o Secretário dos Transportes, senhor Rogério Wallbach Tizzot, que ouviu atentamente todas as reivindicações que fizemos naquela oportunidade, e pediu, ao representante da concessionária ECOVIA, que estava presente, senhor Evandro Couto Viana, que elaborasse um projeto que contemplasse todas essas reivindicações prioritárias daqueles bairros do entorno, e pediu que a ECOVIA elaborasse isso no prazo máximo de um mês. O que foi aceito por todos os presentes à reunião. E lá estavam, além dos citados acima, os presidentes das associações de moradores dos bairros do entorno, o presidente desta Casa, vereador Antonio Ricardo dos Santos. Após um mês, o representante da concessionária ECOVIA, em nova reunião, apresentou esse projeto, que contemplava todas as prioridades de reestruturação dos primeiros seis quilômetros da PR-407, dos moradores daquela localidade. O projeto foi aprovado pelos moradores, que são os maiores interessados, teve o aval do DER e por consequência, da Secretaria Estadual de Transportes, e, na ocasião, a concessionária ECOVIA, mencionou o fato de precisar do aval da Prefeitura Municipal de Paranaguá para concluir essas melhorias. Entregamos o projeto ao então Secretário de Urbanismo, senhor Ayro Cruz Neto, na reunião do Conselho Municipal do Plano Diretor do Município, no auditório da Biblioteca Pública de Paranaguá, em junho de dois mil e nove. E, desde então, estamos esperando pacientemente um parecer da Prefeitura Municipal de Paranaguá. Como este aval não veio, e nós esperamos até o final do ano passado, portanto, já estávamos trabalhando com este projeto a nove meses, e aguardando uma resposta da Prefeitura há seis meses. Diante deste contexto, senhor Presidente, marcamos novas reuniões com os moradores dos bairros e com seus representantes, nas dependências do IFET - Paranaguá, gentilmente cedidas pelo Diretor Geral, Professor Marco Aurélio Visintin, onde decidimos, face às necessidades de segurança, e, face a tantas perdas de vidas humanas, que algo **tem** que ser feito já.

Não dá mais para esperar a boa vontade das autoridades e da concessionária ECOVIA. No mês passado, janeiro, convidamos, novamente, todos os envolvidos no projeto, para cobrar providências urgentes, ou a nossa saída seria o Ministério Público Estadual. Novamente, tivemos a mesma resposta da ECOVIA, de executar o  
155 projeto e arcar com todos os seus custos e a Prefeitura terá que dar o aval e a mão de obra. Face a esta conduta, decidiu-se por uma reunião definitiva para ouvir a resposta da Prefeitura, e esta reunião aconteceu nas dependências do IFET-Paranaguá, em vinte e oito de janeiro de dois mil e dez, e, lá estavam, representando a Prefeitura Municipal de Paranaguá, o Vice-prefeito, senhor Fabiano  
160 Vicente Elias, e o Secretário Municipal de Urbanismo, senhor Juliano Vicente Elias, os quais deram a resposta oficial do Município com relação a esta questão. Que foi a seguinte: ‘...da mesma forma que a ECOVIA não pediu autorização, nem aval, para fechar o retorno em frente a Martini Meat, e, também, não comunicou a ninguém do fechamento do trevo da BR 277, pode muito bem executar esta obra sem o nosso  
165 aval...se eles quiserem, eles podem fazer.’ Disseram que este problema não é da Prefeitura, a ECOVIA só tem que respeitar o Plano Diretor do Município. É com esta resposta da Prefeitura, que amanhã, pela manhã, às dez horas, iremos à Curitiba, para nos reunirmos com a concessionária ECOVIA, com os representantes do DER, da Prefeitura Municipal de Paranaguá, e, com os representantes dos bairros do  
170 entorno da PR 407, para definirmos a execução da obra. Agradeço também ao senhor Marcos, presidente da UMAMP, que está presente e amanhã acompanhará todos os presidentes de bairros da localidade. Convido a todos os colegas vereadores que quiserem se juntar para esta batalha, todos são bem vindos, iremos até a sede da Concessionária ECOVIA amanhã, com a força da representação da  
175 nossa gente, para sairmos de lá com uma solução. Caso contrário, entrarei com toda a documentação que elaboramos durante todo esse período, no Ministério Público Estadual, e, então, que a justiça se faça através dos meios legais. Lembro a todos, que também pagamos o pedágio, e que não temos a mesma atenção da Concessionária ECOVIA, que tem, por exemplo, o trecho da saída de Curitiba até a  
180 praça do pedágio, ou, o trecho deste, até a entrada de Morretes. Por que investe mais lá do que aqui? Devemos reivindicar tratamento igual aos que pagam a mesma quantia. E devemos pedir, neste momento, tratamento especial, face a gravidade da situação dos quase doze mil moradores dos seis bairros que compõem o entorno da PR 407. Nossa luta não para por aqui. Temos muito a fazer por nossa gente e pela  
185 nossa cidade. Era o que eu tinha para hoje, senhor Presidente. EDUARDO FRANCISCO COSTA DE OLIVEIRA – “Senhor Presidente, Vereadores, população, imprensa, e também agora os internautas que acompanham os nossos trabalhos, uma boa tarde. Eu gostaria, inicialmente, senhor Presidente, fazendo um registro da participação deste vereador, na última terça-feira, nas dependências do Restaurante Pão Caseiro, da cerimônia de posse da nova diretoria da UMAMP, que estará sendo  
190 comandada, agora, pelo senhor Marcos Costa Alves. E como externei naquele momento, que o senhor conte com esta Casa, e, logicamente, com todos os vereadores, nessa difícil missão de representar a comunidade, os bairros de nossa cidade. Outro assunto também senhor Presidente, a título de registro, participei,  
195 juntamente com o colega vereador Nagel, no dia de hoje, de um almoço-palestra, no Hotel San Rafael, promovido pelo Instituto Teotônio Vilela, onde tivemos como palestrante, o senhor Luiz Fayette, o qual é consultor em logística e agrobusiness. O evento teve o propósito de iniciar um ciclo de debates, com o intuito de ser regular para a discussão de projetos de desenvolvimento sustentáveis para o litoral do  
200 Paraná, discussões envolvendo os sete municípios do litoral. E nesse primeiro

encontro, a discussão girou em torno de questões relacionadas à infraestrutura, logística e agrobusiness. Mas, a intenção, segundo o senhor Flávio Falcão, que é o coordenador do evento, é que amplia um leque de temas que devam ser debatidos pela sociedade organizada, pelos empresários, e por todas aquelas pessoas que gostam da nossa cidade e do litoral. Então, deixar o registro, e parabenizar o senhor Flávio Falcão pela iniciativa, e, estamos aguardando o próximo evento. Senhor Presidente, ainda, só para finalizar, com relação à reunião do almoço-palestra, eu gostaria de registrar que estiveram presentes o senhor Washington da empresa CBL, o senhor Sandro da empresa Cargill, Ronaldo Zucarelli da ADM, o senhor Denis da Maersk, senhor Eduardo Pimentel Slaviero, além de outros diretores e representantes de nossas empresas, de empresas de nossa cidade. Último assunto, senhor Presidente, na última terça-feira eu estive, a convite de moradores da comunidade rural da Colônia Santa Cruz, estive naquela região, naquela comunidade, a qual ainda está sentindo a mão da Administração Pública Municipal. Muito foi debatido, no ano passado, eu tenho certeza que muitos dos colegas vereadores se recordam, o ano passado foi muito discutido devido as fortes chuvas, naquela comunidade foi perdido, devido a uma forte chuva, a ponte, a única ponte que dá acesso àquela região. E até a presente data, passados seis meses, e ainda não foi concluída, não foi entregue à comunidade. De maneira extraordinária, de caráter precário, está sendo usada uma ponte de madeira, que foi construída ao lado desta que foi destruída, esta ponte de madeira está em uma área que é particular, o proprietário teve problema com os órgãos ambientais, a cabeceira está construída, mas o corpo da ponte, essa obra não foi executada. Então, a gente pede para que a Prefeitura, o senhor Prefeito, reveja essa situação, além das vias de acesso que estão precárias, não é privilégio só da cidade, mas as colônias também estão marginalizadas, que a buraqueira tomou conta. Então, precisa, também, ser dada uma atenção, e a prioridade da comunidade, a reivindicação é com relação à construção, a entrega dessa obra, que é a ponte da Colônia Santa Cruz. Era esse o registro para esta tarde, senhor Presidente.” MARCUS ANTONIO ELIAS ROQUE – “Senhores vereadores, senhora vereadora, imprensa, população que nos honra com a sua presença, uma boa noite a todos. Como primeiro assunto eu queria só convidar a todos para o ‘8º Carnailha’, já é tradição na Ilha dos Valadares, será dia quinze, segunda-feira de carnaval, o Carlinhos da Ilha já vem a oito anos com essa tradição, que está encorpando cada ano mais, o Robson também, o seu filho, o Aldo. Então, convidando a todos para esse tradicional evento. Outro assunto também, senhor Presidente, falar um pouco do ano de dois mil e nove. Em dois mil e nove lembro que cumpri rigorosamente o papel que um vereador deve desenvolver. Ajudei na elaboração de leis, mas, acima de tudo, fiscalizei as ações do Executivo Municipal. Nessa fiscalização, comprovei que dois mil e nove, foi, sem dúvida alguma, o ano da mentira, da enrolação e do favorecimento aos amigos e mais chegados do Prefeito Municipal. Vou tentar ser breve e listar rapidamente alguns assuntos que comprovam o balanço negativo do governo do atual Prefeito, que se reelegeu com promessas de melhores dias para nossa população, quando na verdade, esses bons dias vieram apenas para ele e o seu bando que se apossou da Prefeitura há cinco anos. Nossas crianças, os ‘paranguarinhos’, como ele chama, ficaram na saudade... As escolas integrais, de integrais só têm o nome, porque em algumas faltam produtos de primeira necessidade, como papel higiênico nos banheiros e material de trabalho. Algumas diretoras chegaram ao cúmulo de fazer rifas para adquirir esses produtos. Além da falta desses produtos, a ‘supermerenda’ oferecida nas escolas integrais, através da ‘famosa’ empresa SP Alimentação, a

mesma que os vereadores da base do Prefeito não quiseram investigar, o cardápio resumiu-se, principalmente, a macarrão com salsicha! Pobres 'parnanguarinhas'... Os 'parnanguarinhas' também ficaram esses meses sem uniforme. Prova incontestável, mais uma vez, da incompetência do Prefeito e de seus secretários, que num ato de desumanidade, deixaram nossas crianças, em pleno inverno, com 255 roupas surradas, passando frio, sem poder contar com seus agasalhos, agasalhos estes que foram bandeira de campanha eleitoral do Prefeito. Vergonhosa, também, foi a falta de incentivo ao esporte local. Paranaguá, que sempre foi referência em várias modalidades esportivas, não participou de quase nenhuma competição. O 260 esporte, que sempre foi visto como um meio de tirar as crianças das ruas, que sempre serviu de alento para nossos jovens, passa hoje por sua pior fase em Paranaguá. Antes, nossos atletas iam de ônibus. Hoje, com o atual governo, toda delegação parnanguara cabe num fusquinha. Uma vergonha para a cidade-mãe do Paraná! Não podemos esquecer também, que o atual Prefeito prometeu transformar a cidade com o tal dinheiro do BID. Promessa de campanha, ou melhor, mentira de 265 campanha... Esse dinheiro do BID serviu de pano de fundo para o maior estelionato político que Paranaguá já sofreu! E o resultado dessa enganação está aí. Só não vê quem não quer. Nossas ruas estão mais esburacadas do que nunca! As vilas e bairros entregues à própria sorte, foram esquecidos pela atual administração. Mas o 270 abandono não se resume à periferia. Nossa cidade carece de infraestrutura e de limpeza. Um dos cartões postais de Paranaguá, a Praça 29 de Julho, está hoje com um visual poluído em vários sentidos. A Saúde, precária! Mas e a responsabilidade do Prefeito com seus eleitores? Ora, senhores, não sejamos hipócritas. Está na cara que para o Prefeito, os eleitores são apenas um mero detalhe... Na opinião desse 275 bando que se apossou da Prefeitura há cinco anos e que está sugando o dinheiro público, é só colocar uma 'propagandinha' na TV, em algum jornal chapa-branca, cujo proprietário se vende por algum 'carguinho' na Prefeitura, que pensa que a população acredita que as coisas estão melhores, quando na verdade, Paranaguá nunca esteve tão abandonada e sem falta de perspectiva como agora... Eu acho que 280 o Prefeito não lê, tem aqui o jornal 'Gazeta Insulana', olha o que a manchete diz: 'Terra dos Esquecidos – o Valadares é a terra dos esquecidos!' Ele não lê! Ele fez um 'jornalzinho bonito que diz: '...construindo Paranaguá...' Ele está destruindo Paranaguá! O funcionalismo público está amargando uma séria crise financeira e administrativa. Sofrem até para se deslocar para o trabalho por causa dos 285 minguados vale-transportes. Em dois mil e nove, o Prefeito Municipal conseguiu a façanha de transformar um vereador que não conseguiu se reeleger, que teve suas contas como presidente da Câmara desaprovadas pelo Tribunal de Contas, num 'super secretário'. Foi a 'rudinização' da Prefeitura! O 'super secretário' Rudi, seu sócio, que deitou e rolou, fez e aconteceu. E o Prefeito lá, quietinho, se fazendo de 290 'galinha morta'. Não ouviu as denúncias que fizemos aqui na Câmara. Fez vistas grossas para as licitações dirigidas, para as marmitas superfaturadas, para o pedágio que era pago para qualquer coisa andar na Prefeitura. Enfim, preferiu ficar ao lado de seus sócios e financiadores de campanha, do que junto do povo que o elegeu. Nossa Guarda Municipal, que completou onze anos, apesar da importância 295 do seu serviço, foi relegada a um segundo plano. A mesma Guarda, que foi criada na administração do ex-prefeito Mário Roque, e que empregou centenas de pais de família, passa hoje pelo pior momento em todos os sentidos. Seus integrantes nem uniforme possuem... Têm que lavar a mesma roupa para poder trabalhar no outro dia. E o descaso com a Guarda é tal que seu comandante, Tenente-coronel João 300 Jayme Cabral, pediu para sair. Precisaria de muito tempo pra elencar os graves

problemas administrativos da nossa Prefeitura, e as ações contra a população, que foram tomadas no ano de dois mil e nove. A começar pelo maltrato aos nossos caminhoneiros que, de uma hora para outra, foram proibidos de transitar e de estacionar em diversos pontos da cidade, inclusive em Alexandra. Mas apesar de

305 todos os problemas que a cidade enfrenta, parece que o Prefeito vive em outro mundo. Só pensa em viajar e nas diárias que recebe para ir para o exterior. Foi para o Japão, para a Ucrânia, para o Chile, pra tudo que é lado... E deixou a cidade abandonada à própria sorte. O parnanguara, hoje, além de Nossa Senhora do Rocio, reza todo dia para São Pedro, para que não chova... Porque basta chover, e

310 a cidade se transforma num rio. Apesar das promessas de campanha, nada de real é feito! Até o asfalto que é colocado, um asfalto de péssima qualidade, prejudica nosso povo. Vai para as galerias pluviais e as entope. A Ilha dos Valadares, assim como as demais ilhas de nosso município, vive um caos! Sabemos que a Ilha dos Valadares é uma das regiões de Paranaguá com maior número de habitantes e que

315 cresce a cada dia. Pois os moradores e eleitores do Valadares se encontram desprovidos de tudo. Nosso pedido, do vereador Nagel, para implantação de um Posto de Saúde 24 horas na Ilha, foi vetado pelo Prefeito, e com a mesma justificativa que fez em dois mil e oito, quando vetou a mesma reivindicação feita nesta Câmara para que o Valadares fosse contemplado com um Posto 24 horas.

320 Gestos simples como a coleta do lixo, por exemplo, não ocorrem na Ilha... Pobre das pessoas com idade avançada... Essas, caso fiquem doentes, têm que ser carregadas de carrinho de mão em busca de socorro. Contudo, o Prefeito não quer bancar um Posto de Saúde 24 horas na Ilha dos Valadares. Ainda sobre os moradores das ilhas de Paranaguá. Esses também sofreram muito esse ano, com a retirada do barco e não tiveram como se deslocar para serem atendidos nos Postos

325 de Saúde do Município, o atual Prefeito deu um cansaço... **Tinha** duas vezes por semana para cada ilha, hoje tem uma lancha em um dia e a mesma lancha vai e cobra no outro dia, quem quiser ir tem que pagar, e era feito de graça esse atendimento. Em dois mil e nove foi, infelizmente, o ano do governo do faz-de-conta.

330 O Prefeito fazia de conta que administrava, e o povo, e alguns colegas vereadores, faziam de conta que acreditavam. Mas, tenham certeza, que vai ter volta. A população não vai mais cair nesse conto do vigário, nesse 'nhem-nhem-nhem' característico do atual Prefeito. Nem nesse Vice-prefeito contador de histórias... No final de dois mil e nove tivemos o 'pacotão' de Natal, onde foi aprovado o aumento

335 do IPTU, orçamento, desafetação de ruas em favor de empresas que patrocinaram a campanha do atual Prefeito e de alguns vereadores. Quero acreditar que os vereadores que aprovaram, a toque de caixa, o 'pacotão' de Natal, não **tiveram** nenhuma vantagem. Mas quem deve tirar juízo é a população que está à mercê do Prefeito e de seu bando. Isto me lembra aquela história conhecida: 'Ali Babá e os 40

340 ladrões'. Seu tesouro é transformado em hotel, terrenos, cobertura em Camboriú, rádios, e o povo que necessita do poder público, fica em segundo plano. Paranaguá e o litoral necessitam de políticos com mais responsabilidade, e nossa expectativa é que em dois mil e dez, consigamos eleger representantes, tanto para a Assembléia como para a Câmara dos Deputados, verdadeiramente comprometidos com nossas

345 necessidades. Chega de conversa fiada, de 'musiquinhas' bonitas e de demagogia! Nosso povo merece bem mais. Tenham a certeza que continuarei fiscalizando e denunciando tudo aquilo que estiver de errado no Executivo. O Prefeito veio à esta Casa e 'pintou' a cidade como uma maravilha, mas acho que ele não anda pela cidade, está uma vergonha a cidade, está aí o exemplo da Ilha dos Valadares, tem

350 um ou dois jornais aí que estão falando, porque o resto está todo mundo quieto, eu

não entendo isso! Era o que eu tinha, senhor Presidente.” JOSÉ DA COSTA LEITE JUNIOR – “Senhor Presidente, meus companheiros vereadores, população. Eu quero trazer um assunto que foi motivo de matéria na imprensa, no dia de ontem, no Jornal Folha do Litoral, foi noticiado um protesto que houve lá na Avenida Tufi Maron, pelos moradores da região. Protesto legítimo, pacífico, o qual bem dentro do direito deles, pois aquelas ruas estão intransitáveis, todos conhecem a rua que eu estou falando, e houve um acordo na época com o Prefeito, que assim que terminasse de fazer a rotatória que dá sentido ali às empresas, ao condomínio industrial existente ali, eles iriam arrumar, providenciar, a nova pavimentação daquelas ruas, que durante todo esse tempo, que todos esses caminhões passaram por ali, foi deixado intransitável. Então, eu já tive várias conversas com o Prefeito, com o Secretário de Obras, Secretário de Infraestrutura, o qual esteve comigo, hoje, lá na Avenida Tufi Maron. Então eu quero me dirigir hoje aos moradores daquela região, que a mesma preocupação que eles estão, o mesmo desespero que eles estão lá, devido à poeira, e devido a quando as chuvas acontecem, é a lama, e o buraco que não dá para passar, seja de carro, a pé ou de bicicleta. Então, que a mesma preocupação eu também estou, e tive hoje uma notícia boa, diretamente do Prefeito, que a partir do dia dez, irá iniciar os trabalhos naquela região, e recuperar todas as ruas que foram danificadas pelo alto tráfego de caminhões naquela região. Digo isso, porque eu também sou morador daquela região, e ouço, diariamente, os clamores daquela comunidade, e sei da indignação e da raiva que eles estão passando, assim como eu que sou usuário daquelas vias todos os dias. Então, que fiquem tranquilos, vamos ter um pouco de paciência, que a partir do dia dez irá começar os trabalhos lá, e a gente espera que fique boa, da mesma maneira que estava quando os caminhões começaram a passar lá. Que hoje, graças a Deus, e graças àquela obra que foi feita, da rotatória, não passa mais caminhão na região, no bairro, existe um acesso só para eles, mas, o estrago que foi feito tem que ser consertado, e com a máxima urgência, que a população espera, todos os usuários daquelas ruas estão esperando ansiosamente. Era o que continha, senhor Presidente.” ANTONIO RICARDO DOS SANTOS – “Boa noite a todos, senhores vereadores, senhora vereadora, população presente. Eu, hoje, venho falar do nosso trabalho, da casa, que eu tenho como segunda casa, que é a Cooperativa de Transportes. No ano de 1957, foi criado em Paranaguá, o Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Paranaguá, três anos após, por força de lei, foi fundada a Cooperativa de Transportes. É com muita alegria que venho a esta Tribuna, homenagear a Cooperativa de Transportes de Cargas e Anexos Ltda. A Coopanexos, que, no próximo dia sete, completa 50 anos de atividades. E esta homenagem tem um sabor muito especial. Afinal, a Cooperativa é a minha casa. Digo isso com muita tranquilidade porque meu pai quando veio da Colônia, junto com o irmão, tio Lauro e o tio Belinho, Abel Borba Sobrinho, quando vieram da Colônia Maria Luiza, foram trabalhar no aterro da Bandeirantes, através do Sindicato, e todos trabalhavam no caminhão. Meu pai, na fundação da Cooperativa, era o motorista auxiliar do irmão, que era o tio Lauro. Meu outro tio, o Belinho, eu acho que foi uma das pessoas que mais investiu e acreditou sempre na história de uma empresa. Meu tio teve a capacidade, a alegria e a visão, de comprar, além do ponto dele, um ponto e um caminhão para cada filho. Então, a história, na realidade, de família, nessa cinqüentenária empresa, e hoje nós temos ainda quatro pontos, eu tenho o 57, o Ivan, que é filho do Ivo, tem o 33, O Ito tem o 153, e meu tio Lauro Bonaldi, que é o tio Nonô, ainda tem o 47. Tive o privilégio de ser o primeiro vereador a ser eleito, em quarenta anos, com o apoio dos meus colegas e amigos

cooperados. E isso, mais que uma conquista pessoal, me deu forças para trabalhar, diuturnamente, em prol do povo e de minha categoria. Falar sobre a Cooperativa é recordar suas lutas nesse período, é lembrar do nosso primeiro Presidente, José Maria Nova Otero, um espanhol que aqui chegou, e, se naturalizando, iniciou os  
405 primeiros passos da nossa Coopanaxos. José Maria Otero assumiu a Cooperativa em 1963, e comandou a entidade por cinco gestões. Lembro José Maria Otero, e todos que o ajudaram a transformar a Cooperativa nesta potência que é hoje, com o maior respeito, e lembro que, a sepultura e os restos mortais do nosso primeiro  
410 Presidente, se encontram no Cemitério Municipal Nossa Senhora do Carmo. Ainda sobre a história da Coopanaxos, lembro que o segundo Presidente foi Adamastor Pinheiro, o terceiro, Antonio Celso Rodrigues, 'Celso Barriga', o quarto Presidente foi José Pereira de Jesus, o 'Pereirinha', que comandou nossa Cooperativa de 1984 a 1987, sendo substituído por Alfredo Lopes dos Santos Filho, 'Alfredoca', que presidiu a Cooperativa de 1987 a 1990. A Coopanaxos também foi presidida por Alberto  
415 Cesar Albini, até 1993. De 1993 até 2002, assumiu novamente a entidade, José Pereira de Jesus, como o sétimo Presidente. Já o oitavo Presidente desta potência que é a Cooperativa foi Valter Fanini, de 2002 a 2005. Lembrando também, quando eu falo que a Cooperativa é uma grande família, o Valter Fanini, já é a terceira geração de cooperados na Cooperativa, o avô dele, senhor Gerônimo, foi  
420 cooperado, o pai dele ainda é cooperado, senhor Pedro, e ele já é a terceira geração, como também, a família Nascimento, o Jorge e o Marcos, já são a terceira geração de cooperados na Cooperativa. Atualmente, a Coopanaxos é comandada pelo 'Pereirinha', que entrou no quadro da Cooperativa aos dezoito anos de idade. Nesse meio século de atividades, a história da Cooperativa é uma história  
425 diretamente voltada ao desenvolvimento da nossa cidade. Principalmente, porque gera cerca de quinhentos empregos diretos e centenas de outros indiretamente. Para quem não sabe, a Coopanaxos tem uma frota, hoje, de quatrocentos e quarenta e seis caminhões, e possui duzentos e cinco associados, mas a entidade ainda tem em seu quadro, quatrocentos motoristas auxiliares e mais sessenta  
430 funcionários, que trabalham no posto de combustíveis localizado na Avenida Coronel José Lobo, além de outros setores. E a história da Cooperativa de Transportes de Cargas e Anexos Ltda. é de conquistas também. Sua sede conta com amplas instalações e moderno pátio para guarda e responsabilidade de veículos. A atual diretoria é composta por José Pereira de Jesus, o 'Pereirinha' – Presidente, Valquírio Marques, 'Xuxu' – Secretário e Paulo Osmari Canestraro, 'Paulão' – Financeiro. A  
435 Cooperativa conta com uma rede de serviços e parceiros que envolvem empresas do Município, como borracharias, autopeças, oficinas mecânicas, assistência médica e dentária. A nossa Cooperativa é uma das principais empresas de transporte do Município, e responsável pelo transporte de cargas para o Porto de Paranaguá, empresas como o TCP e outras da retaguarda portuária. Digo, com muito orgulho, que a Cooperativa é um mundo de negócios que envolve caminhões, cargas e transporte. A Coopanaxos passou a ser reconhecida, a ter voz e vez na Associação  
440 Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, principalmente depois da nomeação do 'Pereirinha' para a Presidência da Câmara Setorial de Transportes e Logística da ACIAP. E essa parceria já está rendendo frutos, a começar pela construção de uma alça de acesso na BR 277 para facilitar aos motoristas que precisam carregar ou descarregar na Martini Meat, e, também, a prioridade para desembarque no TCP, cuja definição se deu no final do ano passado. Ao concluir, quero deixar meu abraço, meu reconhecimento, a todos que participam e participaram nesses 50 anos do  
445 desenvolvimento da Coopanaxos, uma Cooperativa que nasceu da necessidade de

concorrência com o transporte de café, quando um grupo de associados foi até o Rio de Janeiro falar com o então Ministro da Indústria e Comércio. E de lá para cá, apesar das crises, das trocas de governos, das dificuldades inerentes à atividade desenvolvida pela Cooperativa, conseguimos sobreviver e crescer, com seriedade, 455 companheirismo e respeito, fundamentais em qualquer atividade. Para ilustrar essa dificuldade, teve uma época que nós não **tínhamos** dinheiro para colocar gasolina, e quero deixar aqui, a lembrança do Mário Nascimento, da Marcon, que foi uma pessoa, que muita gente não sabe, que foi lá e pagou a gasolina, encheu os tanques da Cooperativa, de combustível, pago pela Marcon, e depois foi descontado e pago 460 pelo trabalho. Aqueles que estão aqui hoje e quiserem passar lá no posto, nós compramos um caminhão, reformamos, está lá à disposição, semana que vem vou até dar uma volta com ele pela cidade, para que fique marcada a lembrança da história de uma comunidade, de uma cidade e de um povo que foi bastante sofrido. Parabéns, companheiros cooperados! Muito nos honra defender esta categoria 465 nesta Casa de Leis. Que Deus ilumine todo dia nossos passos e que nosso crescimento seja contínuo, auxiliando igualmente no desenvolvimento da nossa querida Paranaguá. ‘Pereira’, muito obrigado, em nome de todos os cooperados. Muito obrigado, senhor Presidente, uma boa noite a todos” Em continuação o Senhor Presidente passou aos procedimentos da ORDEM DO DIA – PRESIDÊNCIA 470 – “De acordo com o artigo 46 do Regimento Interno passaremos a eleição das Comissões da Casa para o ano de 2010. As Comissões Técnicas da Casa serão eleitas uma a uma. Os vereadores receberão as cédulas em branco e colocarão os nomes de sua preferência, assinarão a cédula e a assessoria irá recolhê-las. Começando pela Justiça e Redação Final. Eu queria falar também aos vereadores, 475 que o título de Honra ao Mérito que a gente sugeriu na Cooperativa, que você pensasse Pereira, para a gente poder conversar com os vereadores, para nós podermos fazer uma sessão solene lá Cooperativa, e entregar lá na Cooperativa. Tá certo?” COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – Benedito Nagel – nenhum voto, Carlos Roberto Frísoli – 08 votos, Edson Augusto da Silva – nenhum voto , 480 Eduardo Francisco Costa de Oliveira – nenhum voto, João Mendes Filho – nenhum voto, José da Costa Leite Junior – 08 votos, Jozias de Oliveira Ramos – 08 votos, Marcus Antonio Elias Roque – nenhum voto, Rafael Guttierres Junior – nenhum voto e Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza – nenhum voto. Membros eleitos: Carlos Roberto Frísoli, José da Costa Leite Junior e Jozias de Oliveira Ramos. COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO – Benedito Nagel – 08 votos, Carlos Roberto Frísoli 485 – nenhum voto, Edson Augusto da Silva – nenhum voto, Eduardo Francisco Costa de Oliveira – nenhum voto, João Mendes Filho – 08 votos, José da Costa Leite Junior – nenhum voto, Jozias de Oliveira Ramos – nenhum voto, Marcus Antonio Elias Roque – nenhum voto, Rafael Guttierres Junior – nenhum voto e Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza – 08 votos. Membros eleitos: Benedito Nagel, João 490 Mendes Filho e Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E MEIO AMBIENTE – Benedito Nagel – nenhum voto, Carlos Roberto Frísoli – nenhum voto, Edson Augusto da Silva – nenhum voto, Eduardo Francisco Costa de Oliveira – 01 voto, João Mendes Filho – 07 votos, José da Costa Leite Junior – 07 votos, Jozias de Oliveira Ramos – 495 nenhum voto, Marcus Antonio Elias Roque – 01 voto, Rafael Guttierres Junior – 01 voto e Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza – 07 votos. Membros eleitos: João Mendes Filho, José da Costa Leite Junior e Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza. COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – Benedito Nagel – nenhum voto, Carlos Roberto 500

Frísoli – nenhum voto, Edson Augusto da Silva – nenhum voto, Eduardo Francisco Costa de Oliveira – 07 votos, João Mendes Filho – 01 voto, José da Costa Leite Junior – 01 voto, Jozias de Oliveira Ramos – nenhum voto, Marcus Antonio Elias Roque – 07 votos, Rafael Guttierres Junior – 07 votos e Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza – 01 voto. Membros eleitos: Eduardo Francisco Costa de Oliveira, Marcus Antonio Elias Roque e Rafael Guttierres Junior.” Encontra-se sobre a Mesa o Requerimento de Protocolo nº 0125/10, que: “Solicita a cessão do espaço físico do Plenário dessa Egrégia Casa de Leis para a realização da capacitação de Professores da Rede Municipal de Ensino no dia 05/02/2010, no horário das 13:00 às 17:00h.” Em discussão. Submetido a votação nominal, foi aprovado. Eduardo Francisco Costa de Oliveira – Pela Ordem – “Eu gostaria senhor Presidente, usando o prerrogativa do artigo 49, e do artigo 16 do Regimento Interno da Casa, eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência a dispensa do nome deste vereador da Comissão ora aprovada, em virtude de afazeres junto ao meu trabalho, a Receita Estadual, que eu não poderei dispensar tempo necessário para a participação da Comissão, senhor Presidente.” PRESIDÊNCIA – “Eu só vou nomear, quando chegar na sua, a gente discute isso.” Eduardo Francisco Costa de Oliveira – “Para substituir, não é senhor Presidente?” PRESIDÊNCIA – “Só que a Comissão é eleita, não foi aprovada, ela foi eleita.” Eduardo Francisco Costa de Oliveira – “Já fiz o meu pedido, e farei conforme o Regimento, a Termo, para Vossa Excelência.” PRESIDÊNCIA – “A Comissão de Justiça e Redação Final fica composta pelos vereadores: Jozias de Oliveira Ramos, Carlos Roberto Frísoli e José da Costa Leite Junior. A Comissão de Finanças e Orçamento fica composta pelos vereadores: Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza, João Mendes Filho e Benedito Nagel. A Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente fica composta pelos vereadores: Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza, João Mendes Filho e José da Costa Leite Junior. A Comissão de Obras, Serviços Públicos, Habitação e Desenvolvimento Urbano, a princípio, fica composta pelos vereadores: Eduardo Francisco Costa de Oliveira, Marcus Antonio Elias Roque e Rafael Guttierres, mas já tem o pedido do vereador Edu para que se afaste da Comissão. Eu acho que de minha parte não tem nenhum problema” Eduardo Francisco Costa de Oliveira – “Obrigado senhor Presidente. Na próxima sessão estarei encaminhando a Termo, ao seu gabinete, o pedido.” PRESIDÊNCIA – “Protocole já, para a gente poder nomear um novo. Só depois, eu quero que o Nelson, o Secretário Geral, faça, na realidade, a equação dos partidos, que eu acho que vai ter mudança.” Rafael Guttierres Junior – Questão de Ordem – “Em relação à essa Circular que a gente recebeu do CONSEG, eu gostaria que esta Casa fizesse um manifesto solidário, dada a importância deste posto da Polícia Rodoviária Federal, a preocupação da tirada daquele posto que tanto atende as necessidades e a segurança da população de Paranaguá, porque muitos roubos acontecem em nossa cidade, a via é única de saída. Então, é de extrema importância, de juntarmos os esforços para que não aconteça essa saída do posto da Rodoviária Federal, que é de grande importância. Eu gostaria que elaborasse um ofício sendo solidário ao CONSEG.” PRESIDÊNCIA - “Quando me procuraram, na realidade, eu pedi que me encaminhassem esse ofício, na verdade não oficiaram para nós, oficiaram para eles, e eu pedi que eles me encaminhassem justamente para que a gente fizesse uma moção de apoio, porque eu disse a eles a mesma coisa, com relação a importância daquele posto, que para nós é de extrema importância nessa questão. Até falei com o rapaz da Polícia Rodoviária Federal, e agora eles têm um sistema diferenciado de trabalho, tático móvel que eles vão fazer, enfim, deram mil desculpas, mas nós vamos ficar à mercê, mais uma vez, da

ECOVIA e da BR 277, só com o posto lá em cima.” Rafael Guttierres Junior –  
 Questão de Ordem – “Mas acho que é extrema importância esse manifesto, acredito  
 que dos onze vereadores, e se for o caso, até judicialmente.” PRESIDÊNCIA - “O  
 555 que eu quis dizer para Vossa Excelência é que eu pedi para eles encaminharem  
 justamente para que nós nos manifestássemos nesse sentido.” Não **havendo** mais  
 matéria a ser discutida na Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou ao  
DESPACHO DA PRESIDÊNCIA – Pelo Senhor Presidente foram despachados  
 favoravelmente todos os requerimentos apresentados pelos Senhores Vereadores.  
 Nada mais **havendo** a tratar, agradeceu a presença de todos. Declarou encerrada a  
 560 presente sessão, marcando a próxima para o dia 09 de fevereiro (nove, terça-feira) à  
 hora regimental. Para constar eu \_\_\_\_\_lavrei a presente  
 Ata, que lida e achada conforme vai devidamente assinada pelo Senhor Presidente,  
 Primeiro e Segundo Secretários. \*\*\*\*\*

ANTONIO RICARDO DOS SANTOS

565 PRESIDENTE  
 BENEDITO NAGEL  
 FILHO  
 1° SECRETÁRIO

JOÃO MENDES  
 2° SECRETÁRIO

<b>Doc:</b> 4
<b>Tipologia:</b> Ata.
<b>Datação:</b> 11 de fevereiro de 2010

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2010.

PRESIDÊNCIA: ANTONIO RICARDO  
DOS SANTOS  
SECRETARIAS: BENEDITO NAGEL  
JOÃO MENDES  
FILHO

Às dezenove horas é registrada a presença dos Senhores Vereadores Antonio Ricardo dos Santos, Benedito Nagel, Carlos Roberto Frísoli, Edson Augusto da Silva Junior, Eduardo Francisco Costa de Oliveira, João Mendes Filho, José da Costa Leite Júnior, Jozias de Oliveira Ramos, Marcus Antonio Elias Roque, Rafael Guttierres Júnior e da Senhora Vereadora Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza. Havendo número legal dos Senhores Vereadores, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão e solicitou ao Senhor Primeiro Secretário que lesse um texto da Bíblia, sendo lido: Livro de Deuteronômio – Capítulo 28 – Versículo 1 ao 6 – “E será que, se ouvires a voz do Senhor teu Deus, tendo cuidado de guardar todos os seus mandamentos que eu hoje te ordeno, o Senhor teu Deus te exaltará sobre todas as nações da terra. E todas estas bênçãos virão sobre ti e te alcançarão, quando ouvires a voz do Senhor teu Deus; Bendito serás na cidade, e bendito serás no campo. Bendito o fruto do teu ventre, e o fruto da tua terra, e o fruto dos teus animais; e as crias das tuas vacas e das tuas ovelhas. Bendito o teu cesto e a tua amassadeira. Bendito serás ao entrares, e bendito serás ao saíres.” Em continuação, colocou em discussão as Ata do dia 04 de fevereiro de 2010. De acordo com o parágrafo 2º, artigo 144 do Regimento Interno, a Ata foi aprovada. O Senhor Primeiro Secretário procedeu à leitura dos seguintes expedientes: CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DO VEREADOR ANTONIO RICARDO DOS SANTOS: Protocolo nº 0221/10 – Projeto de Lei – “Denomina de Dra. Zilda Arns uma creche do Município.” Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a denominar de “Dra. Zilda Arns” uma creche do Município. Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 2010. Assinado pelo vereador Antonio Ricardo dos Santos. RESUMO DA INDICAÇÕES: Do Vereador: Edson Augusto da Silva Junior ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 199, 200/10. Com as seguintes solicitações: reforma da cancha esportiva da pracinha na rua Soares Gomes, no bairro Leblon, próximo à garagem da Prefeitura; redutores de velocidade sinalizados e padronizados na Av. Cel Elísio Pereira, entre a rua Alfredo Budant e o comércio de automóveis, denominado Batista veículos. Do Vereador: Carlos Roberto Frísoli ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207/10. Com as seguintes solicitações: melhorias no bairro Palmital; melhorias na iluminação pública na rua Arthur Bernardes, no bairro Palmital; solucionar o problema com relação aos pombos na Escola Sully Rosa Vilarinho, principalmente na parte do refeitório; melhorias no bairro da Labra; melhorias na iluminação pública na rua Projetada Quadra 1, nº 193, no bairro Santos Dumont; ver a possibilidade do caminhão da coleta de lixo entrar na Travessa Scomasson, no bairro Palmital; melhorias na Travessa Scomasson, também no Palmital. Do Vereador: Jozias de Oliveira Ramos ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 208, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217/10. Com as seguintes solicitações: pavimentação de bloquete na rua 5 da Ilha dos Valadares no bairro

Itiberê; implantação de lombada na Av. Senador Atílio Fontana, em frente ao nº 1501, na nova entrada da Empresa ADM do Brasil; retirada de entulhos na rua Manoel Cardoso de Araújo, no Conjunto Cominese; patrolamento e colocação de material nas ruas que se encontram intransitáveis no bairro Jardim Paranaguá; implantação de uma rede de drenagem na rua 5, na Ilha dos Valadares no bairro Itiberê; que um dos centros de triagem citados no PPA da Secretaria Municipal de Meio-Ambiente, no Programa 0206 – Cidade Saudável – Saneamento Básico, para construção no ano de 2011, seja construído em Alexandra; dentro da função 18, Subfunção 541 – Projeto Atividade:1610 – Construção, reformas e Manutenção de Capelas Mortuárias – no PPA da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no Programa 0209 – Paranaguá Sustentável para construção no ano de 2011, seja construída uma capela mortuária no Cemitério do Rio das Pedras; dentro da função 27, Subfunção 813 – Projeto Atividade: 1783 – Instalação de Academias ao Ar Livre – no PPA da Fundação Municipal de Esportes , no Programa 0203 – Desenvolvimento do Esporte e Lazer, seja implantada uma Academia ao Ar Livre em Alexandra, na área de entorno à Linha Férrea, dando continuação a Praça Conceição Zella; notificar a Empresa América Latina Logística do Brasil S/A pelo bloqueio da Estrada Velha do Ribeirão; operação tapa buracos na rua das Rosas no Conjunto Nilson Neves, no trecho compreendido entre a Av. Belmiro Sebastião Marques e a Av. Bento Munhoz da Rocha Neto. Do Vereador: João Mendes Filho ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrado no protocolo nº 218/10. Com a seguinte solicitação: recolocação dos espelhos parabólicos no cruzamento entre as ruas Faria Sobrinho e rua Professor Cleto no Centro de Paranaguá. Em continuação a hora do expediente, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos oradores inscritos em PLENÁRIO:EDUARDO FRANCISCO COSTA DE OLIVEIRA – “Presidente, colegas vereadores, população que nos assiste e que nos honra com a sua presença nesta noite. Tenho andado em vários bairros de nossa cidade e tenho ouvido o clamor da população. A população está ansiosa pelas realizações que foram divulgadas no último dia dois, aqui em nossa Casa, pelo senhor Prefeito Municipal, principalmente no que tange à área de Educação, principalmente no que se refere à área de Saúde, pois essas duas pastas estão doentes. Ano passado falei, pedi insistentemente, com relação à situação da Educação, e os problemas ainda continuam. É triste! É triste visitarmos escolas, unidades de saúde, creches, e nos depararmos com a falta de infraestrutura, falta de material. Nas creches continua, ainda, faltando até papel higiênico, vereadora Sandra! É muito triste. Material de higiene continua a faltar. Então a população está aguardando com muita expectativa a aplicação dos investimentos que o senhor Prefeito mencionou. Os quarenta e nove milhões na área de Educação, vereador Carlos Roberto Frísoli, os quase trinta milhões na área de Saúde, a Saúde está precisando e muito! Então, faço, novamente, os pedidos, e encaminharei ao senhor Prefeito os pedidos que foram feitos no ano passado, esperando que este ano, mesmo com a redução do orçamento, comparando dois mil e nove e dois mil e dez, se houve uma redução, para que seja dado atenção. Como ele diz que leva à sério as crianças, os ‘paranguarinhos’, este ano esperamos que os uniformes sejam entregues, este ano esperamos que as escolas sejam melhor equipadas, melhor assistidas, os postos de saúde da mesma forma. Porque não é possível, fazer propaganda e propaganda, e a realidade ser tão diferente! E para quem paira qualquer dúvida, basta apenas uma coisa, visitar as creches, os postos de saúde, as escolas, e verão a triste realidade, que, infelizmente, Paranaguá enfrenta. Outro assunto, senhor Presidente, para encerrar, é com relação ao encaminhamento que se tornou público, com relação a

desativação do Posto da Polícia Rodoviária em Paranaguá, estou fazendo um registro, de um encaminhamento do meu gabinete aos deputados federais, deputados estaduais, e também, à direção, ao Ministério da Justiça, Departamento da Polícia Rodoviária Federal, com relação ao posicionamento deste vereador, e, logicamente, vos peço, para que os demais colegas, se assim se sensibilizarem, façam os encaminhamentos aos seus deputados, porque uma situação como esta, a desativação de um posto rodoviário, menos segurança, para uma cidade como Paranaguá, escoamento de uma das maiores safras do Brasil, milhares de caminhões, enfim, perdermos área de segurança...Já não basta a cadeia pública como se encontra, e ainda mais, perdermos esse importante meio que é a Polícia Rodoviária na entrada da nossa cidade. Era o que continha para esta noite, senhor Presidente.” PRESIDÊNCIA – “Antes do vereador Marquinhos falar, o vereador Rafinha **tinha proposto** um requerimento em nome da Casa, eu achei que Vossa Excelência iria fazer para todos assinarmos?” Rafael Guttierres Junior – “Eu falei que iria fazer, então posso providenciar.” MARCUS ANTONIO ELIAS ROQUE – “Boa noite senhores vereadores, senhora vereadora, população presente, imprensa. Alguns assuntos que vim tratar nesta noite, um deles diz respeito à Saúde, que o Prefeito diz que está uma maravilha em Paranaguá. Temos algumas reclamações aqui, e uma delas é que há três meses, na Ilha dos Valadares, no Posto de Saúde, não tem dentista, está abandonado. Outro assunto é sobre a Educação, muita reclamação sobre o vale-transporte, que até hoje não saiu, é pago em dinheiro, todos voltaram já ao trabalho e estão tirando dinheiro do bolso para poder ir trabalhar, que é um dinheiro do direito deles, e até hoje o Prefeito, que é sensível à Educação, não pagou. Também sobre a Educação, estão obrigando as crianças a ficarem na escola em tempo integral. Não é mais permitido ficar meio período. Mas os professores, os monitores, revoltados com essa situação, também me ligaram, e, as crianças estão amontoadas nas escolas, porque não têm oficinas, não tem material, não tem nada! A história do tempo integral é uma grande mentira. É um amontoado de crianças, não tem o que fazer, mas são obrigados a ficar até o final para que seja contada aquela ‘marmitinha’ para a SP Alimentação, porque a coisa está ‘pegando’, porque as crianças ficavam meio período, não almoçavam, mas eram ‘marcadinhos’: um almoço para Joãozinho, mas Joãozinho ia almoçar em casa e não voltava. E isso já foi denunciado para o Ministério Público, que está apurando o superfaturamento da SP Alimentação, a mesma que esta Casa não quis investigar. Então agora estão obrigando todos a ficarem. Os pais estão revoltados, os professores não têm mais o que fazer com as crianças. Nesses dias de sol, o calor insuportável, as crianças no pátio, muitas querendo dormir e muitas ficam meio período e vão para casa descansar e muitas vezes comer uma comida de qualidade na sua casa, porque no colégio é só aquele ‘macarrãozinho’ com aquela vina, que não é de nenhuma daquelas marcas boas ainda, é daquelas ‘piorzinhas’, que sai tinta. Os funcionários públicos também têm me ligado, este mês os salários reduzidos, estão desesperados, não conseguem pagar as suas contas. Reduzido ao máximo. Esse é o Prefeito que pensa no funcionário público. E assim está a Educação. Em um jornal da cidade, jornal do Prefeito, o titular, é bonito aquele jornal, é tudo colorido, tudo é bonito naquele jornal! Que bom se a realidade dos nossos colégios, dos nossos bairros, fossem como está naquele jornal, só coisa bonita, o lixo não aparece, o escritor de cartas que eu vi hoje ali na Penha, que tem um sofá, aquilo não sai! Então chega de enganar o povo. Outro assunto, também, é sobre o Mercado novo, sobre os boxes, tive uma denúncia também, que os boxes estão sendo negociados, não aquelas pessoas que passaram para lá, que tem o seu

direito já, mas os que estão sobrando, parece que já, eu não sei se é um ex-secretário, que já doou para amigos, vendeu para alguns...Pedi informação hoje para o Secretário Vilmar, que vai fazer um levantamento, e vai me passar como está aquela situação, porque aquilo tem que ser licitado, todos **têm** direito de participar, não os amigos do Prefeito, os amigos do Secretário. E por fim, todos lembram do 'pacotão' de final de ano do Prefeito, o 'pacotão' de Natal para a população. Começou a refletir já. Hoje, nosso amigo Dominginhos Abacaxi me trouxe um documento, não só para mim, para outros vereadores também, sobre o aumento que ele tem que pagar agora, que ele pagava duzentos e quarenta e oito e oitenta por seu alvará de funcionamento, aquela taxa que teve, estou até aqui com a ata do dia, seis votos a favor e quatro contra, o aumento do imposto, e essas pessoas que querem trabalhar, querem dar emprego, mas com um aumento desse, abusivo, é brincadeira! Duzentos e quarenta e oito reais. Estive lendo aqui, que até o dia 31/01, ele pagava com 60%, de duzentos e quarenta e oito, foi para seiscentos e vinte e nove e sessenta e cinco. E se ele pagasse até o dia do vencimento, dia 31/01, onde todo mundo está 'duro' ainda, virada de ano, ninguém avisou que iria ter esse desconto, qual iria ser o valor...Muita gente foi pegar lá, mas já passou o desconto, vai ter que pagar seiscentos e vinte e nove! Com o desconto iria para trezentos e setenta e sete e setenta e nove, o aumento foi de 51%. Ele vai ter que pagar seiscentos e vinte nove e sessenta e cinco, 153% de aumento! O Prefeito, em um ano eleitoral, em que precisa aparecer para o seu candidato, Osmar Dias, para dizer que Paranaguá está uma cidade maravilhosa, ele tem que tirar de algum lado, porque em dois mil e oito foi tirado do povo, tudo! Porque em dois mil e nove não aconteceu nada! Dois mil e oito foi o ano da eleição, daquela famosa empresa baiana, que era paga a peso de ouro, que **tivemos** o reflexo em dois mil e nove. Dois mil e nove a arrecadação não foi boa. E dois mil e dez está esfolando os pequenos empresários, os grandes empresários também, e olha, não veio o IPTU ainda hein...Aguardem o IPTU. Então eu acho que essas pessoas que se acham prejudicadas, têm que vir a esta Casa e cobrar daqueles que votaram a favor desse aumento, como eu falei, do 'pacotão' do final de ano do Prefeito. Têm que vir a esta Casa e cobrar deles, dessas pessoas, porque é um absurdo! Querem esfolar o povo para tentar 'maquiar' a cidade, para dizer: 'Paranaguá está bonitinha', no jornal oficial. E, na realidade, Paranaguá está suja, está imunda, quem mora nos bairros sabe, sofre! Com essa chuva...E na frente ele posa de bonzinho: 'é a melhor cidade...' É que ele não está andando nos bairros. Era só, senhor Presidente."Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente passou aos procedimentos da ORDEM DO DIA – Em discussão e votação única o Projeto de Decreto Legislativo que: Propõe a Rejeição do Veto ao Projeto de Lei nº 3715/2009, que: "Autoriza o Executivo Municipal a efetuar o pagamento de insalubridade aos agentes comunitários de saúde do Município de Paranaguá." Submetido a votação, obteve-se o seguinte resultado: Seis votos a favor; Cinco votos contrários. Aprovado. Em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo nº 303/09, que: "Concede o Título de Cidadão Honorário do Município de Paranaguá ao Senhor Valmir Sarat Gomes". Usou da palavra o vereador Eduardo Francisco Costa de Oliveira – "Apenas para dar uma justificativa aos colegas vereadores, esta iniciativa para essa pessoa, o senhor Valmir Gomes, um esportista, da comunicação, programa na CNT, e sempre, principalmente no período do Campeonato Paranaense, ele tem um carinho a mais pelo Rio Branco. E isso me chamou a atenção depois desses anos, e tomei a liberdade de fazer esse encaminhamento e dentro desta perspectiva de enaltecer o Rio Branco e enaltece Paranaguá, eu peço o voto dos colegas vereadores."

Submetido a votação, obteve-se o seguinte resultado: Nove votos a favor; Nenhum voto contrário; Uma abstenção. Aprovado. Em discussão única o Projeto de Resolução nº 355/09. “Para que seja modificado o artigo 120, com a inserção do parágrafo único, da resolução nº 243 de 20 de dezembro de 1991, ora Regimento Interno da Câmara Municipal de Paranaguá”. Usou da palavra o vereador Carlos Roberto Frísoli – “Uma correção acho que de um lapso do Regimento, no qual os projetos vindos do Executivo eram encaminhados a todos os vereadores, porém, o projeto do vereador, ele só é encaminhado após passar por Comissões. Então, apenas, para que, quando qualquer vereador apresentar o projeto, ele siga o mesmo trâmite dos projetos do Executivo, ou, o Nelson, inclusive, já vinha fazendo isso, a pedido, então apenas uma correção do que estava no nosso Regimento.” Submetido a votação, obteve-se o seguinte resultado: Dez votos a favor; Nenhum ausente. Aprovado. Em 1ª discussão o Projeto de Lei nº 3716/09, que: “Autoriza o Executivo a aumentar para 30% (trinta por cento) o número de bancos exclusivos, para idosos nos ônibus do transporte coletivo urbano no Município de Paranaguá”. Em discussão. Submetido a votação, obteve-se o seguinte resultado: Dez votos a favor; Nenhum ausente. Aprovado. Não havendo mais matéria a ser discutida na Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou ao DESPACHO DA PRESIDÊNCIA – Pelo Senhor Presidente foram despachados favoravelmente todos os requerimentos apresentados pelos Senhores Vereadores. Nada mais havendo a tratar, desejou um bom carnaval e agradeceu a presença de todos. Declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima para o dia 18 de fevereiro (dezoito, quinta-feira) à hora regimental. Para constar eu \_\_\_\_\_lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme vai devidamente assinada pelo Senhor Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. \*\*\*\*\*

ANTONIO RICARDO DOS SANTOS

PRESIDENTE  
BENEDITO NAGEL  
FILHO  
1º SECRETÁRIO

JOÃO MENDES

2º SECRETÁRIO

<b>Doc:</b> 6
<b>Tipologia:</b> Ata.
<b>Datação:</b> 23 de fevereiro de 2010

5 ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2010.

10 PRESIDÊNCIA: ANTONIO RICARDO DOS SANTOS  
SECRETARIAS: BENEDITO NAGEL  
JOÃO MENDES  
FILHO

Às dezenove horas é registrada a presença dos Senhores Vereadores Antonio Ricardo dos Santos, Benedito Nagel, Carlos Roberto Frísoli, Edson Augusto da Silva Junior, Eduardo Francisco Costa de Oliveira, João Mendes Filho, José da Costa Leite Júnior, Jozias de Oliveira Ramos, Marcus Antonio Elias Roque, Rafael Guttierrez Júnior e da Senhora Vereadora Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza. Havendo número legal dos Senhores Vereadores, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão e solicitou ao Senhor Primeiro Secretário que lesse um texto da Bíblia, sendo lido: Primeiro Livro das Crônicas – Capítulo 16 – Versículo 19 ao 25 – “Quando eram poucos homens em número, sim, muito poucos, e estrangeiros nela, Quando andavam de nação em nação, e de um reino para outro povo, A ninguém permitiu que os oprimisse, e por amor deles repreendeu reis, dizendo: Não toqueis os meus ungidos, e aos meus profetas não façais mal. Cantai ao Senhor em toda a terra; anunciai de dia em dia a sua salvação. Contai entre as nações a sua glória, entre todos os povos as suas maravilhas. Porque grande é o Senhor, e mui digno de louvor, e mais temível é do que todos os deuses.” Em continuação, colocou em discussão a Ata do dia 11 de fevereiro de 2010. De acordo com o parágrafo 2º, artigo 144 do Regimento Interno, a Ata foi aprovada. O Senhor Primeiro Secretário procedeu à leitura dos seguintes expedientes: CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DO VEREADOR BENEDITO NAGEL: Protocolo nº 0279/10 – Gabinete do vereador Benedito Nagel – Paranaguá, 23 de fevereiro de 2010. Exmo. Senhor Antonio Ricardo dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá – Nesta. – Assunto: Voto de Louvor – O vereador Benedito Nagel, no uso de suas atribuições regimentais, requer, com base no art. 108, parágrafo 3º, inciso XV do Regimento Interno, “VOTO DE LOUVOR” ao senhor Ezequias da Rocha, pela comemoração de seus 40 anos de vida, onde este reuniu amigos e familiares e juntos relembrou a trajetória de luta, superação e muito sucesso deste paranguara de coração. Requer ainda o vereador supra mencionado que cópia deste requerimento seja enviada ao homenageado. Nada mais havendo para o momento, solicita providência. Atenciosamente. Assinado pelo vereador Benedito Nagel. RESUMO DAS INDICAÇÕES: Da vereadora Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 258, 259, 260/10, com as seguintes solicitações: operação tapa buracos na rua Claudionor Nascimento em frente à Escola Municipal Maria José H. Tavares, no Jardim Santa Rosa; pavimentação das ruas 32, 34 e adjacências – Vila Bela, na Ilha dos Valadares; desobstrução, limpeza e troca de manilhas na rede de drenagem da rua Arcésio Guimarães, próximo a casa 7b, na Vila Portuária. Do vereador Rafael

Gutierrez Junior ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrado no protocolo nº 263/10, com a seguinte solicitação: colocação de lombada na rua Aníbal Dias Paiva. Do vereador Benedito Nagel ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 255, 280, 281, 282, 283/10, com as seguintes solicitações: realizar estudos técnicos visando a instalação de uma ondulação transversal na rua Manoel Correia, em frente ao Centro de Educação Infantil Milena Bonfim, na Costeira; realizar troca de lâmpadas na quadra de esportes da Escola Municipal Integral Nayá Castilho; coleta de entulhos na rua Arcésio Guimarães, na Vila Guarani; operação tapa buracos na rua Arcésio Guimarães, Vila Guarani; revisão e troca de lâmpadas na rua Arcésio Guimarães na Vila Guarani; Do vereador Jozias de Oliveira Ramos ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278/10, com as seguintes solicitações: reparos e limpeza dos bueiros no bairro da Serraria do Rocha; reparos e limpeza dos bueiros no Jardim Santa Rosa; reparos e limpeza dos bueiros na Vila Rute; material e patrolamento na Vila dos Comerciantes; operação tapa buracos nas ruas Lauro da Fonseca e Elói P. M. de Albuquerque no Conjunto Cominese; operação tapa buracos nas ruas Mohamed Hamud Hamud, Vidal Vanhoni e Lazaro Abud, Bertiooga; retirada de entulho em todo o bairro da Serraria do Rocha; retirada de entulho em todo o bairro da Vila Rute; retirada de entulho em todo o bairro do Jardim Santa Rosa; operação tapa buracos em todo o bairro da Vila Rute; operação tapa buracos no Jardim Santa Rosa; colocação de lombada na rua Francisco Machado na Vila Ruth, nas proximidades do nº 152; colocação de lombada na rua Barão do Amazonas no bairro Serraria do Rocha, em frente ao Postinho de Saúde; manutenção da rede de iluminação pública na rua Alípio dos Santos nas proximidades do nº 49 e nº 171; operação tapa buracos no bairro Serraria do Rocha. Do vereador Marcus Antonio Elias Roque ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 284, 285, 286, 287, 288/10, com as seguintes solicitações: operação tapa buracos na rua Tupinambá, na Vila Guarani; recolhimento de entulho na rua Romã, na Vila São Vicente; operação tapa buracos na rua Governador Manoel Ribas, no Jardim Araçá; pintura na faixa de pedestre na rua Nestor Victor; pintura na faixa de pedestre na rua Professor Cleto. Em continuação a hora do expediente, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos oradores inscritos em PLENÁRIO:RAFAEL GUTTIERRES JUNIOR – “Boa noite a todos, senhores vereadores, senhora vereadora, população. Primeiramente eu vou ler um pedido de ajuda que recebi hoje a tarde em meu gabinete, e vai de encontro com o meu pronunciamento de hoje: ‘Andréia G. Marques, mãe de cinco filhos, moradora do bairro do Itiberê, na Ilha dos Valadares, na cidade de Paranaguá, Paraná, teve sua casa totalmente danificada em virtude das fortes chuvas que ocorreram nesta cidade entre o final de dois mil e nove até a presente data, diante da situação trágica que vem passando, a Andréia, com o apoio da Associação dos Pescadores da Ilha dos Valadares de Paranaguá, pede ajuda à população, para que doem alimentos ou materiais de construção, usados ou não. Desde já, a família agradece pela ajuda. Paranaguá, 19 de fevereiro de 2010.’ Recebi hoje a tarde. A Associação dos Pescadores da Ilha dos Valadares de Paranaguá, que assina também este ofício. Senhor Presidente, hoje quero tratar da questão do programa do governo federal, ‘Minha Casa – Minha Vida’, cerca de um milhão de habitações populares serão construídas no nosso país neste ano de dois mil e dez. Esta questão é de extrema relevância pois dará, certamente, condições para as pessoas de real baixa renda, participarem do programa e concorrerem a uma destas casas. Especificamente em Paranaguá, cerca de mil e duzentas casas

serão construídas, e já está tramitando nesta Casa, um projeto de minha autoria, no  
100 sentido de assegurar 10% (dez por cento) deste total para as famílias que,  
comprovadamente, habitam hoje em áreas de risco. O conteúdo do meu projeto de  
lei, prevê que a comprovação da área de risco deverá ser reconhecida através de  
laudo pericial expedido pela Defesa Civil, assinado pelos representantes legais, e o  
mesmo, deve ser ratificado da mesma forma legal, pela Secretaria de Infraestrutura  
105 Urbana do Município. O requerente, para concorrer, deverá fazer a inscrição na  
Secretaria de Infraestrutura Urbana do Município em caráter de especialidade ao  
'Programa Minha Casa – Minha Vida'. O assunto é de tamanha relevância para mim  
que já enderecei ao governo federal para a apreciação dos órgãos federais  
vinculados ao 'Programa Minha Casa – Minha Vida', a possibilidade desta minha  
110 proposta ser aproveitada em nível nacional, pois, entendo que existem áreas de  
risco em praticamente todos os municípios do nosso território. O programa ainda não  
está regulamentado pelo governo federal, e a nossa intenção é a de participar  
dessas resoluções, a fim de possibilitar que as famílias que habitam  
comprovadamente áreas de risco, tenham o seu problema de moradia ao menos  
115 minimizado, e, que não passem por situações de perda de seus familiares com  
deslizamentos e desabamentos. Digo a toda população parnanguara que não  
pouparei esforços para que o conteúdo deste projeto seja incluído no programa  
federal, e que este seja estendido a todo território nacional. Mas, o que nos dará  
mais orgulho, certamente, é o fato desta idéia ter começado aqui em Paranaguá. Era  
120 o que eu tinha para hoje, senhor Presidente. MARCUS ANTONIO ELIAS ROQUE –  
"Senhores vereadores, senhora vereadora, população presente. Um de meus  
assuntos de hoje, é a respeito do Colégio Nova Geração, um Colégio que há mais  
de vinte anos está situado no mesmo local, e que, a diretora deste Colégio me  
procurou há poucos dias, a Neuza, que defronte ao Colégio tem um armazém e que  
125 esse armazém, as suas portas eram na Barão do Rio Branco, do outro lado, e que  
no período de férias escolares, o antigo 'super-secretário', e sua empreiteira,  
abriram, defronte a este Colégio, uma porta, para entrada e saída de caminhões. E  
falou para a diretora que se ela estivesse incomodada, ela que mudasse o Colégio.  
Colégio que há mais de vinte anos, crianças, que saem e que entram toda  
130 hora...Não vou falar o nome da empresa aqui, estou tentando falar com a empresa  
para ver se a gente consegue amenizar esta situação. E aqueles bi-trem entram,  
defronte ao Colégio! Colocaram cones e todo mundo **tem que** sair pelo ladinho...E a  
hora que der um acidente e morrer uma criança? Não sei como é que o Prefeito não  
**tem** sensibilidade e autoriza a abertura dessa porta lateral nesse armazém! Ninguém  
135 tem direito a nada, o 'super-secretário' vai lá, consegue tudo, consegue alvará, a  
empreiteira dele consegue tudo! Fez com ele, consegue tudo aqui no município. E  
está aí o Colégio à mercê desta situação, os pais estão se mobilizando também para  
que possam fazer um abaixo assinado, e quem sabe, sensibilizar o Prefeito, o  
Prefeito dos parnanguarinhos, da Educação, a ajudar este Colégio também. Meu  
140 segundo assunto, também recebi aqui uma mãe, a Carla, mãe do Lucas, dezesseis  
anos, esse menino sofreu um acidente no dia dezesseis de fevereiro, bateu a  
cabeça em um rio, mergulhou e bateu a cabeça, foi para o Divinéia, no 24 Horas, lá  
deram para ele fazer o Raio-X, só que ali ele não poderia fazer o Raio-X, porque ali  
o Raio –X estava quebrado. Ele foi para o Centro de Diagnóstico, o Raio-X estava  
145 quebrado. Ele foi na Baduca, o Raio-X estava quebrado! Hoje é dia vinte e três, o  
menino está em casa, está sentindo tontura, não consegue fazer um Raio-X para  
saber se houve alguma coisa. É o que está acontecendo na nossa Saúde. Um  
simples Raio-X não consegue! E esse menino, esse adolescente de dezesseis anos,

150 quem sabe, pode vir a acontecer coisa pior por causa de um Raio-X, para que possa diagnosticar o que realmente está acontecendo com ele. Então, essa é a Saúde de Paranaguá! A Saúde dos parnanguaras. Mais doente do que nunca. O meu último assunto, senhor Presidente, eu recebi um e-mail da Dona Ana Cecília de Souza, moradora na Ilha dos Valadares: 'Não sou moradora da Rua 44, mas utilizo ela todos os dias para ir de casa ao trabalho e vice-versa, tenho quarenta e dois anos. Tenho

155 certeza que esta reclamação é também de todos, sei que os moradores da Ilha dos Valadares não agüentam mais implorar por melhorias, as desculpas são sempre as mesmas, falta de aterro, bloquetes, falta disso, falta daquilo. Não para agüentar e aceitar as pessoas que se dizem administradores e não fazem nada. Sete de Setembro abandonado. Canarinho abandonado. Vila Nova abandonada. E vivem

160 desfilando para cima e para baixo de carro, só olhando, vêem as coisas, mas nada fazem. Cadê o compromisso? Só fazem promessas. Em época de eleição, uns meses antes começam a fazer o calçamento e depois esquecem da população. Rua 28, não foi terminada. Rua 33 continua a mesma coisa. E a Rua 44, que dá acesso à Creche Sete de Setembro, continua com lama. E é só chover para se formar lagoas

165 no local. Para passar, só com botas sete léguas! As mães precisam colocar sacolas nos pés para levar seus filhos na creche. Se procurarmos a Administração, só ficam enrolando o povo, e isso não é de hoje...Se não tem nada para amenizar os locais de acesso que ficam só na lama, fechem a Administração. O que não se pode é enganar o povo. As ruelas parecem pista de corrida, ninguém respeita ninguém, vive passando moto, carro então, nem se fala! Qualquer um que **tem** amizade com os guardas municipais, passa tranqüilamente na passarela, mas o pai de família que precisa passar com algum doente, tem que implorar, arriscando a ouvir desaforos de alguns ignorantes, achando que podem ofender as pessoas, como aconteceu recentemente, em que uma guarda municipal falou algo para um motoqueiro e este

175 lhe agrediu. É errada a atitude dele, é sim. Mas dela também. Para cada ação existe uma reação. A educação neste caso é tudo. Minha filha viu tudo o que aconteceu e ficou em choque. A população não aguenta mais, chega de conviver com tantas promessas. A Rua 44 necessita de calçamento. É por onde passam as crianças, os pais. Cadê a sensibilidade e o compromisso?Hoje a Administração tem uma pessoa que não é da Ilha, será que conhece para que lado é o Sete de Setembro? E quem sabe o Itiberê? Vila Nova, Canarinho? A população não gostou nem um pouco, mas **tem que** engolir, assim como esse IPTU, falaram tanto nos documentos de posse nas mãos dos moradores, mas até agora, nada! Como é que um pai de família vai pagar o imposto sem que tenha o documento em mãos? O dinheiro todo mundo quer, mas, de onde, um pai de família, que vive de salário mínimo, vai pagar IPTU ou PU, como querem implantar? Primeiro queremos o documento comprovando que o terreno é nosso, depois pagaremos, não sei como, mas vamos tentar.' Ela me

180 enviou algumas fotos, de meses atrás, para provar que as ruas estão precárias. Então, não é o vereador Marquinhos Roque que está falando, é a população que está falando. A população não aguenta mais. A Ilha dos Valadares está à mercê da boa vontade do Prefeito. Esse Prefeito dos postos de saúde, como esse caso do rapaz, que está aí há cinco, seis dias, quem sabe vai ficar dez dias esperando um Raio-X. Isso é brincadeira! A Educação, a nossa Educação está uma brincadeira também! A merenda: pão e um 'suquinho'. Podem ir na 'tempo integral', pão e

185 'suquinho', quem puder vai almoçar em casa, porque a SP Alimentação, não sei se já pagaram, não sei o que está acontecendo, tentamos investigar nesta Casa, não deu certo, mandei para o Ministério Público Federal, que está investigando, com certeza teremos novidades, para ver o que realmente está acontecendo. Então é

195

isso, Paranaguá está abandonada! E o Prefeito do carnaval, o Prefeito da alegria, mas atrás, quando cai a fantasia, a máscara cai. Está aí a cidade, a população andando na lama, falta de saúde...Isto é brincadeira! Alegria? Tem que **ter** alegria. Mas tem que **ter** a saúde, tudo tem que estar bem. Era só senhor Presidente.”

EDUARDO FRANCISCO COSTA DE OLIVEIRA – “Presidente, vereadores, população. Esta noite, colegas vereadores, queria me reportar, eu como assíduo leitor dos periódicos de nossa cidade, em particular nesta noite, farei menção ao jornal Folha do Litoral. No jornal Folha do Litoral existe um espaço denominado ‘Boca Maldita’, este espaço nada mais é do que o espaço que nós temos aqui na Câmara Municipal, espaço dedicado a reivindicar, a falar, a dizer o que está acontecendo em nossa cidade. E é interessante, e é bom deixar registrado. A moradora Sibeles do Rosário do bairro São Vicente, fala das ruas cheias de buracos e que ainda existe muito lixo no São Vicente. Na Ilha dos Valadares, o senhor João Manoel Miranda fala com relação ao acúmulo de cavalos nas vias da Ilha dos Valadares. Lá do bairro da Alexandra, também a Folha do Litoral dispensa espaço para as reivindicações, e o quê os moradores da Alexandra pleiteiam? Urgentemente, médico para atender o posto de saúde. No Nilson Neves a Dona Elza de Oliveira pede local de recreação para as crianças. Daí nós temos um depoimento da Dona Verônica Luz Nascimento, moradora do Emboguaçu, que fala sobre a taxa de iluminação pública cobrada pela Copel, que é abusiva. Temos, também, aqui ao lado, na Ponta do Caju, vereador Neco, na Rua dos Expedicionários, o senhor Alex Gaúcho sempre retrata que na Rua dos Expedicionários, toda vez que chove inunda o bairro e ele fica impossibilitado de sair de sua residência. Na Rua Odilon Mader, nas proximidades onde moro, aquela obra que foi iniciada em dezembro, o senhor Reinaldo Junior pede que a Rua Odilon Mader, na Vila Cruzeiro, onde começaram a fazer uma obra em dezembro, e ainda não foi concluída pela Prefeitura. E vai para todos os espaços. E por quê eu trago esse espaço da Folha na Câmara? Porque eu entrei em contato com algumas pessoas e perguntei se havia se manifestado ou tiveram algum retorno com relação às reclamações, e, infelizmente, não tiveram. E parece que acontece lá o que acontece aqui, a gente pede, pede, reivindica, não estamos pedindo nada pessoal, a gente traz à Câmara as reivindicações que nós ouvimos lá na rua, e, infelizmente, nada acontece. Então, pedir, novamente, que é o que nós podemos fazer, vereador Marcus Roque, é reivindicar, a sensibilidade da Administração a problemas tão básicos, tão simples de serem resolvidos, dar atenção à população. Tenho uma notícia boa, lembrar o colega que trabalhou conosco na Câmara passada, vereador Celsinho da Copel, quando trazia notícias boas, só que essa notícia boa eu deixarei para a próxima sessão, só fazer um registro, que na manhã de ontem, este vereador, vereador Frísoli, juntamente com o deputado federal Alex Canziani, estivemos na capital do estado junto à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, discutindo com a Superintendente, Doutora Alice, com relação ao fechamento do posto de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal, e na próxima sessão darei mais detalhes e boas novidades para a cidade de Paranaguá. Era o que continha para esta noite, senhor Presidente.”

CARLOS ROBERTO FRÍSOLI – “Senhor Presidente, senhores vereadores, senhora vereadora, população em geral. Como o vereador Edu bem colocou, eu acho que a nossa cidade, cada dia mais, precisa menos de discurso e mais de ações, e, independente do vereador Edu ser um crítico da atual Administração, estive ontem com a gente lá, ele vai apresentar, realmente, quando vão chegando às eleições, principalmente da Câmara Federal, aparecem candidatos de fora pedindo bastante voto. E justiça tem que ser feita, além, vereador Edu, da

250 questão da Polícia Federal, nós estivemos, ontem a tarde, em uma reunião com o  
senhor Luiz Hudson do MEC, numa questão que o deputado Alex **tinha colocado**  
um projeto para mais uma creche em Paranaguá, do Programa Pró-Infância, nós de  
Paranaguá e mais três prefeituras do interior do estado, o Prefeito de São José dos  
Pinhais, o Prefeito Ivan, gentilmente cedeu a Prefeitura, e nós tivemos uma reunião,  
255 e, felizmente, foi aprovada mais uma creche para o município de Paranaguá, que  
será instalada lá no bairro do Porto Seguro, então, uma boa notícia. E, também, foi  
já pré-aprovado, um novo posto de saúde, também através de Emenda Parlamentar,  
de quatrocentos mil reais, teve pré-aprovação e agora está em análise o projeto. Ou  
seja, algumas justiça a gente **tem que** fazer. Existem deputados que estão  
trabalhando por Paranaguá. O Alex é um deles, o deputado Vanhoni, o deputado  
260 Gustavo Fruet, e isso, que eu acho, que nós vereadores, temos que passar para a  
população: quem, efetivamente, ajuda a cidade, independente de bandeira  
partidária. Eu acho que o interesse maior é a população, e não bandeira partidária  
ou discurso, discurso não atende a população, discurso é papo furado. Uma outra  
notícia, senhor Presidente, com relação ao SEBRAE, eu estive no SEBRAE em  
265 Curitiba, e para nossa satisfação, o SEBRAE reinicia seus trabalhos na próxima  
sexta-feira, com consultoria. E Paranaguá, ficou em dois mil e nove, a primeira  
colocada em consultorias para pequeno e micro empresários na região sul do  
Paraná, região que têm cidades como, Guarapuava, Ponta Grossa, Curitiba, os  
municípios da região metropolitana, Lapa, São Mateus do Sul. E o nosso pequeno e  
270 micro empresário está acreditando no projeto, se profissionalizando, e é assim que a  
gente tem que fazer, qualificar não só o trabalhador, de nada adianta qualificar o  
trabalhador se você não qualificar o pequeno e o micro, porque, trabalhador sem  
empresário, sem pequeno e micro, que gera emprego, não vai a lugar nenhum, só  
gera desemprego. Então, senhor Presidente, algumas coisas estão acontecendo em  
275 Paranaguá, mudanças estão ocorrendo, e o mais prazeroso em ver, é que esta Casa  
está participando, com atitudes igual do vereador Edu ontem, meus parabéns Edu,  
pela supremacia de cores partidárias.” Eduardo Francisco Costa de Oliveira – aparte  
- “Obrigado pelo aparte vereador. Aproveitando o gancho que Vossa Excelência fala  
sobre o SEBRAE, eu gostaria de fazer também um registro com relação ao  
280 emprenho do SENAC para a nossa cidade, haja vista a disposição do Presidente da  
FECOMÉRCIO, Darci Piana, na liberação, que é uma reivindicação, eu fiquei  
sabendo, da Prefeitura, há um bom tempo, foi reforçado por este vereador junto ao  
Presidente, e, estamos sendo atendidos. Quando eu comento, estamos sendo  
atendidos, a cidade de Paranaguá está sendo atendida. O sistema FECOMÉRCIO  
285 está disponibilizando uma carreta que ficará por três meses em nossa cidade,  
fazendo justamente o que Vossa Excelência elencou, educando, dando  
ensinamento, profissionalizando os nossos funcionários. Essa contrapartida,  
funcionários na área de gastronomia, na área de turismo, e esses funcionários terão,  
logicamente, uma cumplicidade junto a esse trabalho que o SEBRAE faz de  
290 consultoria, viabilizando, disponibilizando, para que empresas venham, se instalem,  
e não fechem, como, infelizmente, ocorre um grande índice no país, a durabilidade,  
as empresas se iniciam, mas, infelizmente, não têm aquele *now-how* de como dar  
continuidade no seu projeto e fecham. Então, a importância do SEBRAE, a  
importância do SENAC, e isso quem ganha, logicamente, é a cidade de Paranaguá.  
295 Fico muito contente porque estamos fazendo a nossa parte.” CARLOS ROBERTO  
FRÍSOLI – “Com certeza senhor vereador, se nós todos unirmos forças nós teremos  
uma Paranaguá melhor. Discurso não leva a nada, o que leva é atitude, são todos  
os vereadores, todas as autoridades do município remando para o mesmo lugar, aí

300 nós vamos chegar em algum porto seguro. Muito obrigado, era o que eu tinha  
 senhor Presidente.”Não **havendo** mais oradores inscritos, o Senhor Presidente  
 passou aos procedimentos da ORDEM DO DIA – Em discussão a Redação Final do  
 Projeto de Lei nº 3716/09, que: “Autoriza o Executivo a aumentar para 30% (trinta  
 305 por cento) o número de bancos exclusivos, para idosos nos ônibus do transporte  
 coletivo urbano no Município de Paranaguá”. Submetido a votação, obteve-se o  
 seguinte resultado: Dez votos a favor; Nenhum voto contrário; Aprovada a Redação  
 Final. Encontra-se sobre a Mesa o Requerimento do vereador Benedito Nagel que:  
 “No uso de suas atribuições regimentais, requer, com base no art. 108, parágrafo 3º,  
 inciso XV do Regimento Interno, “VOTO DE LOUVOR” ao senhor Ezequias da  
 310 Rocha, pela comemoração de seus 40 anos de vida, onde este reuniu amigos e  
 familiares e juntos relembrou a trajetória de luta, superação e muito sucesso deste  
 paranguara de coração. Requer ainda o vereador supra mencionado que cópia  
 deste requerimento seja enviada ao homenageado.”Em discussão. Submetido a  
 votação, obteve-se o seguinte resultado: Dez votos a favor; Nenhum voto contrário;  
 315 Aprovado. **Não havendo** mais matéria a ser discutida na Ordem do Dia, o Senhor  
 Presidente passou ao DESPACHO DA PRESIDÊNCIA – Pelo Senhor Presidente  
 foram despachados favoravelmente todos os requerimentos apresentados pelos  
 Senhores Vereadores. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos  
 e declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima para o dia 25 de  
 320 fevereiro (vinte e cinco, quinta-feira) à hora regimental. Para constar eu  
 \_\_\_\_\_lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme vai  
 devidamente assinada pelo Senhor Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.  
 \*\*\*\*\*

ANTONIO RICARDO DOS SANTOS

PRESIDENTE

325

BENEDITO NAGEL  
 FILHO  
 1º SECRETÁRIO

JOÃO MENDES  
 2º SECRETÁRIO

330

<b>Doc:</b> 7
<b>Tipologia:</b> Ata.
<b>Datação:</b> 25 de fevereiro de 2010

5 ATA DA AUDIENCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA  
CÂMARA MUNICIPAL, ONDE O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA EM  
CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º PARÁGRAFO 4º DA LEI  
COMPLEMENTAR 101/2000 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL) FARÁ A  
DEMOSNTRAÇÃO E AVALIARÁ O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO  
10 PODER LEGISLATIVO RELATIVAS AO 3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA  
EM 25 DE FEVEREIRO DE 2010.

PRESIDÊNCIA: JOÃO

MENDES FILHO

15 Declaro aberta esta audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento da  
Câmara Municipal de Paranaguá, que **tem por** fim ouvir da Senhora  
Superintendente de Finanças da Câmara Municipal, a avaliação das metas fiscais do  
Poder Legislativo referente ao 3º quadrimestre de 2009, conforme preceitua o  
parágrafo 4º, do artigo 9º da Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade  
20 Fiscal e edital 02/10 da Comissão de Finanças e Orçamento, publicado na Folha do  
Litoral do dia 24 de fevereiro de 2010. Convido a Senhora Superintendente de  
Finanças da Câmara Municipal Dulce Mara Nunhez Dias para tomar assento à  
mesa. Concedo a palavra à Senhora Superintendente. Finda as considerações da  
Senhora Superintendente, a palavra estará aberta aos Senhores Vereadores para  
suas perguntas. DULCE MARA NUNHEZ DIAS –

25 \*\*\*\*\*

RESUMO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA  
\*\*\*\*\*

30	<input type="checkbox"/> Orçamento Total	R\$
	9.532.100,00	
	<input type="checkbox"/> (-) Inativos	R\$
	1.281.052,89	
	<input type="checkbox"/> (-) Despesas Correntes Empenhadas	R\$
	6.907.460,95	
	<input type="checkbox"/> (-) Despesas de Capital Empenhadas	<u>R\$</u>
35	<u>211.198,50</u>	
	<input type="checkbox"/> (=) Saldo Devolvido	R\$
	1.132.387,66	

RESUMO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR  
CONTAS\*\*\*\*\*

Resumo por Contas	Orçamento Corrigido	Empenhado no Ano	Saldo
Vencimentos e Vantagens Fixas	4.700.000,00	4.648.722,38	51.277,62
Obrigações Patronais – INSS	1.120.000,00	1.064.077,94	55.922,06
Obrigações Patronais – RPPS	180.000,00	116.338,63	63.661,67

Diárias	80.000,00	9.700,00	70.300,00
Material de Consumo	305.000,00	273.449,60	31.550,40
Passagens e Locomoção	40.000,00	4.726,48	35.273,52
Outros Serviços Terceiros – P. Física	20.000,00	7.540,00	12.460,00
Outros Serviços Terceiros – P. Jurídica	1.100.000,00	778.544,44	321.455,56
Equipamentos e Material Permanente	250.000,00	211.198,50	38.801,50

40 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DE DESPESA COM PESSOAL  
\*\*\*\*\*

Receita Corrente Líquida - Acumulada nos Últimos 12 meses: R\$  
157.271.710,92

45 Gasto com Pessoal - Acumulado Últimos 12 meses R\$  
5.833.500,43

Percentual Gasto  
3,71%

Limite Máximo  
6,00%

50 PROCESSOS LICITATÓRIOS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2009  
\*\*\*\*\*

Modalidade: Convite nº 008/2009: Abertura: 06/11/2009; Objeto: Criação, Desenvolvimento e Manutenção da Página da Câmara; Dotação: 3.3.90.39; Contratada(s): CYBER SUL INFORMÁTICA LTDA; Contrato:. 013/2009; Preço: R\$ 46.700,00(Quarenta e seis mil Cento e setecentos reais); Empenho: 426/2009.

55 Modalidade: Convite nº 009/2009: Abertura: 28/10/2009; Objeto: Aquisição de cartuchos originais e compatíveis de tonner e a Jato de tinta para um período de 6 meses; Dotação: 3.3.90.30; Contratada: T.F.BERTOLUCCI VILLAS BOAS & CIA LTDA; Contrato:. 012/2009; Preço: R\$ 27.237,11(Vinte e sete Mil duzentos e trinta e sete reais e onze centavos); Empenho: 420/2009. PROCESSOS LICITATÓRIOS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2009 \*\*\*\*\*

60 Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2009: Abertura: 10/08/2009; Objeto: Aquisição de Uniformes de trabalho para os servidores efetivos da Câmara Municipal de Paranaguá; Dotação: 3.3.90.30; Contratada: LEKALI CONFECÇÕES LTDA; Contrato:.011/2009; Preço: R\$ 18.476,00 (Dezoito Mil, Quatrocentos e setenta e seis Reais); Empenho: 408/2009.

65 SALDO FINANCEIRO: Saldo bancário no dia 31/12/2009 – R\$ 79.792,79.  
PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS - Todos os Relatórios oficiais da Câmara relativos ao 3º quadrimestre de 2009 foram publicados nos jornais locais, de acordo com a Lei Complementar 101/200 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Todos os Relatórios, bem como os empenhos do ano encontram-se no site da Câmara Municipal. \*\*\*\*\*

70 PRESIDÊNCIA – “Não **havendo** perguntas dos vereadores, os munícipes presentes poderão fazer suas perguntas. Não **havendo** perguntas, e nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença da Superintendente Dulce e declaro encerrada a

75 Audiência Pública da Comissão de Finanças e Orçamento. Para constar eu  
\_\_\_\_\_lavrei a presente Ata que lida e achada conforme  
vai devidamente assinada pelo senhor Presidente da Comissão de Finanças e  
Orçamento.\*\*\*\*\*

JOÃO MENDES FILHO

80 PRESIDENTE

<b>Doc:</b> 9
<b>Tipologia:</b> Ata.
<b>Datação:</b> 25 de fevereiro de 2010

5 ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2010.

PRESIDÊNCIA: ANTONIO RICARDO DOS SANTOS

10 SECRETARIAS: BENEDITO NAGEL  
JOÃO MENDES

FILHO

15 Às dezenove horas é registrada a presença dos Senhores Vereadores Antonio Ricardo dos Santos, Benedito Nagel, Carlos Roberto Frísoli, Edson Augusto da Silva Junior, Eduardo Francisco Costa de Oliveira, João Mendes Filho, José da Costa Leite Júnior, Jozias de Oliveira Ramos, Marcus Antonio Elias Roque, Rafael Guttierres Júnior e da Senhora Vereadora Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza. Havendo número legal dos Senhores Vereadores, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão e solicitou ao Senhor Primeiro Secretário que lesse um

20 texto da Bíblia, sendo lido: Livro dos Salmos – Capítulo 119 – Versículo 41 ao 47 – “Venham sobre mim também as tuas misericórdias, ó Senhor, e a tua salvação segundo a tua palavra. Assim terei que responder ao que me afronta, pois confio na tua palavra. E não tires totalmente a palavra de verdade da minha boca, pois tenho esperado nos teus juízos. Assim observarei de continuo a tua lei para sempre e eternamente. E andarei em liberdade; pois busco os teus preceitos. Também falarei dos teus testemunhos perante os reis, e não me envergonharei. E recrear-me-ei em teus mandamentos, que tenho amado.” Em continuação, colocou em discussão a Ata do dia 18 de fevereiro de 2010. De acordo com o parágrafo 2º, artigo 144 do

25 Regimento Interno, a Ata foi aprovada. O Senhor Primeiro Secretário procedeu à leitura dos seguintes expedientes: CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL - SEMDEF: “Venho mui respeitosamente convidar Vossa Senhoria, em nome do Secretário, Cleodnor da Costa, para participar da 1ª Festa da Secretaria Municipal de Defesa Social – Semdef, que será realizada no dia 27 de fevereiro de 2010, às 12 horas, na Chácara Santa Clara. Att.” Assinado por Ligia Regina de Campos. RESUMO DAS INDICAÇÕES: Do vereador Marcus Antonio Elias Roque ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nº 289, 290 e 291/10, com as seguintes solicitações: operação tapa buracos na Rua 2, Vila Garcia; operação tapa buracos na Rua 4, Vila Garcia; sinalização de solo próximo aos radares na Avenida

35 Bento Munhoz da Rocha Neto. Do vereador João Mendes Filho ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nº 292, 293 e 299/10, com as seguintes solicitações: afastamento e melhorias na iluminação pública da Rua Antonio Carlos Rodrigues; nomear a atual Rua 28 para Avenida José Vicente Elias; operação tapa buracos na Estrada Velha dos Correias. Do vereador Edson Augusto da Silva Júnior ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrado no

40 protocolo nº 294/10, com a seguinte solicitação: operação tapa buracos na Rua Tupiniquins, Vila Guarani. Do vereador Rafael Guttierres Júnior ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrado no protocolo nº 296/10, com a seguinte solicitação: pavimentação na Rua Gilberto Guttierrez, Porto dos Padres. Do vereador

45 Benedito Nagel ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos

50

protocolos nº 305, 306, 307, 308, 309, 310 e 312/10, com as seguintes solicitações: operação tapa buracos na Rua Tabajara, Vila Guarani; operação tapa buracos na Rua Tupinambá, Vila Guarani; operação tapa buracos na Rua Tamoio, Vila Guarani; operação tapa buracos na Rua Alberto Gomes Veiga, Jardim Eldorado; conclusão da rede de drenagem na Rua Bela Vista, Jardim Ouro Fino; pavimentação asfáltica na Rua Aurélio Romualdo Moro, Vale do Sol; serviços de infra-estrutura na Rua Lucinda Rodrigues, Labra. Do vereador Benedito Nagel à Companhia Paranaense de Energia, registrados nos protocolos nº 311 e 313/10, com as seguintes solicitações: instalação de rede de energia elétrica na Rua Júlio Groth Elias Filho, Vale do Sol; instalação de rede de energia elétrica na Rua Willy Hauer, Vale do Sol. Do vereador Jozias de Oliveira Ramos ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nº 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325 e 326/10, com as seguintes solicitações: alteração de localização do ponto final do ônibus da Vila Garcia; material e patrolamento na Rua do Café, Jardim Paraná; material e patrolamento na Rua José Bonifácio, Jardim Paraná; material e patrolamento na Rua 2, Vila Garcia; material e patrolamento na Rua 3, Vila Garcia; material e patrolamento na Rua 4, Vila Garcia; material e patrolamento na Rua 5, Vila Garcia; material e patrolamento na Rua 1, Vila Garcia; material e patrolamento no Parque Agari; material e patrolamento na Labra; operação tapa buracos na Rua das Rosas, Conjunto Nilson Neves; limpeza no bairro Serraria do Rocha. Em continuação a hora do expediente, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos oradores inscritos em PLENÁRIO: EDUARDO FRANCISCO COSTA DE OLIVEIRA – “Senhor Presidente, colegas vereadores, população, imprensa. Como é de conhecimento público, foi veiculado, nas últimas semanas, a notícia do fechamento do Posto da Polícia Rodoviária em Alexandra, e, diante desta situação, houve uma mobilização de muita gente, e, tomamos, este vereador, o vereador Frísoli, tomamos a iniciativa de irmos até a capital do Estado discutir com o departamento competente. Fazer um registro da importância, também, do deputado Alex Canziani que nos acompanhou e da senhora Sueli Cooper de Carvalho, a presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Paranaguá. Fomos recepcionados pela Superintendente da Polícia Rodoviária, senhora Maria Alice e outros membros também da Polícia Rodoviária, com relação, logicamente, para discutir, entre outros assuntos, mas o empenhoso era a questão do fechamento do Posto Rodoviário de Alexandra. A Polícia Rodoviária Federal irá implantar um projeto denominado ‘Projeto Unidades de Auxílio ao Cidadão’ – UNACI, no qual prevê a desativação de postos na extensão da rodovia, e a implementação de unidades móveis nas mesmas. Os veículos, as viaturas estariam circulando, com um maior número de viaturas, estariam fazendo o patrulhamento das vias federais. Desta feita, a base operacional, uma das bases operacionais, que é em Alexandra, ela seria desativada e seria realocada para a unidade operacional no município de São José dos Pinhais, acredito que todos conhecem, um pouco antes do pedágio. O projeto, a iniciativa da Polícia Rodoviária, tem até lógica, mas, ao mesmo tempo, a discordância nossa e da população é com relação à cidade de Paranaguá. Paranaguá, infelizmente, só perde, só temos pontos negativos, principalmente na área de segurança, temos déficit na Polícia Civil, temos pouco pessoal na Polícia Militar, temos pouco pessoal na Polícia Federal, e agora, a Polícia Rodoviária Federal, que também trabalha com um quadro funcional já apertado, desativar o nosso Posto de Alexandra. O que isso acarreta? Mais insegurança. E nós discutimos, com a Superintendente, a questão da importância de Paranaguá, tem situações que ocorrem em Paranaguá que não acontecem em nenhuma cidade do Paraná. Qual é a cidade do Paraná que adentra,

quatro, cinco mil, caminhões por dia? Qual cidade que **tem** o Porto? Então, Paranaguá é uma cidade atípica, merece respeito. E esse projeto, por mais que seja benéfico, que **tenha** boas intenções, como nós discutimos com a Superintendente, nós gostaríamos que fosse implantado o projeto e que permanecesse o Posto da Polícia Rodoviária ativo também. A questão de prostituição infantil, a questão de roubos de veículos, a questão do fluxo intenso de caminhão, são 'n' fatores que devem ser levados em conta não somente no papel, mas, verificando a importância da cidade de Paranaguá. Nós discutimos também, outras situações relevantes à nossa cidade, por exemplo, com relação ao trecho da Avenida Ayrton Senna e Avenida Bento Rocha, a Bento Rocha é aquela avenida, aquela via, 'chiqueirão' sentido Porto, que o Superintendente da APPA esteve em nossa Casa e disse que em quatro meses estaria arrumada, já se passaram mais de seis meses, e nada foi feito. Minto, gostaria de retificar. Foi feito. Os buracos, as crateras, aumentaram. Foram discutidas também, as questões do sentido das conservações das vias, sinalização e a falta de iluminação, fatores, logicamente, que trazem perigo constante a quem utiliza essas vias. E nessa conversa com a Superintendente e com a sua equipe, ficou acordado que até o final da safra de dois mil e dez, o Posto de Alexandra não será desativado, esse foi um compromisso assumido com a Superintendente e com o vereador Frísoli, vereador Edu, deputado federal Alex Canziani e com a presidente do Conselho de Segurança, Sueli. Que aguardaria até o final, para daí, sim, começarmos a rever, a discutir este assunto. Eu acredito, que a princípio, ficou de bom tamanho esta discussão, **haja vista**, que nós não perderemos um importante meio de segurança, principalmente num período que antecede a safra, que será, como é comentado, será novamente recorde, e se será uma safra recorde, precisamos também de segurança à altura." José da Costa Leite Junior – aparte – "Obrigado pelo aparte vereador Edu. Eu quero, neste momento, parabenizar Vossa Excelência, o vereador Frísoli, pela iniciativa importante de ir até a capital do Estado, procurar uma liderança forte como é o deputado federal Alex Canziani, que a gente sabe o trabalho que ele vem fazendo em várias cidades do Paraná e Paranaguá não está fora do contexto do deputado federal Alex Canziani. E, louvar esta atitude mais uma vez. Agora, do jeito que Vossa Excelência falou que até a safra ela fez o compromisso, ela assumiu um compromisso com Vossas Excelências, que não irá fechar, mas a gente precisa voltar a conversar sobre este assunto, porque Paranaguá não merece ficar sem segurança desde a entrada da cidade. Então, isso tem que ser revisto, essa posição da Polícia Rodoviária Federal tem que ser revista, porque a entrada da cidade é por onde entra e sai todas as pessoas que chegam à Paranaguá, e, se não **tiver** o mínimo de segurança ali, que eu acredito que a Polícia Rodoviária Federal impõe um respeito grande na entrada da cidade, se fechar, a cidade vai ficar à mercê de pessoas maldosas, que podem vir querer a aprontar em Paranaguá, seja caminhoneiro, seja assaltante de banco, etc e tal. Então, tem que ser revisto, mas fico contente que a princípio foi resolvido e que enquanto a safra estiver aí, vai estar o Posto ativo, lá na entrada da cidade. Quero, também, quando Vossa Excelência fala que o Superintendente do Porto, esteve aqui na nossa Casa, que é a Casa de todos os paranguaras, falando que nos próximos dias iria providenciar a recuperação das vias de acesso, uma mentira que ficou comprovada, Vossa Excelência estava aqui, todos os vereadores, várias pessoas da nossa comunidade, eu acredito que esse compromisso feito lá em Curitiba, não seja mais uma história, porque a gente está cansado dessas pessoas sem comprometimento com Paranaguá. Mas como Vossa Excelência falou com a Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, eu acredito que venha a ser revisto

esse posicionamento da Polícia Rodoviária, porque de histórias a gente já está cansado, não é vereador? Então a gente precisa de pessoas com mais responsabilidade com a nossa comunidade.” EDUARDO FRANCISCO COSTA DE OLIVEIRA – “Realmente, vereador, de histórias, de promessas, nós estamos  
155 cansados. A população já não aguenta mais. Também deixar registrado senhor Presidente, que o grupo que esteve na capital, vereador Junior Leite, nós não somos contra, de forma nenhuma, a implantação desse projeto, mas, nós somos a favor da manutenção do Posto de Alexandra e a favor, também, do projeto. Nós queremos o Posto ativo, que continue com os guardas, continue com a viatura, e que **tenha** mais  
160 viaturas fazendo a ronda, como a implantação desse projeto. Senhor Presidente, para encerrar, só deixar outro registro, a cidade a cada chuva que ocorre, a população de Paranaguá, chora! Principalmente os mais pobres. As enchentes, as inundações, a cada chuva, os moradores, principalmente dos bairros mais longínquos, mais pobres, mais humildes, choram! Choram pela sua saúde, choram  
165 pela perda de bens materiais e choram pela inércia da Administração Pública. Obrigado, senhor Presidente.” MARCUS ANTONIO ELIAS ROQUE – “Senhores vereadores, senhora vereadora, população presente, imprensa. Vou pegar um ‘gancho’ no pronunciamento do vereador Edu, sobre segurança, e falar um pouco da segurança de Paranaguá, dos módulos policiais da Guarda Municipal de Paranaguá.  
170 E um deles é o módulo do Jardim Eldorado, módulo este, que há pouco tempo foi inaugurado, foi reformado, ele e tantos outros em Paranaguá foram reformados, banda de música, foto no jornal, e hoje, este módulo, este específico, do Jardim Eldorado, está servindo de motel, drogados também ali, onde temos, naquela região, dois colégios. Muitas vezes a Polícia Militar não pode estar em todos os locais de  
175 Paranaguá, era essencial o funcionamento deste módulo. Então está aí a reclamação dos moradores, este módulo, como já falei, foi reformado há uns oito meses atrás e até hoje nada! Dinheiro jogado fora. Nem viatura! Um dia desses parei para falar com um rapaz da Guarda Municipal e ele falou: ‘Não posso desligar o motor senão não pega mais...’ Então está assim, a Guarda está toda desestruturada.  
180 Outro assunto é sobre os radares que estão sendo colocados, colocaram uma ‘plaquinha’, eu sei que ainda não está funcionando mas, devia **ter** uma sinalização melhor, porque muitas vezes a pessoa está passando pelo local, a cinquenta, sessenta quilômetros ali, e esquece. Mas não sei se isso já é para que faça ‘multinha’, porque essa empresa ela racha, a Prefeitura e a empresa têm parte,  
185 quanto mais multar, a empresa ganha e a Prefeitura também ganha. A lombada, uma é trinta quilômetros por hora e a outra quarenta. Trinta quilômetros, aquela via lá, inclusive tem, na lombada, no ‘pardal’, tem buraco que o ‘cara’ não consegue nem passar a trinta, está passando ‘devagarzinho’ porque tem um buraco enorme nessa lombada, então não sei porque uma é trinta e outra é quarenta, pode até  
190 causar algum acidente. Outro assunto é que hoje me ligaram falando sobre o posto de saúde de Alexandra, que há um mês está sem médico, e volta e meia está sem água também, então, o povo de Alexandra também está abandonado com a Saúde. E o meu assunto principal, é que eu achei interessante o fato de **terem mencionado**, na sessão desta Casa, que quem faz discurso não trabalha.  
195 Sinceramente não entendo a relação entre estas duas coisas, ou como elas são excludentes. Trabalho e trabalho muito em prol da população, não faço o meu trabalho em forma de *lobby* para ganhar ‘algum’, não recebo nada de ninguém para me calar, digo o que tenho que dizer doa a quem doer, não **tenho** medo, não sou laçao de ninguém, continuo fazendo os meus discursos, pois, tenho a plena  
200 convicção que os meus discursos dão voz a grande parte da população, população

esta que não tem oportunidade de falar e ser ouvida, então uso este Plenário em nome da população que espera de mim atitude. A palavra é um dos limitadores do homem, tirar a palavra do cidadão é tirar-lhe o direito sagrado e constitucional de livre expressão. Muitos que se dizem representantes do povo, habilmente, deixam o

205 povo amordaçado enquanto se elegem em nome do povo, mas exercem mandatos para resolver questões pessoais de empresas que financiaram a sua campanha. Faço discurso sim, porque o meu discurso tenta abrir os olhos do Prefeito para que ele **tenha** atitude, coisa que alguns vereadores, que são da base do Prefeito e são patronais, que não sabem o que é ficar doente e depender da saúde pública,

210 depender, muitas vezes, de uma cesta básica para sobreviver e sofrer com a falta de políticas públicas e de desenvolvimento humano. Eu sei que a verdade dói. Até não dormem de vez em quando...E alguns deles querem me ver calado, mas isso não vai acontecer, vão ter que me engolir! Era só, senhor Presidente.”JOSÉ DA COSTA LEITE JUNIOR – “Senhor Presidente, meus companheiros vereadores, população

215 que se encontra na Casa, imprensa. Quero falar, a princípio, senhor Presidente, da fiscalização que está ocorrendo a partir de poucos dias, lá na Avenida Atílio Fontana. Fiscalização esta que eu digo, é a sinalização que foi colocada pela Guarda Municipal, pelo DEMUTRAN, e a fiscalização com guardas lá, para que evitem a falta de educação de alguns motoristas, principalmente, aqueles que saem

220 dos postos de gasolina, eles trancam a rua e ninguém passa. Então, eu acho que foi ontem que começou essa fiscalização e o tráfego começou a fluir muito bem ali. Mas quero também deixar aqui nesta Tribuna, neste Plenário, uma reivindicação ao Secretário de Defesa Social, que é o Pastor Cleodonor, nosso amigo, ex-companheiro de Câmara, para que dê essa atribuição ao DEMUTRAN, para que faça a mesma fiscalização no Jardim Araçá, na rua Mário Gonçalves dos Santos,

225 que ali, quando pára caminhão, pára quatro, dois de cada lado, ninguém passa! E os moradores vieram me procurar, pedir para que eu fizesse alguma reivindicação ao departamento competente para que fizesse a mesma fiscalização naquela via, que também não é menos importante que a Atílio Fontana. Então, está registrado, gostaria que o Secretário olhasse com carinho este pedido, que não é meu, é daquela comunidade que está sofrendo com este problema. Meu segundo assunto, senhor Presidente, é com relação a empresa Águas de Paranaguá, esta empresa que, desde mil novecentos e noventa e sete, eu acredito, ela está instalada na cidade, e resolveu um grande problema que foi o problema da falta de água, não

235 porque eles estão fazendo algum favor, eles estão fazendo e a população está pagando, agora, muitos aqui leram a Folha do Litoral de hoje, que diz a matéria assim: ‘Multitrans recupera o trecho na Avenida Tufi Maron.’ A empresa Multitrans, ela está fazendo, eu também não canso em falar, que ela também não está fazendo nenhum favor em arrumar aquele trecho ali próximo a empresa deles, até porque,

240 foram eles que fizeram e eles usam muito com o tráfego pesado ali também, agora, esses buracos que eles estão falando aqui na matéria, vereador Rafael, não foram só eles que fizeram, a frota de caminhões pode ter aumentado, agora, alguns desses buracos feitos ali na Tufi Maron, quem fez foi a empresa Águas de Paranaguá para cortar a água de alguém, e cortou e não refez o pavimento asfáltico.

245 Então aqui vai ficar o meu registro, o meu descontentamento com esta empresa, que venha rever o setor operacional e venha rever essa questão de refazer o estrago que eles têm feito nas calçadas e nas ruas de Paranaguá. Paranaguá tem um problema natural de buracos já, de veículos, de caminhões, de tráfego intenso, e mais a empresa Águas de Paranaguá fazendo buracos e não arrumando! Isso eu

250 não concordo e sempre que eu puder, eu vou vir falar, porque é inadmissível ela

cobrar um 'dinheirão' de água, em alguns lugares, esgoto, e fazer buraco e não arrumar. Aqui no Centro, na rua XV de Novembro, que a calçada já é estreita, próximo à farmácia Nissei que existe ali, um 'baita' de um buraco na calçada, feito pela Águas de Paranaguá para cortar a água, e não consertou. Então isso tem que

255 acabar, os casos que chegam até mim, eu venho e falo. E as pessoas que não vêm falar pra gente? Que eu sei que são muitas, que ficam com buracos na frente de suas casas, na frente de suas calçadas. Então vou procurar mandar uma indicação para a empresa e para a fiscalizadora da empresa, que é a CAGEPAR, para que reveja este assunto. No bairro Morro da Cocada, lá no Santa Cecília, no Porto dos

260 Padres, no Beira Rio, têm vários becos pavimentados de lajotas, também parece um bombardeio, a Águas de Paranaguá vai cortar a água, corta e não refaz o rejunte da lajota, aquilo ali o quê acontece? Só vai aumentando o buraco. Então isso vai ficar registrado aqui, vou procurar entrar em contato com a empresa para que reveja esta situação operacional e resolva todos esses problemas que afligem a população. Isto

265 não é justo." Eduardo Francisco Costa de Oliveira – aparte - "Obrigado pela palavra vereador. Vossa Excelência fala da situação de água, de esgoto em nossa cidade, como eu **havia comentado** em meu pronunciamento, a tristeza que dá com as fortes chuvas que têm assolado nossa cidade, principalmente na região onde eu moro, na rua Sargento Ismael Ferreira da Silva, na rua Frei José Thomaz, na rua

270 Odilon Mader onde foi começado um trabalho de manilhamento pela Prefeitura, não foi concluído, não foi pavimentado, e a população está sofrendo. Tudo isso, toda esta situação, esta tristeza. A Bento Rocha, ontem, estava intransitável, toda a água da Bento Rocha está escoando para a parte mais baixa da cidade, que, infelizmente, é a região onde moro. O pátio da Escola Randolfo Arzua, ontem, parecia uma

275 piscina. E a gente não vê uma mobilização, um trabalho em conjunto, não vê nada de benefício para a população com relação a amenizar esta situação, e todos nós sabemos que a Águas de Paranaguá, devido a um contrato, bem firmado, bem amarrado, tem a prerrogativa de utilizar a canalização, manilhamento das águas pluviais, para o escoamento do esgoto. E a gente não vê nenhuma ampliação de

280 rede, a gente não vê nenhuma limpeza de manilhamento, instalação de novas bocas-de-lobo, não vê nada! Infelizmente, o que a gente vê, é a tristeza da população quando chove, perdendo os seus bens, perdendo os seus móveis, veículos, prejuízos com veículos, e, há algum tempo atrás, a perda de vida humana, decorrente do quê? Decorrente das fortes chuvas que trazem doenças para nossa

285 cidade. Comungo e apoio o seu levante e digo que a população, com relação à Águas de Paranaguá, com relação à este item, principalmente o preço exorbitante que é cobrado do esgoto, se manifesta diariamente, vereador." JOSÉ DA COSTA LEITE JUNIOR – "Para encerrar, senhor Presidente, quero dizer que vou entrar em contato com a empresa porque ela cobra e não cobra barato, e deixa o buraco lá

290 para a população que se vire. Então isso aí tem que acabar, no que depender de mim eu vou procurar a empresa até eles resolverem esta situação." ANTONIO RICARDO DOS SANTOS – "Boa noite senhor Presidente, senhores vereadores, nossa vereadora, população presente, população, também, que nos assiste pela internet, embora esteja em teste, mas, já temos tido bastante acesso com relação à

295 internet, nesse momento novo. Como primeiro assunto, senhor Presidente, foi falado das chuvas, muita chuva, acho que ontem à noite passou da conta, uma coisa que ninguém espera, e, a cidade toda prejudicada, e eu queria, em especial, pedir à Prefeitura Municipal, eu já **havia falado** de algumas questões, da ponte da Colônia Maria Luiza, vereador Jozias conhece bem, que as cabeceiras foram feitas de bloco

300 de concreto, que não iria agüentar na próxima chuva, mas, o ex-secretário, Juliano

Elias, que era o 'bom da boca' de Miami, não sei de onde...E ele fez de bloco de concreto. O que aconteceu? Caiu. Mas, independente disso, dizer que, o que foi feito de estrago nas colônias, seja na Maria Luiza, na Pereira, na Quintilha, foi uma coisa assim, muito feia! E que a gente precisa, os vereadores e a Prefeitura, de uma  
305 forma geral, pelo menos, dar uma luz a essas pessoas. A ponte da Maria Luiza, da Santa Cruz, da Pereira, do Rio das Pombas, do Rio Branquinho, todas estão com problemas. Do Rio Branquinho, também, a cabeceira caiu, um lado da cabeceira, e vai ter que ser um trabalho rápido, porque têm muitas famílias que não vão conseguir sair dos lugares que têm. Então fica aqui o meu apelo para que a  
310 Prefeitura ajude àquelas comunidades, para que eles possam estar aptos, até as crianças na escola agora, e tudo mais, vai ter problema..."Eduardo Francisco Costa de Oliveira – aparte – "Obrigado vereador pelo aparte. Eu levantei o assunto da Colônia Santa Cruz, há algumas sessões atrás, e, esta semana, eu entrei em contato com o DER na capital do Estado, e tive uma grata surpresa. As vigas para  
315 conclusão da ponte da Colônia Santa Cruz, já estão prontas, vereador. Estão prontas, são oito vigas de quinze metros, mais alguns complementos que, através de um convênio, Governo do Estado e Município, estão à disposição do Município de Paranaguá, o ano de dois mil e nove inteiro, vereador! E não foi podido ser entregue este material para conclusão da ponte, porque a Prefeitura Municipal não  
320 apresentou a certidão do Tribunal de Contas, certidão negativa municipal, é esse o documento que está faltando há um ano, desde dezembro de dois mil e oito, segundo o diretor do DER, esse material está pronto, as oito vigas estão prontas, porque foi solicitado em caráter de urgência, o pedido foi de urgência, mas para buscar, para retirar, a passo de tartaruga. E como a gente sabe que as colônias são  
325 relegadas à segundo, terceiro plano, acho que vão continuar mais um tempo, porque é inadmissível a situação se agravar, a Administração Pública saber que o material está pronto, secretário saber que estava pronto, e não busca mecanismos para atenuar um problema tão sério como é o dos nossos irmãos das colônias."  
ANTONIO RICARDO DOS SANTOS – "Então vou dizer uma coisa para Vossa  
330 Excelência, vereador, o Estado finge que faz e a gente tem que fingir que acredita. Quando estive em Foz do Iguaçu, quando eu era vice-prefeito ainda, é um programa que tem para que seja ajudado na recuperação das estradas vicinais, através do DER, que é um departamento que tem lá. Nesta questão da Colônia Santa Cruz, eles deram o projeto, aprovaram, só que daí, Vossa Excelência sabe, porque estive  
335 lá no outro dia, isso já falei aqui na Câmara há quase um ano atrás, foi feita uma ponte paralela, o vizinho cedeu, um 'quebra-galho', vereador Jozias usa aquilo lá, provisório, e daí sabe o que aconteceu? A própria Força Verde, com o IAP, foi lá e multou. Daí sabe o que o vizinho fez? Trancou a porteira. E daí ficou com problema a ponte que estava para ser feita, que o IAP não liberava mais, porque tem uma  
340 autuação para o vizinho e para o Município, e está nessa 'lenga-lenga' até hoje. Ate porque, a certidão negativa do Tribunal de Contas, na metade do ano tinha, porque nós recebemos convênio do Governo Federal, do próprio Governo do Estado, através da Secretaria de Assistência Social, e como é que não veio do DER? Então eu sempre digo assim, o DER e o Governo do Estado, é igual a trincheira nossa, é  
345 igual a questão da Martini Meat, do contorno, quanto tempo nós estamos indo lá, Pereira? Um ano e meio. E eles ficam nessa 'lenga-lenga'. Já falamos com o Alexandre Curi, já teve uma reunião, já tiveram outros deputados, teve o Nelson Canan conosco lá, eu já fui em quatro ou cinco, na última eu não quis ir, porque é uma vergonha! Eu não sou palhaço de ninguém. Para quê? Para vir dizer agora, que  
350 na época de eleição, todo mundo é bonzinho. Agora vai sair a trincheira. Vai sair a

trincheira porque vai ter co-participação das empresas, que é uma grande mentira. Qual é o problema? O vereador Rafinha sabe bem, o problema maior era ceder o espaço do terreno do Doutor Renato Veiga, da família Veiga. A primeira coisa que a gente conseguiu foi isso! Resolveram aquele problema. Geraram um outro problema, que a Prefeitura não tinha como indenizar o Renato, ele cedeu o terreno. Não foi verdade, vereador Rafinha? Cedeu o terreno para que fosse usado para fazer a rotatória. Então, o Governo do Estado é mentiroso! O DER nos atrapalha um monte! E ficam sempre dando uma desculpa para botar as coisas nas costas dos outros.”

355 Carlos Roberto Frísoli – aparte – “Com o que Vossa Excelência coloca, agora as pontes não vieram ainda? As vigas? Porque cidades acima de cinquenta mil habitantes só com autorização do Governador, especifica. Essa foi criada agora, mas é o mesmo governo, a gente tem que lembrar, do mentiroso que veio aqui falar que iria recuperar o pavimento, do concreto. Eu concordo com Vossa Excelência, e o povo tem que lembrar, o ‘Partido dos Mentirosos do Brasil’”

360 Eduardo Francisco Costa de Oliveira – aparte – “Eu estava estudando mais a fundo esta matéria, tanto é que não levantei no Plenário, porque eu tenho o nome das pessoas que eu consultei no DER, e o mesmo diretor, me informou que agora, recentemente, umas duas semanas atrás, o atual Secretário Geral, que está se empenhando, foram várias vezes lá, e conseguiu uma certidão provisória que vai até o dia vinte e oito, e eles estão correndo agora para conseguir validar e mandar esse material. Não vejo, neste caso, vereador, que estejam brincando conosco, neste caso em especial, agora, vou tomar mais conhecimento, não conversei com o Secretário ainda, mas, pelo que o diretor comentou, já o trâmite, para envio desse material, com o empenho, ele enfatizou, tem grande mérito o atual Secretário, que correu. Só com esse diretor foi falar três vezes, e conseguiu a certidão, tanto da Receita Federal como do Tribunal de Contas, e agora, parece, que vai ser liberado. Mas eu, como São Tomé, só acredito vendo, não levantei o assunto. Mas, particularmente, vejo que será atendido, mas a gente vai aguardar mais uns dias vereador.”

375 ANTONIO RICARDO DOS SANTOS – “Eu só discordo, na questão do Governo, porque eu não estava aqui, infelizmente, no dia em que veio o Rasca aqui na sessão, todo o convênio firmado com o Governo do Estado que precisava fazer, eles fizeram, então tinha que ter certidão para fazer isso, e foi repassado o dinheiro. Como é que só esse não foi? Porque a questão do DER, ela é complicada. Para você ter uma idéia, vereador, há nove anos atrás, quando entrei nesta Casa, eu fui buscar junto ao DER, porque eles não pagam conta, eles só cobram a conta, pagar eles não pagam. Quando eles fizeram a Alexandra-Matinhos, todas as pontes da estrada antiga, vereador Jozias conhece muito bem, tinham as ‘orelhas’, certo vereador? Para passar os caminhões pesados, as máquinas pesadas, tiveram que quebrar aquelas ‘orelhas’ porque elas passavam nas pontes. Até hoje nenhuma ‘orelha’ daquela foi colocada, nas paralelas, até hoje! Fomos lá, fizemos reunião...Não paga a conta! Para tudo isso eles ficam enrolando, sempre é assim. Então, a questão do DER, eu estou, sinceramente, eu não acredito mais nada. Daí é o Prefeito que não quer fazer, é o vereador que bateu em fulano de tal lá na Câmara, que reclamou...Tudo eles pagam uma conta! Até então, no outro dia, era conta para o Prefeito, depois passou a conta para o deputado Roque, porque não era mais base de apoio do Requião, e depois o quê? É sempre assim. Uma desculpa atrás da outra, quando querem fazer, eles fazem, eles dão um jeito e fazem, infelizmente, Paranaguá, nós, estamos relegados a nada. O segundo assunto, que eu queria falar, vereador, é sobre o que Vossa Excelência falou, na questão de que são contra o fechamento, eu sou contra o projeto que eles fizeram, sou contra sim! Porque antes de fazer projeto,

380  
385  
390  
395  
400

eles tinham que vir aqui, conversar com a comunidade, com as pessoas indicadas, e perguntar se podia fechar no projeto deles, o Posto da Alexandra. Não! Primeiro eles fazem o projeto, depois criam o problema, para depois dar problema para gente. Então eu sou contra o projeto deles, eles nunca vieram perguntar para nós como as coisas funcionam. Quer dizer, ficam falando tanto em uma super safra, com um monte de caminhões, trabalho para todo mundo, que está tendo trabalho em todo lugar, todo mundo vê que cresce a cada dia, falta de caminhão porque tem muito trabalho, então para nós isso é muito bom. Agora, quando eles vão fazer aquela logística: 'do finge que cuida e a gente finge que acredita...' Têm dias que eles ficam o dia inteiro na BR 277, que nem é deles mais, eu falei neste Plenário, um dia, você entra no site, é do Município, outro dia é do Governo Federal, e eles estão multando...Então eu contra o projeto! Paranaguá é a cidade que mais escoar grãos? É. Então tem que perguntar: 'Dá para fechar o Posto? Não vai ter problema para a comunidade?' Não...Ninguém dá bola! Eles fazem o projeto e depois você tem que ir lá, pegar o deputado, pegar o vereador, ir lá, pedir de joelhos para todo mundo, para mudar o negócio. Acho que isso é que está errado. Como é que o Posto, lá de São José dos Pinhais, eles não tiram? Não vão tirar nunca! Aumentaram, ampliaram, está pertinho da praça de pedágio, se você passar o pedágio e não pagar está preso. Aqui não. Você pode roubar um caminhão aqui, você vai entrar por São José, naquela vicinal antes do pedágio, e vai embora. Essa é a verdade. Então eu sou contra o fechamento do Posto e contra o projeto deles. Eu sou contra! Eles deviam primeiro perguntar para nós quem manda na cidade. Quem manda na cidade somos nós, os parnanguaras! E nós nunca somos respeitados nessas questões." Eduardo Francisco Costa de Oliveira – aparte – "Vereador, respeito sua opinião, agora, na minha ótica, vereador, o que está errado, infelizmente, e que não está dando resultado nenhum, é só a gente ficar debatendo aqui, porque o que nós temos que fazer, é como o vereador Frísoli teve a iniciativa, já ligou para o deputado que ele tem acesso, subimos à capital e vamos buscar o nosso espaço. Agora, o que não dá é pra ficar de braços cruzados e ficar só no discurso, aí não dá! Agora, temos que unir forças, e, infelizmente, a cidade não une forças, vereador." ANTONIO RICARDO DOS SANTOS – "Vereador, eu concordo com Vossa Excelência que tem que ir atrás, mas, o que eu não concordo, é deles fazerem as coisas antes, para você correr atrás depois. Nenhum de nós aqui foi respeitado antes, essa é a realidade, porque eles deviam respeitar a gente antes de fazer, chamar o vereador, chamar o Prefeito. Ou não tem Prefeito na cidade, não tem vereador? Tem autoridade na cidade, sim! Ou cada um entra aqui e faz o que quer? Não é assim. E nós somos apunhalados pelas costas sempre! Acabaram com o fundo de dragagem, acabaram e simplesmente passou a fazer parte da taxa do Porto, e acabou a dragagem! O que nós fizemos? Quatro anos apanhando naquele CAP. Quatro anos! E o que adiantou? Nada! Fomos à Brasília, discutimos, não adianta! Então nós não estamos sendo respeitados. Agora, quando se faz uma mobilização, as pessoas não ajudam, Vossa Excelência falou muito bem, desunem! Eu já nem sei quantos processos tem. Tem na Justiça Federal, tem na Civil, tem em tudo quanto é lugar. Mas eu não me arrependo, a minha parte eu fiz." Eduardo Francisco Costa de Oliveira – aparte – "Vereador, eu sempre falei, respeitando a opinião, como respeito a de todos, Vossa Excelência tem razão. Agora, infelizmente, Paranaguá, como a colônia para o Município, como Paranaguá para o Estado, está relegada ao esquecimento e as sobras. Agora, não tem como nós ficarmos esperando o respeito deles, porque não vai ter! Agora, se eles 'cutucaram' a gente, nós temos que ir em cima! E, felizmente, temporariamente, está dando resultado. Passando a safra, no desenvolver da safra,

quem sabe, podemos ir os onze vereadores até lá. Vamos ter que mostrar a 'cara'. Se não for assim a gente não é respeitado. Nós somos relegados, claro que somos! Nós somos feitos de bobos, palhaços até, porque vem gente aqui, vem negro, vem branco, diz que vai fazer isso, vai fazer aquilo, vai arrumar em quatro meses, vai  
455 fazer ponte, depois tem autoridade que bate palmas e diz que, parabéns! O Superintendente já foi ver! Passou quase um ano! Foi ver que está o buraco lá na Bento Rocha, ele vê todo dia! Agora que viu que o buraco aumentou? Que está dando prejuízo para os caminhoneiros? Que tanto está se preocupando, mas, vai construir, oito milhões de investimento, mas não dão condições de adentrar na  
460 cidade com segurança! Porque o caminhoneiro vai ter que passar ali na Bento Rocha, com asfalto quebrado, com pavimentação em concreto quebrada, rachada, pode estourar o caminhão, pode, Deus o livre, acidental, bater em uma criança, a rachadura grandiosa ali na frente da Bento Rocha é defronte uma escola! Onde que está o respeito?" Carlos Roberto Frísoli – aparte – “Colaborando com o que o vereador Edu coloca, com muita propriedade, senhor Presidente, eu acho que falta  
465 atitude. Atitude é uma coisa que a comunidade tem que ter, não só a comunidade, quando a gente fala a comunidade, é o poder constituído. E, nesse modo, eu acho que um cidadão que representa e Governo do Estado, que vem nesta Casa de Lei, igual o atual Superintendente veio, colocou um monte de propostas, quais nós todos escutamos, eu acho está na hora, também, desta Casa repudiar a atitude dele, mas  
470 repudiar meio logo, porque eu acho que no dia trinta parece que ele vai passear, se Deus quiser, e não vai fazer falta nenhuma nesta cidade. Então, eu acho que esta Casa de Leis, este cidadão veio aqui, fez algumas promessas, não sei se gabaritado a fazê-las ou não, e eu acho que agora é a hora da gente, sim, cobrar! Porque  
475 quando nós começarmos a tomar atitude, tornar essas pessoas, *persona non grata*, à cidade de Paranaguá, nós começaremos a ser respeitados. Com certeza, o próximo que aqui vier, estar, Superintendente do Porto, não nos fará de bobos, igual esse cidadão nos fez. A minha proposta é que esta Câmara, torne público, faça uma nota de repúdio a este cidadão que veio aqui representar o Governo do Estado,  
480 prometeu um monte de coisas e não cumpriu. É assim que nós temos que ser, nós temos que tomar atitude!” Eduardo Francisco Costa de Oliveira – aparte – “E só para relembrar, uma das promessas que foi citada aqui em nossa Casa, com a cumplicidade da maioria dos vereadores, foi até a construção, vereador Nagel acredito que se recorda muito bem, construção de uma ponte. A APPA vai construir  
485 uma ponte no Jardim Iguazu, aquela ponte que transpõe da Vila Guarani, uma nova ponte, para dar mais segurança às crianças que vão para o colégio Zilah e para o Hugo, principalmente. A manutenção da Avenida Bento Rocha, quatro meses! E, também, para relembrar, senhor Presidente, colega vereador, as casas da Vila Becker, as trinta e duas famílias foram retiradas da Vila Becker, mediante a  
490 construção pela COHAPAR, onde o presidente, senhor Rafael Greca, que sabe gastar muito bem o dinheiro público, menos do que deveria, a construção das trinta e duas casas da primeira etapa da Vila Becker, lá no Porto Seguro, nem piquete tem ainda! Se passaram quatro meses que eles saíram do bairro, saíram de suas casas, as casas foram demolidas vereador, aquelas casas que estavam ao lado do  
495 Terminal de Álcool, foram demolidas, as trinta e duas famílias saíram, e nada ainda, não foi firmado acordo, eles não tem nada por escrito, é dessa maneira que a população é tratada, e nós também somos tratados da mesma forma.” ANTONIO RICARDO DOS SANTOS – “É o que eu falo para Vossa Excelência. Eu estive em Brasília para fazer o programa da Caixa Econômica no Porto Seguro, e daí o  
500 Governo do Estado e o IAP não liberaram. Então, quero que Vossa Excelência

concorde comigo que o Estado nessas questões, ele mente demais. E, vereador Junior Leite, com todo respeito, a Multitrans está nos fazendo um favor mesmo, porque a Tufi Maron, ela já fez lá atrás, está refazendo, só que ela paga ISS, ela paga IPTU, paga os impostos, ICMS, dá trabalho para todos na cidade e está refazendo, está nos ajudando, está nos fazendo um favor. Quem não faz favor para nós, que não é favor, devia ser obrigação, é o Governo do Estado que não paga um tostão de ISS através da APPA, este sim é o vilão da história. E podem ter certeza de uma coisa, nesses anos para cá, as empresas de Paranaguá têm ajudado e muito nessas questões de acesso, de uma série de coisas.” José da Costa Leite Junior – aparte – “Vereador Ricardo, eu fui muito claro na hora em que eu falei, que a empresa não está fazendo nenhum favor, porque eu sei que ela paga todas essas taxas e esses impostos, agora, ela também trouxe um passivo para aquela comunidade ali que foi o alto tráfego de caminhões, tem o lado bom, mas, também tem o lado ruim. Agora, o lado bom também é esse que a empresa está sendo solidária, ela está sabendo do problema que ela está causando e está também procurando contribuir com o que ela pode. Eu sei, que o primeiro asfalto que teve ali, de boa qualidade, foi a empresa que fez, a empresa comprou o material, a Prefeitura entrou com a mão-de-obra, Vossa Excelência sabe disso, e essas parcerias são benéficas. Agora, o que não dá é a Águas de Paranaguá, que não colocou um caminhão de asfalto, um carrinho de asfalto lá, vá fazer o buraco no asfalto e não arrumar. Isso que não é justo. Foi neste sentido que eu me pronunciei, porque eu sei que a empresa faz a parte dela. Traz problemas? Traz. Mas procura resolver também. Agora, o que não dá é outra empresa que cobra e não cobra barato, ir lá e destruir o que ela fez.” ANTONIO RICARDO DOS SANTOS – “Com relação à Águas de Paranaguá e Copel, quem vende água e quem vende energia, na realidade já mudou todo o sistema, a Copel, se o seu contador estragar, o antigo, ela já põe o novo para a frente para que precise mais cortar no poste, arranca direto, você não precisa estar em casa, antigamente fechavam a casa e não tiravam o contador, hoje ela já tira de fora. A empresa de águas também, tanto a SANEPAR, na praia, como a Águas de Paranaguá, hoje, os novos, eles também estão colocando aquela caixinha e não precisa mais quebrar rua nem nada. Mas, eu vi o secretário vir aqui, senhor Juliano Elias, dizendo que iria fazer isso, que iria fazer aquilo com a Águas...Eu **tenho visto** a Águas só limpar bastante o esgoto, no outro dia eu estava ali na Delicats, e o caminhão deles estava lá tentando resolver a questão do alagamento. Então eu acho assim que, eu ouvi falar do esgoto aqui hoje também, mas, nós deveríamos então, começar a olhar que estão sendo feitas as estações de tratamento, lá no Jardim Samambaia, vai ter agora acho que aqui na Costeira, a gente tem que começar a acompanhar isso, até porque, para que a gente possa estar falando aqui, neste Plenário, com mais propriedade, só isso é que eu espero. Era só senhor Presidente.” Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente passou aos procedimentos da ORDEM DO DIA – Eduardo Francisco Costa de Oliveira – Questão de Ordem – “Parece que houve um pedido do vereador Frísoli, uma proposta que talvez tenha que ser debatida na Casa.” PRESIDÊNCIA – “Tem que fazer por escrito e na próxima a gente discute e vota.” Eduardo Francisco Costa de Oliveira – Questão de Ordem – “Muito obrigado, senhor Presidente. Vereador Frísoli, já conte com a minha assinatura.” Não havendo matéria a ser discutida na Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou ao DESPACHO DA PRESIDÊNCIA – Pelo Senhor Presidente foram despachados favoravelmente todos os requerimentos apresentados pelos Senhores Vereadores. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente sessão,

marcando a próxima para o dia 02 de março (dois, terça-feira) à hora regimental. Para constar eu \_\_\_\_\_lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme vai devidamente assinada pelo Senhor Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. \*\*\*\*\*

555

ANTONIO RICARDO DOS SANTOS

PRESIDENTE

BENEDITO NAGEL

JOÃO

MENDES FILHO

560

1° SECRETÁRIO

2°

SECRETÁRIO

<b>Doc:</b> 10
<b>Tipologia:</b> Ata.
<b>Datação:</b> 4 de março de 2010

5 ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2010.

PRESIDÊNCIA: ANTONIO RICARDO  
DOS SANTOS

10 SECRETARIAS: BENEDITO NAGEL  
JOÃO MENDES

FILHO

Às dezenove horas é registrada a presença dos Senhores Vereadores Antonio Ricardo dos Santos, Benedito Nagel, Carlos Roberto Frísoli, Edson Augusto da Silva Junior, Eduardo Francisco Costa de Oliveira, João Mendes Filho, José da Costa Leite Júnior, Jozias de Oliveira Ramos, Marcus Antonio Elias Roque, Rafael Guttierrez Júnior e da Senhora Vereadora Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza. Havendo número legal dos Senhores Vereadores, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão e solicitou ao Senhor Primeiro Secretário que lesse um texto da Bíblia, sendo lido: Livro de Provérbios – Capítulo 11 – Versículo 1 ao 5 –

20 “Balança enganosa é abominação para o Senhor, mas o peso justo é o seu prazer. Em vindo a soberba, virá também a afronta; mas com os humildes está a sabedoria. A sinceridade dos íntegros os guiará, mas a perversidade dos aleivosos os destruirá. De nada aproveitam as riquezas no dia da ira, mas a justiça livra da morte. A justiça do sincero endireitará o seu caminho, mas o perverso pela sua falsidade cairá.” Em

25 continuação, colocou em discussão a Ata do dia 23 de fevereiro de 2010. De acordo com o parágrafo 2º, artigo 144 do Regimento Interno, a Ata foi aprovada. O Senhor Primeiro Secretário procedeu à leitura dos seguintes expedientes: CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS DO EXECUTIVO – Mensagem nº 001/2010 - Encaminhando Anteprojeto de Lei para apreciação dos Senhores Vereadores que:

30 “Dispõe sobre autorização para a abertura de crédito especial na importância de R\$ 69.977,58 na Secretaria Municipal de Ação Social, e dá outras providências.” Mensagem nº 002/2010 - Encaminhando Anteprojeto de Lei para apreciação dos Senhores Vereadores que: “Dispõe sobre autorização para abertura de crédito especial no valor de R\$ 4.505.400,00 por operação de crédito da SEDU/PARANACIDADE, na Secretaria Municipal de Obras Públicas, e dá outras providências.” Mensagem nº 003/2010 - Encaminhando Anteprojeto de Lei para apreciação dos Senhores Vereadores que: “Dispõe sobre autorização para

35 suplementação no montante de R\$ 4.200.000,00 por operação crédito da SEDU/PARANACIDADE, na Secretaria Municipal de Obras Públicas e na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.” Mensagem nº 004/2010 - Encaminhando Anteprojeto de Lei para apreciação dos Senhores Vereadores que: “Dispõe sobre autorização para suplementação no valor de R\$ 6.294.600,00 por operação crédito da SEDU/PARANACIDADE, na Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Ação Social e Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, e dá outras providências.” CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE DIVERSOS – Protocolo nº 0405/10 – Excelentíssimo Senhor Vereador – Antonio Ricardo dos Santos – Paranaguá, 01 de março de 2010. UM/Of. 001/2010 – Apresenta Relatório referente às ações desenvolvidas no Município de Paranaguá.

45 EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Assinado

50

por Leocildes Lazzarotto – Gerente Municipal. RESUMO DAS INDICAÇÕES: Do vereador Carlos Roberto Frísoli ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrado no protocolo nº 346/10, com as seguintes solicitações: melhorias na rua Osni José de Miranda, no Jardim Paraná. Do vereador Edson Augusto da Silva Junior ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 55 355, 356, 366, 367/10, com as seguintes solicitações: colocação de manilhas na rua Um, no Jardim Jacarandá; operação tapa buracos na rua Gastão Soares Gomes, próximo a Igreja Universal do Reino de Deus, no Jardim Santa Rosa; operação tapa buracos na rua dos Pinheiros, no Jardim Samambaia, entre a Avenida Bento 60 Munhoz da Rocha Neto até a Br 277; operação tapa buracos na rua Claudionor Nascimento, próximo a Escola Municipal Maria José H. Tavares, na Serraria do Rocha. Do vereador Jozias de Oliveira Ramos ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 357, 358, 359, 392, 403, 404/10, com as seguintes solicitações: informações quanto a coleta de lixo nas ilhas da Baía de 65 Paranaguá, exceto Ilha do Mel; manutenção da rede de iluminação pública na rua José Eugênio de Souza, no bairro Vila Guarani; colocação de material, bem como o patrolamento no bairro da Labra; limpeza e drenagem do ‘valetão’ existente na rua Nilton Abel de Lima, Vila dos Comerciantes; colocação de material na rua Jacarandá, Jardim Figueira; colocação de material e alambrado no Campo de Futebol da Ponta 70 do Caju. Do vereador Rafael Gutierrez Junior ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 360, 400, 401/10, com as seguintes solicitações: retirada de placa proibitiva da entrada de caminhões no Distrito de Alexandra; nivelamento e passagem de máquina na rua Calim, bairro Labra; nivelamento e passagem de máquina na rua Maria da Conceição Teixeira de Souza, 75 bairro Labra. Do vereador José da Costa Leite Junior ao Senhor João Guilherme Moraes e Braga, Diretor Executivo da CAB – Águas de Paranaguá, registrado no protocolo nº 361/10, com a seguinte solicitação: fiscalização dos devidos reparos ao corte e religação do fornecimento de água e sistema de esgoto nas ruas e calçadas do município. Do vereador José da Costa Leite Junior ao Senhor João Guilherme 80 Moraes e Braga, Diretor Executivo da CAB – Águas de Paranaguá, registrado no protocolo nº 373/10, com a seguinte solicitação: inspeção na rede de água e sistema de esgoto na rua Mario Gonçalves dos Santos, no Jardim Araçá, entre a quadra 18 e 19. Do vereador Marcus Antonio Elias Roque ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 368, 369/10, com as seguintes 85 solicitações: operação tapa buracos na rua José Cadilhe no bairro Serraria do Rocha; operação tapa buracos na rua Claudionor Nascimento no bairro Serraria do Rocha. Do vereador João Mendes Filho ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 372, 394, 395, 396/10, com as seguintes solicitações: reparos na ponte da Colônia Santa Cruz e outras melhorias; colocação 90 de um Redutor de Velocidade na rua Eugênio de Souza; limpeza e desentupimento de boca de lobo na rua Eugênio José de Souza, Vila Guarani; operação tapa buracos na rua Joaquim Tigre. Do vereador Benedito Nagel ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 406, 407/10, com as seguintes solicitações: recolhimento de entulhos na 95 rua Samuel Pires de Mello; troca de lâmpadas na rua 33, Bela Vista, Ilha dos Valadares; serviço de infra-estrutura na rua dos Tangarás, no Jardim Esperança; realizar serviço de roçada na rua José das Dores Camargo, Alexandra; realizar serviço de roçada na ciclovia da Avenida Ayrton Senna; serviço de infra-estrutura na rua das Corujas, no Jardim Esperança; serviço de patrolamento na rua dos 100 Macucos, no Jardim Esperança; realização de serviço de patrolamento na estrada

do Rio das Pedras, Distrito de Alexandra; realização de serviço de patrolamento na estrada da Colônia Santa Cruz. Da vereadora Sandra Luzia Lopes dos Santos Souza ao Senhor Prefeito Municipal José Baka Filho, registrados nos protocolos nºs 398, 399/10, com as seguintes solicitações: limpeza e retirada de entulhos da rua Eugênio José de Souza, Vila Guarani; limpeza e desentupimento da boca de lobo e conserto da manilha de saída para o rio da rua Eugênio José de Souza, Vila Guarani. PRESIDÊNCIA – “Queria informar aos vereadores e a imprensa presente, que no teste da internet, na última sessão de quinta-feira, tivemos cento e oitenta e nove acessos, entre entradas e saídas, mas a média, do pessoal que têm assistido em casa, são cento e cinquenta acessos, cento e cinquenta pessoas assistindo, pela internet, as sessões. Também tenho um convite para os vereadores, a inauguração da nova sede do PDT, na rua Ernani Vidal, próximo ao Material de Construção Carvalho, então, estão todos os vereadores convidados para a inauguração.” Em continuação a hora do expediente, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos oradores inscritos em PLENÁRIO:CARLOS ROBERTO FRÍSOLI – “Senhor Presidente, senhora vereadora, senhores vereadores, população. O que me traz hoje à Tribuna, são dois assuntos, um deles, extremamente agradável, eu recebi um convite na última segunda-feira para a aula inaugural do IFET, e, cada vez que a gente vai lá, a gente fica mais feliz, mais contente de ver, a forma como está andando aquilo. Estiveram presentes lá, o Prefeito Municipal, o Gebran da Folha do Litoral, o Alceuzinho Maron, e, realmente, foi um evento emocionante e contagiante, ver aquela juventude começar as aulas no Instituto Federal. Na saída do evento, nós aproveitamos, também, para pegar o senhor Prefeito e levá-lo para ver os buracos do Porto Seguro, porque a situação do bairro está bastante caótica, e ele assumiu um compromisso de público, de resolver aquela situação tão logo as chuvas dêem uma trégua. Então acredito que a gente conseguiu, de alguma maneira, auxiliar um pouco lá.” Benedito Nagel – aparte – “Eu também estive lá fazendo uma visita no final de semana, pelas ruas, e, uma preocupação dos moradores, senhor vereador, é com respeito a construção que está saindo, foi avançado na rua, quase impedindo a passagem, um pouco mais da metade da pista já foi avançada, e, segundo comentários, aquela rua vai ser interditada mesmo e vai ser aberta uma rua atrás. Eu estive conversando com o Prefeito hoje, e ele me confirmou isso, só que a preocupação, é, que realmente, a rua não foi nada aberta ainda, e fica aquela preocupação dos moradores: ‘Será que vão fechar a rua? E como vamos entrar no bairro?’” CARLOS ROBERTO FRÍSOLI – “É, senhor vereador, inclusive nós estivemos, eu, a vereadora Sandra e o vereador Edu, em uma audiência pública, há umas três semanas atrás, duas semanas atrás, em uma sexta-feira a noite, e isso foi exposto o projeto todo, porque, na realidade, onde é a rua, não é rua, é uma servidão de passagem, e não será fechada até que outra rua seja aberta, na realidade ela é um portal, então logo eles acabem um lado do portal, eles farão o outro e o portal dará passagem para caminhão e ônibus. Este foi o item da audiência, e, houve, com exceção de alguns posseiros que lá estavam, houve um consenso, todos concordaram com esta situação. Mas, o que mais me traz aqui, é um Ato Administrativo da Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina, nº 26/2010, a Ordem de Serviço nº 26 de 2010, que trata de autorizar a retomada das operações do Terminal Público de Álcool. Quando o senhor Superintendente esteve nesta Casa, ele fez uma série de promessas aqui, uma série de afirmações que não foram cumpridas, ou, nem satisfação esse cidadão deu a esta Casa, ele esteve aqui, comprometeu-se a remover as famílias, ele realocou trinta e duas famílias, relativamente realocadas, porque foi dado um auxílio para que elas alugassem

alguma coisa até que se andasse o processo das casas da COHAPAR, lá no Porto Seguro, e não foi feito nada, nem piquete lá no terreno tem, das novas casas! Agora vamos entrar no processo eleitoral, que é em abril, provavelmente esse cidadão, espero que o futuro governador use o bom senso e o mande de volta da onde ele

155 veio, porque eu entendo que pessoa que vem aqui, nesta Casa de Lei, autoridade pública, promete e não cumpre, o lugar dele não é nesta cidade, com certeza é em algum outro lugar. Esse cidadão colocou para nós que as ruas pavimentadas estavam em processo licitatório, que em trinta dias seriam reparadas, e, como o vereador Edu sempre coloca aqui, o buraco lá está cada vez maior, da mesma

160 maneira, afirmou aqui que, seria revista a questão do ISS, e até agora nada! Acho que precisa esta Casa de Lei verificar, acho que talvez pedir auxílio ao Doutor Alessandro, Procurador da República, que aqui esteve, que verificasse essa situação. Não vimos nenhum expediente do IBAMA ou do Ministério Público Federal, tratando dessa questão. Será que ele vai autorizar, vai embora e uma catástrofe pode ficar para a cidade? Eu acho que esta é uma maneira de enganar a população. Eu escutei na rádio, se não estou equivocado, Litoral Sul, há dois dias atrás, membros da comunidade reclamando que não estava sendo cumprido, até o vereador Edu está mais por dentro, eu acredito que isto é um grande risco, é uma afronta que esse cidadão está fazendo à nossa cidade, ao nosso povo. Está na hora

170 de Paranaguá não aceitar mais esse tipo de coisa, está na hora desta Casa de Lei, senhor Presidente, fazer um expediente, e não é ao patrão dele, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, eu não posso acreditar que o Governador do Estado do Paraná compactue com mentiras, e mentiras oficiais, isso não foi falado à imprensa, não foi falado em botequim, em bar, foi falado na Casa do povo de Paranaguá, na Câmara Municipal de Paranaguá, e esta Casa não pode se omitir de cobrar, autoridade não tem o direito de vir aqui e mentir.” Eduardo Francisco Costa de Oliveira – aparte – “Obrigado vereador pelo aparte. Vereador, já se passaram cinco meses da saída das trinta e duas famílias da comunidade da Vila Becker, e, nenhuma casa, deixar registrado, nenhuma casa foi construída. Já se passaram

180 mais de seis meses que o Superintendente esteve em nossa Casa, e essa situação da Avenida Bento Rocha, as rachaduras da pavimentação em concreto, continuam da mesma maneira, trazendo transtorno e insegurança aos caminhoneiros. Já se passaram mais de seis meses também, quando o mesmo veio aqui e disse que iria, iludiu, mentiu, disse que iria construir uma ponte ao lado da que existe na Vila Guarani. Quer dizer, nós estamos com o nariz, o chapéu...A Polícia Rodoviária vem e faz o que quer, todo mundo faz o que quer, e a gente fica com o ônus, vereador, isso não é novidade. Existe com relação, vereador, este Ato Administrativo que Vossa Excelência mencionou, nº 026/2010, da Superintendência dos Portos, retomando as operações no Terminal Público de Álcool, me causa surpresa também,

190 porque existe, eu conversei com o senhor Lício Domit, representante do IBAMA em Paranaguá, o mesmo me falou que existe um embargo federal em cima do terminal, ele não pode funcionar antes de sanar os problemas que têm com o IBAMA. Então me causa surpresa. E, mesmo com a saída das trinta e duas famílias daquela comunidade, saída, que cada um está alojado em um lugar que bem dá, porque foram pagos, foram doados, quatro mil e oitocentos reais para que os mesmos saíssem de suas residências, com a proposta da construção das casas, e, como falei já se passaram cinco meses, daqui a pouco estamos em abril, não pode ser aberto licitação, e quando é que serão construídas as casas? Para onde é que vão aquelas trinta e duas famílias? É uma coisa para se pensar. E com relação ao

200 Terminal, nós temos que fazer um encaminhamento, desta Casa para o Ministério

Público e também para o IBAMA, ratificar o nosso acompanhamento das ações, e, pedir, logicamente, providências dos dois órgãos, vereador.” CARLOS ROBERTO FRÍSOLI – “É vereador, eu fico assim, perplexo! Não existe outra palavra para falar. Eu ainda volto a propor a esta Casa de Lei, que, realmente, faça o requerimento  
205 contra a mentira desse cidadão. Não tivesse vindo aqui. Veio aqui fazer o quê? Veio aqui mentir? Então não precisava ter vindo, não precisava ter contado aquele monte de ‘historinha’, eu até fiquei surpreso, a primeira vez que veio um Superintendente na Casa de Lei. Ele veio para nos afrontar! Para nos chamar de trouxas! Ele não chamou onze vereadores de trouxas, ele chamou a população parnanguara de  
210 trouxa! O ele fez foi vir aqui e falar: ‘Vocês parnanguaras são trouxas!’ E esse papel de trouxa não cabe para nós, cidadãos de Paranaguá. De um aventureiro que está com os dias contados, e eu tenho esperança, que o futuro governador Pessuti, mande ele de volta pra onde ele veio. Era o que eu tinha, senhor Presidente.” MARCUS ANTONIO ELIAS ROQUE – “Vou usar o tempo do partido também. Tenho  
215 alguns assuntos para esta noite. Um deles, me ligaram hoje, os moradores do Jardim Samambaia, sobre a Escola Edinéia Garcia, escola esta em tempo integral e à noite é alfabetização de adultos, está passando por uma calamidade desde o ano passado, os banheiros estão entupidos e até hoje o prefeito, o secretário não tomaram nenhuma atitude. Essa semana as aulas foram paralisadas porque as  
220 professoras e os alunos têm que ir num bar de esquina para fazerem suas necessidades. As crianças, os parnanguarinhos como diz o prefeito, com essa merenda de má qualidade, essa vira que dá um desarranjo maior na criançada e mais vezes tem que ir ao banheiro. E está aí colégio interditado, a Associação de Pais e mestres que contratou uma empresa para desentupir esses banheiros. Três a  
225 quatro dias já sem aulas, estão parada as aulas lá. É brincadeira, isso aí é... Outro assunto também é sobre o salário atrasado dos servidores públicos. Lembro que no final do ano de 2004, muito se falou pelo atual prefeito, porque no final daquele ano, se **havia pagado** uma parte dos funcionários, foi deixado dinheiro em conta, mas foi pago pelo atual prefeito no dia 06 com dinheiro em caixa. Fez um carnaval na  
230 cidade, falando do ex-prefeito. Colocou sucata na rua, fez um carnaval, pôs na praça, e está aí hoje, veja só como são as coisas, o ex-prefeito ficou oito anos e no último mês do seu mandato, deixou dinheiro em caixa e pagou no dia 5. Sempre no dia 24, no dia 25, o funcionário público sabia que dia recebia e fazia suas contas. Hoje é uma loteria. Estive falando com alguns funcionários, estão pagando juros  
235 porque o salário sai no dia 2, dia 3, ninguém sabe mais que dia sai. É uma vergonha que vem acontecendo em Paranaguá, o descaso que está em Paranaguá. Eu não sou Mãe Dinah, mas já previa o que iria acontecer, quando manifestei o meu protesto nesta Casa de Leis quanto ao aumento do IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano. Foi exatamente o fato de que a população não iria suportar esta  
240 carga tributária tão elevada. Eu não culpo somente o prefeito pelo aumento do IPTU, mas também aqueles vereadores que aprovaram a mensagem de aumento enviada pelo Executivo Municipal. A carga tributária elevada diminui o poder de compra dos trabalhadores parnanguaras que trabalham de sol a sol para trazer o pão para os seus familiares. Portanto, estou de cabeça erguida e posso falar aos quatro cantos  
245 do nosso município que estou em paz comigo mesmo, e também com os meus eleitores, e por que não com toda a população? O que lamento é que a minha voz não atingiu a consciência para o entendimento salutar dos nobres pares que tanto defendem a população, porém ao mesmo tempo lhe apunhalaram pelas costas aqueles que depositaram o voto para ser seu representante no Legislativo Municipal.  
250 Já vi homens se posicionarem na política pelas atitudes, pelas suas bravuras e

altivez, pessoas estas eu presto a minha homenagem. Mas quando vejo políticos se acovardarem, se encolherem diante de um prefeito covarde que traiçoeiramente feriu e fere aqueles que lhe outorgaram o mandato eletivo de prefeito. Nunca pensei de encontrar um cenário em nossa cidade dessa natureza, como se não bastasse o

255 quadro triste verificado no Distrito Federal com o governador Arruda e seus asseclas que envergonharam a Nação Brasileira. A prisão deste Governador talvez seja a abertura para termos uma nação de homens mais íntegros e responsáveis no cenário político nacional do nosso país, mandatários que comunguem com a vontade popular e somente assim, esta nação poderá ter o avanço esperado e o

260 progresso com políticos voltados para o bem comum. O prefeito tem que mandar uma nova mensagem para este Poder Legislativo diminuindo esses percentuais elevadíssimos que estão gritante para as economias do povo de nossa cidade, porque assim como está é um assalto no bolso do contribuinte. Caso contrário, temos que instigar a população para irem em frente da prefeitura para fazerem

265 movimento contra a exorbitância cobrada do IPTU. Não podemos nos calar diante os fortes, vamos lutar para que nossa voz seja ouvida, a fim de que a população não fique desamparada e também seja ouvida. Tenho aqui também, Senhor Presidente, em minhas mãos alguns carnês de IPTU. Tem uma pessoa, e não é terreno vago, que diz que estão cobrando de um terreno vago, as pessoas que estão com terreno

270 vago têm que pagar. Aqui está escrito – residência – a pessoa pagava trezentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos. Sabe para quanto foi o IPTU desta pessoa? Três mil, seiscentos e dezesseis reais e noventa e nove centavos. A pessoa é aposentada, isso aí é uma vergonha, uma brincadeira que está acontecendo aqui! E eu já previa lá trás, veio em dezembro no afogadilho, ninguém

275 leu, não **tinha** consciência do que estava fazendo, pedimos um prazo maior para saber realmente o valor das alíquotas que seriam implementadas na cobrança do IPTU de 2010, mas ninguém mostrou nada. Assinaram um cheque em branco para o prefeito, está aí, o povo não consegue nem pagar luz, água, vai pagar o IPTU de três mil, quatro mil reais? É aposentado. Isso é brincadeira! Temos aqui também,

280 toda hora está chegando isso aqui, de segunda feira para cá está chegando, e as pessoas não são pessoas ricas não, são pessoas humildes que trabalham dia a dia, uma pessoa pagava trezentos e setenta reais foi para mil, cento e setenta e cinco reais, não tem um parâmetro. A distensão é grande, que só iam cobrar dos ricos, mas esperem aí gente! Quem são os ricos da cidade? Um rapaz que mora lá no

285 Morro da Cocada, o nosso empresariado está aí berrando, **tinha** empresário que pagava dez mil reais, foi para cento e cinquenta. Eu não sou contra a cobrança do IPTU, mas um IPTU justo, porque esse empresário vai demitir, não vai contratar mais ninguém. A nossa cidade vai perder. Cento e quarenta mil a mais do que ele pagava, isso mexe com toda a estrutura de nossa população, de nossa cidade, é o

290 comércio, é tudo. Eu acho que tem que ser revisto, entrar com uma ação, estou vendo com um advogado como é que pode ser feito, se a ação é individual, porque isso é um absurdo, o que está acontecendo em Paranaguá é um absurdo. Aqui, outro aposentado, no Jornal dos Bairros, vem com uma manchete, recebeu mais de duzentos e noventa e cinco por cento de aumento, como é que um aposentado

295 ganhando quinhentos, seiscentos reais vai pagar luz, água e IPTU? Isso é brincadeira! **Tem** que ir à sala também, daqueles que aprovaram, porque não foi por falta de aviso. Se **tivesse** benefício, se a população visse as ruas asfaltadas, benfeitorias, mas ninguém vê nada! **Teve** um aumento? De buraco na cidade, em tudo que é lugar, quer dizer saiu de uma campanha de 208, inflacionou a Prefeitura,

300 quebrou-a em 2009, não fez benfeitoria nenhuma para a cidade, e em janeiro quer

cobrar tudo do povo, mas o povo já tem direito. Então está aí Paranaguá abandonada, todo mundo está chiando, mas ninguém fala nada. Fica todo mundo quietinho para ver no que vai dar. Teve pessoas isentas? Teve. Se a pessoa chegar e legalizar o imóvel lá, mas custa dois, três mil reais para legalizar um imóvel, minha gente! Quer dizer de um jeito ou de outro, ele quer arrecadar. Quem vai pagar aquela eleição de 2008 é o povo de Paranaguá, porque aí a porcentagem tem que ser grande, porque esse ano é um ano político em que o prefeito tem um candidato, ele tem que mostrar que a nossa cidade tem que estar bonita pelo menos maquiada, para que ele possa ir à televisão e falar que na cidade de 'fulano' as crianças comem bem, sabe? Aquela propaganda bonita de campanha que foi, que todo mundo chorava, as crianças. Tem até um *charge* aqui no jornal que diz: “-Olha, não se preocupe minha senhora, o uniforme e o kit escolar dos parnanguarinhos vai chegar logo, antes da eleição eu entrego!” “-Mãe, quem é esse tio esquisito?” “-Aquele que você cantou no palanque em 2008! Que fazia aquela 'musiquinha' bonita!” Nem a criancinha já não lembra mais. E vai ter isso de novo aqui em Paranaguá. Então a nossa população, eu não sou o melhor do mundo, eu não sou o dono da verdade, tenho um monte de erro também, mas repetir esse cenário de novo? Isso é brincadeira, minha gente! Está aí, maior enganação política, pelo menos fazer alguma coisa, agora, quer que o povo pague a maquiagem para a eleição de 2010, para que o seu governador ganhe e quem sabe, ele articular algumas bocas aí para o pessoal, quem sabe uma superintendência. Então é isso minha gente, o povo parnanguara tem que abrir o olho e dar um basta no que está acontecendo. Era só Senhor Presidente.” EDUARDO FRANCISCO COSTA DE OLIVEIRA – “Presidente, vereadores, população. Também me causou espanto, senhor presidente, a ordem de serviço 026/2010, onde o superintendente do Porto autoriza a retomada das operações no Terminal Público de Álcool, **haja vista** que foram trinta e duas famílias da comunidades da Vila Becker estão morando em casas de parentes, alugaram as suas casas, com a promessa de que em um ano **teriam** suas casas novas, já se passaram cinco meses e nem os piquetes das casas no Bairro Porto Seguro, nada, nada foi feito, infra-estrutura zero, e nenhuma satisfação também, nem àquela comunidade, nem às trinta e duas famílias, muito menos às trezentas e sessenta famílias que ainda continuam morando na Vila Becker, ainda continuam correndo o risco de em um infortúnio, em um acidente serem penalizadas até com as suas próprias vidas. No dia de amanhã encaminharei ao Ministério Público, bem como ao IBAMA, superintendência do IBAMA de Paranaguá para que acompanhe este ato do superintendente dos Portos. Outro assunto senhor presidente, recebi um material, um e-mail com fotos da obra que está em execução, da Prefeitura Municipal, no valor de aproximadamente trezentos mil reais, mais precisamente duzentos e noventa e quatro mil reais, recursos próprios da Prefeitura Municipal para execução de rede de drenagem na Vila Cruzeiro. E também, com a placa da Prefeitura, recebi um demonstrativo, uma foto de como ficou, na última chuva, a mesma rua que recebeu investimento da Prefeitura de trezentos mil reais, a rua completamente alagada, proveniente dessa última chuva. Então, dinheiro bem aplicado, dinheiro bem investido. Outro assunto que está tomando conta das esquinas de nossa cidade, tanto do s bairros como da cidade, no cafezinho, é a questão, logicamente, do IPTU. Uma mensagem enviada a esta Casa, no final dos trabalhos legislativos do ano de dois mil e nove, o qual foi aprovado pela maioria dos colegas vereadores, e agora está surtindo o resultado. A senhora Amélia que mora no Bairro Rocio, de nossa cidade, no ano passado pagou quatrocentos e vinte e um reais, em dois mil e dez recebeu o carnê de novecentos e vinte reais. Essa senhora é aposentada,

professora aposentada do município, que recebe um valor pouco superior ao valor do cobrado pela Prefeitura do IPTU de dois mil e dez. Contra partida, também não fere apenas os bairros, os aposentados, uma empresa de nossa cidade, uma cooperativa que pagou em um de seus imóveis, em dois mil e nove, mil e cem reais

355 vereador refinha, e esse ano recebeu o carnê do IPTU com o valor de vinte e um mil, isto quer dizer, um aumento de dois mil por cento. Como o vereador Marcus Roque comentou, tem que ser corrigido os valores? Tem que ser corrigido. Ninguém é contra, mas a forma que foi executado, que está sendo cobrado vai penalizar a cidade, cobrando dos empresários, não fere só os empresários, tem que ser feito a

360 correção? Vamos fazer, mas de forma gradativa, de forma que o empresário também possa suportar esse aumento. Dois mil por cento de aumento é algo que não dá para se imaginar, mas é a realidade. Entre com recurso, peça a revisão, quer dizer, mais ações, a Prefeitura não tem com que se preocupar? Não poderia ter o cuidado de fazer um levantamento, uma tabela, uma planta mais adequada? Ou um

365 escalonamento do aumento? Essas e outras situações, todos os vereadores, estava conversando com a vereadora Sandra, também recebe citação com relação à aumentos abusivos, aumentos que não condiz com a realidade que a nossa cidade está enfrentando hoje.” Rafael Guttierres Junior – aparte – “Obrigado pelo aparte vereador. É com muita propriedade que está fazendo as colocações devidas ao

370 IPTU. Nós temos um grande problema, que por diversas vezes a gente já colocou no final do ano, o pouco tempo que a gente tem para nos debruçarmos em cima dos projetos de lei, não há tempo hábil para fazer uma leitura. E essa parte do IPTU é uma parte bastante técnica, nós precisaríamos até de uma assessoria técnica para poder analisar, mas como venho no afogadilho, não teve tempo de nada, foi votado

375 sem ter realmente os valores, alíquotas não tinha. Como é que a gente vai votar em algo que não tem valor, não tem nada? É simplesmente inadmissível isso acontecer, é lamentável, porque hoje o reflexo está vindo, a população está reclamando, dia a dia chega a população nos nossos gabinetes, as empresas estão reclamando, é absurdo, as empresas vão deixar de contratar, vão diminuir a equipe para pagar

380 IPTU, isso é inadmissível. Ontem tive uma reunião na ACIAP, onde faço parte da Câmara de Turismo da ACIAP e o tema foi o IPTU, todos os empresários estavam colocando a dificuldade de pagar o IPTU, vai ter que mandar gente embora, é o trabalhador que vai perder o emprego, a responsabilidade foi gigante, eles perguntaram, mas como é que vota isso sem ter conhecimento? Eu falei que meu

385 voto foi contrário, mas eu não tenho como justificar um voto que não seja meu. É com muita propriedade que está colocando vereador, é com muita propriedade, eu acho lamentável isso.” EDUARDO FRANCISCO COSTA DE OLIVEIRA – “Infelizmente a Prefeitura terá que se preocupar com uma enxurrada de pedidos, de ações, pedidos de revisão de IPTU quando poderia estar se preocupando com o que

390 realmente ela deveria fazer, dar a contra partida à população, cuidar da cidade, e isso infelizmente não está acontecendo. Era o que eu tinha para essa noite senhor presidente.” Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente passou aos procedimentos da ORDEM DO DIA – PRESIDÊNCIA – “Vou pedir aos vereadores, que pode ser até votado verbalmente, que a EMATER fez um Relatório, vou passar

395 uma cópia para cada um, dos trabalhos desenvolvidos por eles no ano de dois mil e nove, eu conversei hoje com eles, e pedi para que eles pudessem vir a esta Casa, para fazer uma explanação, para que os vereadores possam saber de todos os trabalhos que a EMATER desenvolve ao longo do ano, de uma forma geral. Então, eu queria colocar à apreciação do Plenário, o pedido para que eles pudessem vir

400 aqui fazer essa explanação para nós, no Plenário, então, eu marcaria a data da

sessão.” Em discussão o requerimento verbal do vereador Antonio Ricardo dos Santos. Submetido a votação verbal, foi aprovado o requerimento. Não havendo mais matéria a ser discutida na Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou ao DESPACHO DA PRESIDÊNCIA – Pelo Senhor Presidente foram despachados favoravelmente todos os requerimentos apresentados pelos Senhores Vereadores. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima para o dia 09 de março (nove, terça-feira) à hora regimental. Para constar eu \_\_\_\_\_lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme vai devidamente assinada pelo Senhor Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. \*\*\*\*\*

405

410

ANTONIO RICARDO DOS SANTOS  
PRESIDENTE

BENEDITONAGEL

415

JOÃO MENDES FILHO  
2ºSECRETÁRIO

1ºSECRETÁRIO